



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1802

Segunda-feira - 10 de Agosto de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Anchieta	3	Guarujá do Sul	139	Passos Maia	273
Antônio Carlos	4	Herval d'Oeste	140	Paulo Lopes	274
Arroio Trinta	5	Ibiam	142	Penha	275
Balneário Rincão	6	Ilhota	147	Pinheiro Preto	292
Barra Velha	7	Imbituba	148	Pomerode	297
Benedito Novo	8	Indaial	156	Porto União	301
Blumenau	9	Iomerê	161	Presidente Castello Branco	302
Bom Retiro	26	Ipumirim	162	Rio do Sul	303
Botuvera	27	Irineópolis	174	Salto Veloso	307
Braço do Trombudo	28	Itá	180	Santa Terezinha do Progresso	308
Brunópolis	32	Itaiópolis	182	Santiago do Sul	309
Brusque	33	Itapiranga	183	São Bento do Sul	310
Caçador	34	Itapoá	185	São Cristóvão do Sul	314
Camboriú	42	Ituporanga	187	São Domingos	315
Campo Alegre	44	Jacinto Machado	189	São João do Oeste	316
Campos Novos	52	Joaçaba	191	São João do Sul	317
Canelinha	64	Lages	206	São Joaquim	318
Canoinhas	65	Laguna	207	São José	320
Capinzal	66	Lauro Muller	214	São Lourenço do Oeste	324
Catanduvas	69	Lebon Regis	215	São Miguel do Oeste	326
Caxambu do Sul	70	Leoberto Leal	216	São Pedro de Alcântara	328
Chapadão do Lageado	73	Lindóia do Sul	227	Schroeder	331
Cocal do Sul	74	Luzerna	228	Serra Alta	346
Concórdia	75	Macieira	234	Sombrio	348
Cordilheira Alta	94	Mafra	235	Sul Brasil	349
Coronel Freitas	98	Maracajá	237	Tigrinhos	350
Curitibanos	99	Maravilha	240	Timbé do Sul	351
Dionísio Cerqueira	108	Massaranduba	242	Timbó	352
Faxinal dos Guedes	109	Meleiro	249	Três Barras	354
Forquilha	115	Modelo	250	Treze Tílias	355
Fraiburgo	116	Morro da Fumaça	253	Tunápolis	358
Galvão	128	Navegantes	254	Videira	359
Garopaba	129	Nova Trento	259	Vitor Meireles	361
Gaspar	130	Novo Horizonte	264	Xanxerê	362
Governador Celso Ramos	131	Ouro	265	Xavantina	363
Grão Pará	132	Paial	266	Xaxim	364
Guaraciaba	135	Palhoça	267		
Guaramirim	136	Papanduva	272		

Associações

AMMVI	365
-------------	-----

Consórcios

AGIR	366
ARI	369
CIS/AMARP	369
CIS/AMOSC	370
CIGAMERIOS	371



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1802

Segunda-feira - 10 de Agosto de 2015

Florianópolis/SC



SOS Oeste



O Sistema FECAM entrou na **Campanha de Arrecadação de Donativos** para os atingidos pelas chuvas de julho, promovida pela Cruz Vermelha. É o momento de unirmos as forças e auxiliarmos àqueles que estão precisando de ajuda.

O QUE DOAR?

A maior necessidade é por **materiais de higiene pessoal e limpeza. Alimentos não perecíveis** também são bem-vindos.

Doações em dinheiro devem ser feitas diretamente na **conta da Cruz Vermelha:**

Banco do Brasil

Ag: 5453-4

Cc: 5916-1

VAMOS COLABORAR

Os donativos podem ser deixados na caixa de coleta localizada na recepção.

Ao final da segunda semana de Agosto eles serão encaminhados à Cruz Vermelha de Florianópolis para o envio aos necessitados.

CONTAMOS COM A COLABORAÇÃO DE TODOS.

Mais informações:

FECAM: (48) 3221-8800 | CRUZ VERMELHA: 3244-6681

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 018_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 018/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando a Aquisição de equipamento odontológico (Compressor Odontológico 2 consultórios) para ser utilizado nos atendimentos gratuitos do setor de odontologia da UBS-Centro, pagos com recursos do FNS/MINIST.SAUDE/PROP 11243.5520000/1130-04, Superávit 2014. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 21/08/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 07 de agosto de 2015.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

EXTRATO AVISO PREGÃO HOSPITAL 009_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 009/2015

A Diretora do Hospital Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de gênero alimentício e material de limpeza para serem utilizados pelo hospital municipal anchietense na alimentação de paciente em observação e limpeza do prédio. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 21/08/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 07 de agosto de 2015.
RITA BRESSAN DE LIMA
Diretora Administrativa

Antônio Carlos

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 088/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 088/2015; Origem: Processo Licitatório nº 036/2015 – Tomada de Preço nº 004/2015. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, aditar quantitativamente o presente contrato, que consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para pavimentação dos passeios públicos, na revitalização da Avenida João Antônio Besen no Centro do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Fica alterado o valor originário do presente contrato R\$ 223.460,00 (duzentos e vinte e três mil e quatrocentos e sessenta reais), devendo ser acrescido a importância de R\$ 49.848,22 (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais e vinte de dois centavos), passando a constar a soma de R\$ 273.308,22 (duzentos e setenta e três mil trezentos e oito reais e vinte de dois centavos). As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 06 de agosto de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO Nº 0022 2015 -CESTAS BÁSICAS CRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0022/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA PESSOAS CARENTES E EM TRATAMENTO DE SAÚDE NO CENTRO DE PESQUISAS ONCOLÓGICAS – CEPON EM FLORIANÓPOLIS SC.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 20/08/2015

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 20/08/2015

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 07/08/2015

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

CÂMARA MUNICIPAL

PRORROGAÇÃO PP 003/CMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/CMBR/2015

Considerando a imperiosa necessidade de contratação pela Câmara Municipal da aquisição na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

O Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/CMBR/2015, cujo objeto é contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículo, pertencente à Câmara Municipal de Balneário Rincão, durante o exercício de 2015, com abertura programada para o dia 07/08/2015, às 10h00min, SERÁ REABERTA NO DIA 20/08/2015 as 10h00min, NAS MESMAS CONDIÇÕES DO EDITAL INAUGURAL, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.
2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 07 de Agosto de 2015.

RAFAEL MOTA CUSTODIO

PREGOEIRO

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

EXTRATO DE ADITIVO 01

EXTRATO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 001/SAMAE/2015; ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 001/SAMAE/2015, que prevê o termino em 31/07/2015, por mais 150 (cento e cinquenta) dias, ou seja, até 31/12/2015. em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados e demais motivos constantes do Parecer Jurídico. ASSINATURA: 30/07/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior – Presidente I e pela empresa o Sr. FERNANDO WEBER SCHLICKMANN.

Barra Velha

PREFEITURA

PP 012/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 017/2015 – FMS - Pregão Presencial nº 012/2015-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por LOTE, para fornecimento de gases medicinais para o Pronto Atendimento do Município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 21/08/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 21/08/2015 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 07 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

PP 013/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 018/2015 – FMS - Pregão Presencial nº 013/2015-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por LOTE, para locação de aparelho de ultrassonografia, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 21/08/2015 às 15:30 horas. Data da Sessão Pública: 21/08/2015 às 15:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 07 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 23-2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2015

Referente: Processo Licitatório nº 16/2015

Contratada: GISELA SCHULZ

Objeto: PRORROGA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Vigência: 01/08/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 29/07/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.141/2015

LEI Nº 8.141, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE ATENÇÃO E LUTA CONTRA O LÚPUS", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Atenção e Luta contra o Lúpus, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 10 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.142/2015

LEI Nº 8.142, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI A "SEMANA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE À DEPRESSÃO", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída e incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, a Semana Municipal de Informação, Prevenção e Combate à Depressão, a ser realizada, anualmente, na segunda semana do mês de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.682/2015

DECRETO Nº 10.682, DE 16 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.128, de 15 de julho de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta no valor de R\$ 8.513.000,00 (oito milhões, quinhentos e treze mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade 3.3.93 (6) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 02.01.04.122.0002.2005 – Aporte Capital p/ Empresa Econ. Mista

Modalidade 4.5.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.3.90 (55) aplicações Diretas R\$ 143.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 900.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conser. Patr.

Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 930.000,00

Modalidade 4.4.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria Serv. Ouv. Atendimento ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Manut. Ativ. Serv. Ouv. Atend. Público

Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 97.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Adm. Segg

Modalidade 3.3.90 (93) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0709 – Diretoria de Infraestrutura Tecnológica

Atividade 07.09.04.126.0002.2315 – Manut. Ativ. Infraestr. Tecnológica

Modalidade 3.3.90 (115) Aplicações Diretas R\$ 367.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Const. Cobertura de Quadras Esportivas

Modalidade 4.4.90 (155) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino

Fundamental

Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 4.4.90 (667) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0132.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2045 – Manut. Ativ. Educ. Inf. – Sal. Educ.

Modalidade 3.3.90 (188) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0136.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1202 – Diretoria de Habitação

Atividade 12.02.16.482.0005.2284 – Manut. Ativ. Habitação

Modalidade 3.3.90 (401) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Semu-des

Modalidade 3.3.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 227.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 – Manut. Ativ. Adm. da SEPLAN

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 13.01.15.451.0006.1163 – Estudos e Elaboração de Projetos

Modalidade 4.4.90 (464) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 1402.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.3.90 (663) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manut. de Bairros

Modalidade 3.3.90 (508) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.3.90 (540) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Sector

Modalidade 3.3.90 (607) Aplicações Diretas R\$ 165.000,00

Fonte de Recursos 0100.000

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Modalidade 3.3.90 (613) Aplicações Diretas R\$ 72.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (614) Aplicações Diretas R\$ 1.351.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

17 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Intendência Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativas

da Idivi

Modalidade 3.3.90 (622) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2004 – Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (11) Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 520.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Adm. e Legislativa

Projeto 04.02.03.091.0002.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 3.748.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0703 – Diretoria de Orçamento

Atividade 07.03.04.121.0002.2273 – Manut. Ativ. Orçamento

Modalidade 3.3.90 (100) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Modalidade 4.4.90 (101) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0706 – Diretoria de Custos

Atividade 07.06.04.121.0002.2276 – Manut. Ativ. Custos

Modalidade 4.4.90 (110) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0902 – Diretoria de Programas e Projetos Integrados

Atividade 09.02.12.364.0011.2040 – Furb

Modalidade 3.3.90 (148) Aplicações Diretas R\$ 86.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1003 – Construção/Ampliação/Reformas Ues

Modalidade 4.4.90 (150) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0132.00000

Projeto 09.03.12.361.0004.1005 – Desapropriações – Ensino Fundamental

Modalidade 4.4.90 (159) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Projeto 09.03.12.365.0004.1006 – Construção/Ampl/Reforma CEIs

Modalidade 4.4.90 (175) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 4.4.90 (177) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0136.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1202 – Diretoria de Habitação

Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Execução de Obras Serv. Prog. Hab.

Modalidade 3.3.90 (396) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Modalidade 4.4.90 (398) Aplicações Diretas R\$ 370.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Projeto 14.03.15.451.0013.1100 – Exec. Ações p/ Rec. Est. Dec. Emerg. Cal. Púb.

Modalidade 4.4.90 (517) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Projeto 15.02.11.334.0003.1076 – Construção do Pólo de Tecn. Inovação

Modalidade 4.4.90 (535) Aplicações Diretas R\$ 42.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 15.02.11.334.0003.2266 – Apoio a Ações Int. Econ. Sol. p/ Des. Econ.

Modalidade 3.3.90 (547) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.04.122.0002.2253 – Cons. Int. do Médio Vale do Itajaí

Modalidade 3.1.71 (550) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Projeto 16.01.23.695.0008.1031 – Construção do Mercado Público

Modalidade 4.4.90 (603) Aplicações Diretas R\$ 1.351.000,00
Fonte de Recursos 0134.00000

Projeto 16.01.23.695.0008.1078 – Reforma Predial de Próprios Municipais

Modalidade 4.4.90 (604) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 16.01.23.695.0008.2099 – Ap. Fin. Blum. Convention & Visitors Bureau

Modalidade 3.3.50 (610) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 167.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município no valor de R\$ 2.549.400,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROM. EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Prom. Exposições de Blumenau – PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2140 – Manut. Ativ. Outros Eventos

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 889.300,00
Fonte de Recursos 0206.00000

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade 27.01.08.241.0010.2143 – Promoção do Idoso

Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 56.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 – Manut. Ativ. Assistência e Gestão

Modalidade 3.1.90 (08) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2173 – Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 730.000,00
Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2263 – At. Dom. – Equipe Multiprof. Apoio – Emaq

Modalidade 3.3.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.302.0009.2200 – Hospital Santa Isabel

Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

Fonte de Recursos 0238.00066

Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 230.100,00
Fonte de Recursos 0267.00065

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Manut. Ativ. Adm. Financ. Seterb

Modalidade 3.1.91 (05) Aplicações Diretas R\$ 229.000,00

Modalidade 3.3.90 (07) Aplicações Diretas R\$ 95.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Adm. e Legislativa

Projeto 04.02.03.091.0002.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 126.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promot. Exposições de Blumenau – PROEB

Atividade 26.01.23.695.0008.2141 – Ap. Fin. Blumenau Convention & Visitors Bureau

Modalidade 3.3.50 (17) Transf. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 800.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 26.01.23.695.0008.2236 – Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (18) Transf. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 89.300,00
Fonte de Recursos 0206.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto 31.01.10.301.0009.1052 – Obras Prog. Inv. Rede Serv. de Saúde

Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 730.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2171 – Proesf – Prog. Exp. Cons. Est. Saúde da Fam.

Modalidade 3.3.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.301.0009.2196 – Exec. Ação/Proj. Convênios do Estado

Modalidade 3.3.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Proc. Vinculados

Modalidade 3.3.90 (88) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065

Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 230.100,00
Fonte de Recursos 0267.00065

33 – SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

33.02 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 33.02.28.846.0002.2215 – Exec. Sent. Jud. Precat. do Seterb

Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.690/2015

DECRETO Nº 10.690, DE 29 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.605.0005.2210 – Manut. Sist. de Abast. de Água
Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.605.0005.2210 – Manut. Sist. de Abast. de Água
Modalidade 4.4.90 (44) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.692/2015

DECRETO Nº 10.692, DE 31 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU – FCB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural de Blumenau, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. das Ativ. da Fundação
Modalidade 3.3.91 (18) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste

Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. das Ativ. da Fundação
Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.693/2015

DECRETO Nº 10.693, DE 31 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na seguinte dotação orçamentária:

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.452.0005.2208 – Man. Ativ. Coleta Trat. e Dest. Final
Modalidade 3.3.90 (33) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.452.0005.2208 – Man. Ativ. Coleta Trat. e Dest. Final
Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.696/2015

DECRETO Nº 10.696, DE 31 DE JULHO DE 2015.

REVOGA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTUDO DE IMPACTO DE PÓLO GERADOR DE VIAGENS – EIPGV".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, I, "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de

conformidade com a Lei Complementar nº 615, de 15 de dezembro de 2006 e com fundamento na Lei Complementar nº 748, de 23 de março de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os itens 15, 16, 19 e 20 do Anexo I do Decreto nº 10.193, de 27 de novembro de 2013, que "Dispõe sobre o Estudo de Impacto de Pólo Gerador de Viagens – EIPGV".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.697/2015

DECRETO Nº 10.697, DE 31 DE JULHO DE 2015.

DELIMITA IMÓVEIS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU, COMO ZONA DE URBANIZAÇÃO ESPECIAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO PROJETO "MORE LEGAL".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso I, alínea n, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 4º da Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000,

DECRETA:

Art. 1º Ficam delimitados como Zona de Urbanização Especial, para fins de aplicação do Projeto "More Legal", Lei Complementar nº 295, de 08 de novembro de 2000, os seguintes imóveis:

I – DE ADELINO GELSLEICHTER:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Itoupava Central, na Rua Tereza Fischer, contendo 536,00m², fazendo frente em 15,00m com o lado ímpar da Rua Tereza Fischer, fundos em 16,00m com terras de Gilberto Luiz Martins; estremando pelo lado direito em 32,00m com terras de Manoel Tomaz, e pelo lado esquerdo em 35,00m com o lado ímpar da Rua Luize Pofahl, sem benfeitorias, matriculado no 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº5.574;

II – DE CASSEMIRO MICHALACH:

Um terreno situado nesta cidade, no bairro Garcia, na Rua Barbacena, contendo a área de 3.325,50 m², fazendo frente em quatro linhas, sendo a primeira linha a partir do lado esquerdo em 15,00m, a segunda linha alarga o terreno em 2,44m, ambas com o virador da Rua Barbacena, a terceira linha novamente ao lado direito em 37,96m e a quarta linha em 43,87m, ambas com a área remanescente de Cassemiro Michalach, fundos em oito linhas, a primeira linha a partir do lado direito em 9,57m, a segunda linha em 16,60m, a terceira linha em 21,26m, a quarta linha alarga o terreno em 15,41m, a quinta linha em 4,71m, a sexta linha novamente em direção ao lado direito em 2,41m, a sétima linha em 28,28m a oitava linha em 5,60m, todas com área remanescente de Cassemiro Michalach; estremando pelo lado direito em duas linhas, a primeira linha a partir da frente em 20,55 metros, e a segunda linha em 17,12m, ambas com área remanescente de Cassemiro Michalach, e pelo lado esquerdo em 28,06m com terras de José de Fatma Boschette, sem benfeitorias, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº29.196;

III – DE ESPÓLIO DE REINHARD RULINSKY:

Um terreno situado nesta cidade, no Bairro Progresso, na Rua Santa Teresinha, contendo 450,53m², fazendo frente em 10,50m com o lado par da Rua Santa Teresinha e mais em 4,30m com a curva de concordância formada pelas ruas Santa Teresinha e Ricardo Adolfo Müller, fundos em 10,00m com terras de Francisco Carvalho de Souza; estremando pelo lado direito em 40,90m com terras de Arthur Schmidt, e pelo lado esquerdo em 37,00m com o lado ímpar da Rua Ricardo Adolfo Müller, sem benfeitorias, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob nº15.201.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de julho de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.990/2015

PORTARIA Nº 18.990, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 233/2015, de 31/07/2015, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 03 de agosto de 2015:

ARLEIA DALPOSSO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

GISIELE FERNANDES DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

ANDERSON DE CUFFA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Neurologista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2011;

ELANIA SARMENTO JASBICK TORRES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Otorrinolaringologista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

LIZ ANIE COMIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

CAROLINE HARTMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder

Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2011;

MARCELA BERTO SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

LUCILENE ALVES BORGES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

LUCIANA GUERRERO RICO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de História, do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 002/2011;

FELIPE ANZINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

NIVEO REMIR ROSKOWSKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 002/2011;

KATIA CRISTINA LANA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

MARCIA APARECIDA CARDOSO SPARVOLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 001/2014;

FILIPPE PIMONT BERNDT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

AMADEU DAVOGLIO LORGA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

LUCAS BARBIERI MANTOVANI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014;

CARLOS HENRIQUE PFIFFER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de

Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº. 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.992/2015

PORTARIA Nº 18.992, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR,

ANA MARIA DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras e Licitações, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeada pela Portaria nº 16.513, de 02 de janeiro de 2013, no dia 03 de agosto de 2015;

LORENA DURAES FERREIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente da Equipe Técnica, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, nomeada pela Portaria nº 18.486, de 26 de fevereiro de 2015, no dia 04 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.993/2015

PORTARIA Nº 18.993, DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA CLAUDIONOR CRUZ DE SOUZA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

CLAUDIONOR CRUZ DE SOUZA, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Compras e Licitações, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, no dia 04 de agosto de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de agosto de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 19º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 081/2010

EXTRATO – 19º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PATRIMONIAL E DE VEÍCULOS DO SETERB E DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 020/2010.

PREÇO: Totaliza o valor do contrato para os próximos 03 (três) meses em R\$ 120.801,51 (cento e vinte mil oitocentos e um reais e cinquenta e um centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 03 (três) meses, ou seja, de 07 de maio até 06 de agosto de 2015.

DATA: 16 de junho de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 135/13

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 135/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

MEGAFORTH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM GALPÃO DESTINADO À UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-140/2013.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 22.992,29 (vinte e dois mil, novecentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 275.907,48 (duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e sete reais e quarenta e oito centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de setembro de 2015 até 14 de setembro de 2016.

DATA: 28 de julho de 2015.

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 140/11

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ISAIAS RIBEIRO GERMANO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE DUAS SALAS COMERCIAIS DE ALVENARIA DESTINADAS AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. HASSO MULLER I.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-076/2011.

PRAZO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.754,43 (mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e três centavos) mensais, a contar do dia 17 de abril de 2015.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 164/12

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 164/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SCS SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E PALCO LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E PALCO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 097/2012.

PREÇO: Renova o valor R\$ 1.033.986,44 (um milhão, trinta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09 de agosto de 2015 até 08 de agosto de 2016.

DATA: 22 de julho de 2015.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 169/11

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO NOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-121/2011.

PREÇO: Renova o valor dos serviços que se mantém em R\$ 62.471,75 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 374.830,50 (trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 1º de agosto de 2015 até 31 de janeiro de 2016.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 175/11

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 175/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU - URB.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-120/2011.

PREÇO: Renova o valor da prestação de serviços que se mantém em R\$ 105.524,45 (cento e cinco mil, quinhentos e vinte e quatro reais e quarenta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 633.146,70 (seiscentos e trinta e três mil, cento e quarenta e seis reais e setenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 03 de agosto de 2015 até 02 de janeiro de 2016.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 185/14

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 185/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA RICARDO GEORG, BAIRRO IToupava CENTRAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-006/2014.

PREÇO: Acrescenta R\$ 21.135,59 (vinte e um mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), referente ao reequilíbrio econômico-financeiro ocasionado pela majoração dos preços dos materiais betuminosos e dos reajustes promovidos pela empresa Petróleo Brasileiro SA – Petrobras.

Acrescenta a quantia de R\$ 135.872,23 (cento e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos) e suprime a quantia de R\$ 27.759,72 (vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 09 de julho até 06 de outubro de 2015.

DATA: 17 de julho de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 186/14

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 186/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA OSWIN WACHHOLZ BAIRRO IToupava CENTRAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-009/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 60 (sessenta) dias, ou seja, de 1º de agosto até 29 de setembro de 2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de 6.154,04 (seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e quatro centavos), referente ao reequilíbrio econômico-financeiro ocasionado pela majoração dos preços dos materiais betuminosos e dos reajustes promovidos pela empresa Petróleo Brasileiro SA – Petrobras.

DATA: 29 de julho de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 187/14

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 187/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA GUSTAVO ZIMMERMANN.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-009/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 08 de agosto até 05 de novembro de 2015.

DATA: 30 de julho de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 192/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 192/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ECOMAX – CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE BIÓPSIA PERCUTÂNEA ORIENTADA POR TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, ULTRASSONOGRAFIA, RESONÂNCIA MAGNÉTICA, RAIOS-X.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial Nº 088/2014.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), sendo o valor unitário de cada um dos itens licitados (Item I à XI) fixados em R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 18 de agosto de 2015 até 17 de agosto de 2016.

DATA: 06 de julho de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 194/14
EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 194/14

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 02 (DOIS) ELEVADORES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 048/2014.

PREÇO: Renova o valor da prestação dos serviços que se mantém em R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, totalizando ao final do contrato o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de agosto de 2015 até 20 de agosto de 2016.

DATA: 03 de agosto de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 207/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº. 207/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para implantação de Ciclovias na Rua Ari Barroso, Bairro Itoupavazinha, Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital de Concorrência nº. 03-016/15 – Recursos 0410520-66/13 Pró Transporte – PAC II Mobilidade (Lote 01/ Item 01) - CEF/SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 016/2015.

PREÇO: R\$ 215.911,06 (duzentos e quinze mil, novecentos e onze reais e seis centavos).

PRAZO: 05 (cinco) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 16 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 208/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº. 208/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para implantação de Ciclovias na Rua Frederico Jensen, Bairro Itoupavazinha, Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital de Concorrência nº. 03-016/15 – Recursos 0410520-66/13 Pró Transporte – PAC II Mobilidade (Lote 01/ Item 02) - CEF/SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 016/2015.

PREÇO: R\$ 1.567.674,57 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 16 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 209/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº. 209/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para implantação de Ciclofaixa na Rua Gustavo Zimmermann, Bairro Itoupava Central, Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital de Concorrência nº. 03-016/15 – Recursos 0410520-66/13 Pró Transporte – PAC II Mobilidade (Lote 02/ Item 01) - CEF/SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 016/2015.

PREÇO: R\$ 1.890.423,87 (um milhão, oitocentos e noventa mil, quatrocentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos).

PRAZO: 08 (oito) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 16 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 210/2015
EXTRATO – CONTRATO Nº. 210/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para implantação de Passeio Compartilhado na Rua Guilherme Scharf, Bairro Itoupava Central, Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital de Concorrência nº. 03-016/15 – Recursos 0410520-66/13 Pró Transporte – PAC II Mobilidade (Lote 02/ Item

02) - CEF/SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 016/2015.

PREÇO: R\$ 344.782,99 (trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).

PRAZO: 05 (cinco) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 16 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 211/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 211/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para implantação de Ciclovias na Rua Profº Jacob Ineichen, Bairro Itoupavazinha, Blumenau/SC, conforme projetos, planilhas e demais informações constantes no edital de Concorrência nº. 03-016/15 – Recursos 0410520-66/13 Pró Transporte – PAC II Mobilidade (Lote 03) - CEF/SEMOB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 016/2015.

PREÇO: R\$ 935.963,69 (novecentos e trinta e cinco mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e nove centavos).

PRAZO: 05 (cinco) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 16 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 212/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 212/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Nascentes II, localizado na Rua Santa Maria, nº 2311, Bairro Progresso, Blumenau/SC, conforme termo de referência e demais anexos do edital. Termo de Convênio nº 0301.106-39 CEF - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 032/2015.

PREÇO: R\$ 120.580,00 (cento e vinte mil e quinhentos e oitenta reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 17 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 218/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 218/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Parque Paraíso, localizado na Rua Edmund Thurow, nº 55, Bairro Passo Manso, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 06 (seis) meses. Termo de Convênio nº 0307.559-47 CEF - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 034/2015.

PREÇO: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 22 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 219/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 219/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Trabalho Técnico Social (Programa Minha Casa Minha Vida) junto ao Residencial Nova Casa, localizado na Rua Rudolfo Walter, nº 1.720, Bairro Itoupava Central, Blumenau SC, conforme termo de referência e demais anexos do Edital, pelo período de 06 (seis) meses. Termo de Convênio nº 0298.198-65 CEF - SEMUDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 035/2015.

PREÇO: R\$ 44.380,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais).

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA: 22 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 221/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 221/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. NEDJELJKA ZIBERT.

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua Max Humpt, nº 1613, Bairro Salto do Norte, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento do Centro de Educação Infantil Evelina E. Eichstaedt - SEMED.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-101/15.

PREÇO: R\$ 30.601,08 (trinta mil, seiscentos e um reais e oito centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de 01 de agosto de 2015.

DATA: 23 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 226/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº 226/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA REGATA COMÉRCIO DE MOTOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de motos, conforme especificações constantes no edital (item 03) – SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 105/2015.

PREÇO: R\$ 102.900,00 (cento e dois mil e novecentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados da assinatura contratual.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 227/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 227/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.

OBJETO: Cessão de uso de software, incluso com atualizações, da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações), por este fornecidos, dispostos no site www.leismunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-096/2015.

PREÇO: R\$ 12.301,92 (doze mil, trezentos e um reais e noventa e dois centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, contados de 1º de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 228/2014

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. WALTRAUDE CORDEIRO.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 359,20M², SITUADO NESTA CIDADE, À RUA CUBA, Nº 40, BAIRRO PONTA AGUDA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. ODILON DE CAETANO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-201/2014.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.623,96 (três mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 43.487,52 (quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 228/15

EXTRATO – CONTRATO Nº 228/15

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

HOSPITAL DIA DO PULMÃO.

OBJETO: Realização de procedimento pneumológico, sendo 112 atendimentos mensais/estimados, pelo período de 12 meses - FMS/SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-016/2015.

PREÇO: R\$ 50.937,60 (cinquenta mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 248/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 248/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

MOB/M ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA REPÚBLICA ARGENTINA, Nº 2.077, BAIRRO PONTA AGUDA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO AMBULATÓRIO GERAL HEINZ SCHREDER – A.G. CENTRO.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-209/2014.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 312.000,00 (trezentos e doze mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016.

DATA: 23 de julho de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 250/14

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 250/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. PATRÍCIA STOLFI.

OBJETO: LOCAÇÃO DE GALPÃO PRÉ-MOLDADO LOCALIZADO NA RUA GUILHERME POERNER, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO ESF WALTER REITER.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-211/2014.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 5.830,00 (cinco mil, oitocentos e trinta reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 69.960,00 (sessenta e nove mil, novecentos e sessenta reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de setembro de 2015 até 31 de agosto de 2016.

DATA: 27 de julho de 2015.

EXTRATO TERMO DE REPASSE 2015/101

EXTRATO – TERMO DE REPASSE 2015/101

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL ERICH KLABUNDE

OBJETO: Despesas com aquisição de materiais diversos para revitalização da escola

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 06 de agosto de 2015.

PORTARIA Nº 608/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 608

CONCEDE PROMOÇÃO VERTICAL AOS SERVIDORES QUE INDICA, LOTADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, INTEGRANTES DO GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, VI, da Lei Complementar nº 507 de 17 de março de e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, todos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL

aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrante do Grupo Ocupacional Especialista do Quadro Permanente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA:

NÚMERO DE PROCESSO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO	A PARTIR DE	
			FAIXA	PADRÃO	
2015/4677	ELTON LUIZ RODRIGUES	Engenheiro Florestal	II	L	10/07/2015
2015/4784	FELISBERTO JOSÉ LUCIANI	Engenheiro Florestal	III	M	16/07/2015.

Blumenau, 05 de agosto de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

PORTARIA Nº 609/2015 - FAEMA

PORTARIA Nº 609

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A EDUARDO ALEXANDRE LOPES MENESES, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, LOTADO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, INTEGRANTE DO GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 6º, VI, da Lei Complementar nº 507 de 17 de março de e, e, com base nos artigos 24, 25 e 26 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

ao servidor público municipal estável, integrante do Grupo Ocupacional Especialista - GE:

NÚMERO DE PROCESSO	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO DE VENCIMENTO	A PARTIR DE
2015/2902	EDUARDO ALEXANDRE LOPES MENESES	Engenheiro Florestal	B	15/04/2015

Blumenau, 05 de agosto de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

HOMOLOGAÇÕES/2015 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06- 2227/2015: Registro de preços para possível contratação de serviços técnicos especializados para manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para a frota de veículos do SAMAE, pelo período de 01 (um) ano.

Empresa(s):

- MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

Valor Total R\$ 2.465.440,00

- MOTORS BY PÉRICLES OFICINA AUTOMOTIVA LTDA. EPP

Valor Total R\$ 509.594,20

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 31 de Julho de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06- 2232/2015: Aquisição de Equipamentos de Informática (impressoras, tablets, HD's, microcomputadores e afins) – SAMAE.

Empresa(s):

Empresa(s):

- DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA EIRELI ME -

Valor Total R\$ 45.795,70

- GISIANE MATILDE VIEIRA - ME

Valor total R\$ 17.410,00

- HARLEY DE AGUIAR JUNIOR ME

Valor Total R\$ 420.400,00

- MARCELO WEINRICH ME

Valor Total R\$ 3.740,00

- PRINTBLU COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Valor Total: R\$ 24.980,00

- WEIKAN TECNOLOGIA LTDA ME

Valor Total: R\$ 5.970,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04, Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 31 de Julho de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06- 2233/2015: Aquisição de móveis para uso na reestruturação de diversas seções da autarquia, conforme especificações constantes no edital - SAMAE.

Empresa(s):

- IRMÃOS PACHECO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. ME

Valor total R\$ 4.500,00

- NELITA GOMES FARIAS EPP

Valor Total R\$ 8.450,60

- PAPELARIA COPIATIC LTDA.

Valor Total R\$ 55.542,00

- SUPRIMOVEIS EIRELI EPP

Valor Total: R\$ 15.420,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal 7.732/04, Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 03 de agosto de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

AVISO DE ITENS FRACASSADOS

PREGÃO PRESENCIAL 06-2233/2015: Aquisição de móveis para uso na reestruturação de diversas seções da autarquia, conforme especificações constantes no edital - SAMAE.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, através de seu Presidente, torna público e comunica aos interessados que os Itens 01, 02, 07, 08, 09, 14, 17, 18, 26, 29, 31, 32, 36, 38, 39 e 40 da licitação em epígrafe, foram declarados FRACASSADOS.

Blumenau, 03 de agosto de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL 06 - 2211/2015: Registro de preços para aquisição pressurizadores de rede, tipo: booster compacto para água tratada, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa:

- TECNO CONTROL TECNOLOGIA E SISTEMA LTDA.

Valor Total R\$ 159.000,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 06 de Maio de 2015

Valdair José Matias

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 169/2015 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 169/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 127/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SÃO PAULO, Nº. 3.326, COM ÁREA DE 4.517,97M² (QUATRO MIL, QUINHENTOS E DEZESSETE VÍRGULA NOVENTA E SETE METROS QUADRADOS), BAIRRO ITROUPAVA SECA, DE PROPRIEDADE DO ESPÓLIO DE FRIEDRICH EUGEN STRAUSS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB) NO TOCANTE À AMPLIAÇÃO DOS ESPAÇOS DESTINADOS AO DISTRITO DE INOVAÇÃO, PARTE DO "PROGRAMA SC@2022 – SC ESTADO MÁXIMO DA INOVAÇÃO".

Contratados: Sr. Frederico Werner Strauss e Sra. Monica Strauss Ehrentreich (herdeiros de Friedrich Eugen Strauss).
Valor/Dotação: R\$ 100,00 (cem reais) mensais.
Programa de Trabalho/Elemento de Despesa:
01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/3.3.90.36.00

Blumenau, 30 de julho de 2015.
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PP 06-017/2015 - URB

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA-PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 06-017/2015

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 211/15, de 25 de maio de 2015, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que a SESSÃO PÚBLICA para Recebimento e Abertura Dos Envelopes realizada as 09h00min do dia 07 de agosto de 2015, com Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal de Santa Catarina no dia 23 de julho de 2015 e Boletim Oficial do Município de Blumenau, cujo objeto se trata do fornecimento parcelado de concreto usinado, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital. - TIPO: Menor Preço Unitário por Item, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-017/2015 – constatou-se a inexistência de interessados em participar do presente certame licitatório, restando DESERTA a presente licitação.

Blumenau, 07 de agosto de 2015.
João Batista da Siva Costa
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PP 06-012/2015 - URB

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA-PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 06-012/2015

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 211/15, de 25 de maio de 2015, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que a SESSÃO PÚBLICA para Recebimento e Abertura Dos Envelopes realizada as 09h00min do dia 06 de agosto de 2015, com Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal de Santa Catarina no dia 23 de julho de 2015 e Boletim Oficial do Município de Blumenau, cujo objeto se trata do fornecimento parcelado de tubos de concreto simples, tubos de concreto armado, tubos de concreto poroso, blocos, lajotas, meio-fio, calhas, gelo baiano e grelha, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I) deste Edital. - TIPO: Menor Preço Unitário por Item, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-012/2015 – constatou-se a inexistência de interessados em participar do presente certame licitatório, restando DESERTA a presente licitação.

Blumenau, 07 de agosto de 2015.
João Batista da Siva Costa
Pregoeiro

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 06-013/2015 - URBAVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

Pregão Presencial nº 013/2015.
Objeto: fornecimento parcelado de Materiais de Construção, pelo período de 12 (doze) meses.
Sessão de abertura: 21/08/2015 – 09h00min.

O Edital, com seu elemento constitutivo, poderá ser obtido no endereço eletrônico urb.licitacoes@terra.com.br ou retirado na Companhia de Urbanização de Blumenau, à Rua Norberto Seara Heusi, 892, Bairro Asilo - Blumenau/SC, mediante o pagamento de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU
Emerson Antunes
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20-02/2015**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20-02/2015

PROCESSO:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20-02/2015

CAUSA ENSEJADORA DA INEXIGIBILIDADE:

Artigo 25 da Lei 8.666/93.

OBJETO DO CONTRATO:

Fornecimento de vales-transportes à Câmara Municipal de Blumenau, para concessão de auxílio transporte a servidores, estágios e vereadores mirins, na forma da Lei Complementar nº 660/07, Resolução MD nº 2061/14 e Decreto Legislativo nº 382/99;

CONTRATADA:

Consórcio SIGA, formado por Empresa Nossa Senhora da Glória Ltda, Coletivos Rodovel Ltda e Viação Verde Vale Ltda.

CNPJ/MF DA CONTRATADA:

09.069.537/0001-82.

ENDEREÇO DA CONTRATADA:

Rua Ingo Hering, 20, centro, CEP 89.010-205, Blumenau – SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12 (doze) meses.

VALOR ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES:

R\$132.000,00

Blumenau, 03 de agosto de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE AGOSTO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 04 de agosto de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Acatado, em única discussão e votação, o veto total ao Projeto de Lei Complementar nº 1.348. Destino: comunique-se ao Executivo e ao arquivo.

Aprovadas, em única discussão e votação as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.856, 6.861, 6.863 e 6.867. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em única discussão e votação, as cessões do Plenário à Câmara Mirim e à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Destino: comunique-se.

Retiradas as Indicações nºs 7175, 7181, 7183 e 7187/2015; o Requerimento nº 970/2015; e o Projeto de Lei nº 6.899. Destino: ao arquivo.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, o Projeto de Lei nº 6.873 e o Projeto de Lei Complementar nº 1.474.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2374 e 2375. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada na Ordem do Dia: Requerimentos nºs 985 e 989/2015.

Transferido para a próxima sessão o Projeto de Lei nº 6.869 e as demais matérias constantes da Ordem do Dia.

Entrada do Projeto de Lei Complementar, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que "ALTERA DISPOSITIVO DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 789, DE 23 DE MARÇO DE 2011". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que "INSTITUI O DIA DA CAPOEIRA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que "INSTITUI O DIA DO CAPOEIRISTA NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que "DENOMINA DE DELFINO TOMIO ROTATÓRIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO DA VELHA". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Mário Hildebrandt, que "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO CICLISMO EM BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Robinson Fernando Soares, que "INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA JUVENTUDE EM BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE AGOSTO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 06 de agosto de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário
Adriano Pereira	Cezar João Cím
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

ORDEM DO DIA

Retirado da Ordem do Dia, para vistas, o Projeto de Lei nº 6.869.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.842 e 6.889. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirado o Requerimento nº 989/2015. Destino: ao arquivo.

Despachado para a próxima Sessão o Requerimento nº 985/2015.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2376, 2377, 2378, 2379, 2380 e 2381. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei, de autoria do Vereador Adriano Pereira, que "DENOMINA DE ARMIN PAUL WOTMEYER A PASSARELA PARA PEDESTRES LOCALIZADA NO BAIRRO VELHA GRANDE". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada da Mensagem de Veto Total ao Projeto de Lei nº 6.844. Destino: ao processo competente com trâmite de veto total.

Bom Retiro

PREFEITURA

55.15 - DEC. REPRISTINAÇÃO

DECRETO N.º 55/15 de 07.08.15

Revoga o Decreto nº 52/15 de 28.07.15, que altera o Decreto nº 008/12 de 21.01.13.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro- SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar n.º 36/11 de 14.12.11;

D e c r e t a:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 52/15, de 28.07.15.

Art. 2º - Fica repristinada a redação do Decreto nº 008/12 de 21.01.13.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,
07 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na data supra.

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

697.08.15 - P. LIC. PREMIO MARCIA D. S. GRUDTNER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 697/15 de 07.08.15
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 026/15 de 08.05.15, e despacho em 07.08.15, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, com pagamento parcelado nos meses de agosto, setembro e outubro, correspondente ao quinquênio 2010 (Dois Mil e Dez) a 2015 (Dois Mil e Quinze); a funcionária Marcia Denize Schiestl Grudtner ocupante do cargo de Assistente Social - Padrão 1 – Nível 9, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

696.08.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 696/15 de 07.08.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 06 de agosto de 2015, a funcionária Marilu de Almeida, ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de agosto de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

PL36-PP16/2015-SRP-GENEROS ALIMENTÍCIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 36/2015

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº36/2015-Pregão Presencial Nº16/2015-REGISTRO DE PREÇOS, para Aquisição de Gêneros Alimentícios diversos para manutenção para realização dos Encontros Recreativos De Idosos. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 21/08/2015. Abertura da sessão: dia 21/08/2015 às 09:15 Horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitação@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

BOTUVERÁ-SC, 10 de Agosto de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PL37-DISPENSA Nº06/2015-PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

Processo nº37/2015 – Dispensa nº 06/2015

Chamada Pública nº02/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC torna público o Processo de Dispensa nº 06/2015, para aquisição de produtos da agricultura familiar, em decorrência da Chamada Pública nº 02/2015, para atendimento da merenda escolar disponibilizada aos alunos da rede municipal de ensino. Data de entrega dos envelopes: até as 15:30hrs do dia 26/08/2015. O processo completo está disponível no setor de licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Informações: Fone/Fax (47) 3359-1170/3359-3200 e e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br , site www.botuvera.sc.gov.br .

Botuverá, 07 de Agosto de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito

Braço do Trombudo

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO EDITAL PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

A Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com as determinações constantes em Ata do livro próprio e Lei Municipal nº 0794/2014 de 12/05/2014

TORNA PÚBLICO o seguinte:

Art. 1º. Atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital para eleição de Conselheiro Tutelar ficam HOMOLOGADAS as inscrições dos candidatos abaixo relacionadas em ordem alfabética.

Nº Insc.	Candidato	Data Nascimento
001	Eliciana Eliza Eble	27/01/1980
002	Sonia da Silva	10/08/1983
003	Silvana Gonçalves dos Santos Coelho	02/09/1977
004	Marizete Beschold do Nascimento	25/04/1968
005	Marilda Matteussi Pacher	17/06/1975
006	Joseane Lana Bittencourt	24/06/1976
007	Luciana Cipriano	13/08/1984
008	Debora Vermoehlen	22/04/1989
009	Maria de Lourdes Rosa Mittelman	12/05/1972
010	Chaiana Jaine Baade	09/07/1993
011	Tania Regina Larsen Vicente	13/03/1972
012	Rosimeri Valente	25/09/1973
013	Inscrição Indeferida	
014	Derci Alves de Souza	14/08/1955
015	Katia Karina Holler	11/02/1989
016	Luciana Soares	04/02/1986
017	Elizangela Heinert	28/02/1982
018	Camila Bonetti	25/03/1989
019	Kauli João dos Santos	06/06/1984

Art. 2º. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 10 e 11 de Agosto, de acordo com as normas do edital.

Art. 3º A capacitação dos candidatos será dia 17/08/2015, das 8h às 12h e das 13h às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, Rua Bernard Wetzel, nº 109, Centro, Braço do Trombudo – SC.

Art. 4º. A prova escrita objetiva será realizada no dia 18 de agosto de 2015, na Secretaria Municipal de Educação, Rua Bernard Wetzel, nº 109, Centro, Braço do Trombudo – SC, no seguinte horário:

Cargo	Início da Prova	Término
Conselheiro Tutelar	9h	10h30min

Art. 4º. Esta homologação entra em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo/SC, 07 de agosto de 2015.
Adelir Silveira
Presidente do CMDCA

PORTARIA 0120/2015

PORTARIA Nº 0120/2015
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Janaina Elvira Seidler, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - Mer./Serv., por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 05.08.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de agosto de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA 0121/2015

PORTARIA Nº 0121/2015
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Tatiana Luiza Hoeltgebaum, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./Serv., por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 05.08.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de agosto de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9 2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015 Data do Registro: 10/02/2015 Válido até: 10/02/2016									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Tubo de Concreto 200x20MM (15694)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	15,5000	1		
2	Tubo de Concreto 400x1000 (15695)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	28,7000	1		
3	Tubo de Concreto 500x1000 (15696)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	43,5000	1		
4	Tubo de Concreto 600x1000 (15697)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	55,0000	1		
5	Tubo de Concreto 800x1000 (15698)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	137,0000	1		
6	Tubo de Concreto 1000x1000 (15699)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	198,5000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 10/02/2015		Válido até: 10/02/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Tubo de Concreto 300x1000 (15700)	UND	FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP (6859)	Fronza	0	18,0000	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2015

Número do Registro de Preços: 9/2015		Data do Registro: 10/02/2015		Válido até: 10/02/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, Ruas municipais e localidades rurais do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2015
PROCESSO Nº 4/2015
(6859) - FRONZAARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

Braço do Trombudo, 10 de Fevereiro de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 844

LEI Nº 844, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A
ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e conforme autorização contida na Lei Municipal nº 823/14 de 5 de dezembro de 2014, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele Sanciona a seguinte Lei:

LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Modalidade 3.3.93.00.00.00.00.01.0000 R\$ 3.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional especial correrão à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 01.01 – CÂMARA DE VEREADORES

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 R\$ 3.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,
em 06 de agosto de 2015.
Ademil Antonio da Rosa,
Prefeito Municipal.

José Thieres Alves Ribeiro
Secretário de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada no DOM.

RESOLUÇÃO 01/2015

CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DE INTERESSE SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº. 01, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

(Publicada no _____ em _____)

Aprova o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, na forma do artigo 5º da Lei nº 394, de 14 de novembro de 2006, resolve:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo, o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, do município de Brunópolis.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente do Conselho
Rosa Maria Betiolo

Brusque

PREFEITURA

CORREÇÃO AO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2014.

CORREÇÃO AO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014 - QUANTITATIVO E QUALITATIVO.

Considerando equívoco da Fiscalização e recomendação da CAIXA, o extrato em questão passa a vigor nos seguintes termos:

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 077/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem Azza EIRELI, em 09/07/2015.

Objeto: Acréscimo de quantitativo e alteração qualitativa dos serviços que compõe a planilha orçamentária do Contrato nº 077/2014, cujo objeto é a execução das obras de duplicação da Rodovia Antônio Heil (SC 486). Valor: R\$ 605.170,22. Fundamento legal: Artigo 58, inciso I e artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93.

Origem: Concorrência nº 010/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Miguel Comandolli Júnior e Avelino Alvarez.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 045/2015, em 03/08/2015.

Objeto: Aquisição de uniformes/vestimentas de proteção para uso junto à rede elétrica. Valor: R\$ 15.499,96. Origem: Pregão nº 040/2015. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Miguel Comandolli Júnior.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 065/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 065/2014, entre o Município de Brusque e a empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E CONSTRUTORA JEREMIAS LTDA, em 05/08/2015. Objeto: Aditivo quantitativo a ata de registro de preços. Valor: R\$ 30.301,25. Fundamento legal: artigo 11, §1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c art. 65, §1º da Lei 8666/93. Origem: Pregão nº 093/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatário: Cristiano Bittencourt.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014 - SUPRESSÃO. Considerando equívoco da Fiscalização e recomendação da CAIXA, o extrato em questão passa a vigor nos seguintes termos: Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 077/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Terraplenagem Azza EIRELI, em 09/07/2015. Objeto: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 433.912,19. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 010/2014. Signatários: Miguel Comandolli Junior e Avelino Alvarez.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2014

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 004/2014, entre o Município de Brusque e a empresa Germann Construtora Ltda EPP, em 30/07/2015. Objeto: Acréscimo quantitativo (25%). Valor: R\$ 775.357,50. Fundamento legal: Artigo 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 133/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Cristiano Bittencourt e Sergio Luciano Kuehl.

PORTARIA Nº 1.052/2015

PORTARIA Nº 1052/2015, de 29 de abril de 2015.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 14/2014 – referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 01/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o prazo dado para querendo a indiciada fazer pedido de recurso ou pedido de reconsideração, dando assim a ampla defesa e contraditório.

Considerando, a grande demanda de trabalho e mudança do Secretário Municipal de Orçamento e Gestão.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora desfavor da servidora BERNADETE FELÍCIO, brasileira, portadora do CPF nº 495.246.409.10, RG nº 1.408.103-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretária Municipal de Saúde e trabalhando atualmente na Unidade Básica de Ponta Russa como enfermeira coordenadora, mat. 1668.3-02, nomeada pela portaria nº 1562/2014, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho - datado de 17 de outubro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como através do memorando nº 026/2014 encaminhado pelo Gabinete do Prefeito de 13/10/2014, onde em tese a indiciada em horário de expediente foi flagrada deitada sobre duas cadeiras deixando de atender os que procuravam o serviço público na unidade de saúde. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, VI, , VI e art. 175, incisos XII, XIX, bem como art. 188, V, todos da Lei complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 24/04/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO –PROC. DE LICITAÇÃO 53-2015 - PREGÃO 35-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE SUSPENSÃO –PROC. DE LICITAÇÃO 53-2015 - PREGÃO 35-2015

O Município de Caçador/SC torna público a Suspensão do processo Licitatório nº 53/2015, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS AS ESCOLAS MUNICIPAIS, para adequações no edital.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 06 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.493

DECRETO Nº 6.493, de 05 de agosto de 2015.

Nomeia o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, de conformidade com a Lei nº 1.953, de 14/08/2003 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal do Idoso - CMI, biênio 2015/2017, de acordo com a Lei nº 1.953, de 14/08/2003 e suas alterações, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

1- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Cristina Rese Teixeira

Suplente: Marcelo Silvio Alves

2- Secretaria Municipal de Educação

Titular: Diocleia Alves de Moura

Suplente: Marinez Stefan de Mello

3- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Leticia Maria Rostirolla

Suplente: Larissa Strapazon Binder

4- Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: Luiz Ronaldo Tortatto

Suplente: Kamila Mroz

5- Secretaria de Desenvolvimento Regional- SDR

Titular: Sandra Spautz Granemann

Suplente: Jean Carlo Ribeiro

6- INSS (Agência de Previdência Social em Caçador/SC)

Titular: Marcelo Marques

Suplente: Elaine Raquel Bulat

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Um representante de entidades do meio rural:

Associação dos Psicólogos de Caçador e Região- APSIC

Titular: Maria Augusta Nhoato Moreira

Suplente: Monica Tavares

b) Um representante indicado dentre os grupos de idosos:

Grupo de Idoso de Caçador

Titular: Amália Lechineski Oliveira

Suplente: Maria Faustino dos Santos Lima

c) Um representante das entidades prestadoras de serviços:

Associação Franco Brasileira- Hospital Maicé

Titular: Deisi Pinzegher

Suplente: Liliane Bier Scherer

d) Um representante dos Trabalhadores na área do idoso:

Associação dos Assistentes Sociais de Caçador/SC

Titular: Rubens Ribeiro

Suplente: Milene Rodrigues da Silva

e) Um representante de serviços e organizações de Assistência Social:

Pastoral da Pessoa Idosa

Titular: Leoni Terezinha Welicz

Suplente: Teresinha Maria Bressan Buba

f) Um representante de entidades que trabalham com idosos:

Associação dos Idosos do Município de Caçador

Titular: Pedro Rodrigues Fernandes

Suplente: Eva Terezinha França Berti

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 5.657, de 06 de agosto de 2013, 6.340, de 16 de março de 2015 e 6.371, de 16 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.497

DECRETO Nº 6.497, de 07 de agosto de 2015.

Suplementa Dotações Orçamentárias, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 411.500,00 (quatrocentos e onze mil e quinhentos reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

SOMA
..... R\$ 170.000,00

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

02.07 SECRETARIA DE AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.500,00

08.244.0005.2.192 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 32.500,00

08.244.0005.2.193 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 18.500,00

SOMA
..... R\$ 61.500,00

TOTAL
..... R\$ 411.500,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor total de R\$ 411.500,00 (quatrocentos e onze mil e quinhentos reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

04.122.0002.2.006 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

SOMA
..... R\$ 170.000,00

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 100.000,00

02.07 SECRETARIA DE AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.091 – Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

05 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

4.4.90.00.0052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.500,00

08.244.0005.2.192 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

4.4.90.00.0052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 32.500,00

08.244.0005.2.193 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

4.4.90.00.0052 - Aplicações Diretas
..... R\$ 18.500,00

SOMA
..... R\$ 61.500,00

TOTAL
..... R\$ 411.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.499

DECRETO Nº 6.499, de 07 de agosto de 2015.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.242, de 06 de agosto de 2015, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) nas seguintes modalidades de aplicação do Orçamento vigente do Município de Caçador:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$
.....	10.000,00

02.08 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

04.122.0002.2.158 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$
.....	5.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas	R\$
.....	80.000,00

14 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR - FUNDEMA

14.04 - DIVISÃO DE CONTROLE DE ZOOSE E DEFESA DE ANIMAIS

10.305.0024.2.039 - Vacinação e Controle de População Animal

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$
.....	50.000,00
Total	R\$
.....	145.000,00

Art. 2º Por conta das suplementações dispostas no art. 1º, ficam anuladas as modalidades de aplicação a seguir especificadas, do Orçamento vigente do Município de Caçador, na importância de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais):

03.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0000.0.003 - Pagamento de Sentenças Judiciais

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$
.....	10.000,00

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas	R\$
.....	5.000,00

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas	R\$
.....	80.000,00

14 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAÇADOR - FUNDEMA

14.05 - DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO - FUNSAM

17.512.0024.1.018 - Aquisição de Equipamentos e Veículos

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$
.....	50.000,00
Total	R\$
.....	145.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.500

DECRETO Nº 6.500, de 07 de agosto de 2015.

Estabelece horário especial de expediente para a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, incisos VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990,

DECRETA :

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente para a equipe da patrulha mecanizada – setor do interior, da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, das 07h00 às 13h00, a contar de 03 de agosto de 2015.

Parágrafo único. Os servidores lotados ou colocados a disposição dessa Secretaria, deverão cumprir a carga horária estabelecida para seus respectivos cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.343

PORTARIA Nº 25.343, de 25 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, da Secretaria Municipal de Saúde, especificando: código, nome, cargo, carga horária, referência e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H.	Prorrogar até:
13369	Adilso da Silva	Motorista	44	30/06/2015
13321	Alberto Luiz Aramaki	Terapeuta Ocupacional	30	30/06/2015
13375	André Eduardo Lemos	Odontólogo	20	30/06/2015
13368	Antonio Rogério Nhaia	Motorista	44	30/06/2015
12599	Cibele Urio Klaumann	Fisioterapeuta	20	30/06/2015
12884	Cícero Pereira	Médico	40	30/06/2015
13474	Dilson Luiz Correa	Médico	40	30/06/2015
13571	Douglas Pereira Carniel	Médico	20	30/06/2015
12589	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	40	30/06/2015

13493	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	20	30/06/2015
12592	Elizabeth Mary Kinceler	Médico	20	30/06/2015
12773	Everton Zeni	Médico	20	30/06/2015
11339	Flávio Scalcon	Médico	40	30/06/2015
13567	Ilse Maria Schmidt Driessen	Médico	20	30/06/2015
12454	Jair de Azeredo	Motorista	44	30/06/2015
12856	Jocelene Nogueira	Terapeuta Ocupacional	30	30/06/2015
11327	Jorge Henrique Muller João	Terapeuta em Dependência Química	35	30/06/2015
12858	Leandro Medeiros	Motorista	44	30/06/2015
12885	Lenise Heinzmann	Médico	20	30/06/2015
12578	Lucimara dos Santos Correa	Auxiliar de Serviços Gerais	44	30/06/2015
13317	Marcelo de Carvalho Taveira	Médico	40	30/06/2015
12663	Marcos Antonio Henning	Médico Psiquiatra	20	30/06/2015
12586	Matheus Moro	Médico	10	30/06/2015
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	Motorista	44	30/06/2015
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	Continuo	35	30/06/2015
11322	Northon André Felipe Knoublauch	Médico	20	30/06/2015
12860	Oscar Armando Puin Manrique	Médico	20	30/06/2015
13370	Raphael Salgado Pedroso	Médico	40	30/06/2015
13316	Ricardo Rigo Burkle	Médico	20	30/06/2015
13569	Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura	Médico	20	30/06/2015
13413	Rose Mari Voloche	Auxiliar de Serviços Gerais	44	30/06/2015
12596	Rudyr Fausto Buba	Médico	20	30/06/2015
12727	Rudyr Fausto Buba	Médico	20	30/06/2015
12795	Thiago Muniz de Lima	Médico	20	30/06/2015
12765	Wylar Marinho Robert	Médico	20	30/06/2015
13320	Youssef Elias Ammar	Médico	40	30/06/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.719

PORTARIA Nº 25.719, de 14 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, conversão em dinheiro de um terço e gozo de dois terços de Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome do servidor, cargo, período de aquisição, parcela convertida e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Conversão/ Período de Gozo
2634	Argemiro Zotto	Operador de Máquinas Pesadas	02/06/2006 a 02/06/2011	1/3
2634	Argemiro Zotto	Operador de Máquinas Pesadas	02/06/2006 a 02/06/2011	01/07/2015 a 29/08/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de julho de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Denise Chiarello Hartmann
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 25.721

PORTARIA Nº 25.721, de 14 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
9073	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professor Ensino Fundamental I	005	1/3	01/08/2007 a 01/08/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
14 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.722

PORTARIA Nº 25.722, de 14 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	Servente da Educação	005	1/3	01/07/2003 a 01/07/2008

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
14 de julho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.725

PORTARIA Nº 25.725, de 14 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
1136	Luiza Samira Flores Alves	Professor Ensino Fundamen- tal I	030	1/3	14/02/2004 a 14/02/2009

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
14 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.726

PORTARIA Nº 25.726, de 14 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
676	Mariluce Lopes Stanke	Servente da Educação	005	1/3	08/09/2008 a 08/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
14 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.749

PORTARIA Nº 25.749, de 28 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de Servidores Públicos Municipais em caráter temporário, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, com redação da MP nº 664, de 30 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos, empregos públicos e de contrato temporário, lotados nas diversas Secretarias e órgãos municipais, licença para tratamento de saúde, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos, locais de atuação, dias de afastamento, dias lançados para pagamento e período, conforme segue:

I - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Período – A Contar de:		
1072	Andreia Marcia Reatto Stefanos	Auxiliar de Enfermagem	006	15 dias	16/07/2015 a 30/07/2015		
10251	Ariane de Quadros Garcia	Técnico em Enfermagem	006	13 dias	02/07/2015 a 06/07/2015 e de 13/07/2015 a 20/07/2015		
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	008	15 dias	21/07/2015 a 04/08/2015		
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	003	05 dias	03/07/2015 a 07/07/2015		

1004	Sebastião Miguel Cachoeira	Técnico Tributário	023	05 dias	07/07/2015 a 08/07/2015 e de 15/07/2015 a 17/07/2015
135	Sueli Terezinha Bueno	Agente Serviços Obras Públ.	011	04 dias	06/07/2015 a 09/07/2015
11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	Auxiliar de Enfermagem	006	30 dias	15/07/2015 a 13/08/2015
890	Vidalmina Prado dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	006	30 dias	08/07/2015 a 06/08/2015

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ACTs, EMPREGADOS PÚBLICOS e EM COMISSÃO

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Dias Lançados	Período – A Contar de:
13845	Eliziane Simas	Agente Comunitário Saúde	006	05 dias	05 dias	03/07/2015 a 07/07/2015
13524	Franciele Carline Zenaro	Enfermeiro ESF	006	15 dias	15 dias	10/07/2015 a 24/07/2015
11883	Gislaine Martins Bueno	Agente Comunitário Saúde	006	05 dias	05 dias	03/07/2015 a 07/07/2015
11882	Ivonete Aparecida Sebem	Agente Comunitário Saúde	006	17 dias	17 dias	01/07/2015 a 17/07/2015
11851	Leticia Maria Rostirolla	Enfermeiro ESF	006	31 dias	31 dias	06/07/2015 a 05/08/2015
13891	Meghi Cristine Nizer	Agente Comunitário Saúde	006	04 dias	04 dias	14/07/2015 a 17/07/2015
13773	Thabita Kelyne Rotta	Técnico em Enfermagem	006	06 dias	06 dias	15/07/2015 a 17/07/2015 e de 20/07/2015 a 22/07/2015
12035	Zoraide Neto da Silva	Agente Comunitário Saúde	006	07 dias	07 dias	03/07/2015 a 09/07/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de julho de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.750

PORTARIA nº 25.750, de 28 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome, Secretaria/Órgão de lotação e nível ascendido no mês de julho de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secr. Lotação	Nível Ascendido
476	Altair Jorge Machado	Mecânico	003	Nível IX p/ Nível X
10916	Anderson dos Santos	Auxiliar Serv. Obr. Públ.	003	Nível 0 p/ Nível I
9384	Dinamar Aparecida Gomes	Enfermeiro	006	Nível II p/ Nível III
1046	Elena G. Grabasch Carneiro	Telefonista	002	Nível X p/ Nível XI
7671	Francieli Antunes de Macedo	Técnico Contabilidade	023	Nível III p/ Nível IV
7670	Isolete Renon Farias	Assistente Social	008	Nível III p/ Nível IV
7707	Ivanir Weber	Auxiliar em Saúde Bucal	006	Nível III p/ Nível IV
12009	Luana Lourenço Longhi	Assistente Administr.	012	Nível 0 p/ Nível I
10217	Luciana Marques	Assistente Social	008	Nível I p/ Nível II
7669	Patricia A. Rodrigues Miranda	Auxiliar Serviços Gerais	002	Nível III p/ Nível IV
2648	Seleme Luiz Scolaro	Motorista	003	Nível V p/ Nível VI
10234	Sheila Regina Mandelli	Farmacêutico	006	Nível I p/ Nível II

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de julho de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.795

PORTARIA nº 25.795, de 06 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar substituição de dois pneus estepe relativamente novos, com pouco uso, por dois pneus velhos/usados/carecas, dos veículos pertencentes ao patrimônio público municipal, sendo um Palio placa MCU-7466, e um Palio placa MCU-7636, utilizados pela Secretaria Municipal da Administração. Os pneus originais tinham aproximadamente um ano de uso, e teriam sido “trocados” por outros, velhos e desgastados. A Comissão deverá apurar amplamente toda e qualquer irregularidade que eventualmente possa ter ocorrido, e se há envolvimento de servidores e/ou funcionários públicos municipais, tudo conforme consta na denúncia e demais documentos que acompanham (Protocolo nº. 10746/2015).

Parágrafo Único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do procedimento, e deverá, se possível, apontar as irregularidades, os envolvidos bem como suas responsabilidades, e apontar a quem cabe a responsabilidade pelo ressarcimento do dano causado a terceiro, em conformidade com o art. 192 e seguintes da Lei Complementar nº. 56/2004.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, lotada junto à Secretaria Municipal da Educação, atuando como Coordenadora da Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITENCOURT, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado junto a Secretaria Municipal da Administração e SANDRA MARA AMADORI, concursada no cargo de Assistente Administrativo, lotada junto a Secretaria Municipal da Administração, atuando para, na condição de membros, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa nº. 02/2015. A Comissão contará com o auxílio da estagiária de Direito Jéssica Menel, que secretariará os trabalhos, prestando o compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo no processo.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 4º - Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 79-2015, PR – Nº 55-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 79-2015, PR – Nº 55-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 TIPO: MENOR PREÇO OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC ENTREGA DOS ENVELOPES: 25/08/2015 as 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 25/08/2015 as 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 07 de agosto de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

SUSPENSÃO – LOTE Nº 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2015 PR – 22/2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SUSPENSÃO – Lote nº 01 da Ata de Registro de Preços nº 45/2015 - Processo de Licitação nº 38/2015 PR – 22/2015 – Prefeitura

O Município de Caçador/SC torna público a Suspensão do Lote nº 01 da Ata de Registro de Preços nº 45/2015 - Processo de Licitação nº 38/2015 PR – 22/2015 – Prefeitura - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO PREDIAL E SERVIÇOS DE RECEPÇÃO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC, firmada entre o Município de Caçador e a empresa Orbenk Administração e Serviços Ltda. Conforme sentença prolatada nos autos nº 0002820-88.2015.8.24.0012, até o julgamento do mandado de segurança nº 0302198-33.2015.8.24.0012 que tramita perante a 2ª Vara da Comarca de Caçador-SC. Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao@cacador.sc.gov.br, ou telefone: (049) 3666.2432 das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 05 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.077/2015

DECRETO N.º 2.077/2015

Fica alterado o Decreto Municipal n.º 2.000, de 18 de fevereiro de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do parágrafo único do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 2.000/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

I – faz frente ao SUL com a Rua Margarida, onde mede 33,00m (trinta e três metros); fundos ao NORTE com parte do Lote 226, onde mede 18,00 (dezoito metros); estrema ao OESTE com parte do lote 211, onde mede 7,00 (sete metros); estrema ao LESTE com a Rua Azaléia, onde mede 20,50 (vinte vírgula cinquenta metros).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 30 de julho de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.078/2015

DECRETO N.º 2.078/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Órgão: 14 – Fundação Municipal de Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Meio Ambiente

Função: 18 – Gestão Ambiental

Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 0007 – Gestão da Proteção Ambiental

Atividade: 2.056 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.0034 – Transferências de Convênios - União/Outros

Código Reduzido: 08

VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de recursos vinculados ao contrato de repasse n.º 788106/2013 – Ministério do Meio Ambiente/Caixa, Processo n.º 2622.100629-24/2013 da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 30 de julho de 2015.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.079/2015

DECRETO N.º 2.079/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0009 – Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.034 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0002 – Receitas de Impostos e de Transferências
Código Reduzido: 36
VALOR: R\$ 500.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de recursos ordinários da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de julho de 2015.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.080/2015

DECRETO N.º 2.080/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0006 – Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
Atividade: 1.003 – Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 85

VALOR: R\$ 80.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0006 – Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana
Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 96
VALOR: R\$ 120.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de recursos ordinários da Prefeitura Municipal de Camboriú, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 30 de julho de 2015.
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 100/2015

ADITIVO CONTRATUAL Nº 100/2015.

CONSIDERANDO o Ofício nº 046/2015, recebido do Serviço de Planejamento e Obras, solicitando acréscimo e supressão de quantitativos ao contrato nº 56/2014;

CONSIDERANDO autorização a da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 56/2014 (originado do Processo Licitatório nº 57/2014, Tomada de Preços);

As partes contratantes RESOLVEM de comum acordo, acrescentar e suprimir quantitativos ao Contrato nº 56/2014, conforme segue:

QUARTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA PERFUGEL – PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada Secretária Municipal de Administração Sra. Lucilaine Mokfa Schwarz, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa PERFUGEL – PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.765.312/0001-11, com sede a Rua José Pinto de Novaes, nº 143, Bairro Bacacheri, cidade Curitiba-PR, representada por Edinaldo Aparecido Martins de Lima, CPF nº 492.978.309-78, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 56/2014, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE QUANTITATIVOS

ACRESCE e SUPRIME do contrato nº 56/2014 os seguintes serviços/fornecimento e valores:

ACRÉSCIMO						
OBRA: REDE DE ÁGUA LOCALIDADE DE CAMPINAS - CAMPO ALEGRE		BDI 15%				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT. R\$	P. TOTAL R\$	P. TOTAL c/ BDI R\$
1.0	INSTALAÇÃO DA OBRA					
2.0	PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO E TESTES					
2.4	Perfuração diâmetro 6" (101,00 a 150,00m)	m	49,00	R\$ 68,58	R\$ 3.360,52	R\$ 3.864,60
SUB-TOTAL	R\$ 3.360,52	R\$ 3.864,60				
OBRA: REDE DE ÁGUA LOCALIDADE DE TIJUCUME - CAMPO ALEGRE		BDI 15%				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT. R\$	P. TOTAL R\$	P. TOTAL c/ BDI R\$
1.0	INSTALAÇÃO DA OBRA					
2.0	PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO E TESTES					
2.4	Perfuração diâmetro 6" (101,00 a 150,00m)	m	49,00	R\$ 68,58	R\$ 3.360,52	R\$ 3.864,60
2.5	Perfuração diâmetro 6" (151,00 a 200,00m)	m	15,00	R\$ 78,87	R\$ 1.183,04	R\$ 1.360,50
SUB-TOTAL	R\$ 3.360,52	R\$ 5.225,09				
TOTAL	R\$ 6.721,04	R\$ 9.089,69				
SUPRESSÃO						
OBRA: REDE DE ÁGUA LOCALIDADE DE CAMPINAS - CAMPO ALEGRE						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT. R\$	P. TOTAL R\$	P. TOTAL c/ BDI R\$
2.8	Desinfecção poço	un	1,00	R\$ 519,98	R\$ 519,98	R\$ 519,98
2.9	Teste de vazão poço com grupo gerador	un	1,00	R\$ 1.099,98	R\$ 1.099,98	R\$ 1.099,98
2.10	Análise físico-química e bacteriológica da água	un	1,00	R\$ 184,97	R\$ 184,97	R\$ 184,97

SUB-TOTAL	R\$ 1.804,94	R\$ 1.804,94				
OBRA: REDE DE ÁGUA LOCALIDADE DE TIJUCUME - CAMPO ALEGRE						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	P. UNIT. R\$	P. TOTAL R\$	P. TOTAL c/ BDI R\$
2.8	Desinfecção poço	un	1,00	R\$ 519,98	R\$ 519,98	R\$ 519,98
2.9	Teste de vazão poço com grupo gerador	un	1,00	R\$ 1.099,98	R\$ 1.099,98	R\$ 1.099,98
2.10	Análise físico-química e bacteriológica da água	un	1,00	R\$ 184,97	R\$ 184,97	R\$ 184,97
SUB-TOTAL	R\$ 1.804,94	R\$ 1.804,94				
TOTAL	R\$ 3.609,88	R\$ 3.609,88				
TOTAL GERAL	R\$ 5.479,81					

Considerando a tabela acima, ACRESCE-SE o valor de R\$ 9.089,69 (nove mil oitenta e nove reais e sessenta e nove centavos) e SUPRIME-SE o valor de R\$ 3.609,88 (três mil seiscentos e nove reais e oitenta e oito centavos), EMPENHE-SE o valor R\$ 5.479,81 (cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos) referente o acréscimo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 56/2014, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 07 de agosto de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

CONTRATANTE

EDINALDO AP. MARTINS DE LIMA

Perfugel – Perfurações Geológicas Ltda.

CONTRATADA

CONVOCAÇÃO Nº 123/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 123/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. VANESSA DOS SANTOS JAGELLA, inscrita no CPF/MF sob nº 646.813.099-99, aprovada em 8º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO Nº 124/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014

CONVOCAÇÃO Nº 124/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. IVETE TELMA, inscrita no CPF/MF sob nº 004.337.289-90, aprovada em 59º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

CONVOCAÇÃO Nº 125/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

CONVOCAÇÃO Nº 125/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JAQUELINE KNOEPKE, inscrito no CPF/MF sob nº 072.377.699-79, aprovada em 41º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 126/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

CONVOCAÇÃO Nº 126/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BRUNA ZIGOVSKI BIAOBOCK, inscrito no CPF/MF sob nº 096.450.159-79, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº 002/2015, para o Cargo Público de PROFESSOR VI, na Função de PROFESSOR DE MATEMÁTICA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim

de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 127/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015

CONVOCAÇÃO Nº 127/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JEURI ANTONIO VARGAS PLASENCIA, inscrito no CPF/MF sob nº 607.384.263-50, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº 004/2015, para o Cargo Público de MÉDICO IV, na Função de MÉDICO PLANTONISTA, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 128/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015

CONVOCAÇÃO Nº 128/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. REGIS ARIEL RIBEIRO JORDÃO, inscrito no CPF/MF sob nº 500.734.940-20, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº 004/2015, para o Cargo Público de MÉDICO II, na Função de MÉDICO II, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 129/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015
CONVOCAÇÃO Nº 129/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SONIA MOURA MELO, inscrito no CPF/MF sob nº 114.365.904-00, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº 004/2015, para o Cargo Público de MÉDICO III, na Função de MÉDICO GINECOLOGISTA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Julho de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

CONVOCAÇÃO Nº 130/2015

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 007/2014
CONVOCAÇÃO Nº 130/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. ROCKSANDRA ALVES MARIN LINS, inscrita no CPF/MF sob nº 027.420.849-08, aprovada em 60º lugar no Processo Seletivo nº 007/2014-PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, na Função de PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 12 de Agosto de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêm os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação.

DECRETO Nº 8.836 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.836 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar ANA CAROLINE KROL, para exercer o cargo de Professor V – Língua Portuguesa, Registro no Sistema sob o nº 955420, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos, Código P1 Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.993,32 (um mil, novecentos e noventa e três reais, trinta

e dois centavos) mensais, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único - A contratação em virtude da Contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2014, em 3º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de Fevereiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/02/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.970 DE 16 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.970 DE 16 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Inciso IV Artigo 300 e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, para exercer o cargo de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955461, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, pelo período de 16 de Abril de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 007/2014, em 42º lugar, Homologado pelo Decreto nº 8.826 de 04 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.214 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 9.214 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino			
300000.00.139 -	Despesas Correntes			
330000.00.139 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.139 -	Aplicações Diretas			
339049.00.139 -	Auxílio Transporte	R\$ 1.000,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação			
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental			
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino			
300000.00.139 -	Despesas Correntes			
330000.00.139 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.139 -	Aplicações Diretas			
339094.00.139 -	Indenizações Restituições Trabalhistas	R\$ 1.000,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.215 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.215 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.766 -	Aplicações Diretas			
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00		

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.			
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental			
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental			
300000.00.766 -	Despesas Correntes			
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes			

339000.00.766 -	Aplicações Diretas				
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 500,00			

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de Julho de 2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de Agosto de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.155 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.155 DE 06 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ROSANI APARECIDA DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000211, Registro no Sistema Sob nº 112070, ocupante do cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Pessoal, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2012 á 31 de Janeiro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de Agosto de 2015 á 14 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de Agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
06 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 07/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.157 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.157 DE 07 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Enfermagem, exercendo a Função de Gratificada de Chefe da Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo 01 de Agosto de 2013 á 31 de Julho de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 10 de Agosto de 2015 á 19 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.158 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.158 DE 07 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 21 (vinte e um) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LÚCIA SALETE KUJASKY, Matrícula Funcional nº 000121, Registro no Sistema Sob nº 297000, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 15 de Abril de 2014 á 14 de Abril de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 10 de Agosto de 2015 á 30 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.159 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.159 DE 07 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELIZETE TEREZINHA FOLETO FLORÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000738, Registro no Sistema Sob nº 955265, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 10 de Agosto de 2015 á 19 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.160 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.160 DE 07 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública, SARA REINHARDT, Matrícula Funcional nº 000795, Registro no Sistema sob nº 954457, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo: 04 de Maio de 2015 a 03 de Maio de 2016.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo 04 de Maio de 2015 a 03 de Maio de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 10 de Agosto de 2015 á 19 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.161 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.161 DE 07 DE AGOSTO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema Sob nº 955080, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 10 de Agosto de 2015 á 14 de Agosto de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de Agosto de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 10/08/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1111/15

PORTARIA Nº 1111/15 DE 14/05/15

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO SERVIDOR MAURÍCIO JORGE DE AZEVEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de assuntos particulares ao servidor MAURÍCIO JORGE DE AZEVEDO, cargo de PROFESSOR, no período de 09/05/2015 valido por até dois anos.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
14 de maio de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1150/15

PORTARIA Nº 1150/15 de 29/05/15

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA ELIANE BUENO ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa a servidora ELIANE BUENO DA ROSA .

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
29 de maio de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1233/15

PORTARIA Nº 1233/15 de 13/07/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ROSMARI BORGES COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ROSMARI BORGES COSTA do cargo de PROFESSORA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
13 de julho de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1236/15

PORTARIA Nº 1236/15 de 22/07/15

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR ANDRE LUIZ GUIDINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor ANDRE LUIZ GUIDINI do cargo de TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Retroagindo seus efeitos a 20 de julho de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de julho de 2015
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1238/15

PORTARIA Nº 1238/15 DE 22/07/15

CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação nos autos de Processo Administrativo 24132, com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora MARLENE APARECIDA DE CARVALHO, a remoção por permuta com IZABEL CRISTINA ANTUNES RECH.

Art. 2º - A remoção concedida será por uma carga horária de 20 horas semanais da Unidade de ensino fundamental CAIC- Professora Nair da Silva Gris para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º - A servidora passará a ter lotação de 20 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de julho de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de julho de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1239/15

PORTARIA Nº 1239/15 DE 22/07/15
CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando o parecer da Secretaria de Educação nos autos de Processo Administrativo 24132, com amparo do disposto no Artigo 41 do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar 03/00 de 04/12/2000,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora IZABEL CRISTINA ANTUNES RECH, a remoção por permuta com MARLENE APARECIDA DE CARVALHO.

Art. 2º - A remoção concedida será por uma carga horária de 20 horas semanais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura para o CAIC Professora Nair da Silva Gris – Educação Infantil.

Art. 3º - A servidora passará a ter lotação de 40 horas semanais no CAIC Professora Nair da Silva Gris – Educação Infantil.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de julho de 2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
22 de julho de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1240/15

PORTARIA Nº 1240/15 DE 23/07/15
ADMITE E NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08; e considerando o resultado da classificação do Edital 001/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir e nomear VERA LUCIA ANTUNES, CI nº 2816590, CPF nº 028.920.129-29 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde .

Art. 2º. O (a) servidor(a) cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.124,87 (Hum mil cento e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos), reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 23 de julho de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1241/15

PORTARIA Nº 1241/15 DE 03/08/15
CONCEDE REASSUNÇÃO A SERVIDORA JOSIANE MARIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Reassunção a servidora JOSIANE MARIN, na função de Professora, a partir do dia 03 de agosto de 2015.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de Agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1242/15

PORTARIA Nº 1242/15 DE 03/08/15

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA JOSIANE MARIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Reduzir para 20 horas a carga horária semanal da servidora JOSIANE MARIN, Professora, retroagindo seus efeitos a 21 de julho de 2015.

COMUNIQUE – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1243/15

PORTARIA Nº 1243/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANDREIA DIAS CASSANIGA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANDREIA DIAS CASSANIGA referente ao período aquisitivo de 03/12/2013 a 02/12/15 a serem gozadas no período de 29/06/15 a 28/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1244/15

PORTARIA Nº 1244/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELE CAMILE PESSOLE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELE CAMILE PESSOLE SOUZA referente ao período aquisitivo de 27/09/2013 a 26/09/2014 a serem gozadas no período de 25/06/2015 a 28/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1245/15

PORTARIA Nº 1245/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GISELE APARECIDA MECABO MOCELIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GISELE APARECIDA MECABO MOCELIN referente ao período aquisitivo de 08/07/14 a 07/07/2015 a serem gozadas no período de 07/07/2015 a 18/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1246/15

PORTARIA Nº 1246/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRE ROSSA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALEXANDRE ROSSA RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 19/01/2015 a serem gozadas no período de 13/07/2015 a 12/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1247/15

PORTARIA Nº 1247/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA RUPP LEMOS BERNARDON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA RUPP LEMOS BERNARDON referente ao período aquisitivo de 01/03/2005 a 28/02/2006 a serem gozadas no período de 01/07/2015 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1248/15

PORTARIA Nº 1248/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILSE BORTOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DILSE BORTOLI referente ao período aquisitivo de 02/12/2011 a 01/12/2012 a serem gozadas no período de 25/06/2015 a 24/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1249/15

PORTARIA Nº 1249/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLARISSA SAYURI KATO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLARISSA SAYURI KATO referente ao período aquisitivo de 02/02/2014 a 01/02/2015 a serem gozadas no período de 15/07/2015 a 13/08/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1250/15

PORTARIA Nº 1250/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSENILDA DE ALMEIDA FOGAÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSENILDA DE ALMEIDA FOGAÇA referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 24/07/2015 a 22/08/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1251/15

PORTARIA Nº 1251/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JONATHAN DA CASS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JONATHAN DA CASS referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 24/07/2015 a 22/08/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1252/15

PORTARIA Nº 1252/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALINE APARECIDA KOMINKIEWICZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALINE APARECIDA KOMINKIEWICZ referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2014 a serem gozadas no período de 22/06/2015 a 21/07/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1253/15

PORTARIA Nº 1253/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUANA APARECIDA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUANA APARECIDA RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 04/07/2014 a 03/07/2014 a serem gozadas no período de 06/07/2015 a 04/08/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1254/15

PORTARIA Nº 1254/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA MARIA DE ARAÚJO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA MARIA DE ARAÚJO referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015 a serem gozadas no período de 30/06/15 a 29/07/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1255/15

PORTARIA Nº 1255/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIANA LORENA DOS SANTOS MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FABIANA LORENA DOS SANTOS MATOS referente ao período aquisitivo de 05/07/2014 a 04/07/2015 a serem gozadas no período de 20/12/14 a 21/01/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1256/15

PORTARIA Nº 1256/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EMANUELI CARISE FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EMANUELI CARISE FRANÇA referente ao período aquisitivo de 08/07/2014 a 07/07/2015 a serem gozadas no período de 08/07/2015 a 06/08/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1257/15

PORTARIA Nº 1257/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCIELI PATRICIA PEREIRA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCIELI PATRICIA PEREIRA CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 10/01/2014 a 09/01/2015 a serem gozadas no período de 20/07/2015 a 18/08/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1258/15

PORTARIA Nº 1258/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EVA SALETE TESSER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EVA SALETE TESSER referente ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015 a serem gozadas no período de 20/07/2015 a 18/08/2015.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1259/15

PORTARIA Nº 1259/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSIANE REDANTE DA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSIANE REDANTE DA ROSA referente ao período aquisitivo de 19/01/2014 a 18/01/2015 a serem gozadas no período de 20/07/2015 a 18/08/2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1260/15

PORTARIA Nº 1260/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLARICE APARECIDA FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLARICE APARECIDA FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 21/02/2013 a 20/02/2014 a serem gozadas no período de 13/07/2015 a 12/08/2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1261/15

PORTARIA Nº 1262/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA LUCIA GARCIA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA LUCIA GARCIA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 20/06/2014 a 19/06/2015 a serem gozadas no período de 20/07/2015 a 18/08/2015.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1262/15

PORTARIA Nº 1262/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA LUCIA GARCIA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA LUCIA GARCIA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 15/04/14 a 15/04/15 a serem gozadas no período de 20/07/15 a 18/08/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1263/15

PORTARIA Nº 1263/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROZELI APARECIDA DUTRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROZELI APARECIDA DUTRA referente ao período aquisitivo de 22/04/14 a 21/04/15 a serem gozadas no período de 13/07/15 a 11/08/15.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1264/15

PORTARIA Nº 1264/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANE-TE VIEIRA DE CASTRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANETE VIEIRA DE CASTRO referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014 a serem gozadas no período de 17/07/15 a 14/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1265/15

PORTARIA Nº 1265/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DEISE SALMORIA PIRES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DEISE SALMORIA PIRES referente ao período aquisitivo de 07/02/11 a 06/02/12 a serem gozadas no período de 15/07/2015 a 15/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1266/15

PORTARIA Nº 1266/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EVANETE DE MELO SLHESSARENKO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EVANETE DE MELO referente ao período aquisitivo de 02/07/14 a 01/07/15 a serem gozadas no período de 20/07/2015 a 18/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1267/15

PORTARIA Nº 1267/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUCEMAR RAMOS FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUCEMAR RAMOS FERREIRA referente ao período aquisitivo de 13/09/2013 a 12/09/2014 a serem gozadas no período de 02/07/2015 a 31/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1268/15

PORTARIA Nº 1268/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANAYNA BUGANÇA CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 17/01/2013 a 16/01/2014 a serem gozadas no período de 08/07/2015 a 24/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1269/15

PORTARIA Nº 1269/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANES APARECIDA VENTURIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANES APARECIDA VENTURIN referente ao período aquisitivo de 02/07/14 a 01/07/15 a serem gozadas no período de 18/12/14 a 17/01/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1270/15

PORTARIA Nº 1270/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JEAN CARLO PETRY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JEAN CARLO PETRY referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 29/02/12 a serem gozadas no período de 27/07/15 a 25/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1271/15

PORTARIA Nº 1271/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSSANIA AP. LOPES DOS SANTOS FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSSANIA AP. LOPES DOS SANTOS FERREIRA referente ao período aquisitivo de 24/06/14 a 23/06/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 20/01/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1272/15

PORTARIA Nº 1272/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JULIANA RODRIGUES MARTINS GIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JULIANA RODRIGUES MARTINS GIANI referente ao período aquisitivo de 07/02/14 a 06/03/15 a serem gozadas no período de 22/06/15 a 21/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1273/15

PORTARIA Nº 1273/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JURANDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 16/06/13 a 15/06/14 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1274/15

PORTARIA Nº 1274/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSÉ DIRCEU BEVILAQUA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSÉ DIRCEU BEVILAQUA referente ao período aquisitivo de 03/02/14 a 02/02/15 a serem gozadas no período de 01/08/15 a 30/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente
Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1275/15

PORTARIA Nº 1275/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUIZ RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUIZ RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 16/04/13 a 15/04/14 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1276/15

PORTARIA Nº 1276/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LEA MARIA DALLANORA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LEA MARIA DALLANORA referente ao período aquisitivo de 03/11/2005 a 02/11/2006 a serem gozadas no período de 08/07/15 a 06/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
31 de março de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1277/15

PORTARIA Nº 1277/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCELO GAIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCELO GAIO referente ao período aquisitivo de 01/04/14 a 31/03/15 a serem gozadas no período de 10/07/15 a 09/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1278/15

PORTARIA Nº 1278/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA ZENITA LORENTZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA ZENITA LORENTZ referente ao período aquisitivo de 01/06/14 a 31/05/15 a serem gozadas no período de 06/07/15 a 05/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1279/15

PORTARIA Nº 1279/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARLENE ANTUNES DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/07/14 a 30/06/15 a serem gozadas no período de 19/12/15 a 20/01/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1280/15

PORTARIA Nº 1280/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAGDOLNA CARLESSO DE LIMA referente ao período aquisitivo de 18/06/14 a 17/06/15 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1281/15

PORTARIA Nº 1281/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIO MENA BARRETO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIO MENA BARRETO referente ao período aquisitivo de 11/03/2008 a 10/03/2009 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1282/15

PORTARIA Nº 1282/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MANOEL FACKIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MANOEL FACKIS referente ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015 a serem gozadas no período de 16/07/15 a 14/07/15.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1283/15

PORTARIA Nº 1283/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCELO RICARDO KUTZKE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCELO RICARDO KUTZE referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 01/07/15 a 30/07/15.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1284/15

PORTARIA Nº 1284/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PATRICIA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PATRICIA DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 05/07/14 a 04/07/15 a serem gozadas no período de 17/07/15 a 15/08/15.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1285/15

PORTARIA Nº 1285/15 de 03/08/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSELI DE FATIMA BEVILAQUA SCHIMITE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSELI DE FATIMA BEVILAQUA SCHIMITE referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 06/07/15 a 04/08/15.

C O M U N I Q U E – S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1286/15

PORTARIA Nº 1286/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSANGELA FATIMA ALVES DE SA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSANGELA FATIMA ALVES DE SA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 20/07/15 a 18/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1287/15

PORTARIA Nº 1287/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SOELI TEREZINHA MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SOELI TEREZINHA MACHADO referente ao período aquisitivo de 18/06/14 a 17/06/15 a serem gozadas no período de 22/07/15 a 20/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1288/15

PORTARIA Nº 1288/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANDERLEIA SCAPINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANDERLEIA SCAPINI referente ao período aquisitivo de 01/02/13 a 31/01/14 a serem gozadas no período de 06/07/15 a 04/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1289/15

PORTARIA Nº 1289/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILOR GIANI JUNIOR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DILOR GIANI JUNIOR referente ao período aquisitivo de 05/03/14 a 04/03/15 a serem gozadas no período de 22/06/15 a 21/07/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1290/12

PORTARIA Nº 1290/15 de 03/08/15
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GLAUCIANE FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GLAUCIANE FRANÇA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 27/07/15 a 21/08/15.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
03 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1312/15

PORTARIA Nº 1312/15 de 06/08/2015

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR VITOR AFONSO ZOLDAN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa o servidor VITOR AFONSO ZOLDAN, do cargo em TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1313/15

PORTARIA Nº 1313/15 de 06/08/2015

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ADEMAR BATISTA, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa o servidor ADEMAR BATISTA, do cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1314/15

PORTARIA Nº 1314/15 de 06/08/2015

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA ROSANGELA PADILHA ZOLDAN, DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa a servidora ROSANGELA PADILHA ZOLDAN, do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1315/15

PORTARIA Nº 1315/15 de 06/08/2015

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA TEREZINHA ROVANI FAGUNDES DE PAULA, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa a servidora TEREZINHA ROVANI FAGUNDES DE PAULA, do cargo em comissão de ASSISTENTE DE GABINETE, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1316/15

PORTARIA Nº 1316/15 de 06/08/2015

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA DIVALDETE MARIA BORTOLI, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensar sem justa causa a servidora DIVALDETE MARIA BORTOLI, do cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de agosto de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO ANULAÇÃO EDITAL 13/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

AVISO DE ANULAÇÃO

O Senhor Pregoeiro do Município de Canelinha, decide anular o Edital Processo de Licitação nº 13/2015 – Pregão Presencial 14/2015, visando à aquisição de 01 (um) veículo 0KM, para equipar o Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, pelo descritivo do objeto não atender as necessidades da Entidade.

Publique-se.

Canelinha/SC, 07 de agosto de 2015.

Édio Carlos Pereira

Pregoeiro.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº737/2015

PORTARIA Nº. 737/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a portaria nº 603 de 08 de agosto de 2014, que nomeou como pregoeiro e equipe de apoio, para atuarem na modalidade denominada pregão presencial e eletrônico, visando a aquisição de bens e serviços comuns, provenientes da Prefeitura do Município de Canoinhas, Fundações e Fundos Municipais, a qual deverá vigorar até 31/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 07 de agosto de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/08/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-06/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º FMAS 1-06/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001.25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 1-06/2015 referente ao contrato n.º FMAS 06/2015. Data do Aditivo: 01/07/2015. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE ARTESANATO, CUSTOMIZAÇÃO E COSTURA, REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS E TERAPIA OCUPACIONAL, QUE SERÃO OFERTADOS NO CRAS I, II E III, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I. Contratada: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA, CNPJ: 03.788.508/0001-94. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001.25. Parágrafo Segundo - A vigência do presente contrato, que era até 30/06/2016 passará a ser até 30/12/2016. A vigência se justifica em razão das orientações recebidas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que entendeu necessário prolongar o prazo de vigência do contrato nº 06/2015, em virtude do reordenamento dos Serviços de Assistência Social oferecidos pelo Serviço de Proteção Social Básica no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMAS 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 05/2015

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PORTARIA 1070/2015

PORTARIA Nº 1070, DE 16 DE JULHO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 1070/2015, Elisangela de Fatima Rodrigues, matrícula nº 328154/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, para atuar como Professor Volante.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de julho de 2015.

Capinzal - SC, em 16 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1071 A

PORTARIA Nº 1071 - A, DE 21 DE JULHO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no atestado médico emitido pelo Médico do Trabalho, resolve:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 1035/2015, que readaptou a servidora Iracema Machado, matrícula nº 310832/02.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de julho de 2015.

Capinzal - SC, em 21 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1073/2015

PORTARIA Nº 1073, DE 22 DE JULHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Cleusa de Lurdes Bernardi Genaro, matrícula nº 327425/09, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante quatorze (14) dias no mês de julho/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal - SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1074/2015

PORTARIA Nº 1074, DE 22 DE JULHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Romario Claudino Martinazzo, matrícula nº 410110/01, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dois (02) dias no mês de julho/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal - SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1075/2015

PORTARIA Nº 1075, DE 22 DE JULHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar em eventuais substituições a professores nos Centros Municipais de Educação Infantil Pinguinho de Gente e Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante 18 (18) dias no mês de julho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1076/2015

PORTARIA Nº 1076, DE 22 DE JULHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Patricia Massarolo, matrícula nº 407453/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante nove (09) dias no mês de julho de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1077/2015

PORTARIA Nº 1077, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tatiane Pereira Dias, matrícula nº 333832/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante três (03) dias no mês de julho de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1078/2015

PORTARIA Nº 1078, DE 22 DE JULHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Aurenita Aparecida Gomes da Silva Ramos, matrícula nº 326976/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante seis (06) dias no mês de julho/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1079/2015

PORTARIA Nº 1079, DE 22 DE JULHO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Daniela Juliana Costa, matrícula nº 334707/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante quatro (04) dias no mês de julho/2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em julho de 2015.

Capinzal – SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1080/2015

PORTARIA Nº 1080, DE 22 DE JULHO DE 2015

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 57/2015/DDS, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Diretoria de Desenvolvimento Social, a contar de 01 de julho de 2015, a servidora Luana Cristina Baldo, matrícula nº 188468/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2015.

Capinzal - SC, em 22 de julho de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912282459 QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912282459 QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Objeto - O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas – SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - CNPJ sob nº 34.028.316/0028-23.

Vigência: 19.08.2015 a 19.08.2016.

Catanduvas (SC), 13 de julho de 2015.
SALETE RIBEIRO CHIARELLO
Presidente da Câmara

Caxambu do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA RP 20/2015

Estado de Santa Catarina						
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL						
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS						
Ata Nº.:	20/2015					
Detentora:	EUNICE LESSA CHIARELLO ME					
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A 2ª PARCELA DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, ANO DE 2015.					
Fornecedor: 166 - EUNICE LESSA CHIARELLO ME.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	CARNE BOVINA MOÍDA DE 2ª	kg	Bovina	800,000	13,7500	11.000,00
17	CARNE BOVINA BIFE (PATINHO)	kg	Bovina	150,000	19,3800	2.907,00
18	CARNE DE FRANGO COXA E SOBRECOXA	kg	Levida	800,000	5,5700	4.456,00
19	CARNE DE FRANGO PEITO SEM OSSO	kg	Levida	100,000	10,4000	1.040,00
20	CARNE SUINA TIPO PERNIL SEM PELE	Kg	Suína	100,000	9,4300	943,00
43	OVO DE GALINHA	Dz		150,000	4,9700	745,50

Vigência : Início : 07/08/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 23/2015.

CAXAMBU DO SUL, 07 de Agosto de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 21/2015

Ata Nº.:	21/2015					
Deten- tora:	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.					
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A 2ª PARCELA DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, ANO DE 2015.					
Fornecedor: 1341 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	CAFE SOLUVEL EM EMBALAGEM DE 500 Gr.	un	1798 CREMO	50,000	9,5000	475,00
34	LEITE INTEGRAL TIPO C 01 LITRO	un	PIRACANJUB	1.800,000	2,6000	4.680,00
35	LEITE UHT - SEM LACTOSE	l	2536 PIRACA	100,000	3,5700	357,00

Vigência : Início : 07/08/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 23/2015.

CAXAMBU DO SUL, 07 de Agosto de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA RP 22/2015

Estado de Santa Catarina						
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL						
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS						
Ata Nº.:	22/2015					
Detentora:	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME.					
Objeto :	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A 2ª PARCELA DA MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAXAMBU DO SUL/SC, ANO DE 2015.					
Fornecedor:	2334 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME					
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABOBRINHA TIPO ITALIANA	kg	real	70,000	3,4200	239,40
2	ACHOCOLATADO EM PÓ 400G	pt	apti	90,000	3,4500	310,50
3	AÇÚCAR CRISTAL EM EMBAL. DE 05 KG.	pt	daju	50,000	8,4000	420,00
4	ALHO	kg	real	10,000	16,8500	168,50
5	AMIDO DE MILHO 500G	pt	daju	70,000	1,9400	135,80
6	APRESUNTADO SUINO 200G	un	aurora	400,000	5,2000	2.080,00
7	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 EMBAL. DE 05 KG	pt	fazenda	90,000	9,4700	852,30
8	BANANA CATURA	kg	real	900,000	1,6400	1.476,00
9	BATATA INGLESA MONALISA LAVADA DE BOA QUALIDADE.	kg	real	150,000	3,2000	480,00
10	BEBIDA LACTEA 01 LITRO	pt	daninha	600,000	2,4400	1.464,00
11	BETERRABA	kg	real	200,000	3,2000	640,00
12	BISCOITO DOCE MARIA 370 GR	pt	ninfa	300,000	3,3900	1.017,00
13	BISCOITO AGUA E SAL 370G	pt	ninfa	200,000	3,5700	714,00
14	BISCOITO SORTIDO 720G C/ 4 SABORES	un	ninfa	300,000	6,9900	2.097,00
21	CEBOLA	kg	real	180,000	6,4500	1.161,00
22	CENOURA	kg	real	150,000	3,0000	450,00
23	COLORAU 500G	pt	daju	80,000	2,6000	208,00
24	CHUCHU	kg	real	60,000	3,2400	194,40
25	DOCE DE LEITE 400G	kg	mirian	75,000	3,1400	235,50
26	ERVILHA EMBAL 200G	lt	stella	90,000	1,3300	119,70
27	EXTRATO DE TOMATE 350 GR	lt	pramesa	90,000	2,4400	219,60
28	FARINHA DE MILHO EMB. 05KG	pt	daju	30,000	7,4500	223,50
29	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMB. 05KG	pt	gardenia	50,000	7,8900	394,50
30	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 EMBAL. DE 01 KG	un	rei da mesa	45,000	3,7800	170,10
31	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBAL. DE 01 KG	pt	rei da mesa	85,000	3,0900	262,65
32	FERMENTO EM PÓ 250G	un	monopol	35,000	5,5800	195,30
33	FERMENTO BILOGICO SECO P/ PÃO EMB. DE 125G	un	apti	20,000	3,2600	65,20
36	MAÇÃ NACIONAL DE BOA QUALIDADE ENCALTELADA	kg	real	650,000	3,9500	2.567,50
37	MARGARINA VEGETAL EMBAL. DE 01 KG	un	prime	30,000	3,6900	110,70
38	MILHO VERDE EMBAL. DE 200G	un	stella	90,000	1,3700	123,30
39	MAMÃO FORMOSA	kg	real	600,000	3,5500	2.130,00
40	MELANCIA	kg	real	350,000	1,9800	693,00
41	MORANGA CABOTIÁ	kg	real	80,000	2,5300	202,40
42	OLÉO DE SOJA EM EMBAL. DE 900 ML.	un	soya	180,000	3,4400	619,20
44	PEPINO	kg	real	40,000	2,9900	119,60
45	QUEIJO MUSSARELA FATIADO EMBAL. DE 01 KG	kg	real	160,000	20,0000	3.200,00
46	Repolho de boa qualidade	un	real	60,000	3,4900	209,40
47	SAL REFINADO IODADO EMBAL. DE 01 KG	pt	amazonas	40,000	1,2000	48,00
48	CEREAL MATINAL FLOCOS DE MILHO 300G	pt	gold flakes	300,000	4,9400	1.482,00
49	TOMATE	kg	real	250,000	4,9000	1.225,00
50	VINAGRE DE UVA EM EMBALAGEM DE 750 ml.	un	koller	100,000	2,9000	290,00

Vigência : Início : 07/08/2015 Término : 31/12/2015.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 23/2015.



CAXAMBU DO SUL, 07 de Agosto de 2015.

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 28/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	28/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	RENE LOPES DE OLIVEIRA.
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, COMO INSTRUTOR DA BANDA MARCIAL, NA REALIZAÇÃO ENSAIOS E APRESENTAÇÃO.
Valor :	R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais).
Vigência.....:	Início : 07/08/2015 Término : 07/09/2015.
CAXAMBU DO SUL, 07 de Agosto de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

317.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 317/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 30 (trinta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do servidor publico VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA licença pelo período de 15 (quinze) dias, de 03.08.2015 a 17.08.15, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 15 (quinze) dias, de 18.08.15 a 01.09.15, remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 03.09.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de agosto de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/PMCS/2015

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Bolo Comemorativo), para a abertura da III Cocalfest no Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 21/08/2015.

Abertura: Dia 21/08/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 07 de agosto de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2015 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO aquisição de materiais de consumo e limpeza para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 27/08/2015.

Início da Sessão: dia 27/08/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 07 de agosto de 2015.

Alessandro Vernize

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS O&S Nº1/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015 – FMS

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma e ampliação da edificação que abriga a Estratégia da Saúde da Família do Bairro Salete, localizada na Rua João Zanardi, Bairro Salete, neste Município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com o Programa do Ministério da Saúde "Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS)" e contrapartida municipal conforme proposta nº 104558230001-13002, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 28/08/2015, ÀS 08h15min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 25/08/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 28/08/2015, às 08h15min.

Abertura: dia 28/08/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2126

Concórdia, SC, 07 de agosto de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS O&S Nº2/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2015 – FMS

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de serviços de empreitada do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma e ampliação da edificação que abriga Estratégia de Saúde da Família Vila Jacob Biezu, localizada na Rua Andorinhas esquina com Rua Colibris, neste Município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com o Programa do Ministério da Saúde "Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS)" e contrapartida municipal conforme proposta nº 104558230001-13005, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 28/08/2015, ÀS 08h15min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 25/08/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 28/08/2015, às 08h15min.

Abertura: dia 28/08/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2126

Concórdia, SC, 07 de agosto de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

DECRETO Nº 673/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 673/2015, DE 21 DE JULHO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2015, à servidora ADRIANA MEINE ANTUNES DA SILVA, ocupante do cargo de

Orientador de Informática, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de março de 2008 a 3 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 690/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 690/2015, DE 22 DE JULHO DE 2015.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Instrução Normativa nº 01, na Portaria GM/MDS nº 246, emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 20 de maio de 2005, e no Decreto nº 552/2005, de 12 de julho de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 22 de julho de 2015, para integrar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família – PBF, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I – representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

a) titular: CLAIR SALETE POLETO;

b) suplente: JOSIANE ESPINOSA CABRAL;

II – representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: MARTA CORRADI DE SOUZA;

b) suplente: CASSIA BORTOLI RONCAGLIO;

III – representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: MARIA SALETE TROMBETA MAZIERO;

b) suplente: MARIZETE ACKERMANN;

IV – representantes das entidades não governamentais do Município de Concórdia:

a) titulares:

1. MARIO LETTIERI TEIXEIRA – Instituto Federal Catarinense – IFC;

2. SANDRA BRANDALISE – União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC;

3. SILVANA GHERKE GALVÃO – beneficiário do Programa Bolsa Família;

b) suplentes:

1. CARLOS ORLANDO DOS SANTOS JUNIOR – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, em Cooperativas, Agroindústrias e Indústrias no Meio Rural de Concórdia e Região – SINTRIAL;

2. SONIA MARIA GRAPEGGIA – Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal – SCAF;

3. DAIANE GONÇALVES MOREIRA – beneficiário do Programa Bolsa Família.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 698/2013, de 23 de julho de 2013; 1.004/2013, de 17 de dezembro de 2013; 389/2014, de 13 de maio de 2014; 828/2014, de 24 de novembro de 2014; 871/2014, de 19 de dezembro de 2014 e 353/2015, de 6 de abril de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 691/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 691/2015, DE 24 DE JULHO DE 2015.

Designa a servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT para responder pelo cargo de Diretora Financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Contabilidade, para responder pelo cargo de Diretora Financeira, no período de 23 a 31 de julho de 2015, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 692/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 692/2015, DE 24 DE JULHO DE 2015.

Revoga a gratificação, pelo exercício da função de assessoramento, concedida à servidora LILIAN DE MATTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 3 de agosto de 2015, a gratificação pelo exercício da função de assessoramento, concedida à servidora LILIAN DE MATTOS, ocupante do cargo de Secretário Escolar, pelo Decreto nº 587/2015, de 24 de junho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 24 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 693/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 693/2015, DE 27 DE JULHO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor DARCI ANTONIO BOIANI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2015, ao servidor

DARCI ANTONIO BOIANI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 18201-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 14 de fevereiro de 2005 a 13 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 694/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 694/2015, DE 27 DE JULHO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2015, ao servidor PAULO ROGERIO DE ROSSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 19780-01, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 695/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 695/2015, DE 27 DE JULHO DE 2015.
Prorroga prazo da licença remunerada para cursar mestrado, concedida à servidora MARIVANDA CADORE PISSOLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de outubro de 2015, o prazo da licença remunerada para cursar mestrado concedida à servidora MARIVANDA CADORE PISSOLO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 91294-02, pelo Decreto nº 771/2013, de 14 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 696/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 696/2015, DE 27 DE JULHO DE 2015.
Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 2/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 2/2014, de 25 de junho de 2014;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "13" (treze) o número de vagas para o cargo de Professor – Educação Infantil, disponibilizadas no Edital nº 2/2014.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 697/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 697/2015, DE 27 DE JULHO DE 2015.

Designa o servidor VANDERLEI FERRI para responder pelo cargo de Diretor de Trânsito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor de Trânsito, no período de 27 de julho a 2 de agosto de 2015, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 698/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 698/2015, DE 28 DE JULHO DE 2015.
Exonera, a pedido, o servidor ORIDES STORCHIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor ORIDES STORCHIO, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, a partir de 3 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 699/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 699/2015, DE 28 DE JULHO DE 2015.

Designa a servidora MARIA DE FATIMA ZAMBONI para responder pelo cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora MARIA DE FATIMA ZAMBONI, ocupante do cargo de Encarregada da Seção Administrativa, para responder pelo cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, no período de 28 de julho a 9 de agosto de 2015, em face do afastamento da titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 700/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 700/2015, DE 28 DE JULHO DE 2015.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 593, de 25 de setembro de 2013 e alteração e no Decreto nº 4.327, de 13 de agosto de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados membros representantes de entidades não governamentais, para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na forma abaixo:

I – efetivos:

a) ADRIANA CAMARA, representante do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE;

b) JANIO DE OLIVEIRA, representante da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia – UMAMC;

c) MARCIA SINGER BARREIROS DA SILVA, representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;

d) MARILEIA MACHADO, representante da Associação de pais e Amigos da Criança e Adolescente – APACA Toni Gol;

e) MARILOIVA REGINATO DA SILVA, representante da Associação de pais e Amigos dos Surdos – APAS;

f) RAFAELA COSTA MARTINS, representante da Junior Chamber Internacional – JCI;

II – suplentes:

a) ARMINDO DA SILVA, representante da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia – Bombeiros Voluntários;

b) ELAINE MARIA PEREIRA DA CUNHA VANCIN, representante Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco;

c) ARLETE DE AVILA, representante do Serviço Social do Comércio – SESC;

d) MARLI SALETE VENTURIM MIOLO, representante do Centro de Tradições Gaúchas – CTG Fronteira da Querência;

e) LENI MARIA PEROTTI SUZIN MARINI, representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer;

f) ELIZABETE FROZZA GAVAZZONI, representante do Grupo Esportes Concórdia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 701/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 701/2015, DE 30 DE JULHO DE 2015.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor LUIS ABEL OLIVEIRA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de agosto e setembro de 2015, ao servidor LUIS ABEL OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 3557-00, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 702/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 702/2015, DE 30 DE JULHO DE 2015.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora IVANETE GOSSENHEIMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2015, à servidora IVANETE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 11 de julho de 2010 a 10 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 703/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 703/2015, DE 30 DE JULHO DE 2015.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NEIVA MARIA MAIER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2015, à servidora NEIVA MARIA MAIER, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de maio de 2006 a 1º de maio de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 704/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 704/2015, DE 30 DE JULHO DE 2015.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ALDETE GASPARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de agosto de 2015, à servidora ALDETE GASPARETTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 91960-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de

julho de 2010 a 2 de julho de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 705/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 705/2015, DE 31 DE JULHO DE 2015.

Nomeia CRISTINA ZOTTI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CRISTINA ZOTTI, no cargo de Professor – Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 3 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 706/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 706/2015, DE 31 DE JULHO DE 2015.

Nomeia PATRICIA SALETE MUNGHOL OLDONI no cargo de Agente Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PATRICIA SALETE MUNGHOL OLDONI, no cargo de Agente Administrativo, Grupo Ocupacional Funcional – GF, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 707/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 707/2015, DE 31 DE JULHO DE 2015.

Nomeia RAFAEL PAVIANI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, RAFAEL PAVIANI, no cargo de Professor – Geografia, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 3 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 708/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 708/2015, DE 31 DE JULHO DE 2015.
Nomeia SIMONE TOERHORST BALENA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SIMONE TOERHORST BALENA, no cargo de Professor – Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 3 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 709/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 709/2015, DE 31 DE JULHO DE 2015.
Nomeia CRISTIAN MARCOS PICCININ no cargo de Motorista.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, CRISTIAN MARCOS PICCININ, no cargo de Motorista – Veículos Pesados, Grupo Ocupacional Operacional – GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 710/2015
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 710/2015, DE 31 DE JULHO DE 2015.
Nomeia SUELI SEVERINA DE SOUZA no cargo de Servente Braçal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SUELI SEVERINA DE SOUZA, no cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base – GB, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 3 de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5988
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.988, DE 23 DE JULHO DE 2015.
Autoriza uso de bem municipal, pela Associação de Moradores de Linha Santa Catarina.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Linha Santa Catarina, o uso de 1 (um) pulverizador agrícola, tração animal, marca Rubemarq, código patrimonial 34.537.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5989 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.989, DE 23 DE JULHO DE 2015.
Autoriza uso de bens municipais, pela Associação Comunitária de Alto Periquito.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação Comunitária de Alto Periquito, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (um) botijão para acondicionamento de sêmen, marca/modelo GT 21 - AIR LIQUID, código patrimonial 43.863;

II – 1 (um) classificador de sementes, marca Vence Tudo, modelo CA-25, código patrimonial 25.744;

III – 1 (um) cortador de grama, marca Trapp, modelo MC 500G, código patrimonial 37.351;

IV – 1 (um) distribuidor de calcário, marca Fatritol, código patrimonial 31.357;

V – 2 (dois) pulverizadores agrícolas de tração animal, marca Rubenmaq, códigos patrimoniais 34.508 e 34.509.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5990 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.990, DE 23 DE JULHO DE 2015.
Autoriza uso de bens municipais, pela Associação de Agricultores de Três de Outubro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Agricultores de Três de Outubro, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (um) distribuidor de calcário e adubo orgânico sólido, marca Ipacol, capacidade 3.000 Kg, código patrimonial 34.530;

II – 1 (um) trator para corte de grama, modelo TRAPP, código patrimonial 48.644;

III – 1 (um) botijão de gás criogênico, capacidade 20,5 litros, código patrimonial 51.511.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5991 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.991, DE 23 DE JULHO DE 2015.
Autoriza uso de bens municipais, pela Sociedade Poço Artesiano Sempre Unidos de Santa Cecília.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:
Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Sociedade Poço Artesiano Sempre Unidos de Santa Cecília, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (um) pulverizador, marca Montana, série 04A1006665, código patrimonial 31.308;

II – 1 (um) secador de cereais intermitente, marca Perozin, modelo SCEP-60, código patrimonial 34.517;

III – 1 (uma) grade aradora, 12 (doze) discos, marca Piccin, modelo GAPP 12, código patrimonial 48.664;

IV – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, capacidade 4.000 litros, marca IAC, modelo DAL 4000, código patrimonial 48.660.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5992 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.992, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Autoriza uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Barra Seca.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Barra Seca, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (um) conjunto de inseminação artificial, marca Cryometal, modelo DS-18, código patrimonial 17.627;

II – 1 (uma) carreta agrícola, marca IAC, código patrimonial 34.532;

III – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico, marca Mepel, modelo Doal, código patrimonial 32.454;

IV – 1 (uma) semeadeira adubadeira hidráulica, marca Vence Tudo, modelo PA 3.000, código patrimonial 20.110;

V – 1 (um) trator agrícola sobre pneus, marca Massey Ferguson, código patrimonial 47.613;

VI – 1 (uma) colhedora de forragem, marca Nogueira, modelo Pecu 9004, código patrimonial 48.670;

VII – 1 (um) trator cortador de grama, marca Husqvarna, código patrimonial 58.726;

VIII – 1 (uma) carreta agrícola metálica, marca MetalFreitas, código patrimonial 58.732.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

DECRETO Nº 5993 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.993, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.722, de 18 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, a dotação constante no seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.0812.0077.2453 Ações do Desporto Comunitário – FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 9.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 9.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA
NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5994 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.994, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Autoriza uso de bens municipais, pela Associação Comunitária de Linha Lauro Müller.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação Comunitária de Linha Lauro Müller, o uso de 2 (duas) plantadeiras de tração animal para plantio direto e convencional, marca Fitarelli, códigos patrimoniais 32.470 e 32.471.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5995
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.995, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Barra Fria.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Barra Fria, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (uma) carreta agrícola sobre pneus, com chassi de ferro, capacidade 3.000kg, ano 1997, código patrimonial 20.243;

II – 1 (um) batedor de cereal, marca Vencedora, modelo B380STD, código patrimonial 31.318;

III – 1 (uma) colhedora de forragens, marca Nogueira, modelo Pecu 9004, código patrimonial 32.459;

IV – 1 (um) carreta agrícola, marca IAC, ano 2006, código patrimonial 34.531;

V – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, marca Fatritol, modelo LOB 3000, código patrimonial 48.638;

VI – 1 (um) trator para corte de grama, motor quatro tempos, 4,7 litros, modelo TRAPP, código patrimonial 48.648.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5996
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.996, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o uso de bem municipal, pela Associação de Moradores de Linha Marchesan.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Linha Marchesan, o uso de 1 (um) secador de cereais, eixo fixo, código patrimonial 11.484.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5997
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.997, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Pequenos Agricultores de Rancho Grande.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Pequenos Agricultores de Rancho Grande, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (um) classificador de sementes, marca Vence Tudo, modelo CA-25, código patrimonial 25.745;

II – 1 (uma) máquina de costura manual, marca Silmaq, código patrimonial 37.799;

III – 1 (um) secador de cereais, marca Perozin, código patrimonial 34.519;

IV – 1 (um) tacho em aço inox, marca Mirainox, código patrimonial 26.689;

V – 1 (uma) gôndola em madeira de pinos, marca Móveis Pieri Ltda., código patrimonial 54.689;

VI – 1 (um) tanque para banho maria, 150 litros, marca Freenox, código patrimonial 26.056;

VII – 1 (uma) gôndola em madeira de pinos, código patrimonial 57.407;

VIII – 1 (um) selecionador de grãos, marca Agrofior, modelo SL 1540, código patrimonial 37.792.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5998

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.998, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Autoriza uso de bens municipais, pela Associação Comunitária de Cachimbo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação Comunitária de Cachimbo, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (uma) carreta agrícola, marca Triton, modelo TR 688, código patrimonial 38.561;

II – 1 (uma) grade niveladora e destorroadora de arrasto e hidráulica, marca Tatu Marchesan, modelo GNL, código patrimonial 32.488;

III – 1 (um) pulverizador, marca Montana/TLP, código patrimonial 38.574;

IV – 1 (uma) colhedora de forragens, marca Nogueira, ano 2014, modelo Pecu BS Man, código patrimonial 58.742.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5999

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.999, DE 28 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o uso de bens municipais, pela Associação de Moradores de Linha Santa Lúcia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Associação de Moradores de Linha Santa Lúcia, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (uma) semeadeira adubadeira hidráulica, modelo Plantadora PA3000 2L, marca Vence Tudo, código patrimonial 20.298;

II – 1 (uma) semeadeira adubadeira, modelo HP 600, marca Fertilance, código patrimonial 34.541;

III – 1 (uma) grade aradora, modelo GAPCR, marca Piccin, código patrimonial 47.625;

IV – 1 (um) distribuidor de adubo orgânico líquido, modelo DAL 4000, código patrimonial 48.658.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6000

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.000, DE 28 DE JULHO DE 2015.

Autoriza o uso de bens municipais, pela Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia – COPAFAC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia – COPAFAC, o uso dos seguintes bens:

I – 1 (uma) amassadeira espiral, marca Braesi, modelo AES 25, código patrimonial 40.790;

II – 1 (um) armário para escritório, código patrimonial 13.077;

III – 1 (um) arrolhador, marca Vinox, código patrimonial 37.480;

IV – 1 (uma) balança eletrônica, marca Digipeso, modelo DP 15, código patrimonial 37.791;

V – 2 (duas) balanças eletrônicas, marca Digipeso, modelo DP 30, códigos patrimoniais 37.796 e 37.797;

VI – 1 (uma) balança eletrônica, marca Filizola, modelo CF30, código patrimonial 40.779;

VII – 1 (uma) batedeira planetária, marca Liemi, modelo ISSO 9001, código patrimonial 25.702;

VIII – 1 (um) batedor de açúcar, marca Mice-Metal, série 1001114, código patrimonial 26.058;

IX – 1 (um) cilindro amassadeira e extrusora de macarrão e moedor de carne, marca Hidro, modelo HB 350, código patrimonial 37.790;

X – 1 (um) cilindro industrial, marca Gastromaq, modelo CSPI 390, código patrimonial 46.826;

XI – 1 (um) classificador de ovos, marca Yamara, modelo CB-3, código patrimonial 37.874;

XII – 2 (dois) defumadores e desidratadores, marca Tomazi, códigos patrimoniais 37.807 e 37.808;

XIII – 1 (uma) embaladeira seladora à vácuo, marca Sulpack, código patrimonial 26.060;

XIV – 1 (uma) embutidora e/ou ensacadeira manual, marca 7 mil, modelo ELS 16, código patrimonial 37.812;

XV – 1 (uma) engarrafadora tipo calha, marca Santo Inácio, código patrimonial 37.479;

XVI – 1 (uma) ensiladeira, marca Trapp, modelo ES 400, código patrimonial 38.570;

XVII – 1 (um) esterilizador de facas, marca Misa, código patrimonial 37.795;

XVIII – 1 (uma) etiquetadora, marca Digipeso, modelo Digiprint, código patrimonial 37.798;

XIX – 1 (um) fogão a gás industrial, marca Monte Carlo, código patrimonial 39.155;

XX – 1 (um) fogão a gás industrial, marca Tron, código patrimonial 37.830;

XXI – 1 (um) forno turbo a gás, marca Gastromaq, modelo FTG 5, código patrimonial 46.828;

XXII – 2 (dois) freezers horizontal, marca Electrolux, modelo H400C, códigos patrimoniais 37.817 e 37.818;

XXIII – 1 (uma) impressora jato de tinta, marca HP, modelo 1320, código patrimonial 37.825;

XXIV – 1 (um) lavador de garrafas, marca Conremil, código patrimonial 37.805;

XXV – 2 (duas) máquinas para massas, marca G Paniz, modelo AE 07/15, códigos patrimoniais 25.703 e 25.704;

XXVI – 1 (uma) mesa de aço inox, marca Freenox, código patrimonial 26.055;

XXVII – 1 (uma) mesa lisa, marca Misa, código Patrimonial 37.793;

XXVIII – 4 (quatro) mesas de aço inox, marca Aesi 304, códigos patrimoniais 37.610 a 37.613;

XXIX – 1 (um) microcomputador, marca Intel, código patrimonial 40.793;

XXX – 1 (uma) mini câmara refrigerada, marca Braesi, código patrimonial 37.875;

XXXI – 1 (um) misturador de massas, marca Monte Castelo, modelo MS50L, código patrimonial 37.806;

XXXII – 1 (um) misturador industrial, marca Tomazi, modelo ACR, código patrimonial 25.731;

XXXIII – 1 (um) misturador industrial, marca Tomazi, modelo MST 70/2 IN, código patrimonial 39.007;

XXXIV – 1 (uma) misturadora, marca Gastromaq, modelo MR 25, código patrimonial 46.827;

XXXV – 1 (um) moedor de carnes, marca Hidro, modelo PHB 08, código patrimonial 37.811;

XXXVI – 1 (uma) máquina moedora de uva com separador de cachos, marca Mesel, código patrimonial 37.803;

XXXVII – 1 (uma) moenda de cana, marca Lindner, modelo P-30, código patrimonial 25.746;

XXXVIII – 2 (duas) moendas de cana, marca Mesel, modelos MB030, códigos patrimoniais 40.792 e 45.130;

XXXIX – 1 (uma) moenda de cana, marca Vencedora, código patrimonial 38.993;

XL – 1 (uma) moto bomba centrífuga, marca WEG, modelo ME 2240, código patrimonial 39.003;

XLI – 1 (uma) moto bomba multiestágio, marca Schneider, modelo ME-AL 23100-V, código patrimonial 37.789;

XLII – 1 (uma) prensa manual para torresmo, marca Braesi, modelo BPTI 300, código patrimonial 37.814;

XLIII – 1 (uma) seladora de pedal, marca Sulpack, modelo SP 400 T, código patrimonial 37.809;

XLIV – 1 (uma) serra fita para carnes, marca Braesi, código patrimonial 37.876;

XLV – 1 (uma) serra para abertura de carcaça, marca Frigmac, código patrimonial 26.688;

XLVI – 1 (um) tacho de aço inox, marca Misa, código patrimonial 37.794;

XLVII – 1 (um) tacho de aço inox, marca Tomazi, modelo MSTI-70/2, código patrimonial 26.063;

XLVIII – 2 (dois) Check-Out comercial, marca KL, modelo CCK15 Venâncio, códigos patrimoniais 57.904 e 57.905;

XLIX – 1 (uma) câmara fria, marca IMF, código patrimonial 57.908;

L – 1 (um) fogão industrial, marca Monte Castelo, modelo Standard 6B, código patrimonial 57.909;

LI – 1 (uma) balança, marca Urano, modelo US202 Pop-Z, código patrimonial 57.910;

LII – 1 (um) liquidificador industrial, marca Vitalex, código patrimonial 57.911;

LIII – 1 (um) cortador de grama, marca CID, modelo 52SL, código patrimonial 57.912;

LIV – 1 (uma) impressora multifuncional jato de tinta, marca HP, código patrimonial 57.913;

LV – 2 (dois) balcões refrigerados, marca Unifrio, código patrimonial 57.914 e 57.915;

LVI – 1 (um) conservador vertical com 2 (duas) portas, marca Refimate, modelo ASTCG1800, Acódigo patrimonial 57.916;

LVII – 1 (uma) despoldadeira de frutas, marca Ludwig, código patrimonial 57.919;

LVIII – 3 (três) vasca central para hortifrúti, marca Recktenvald, códigos patrimoniais 57.920 a 57.922.

LIX – 1 (um) misturador, marca Ludwig, código patrimonial 57.923;

LX – 1 (uma) bomba portátil para desenvase de mel, marca Ludwig, código patrimonial 57.925;

LXI – 1 (uma) refresqueira, marca Bras, código patrimonial 57.926;

LXII – 1 (uma) amassadeira, marca Ludwig, código patrimonial 57.927;

LXIII – 2 (dois) fornos metálicos à lenha, marca Ludwig, códigos patrimoniais 57.928 e 57.929;

LXIV – 1 (um) painel para fotos, marca Recktenvald, código patrimonial 57.930;

LXV – 1 (uma) fruteira lateral com espelho e iluminação, marca Recktenvald, dois níveis de exposição, código patrimonial 57.931;

LXVI – 1 (um) balcão para degustação em curva, marca Recktenvald, código patrimonial 57.932;

LXVII – 2 (duas) mesas de inox, marca Ludwig, códigos patrimoniais 57.933 e 57.934;

LXVIII – 1 (um) expositor de embutidos, marca Recktenvald, código patrimonial 57.935;

LXIX – 1 (uma) banca lateral para exposição de frutas e legumes, marca Recktenvald, código patrimonial 57.936;

LXX – 1 (uma) banca central, marca Recktenvald, código patrimonial 57.937;

LXXI – 1 (uma) placa artesanal, marca Ludwig, código patrimonial 57.938;

LXXII – 2 (duas) câmaras frias para congelados, marca Ludwig, códigos patrimoniais 57.939 e 57.940;

LXXIII – 1 (um) freezer horizontal, marca Eletrolux, código patrimonial 18.527;

LXXIV – 3 (três) freezers horizontais, marca Consul, modelo CHB53ABBNA, códigos patrimoniais 21.406, 21.409 e 21.410;

LXXV – 2 (duas) mesas lisas de aço inox, marca Imeca, códigos patrimoniais 37.815 e 37.816.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 6001

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.001, DE 28 DE JULHO DE 2015.
Autoriza o uso de bem municipal, pela Sociedade Esportiva e Recreativa Aliança.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado, a título precário, à Sociedade Esportiva e Recreativa Aliança, o uso de 1 (um) trator para corte de grama, modelo TRAPP, código patrimonial 48.649.

Parágrafo único. Para efetivar a autorização, será celebrado Termo de Autorização de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 68/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 68/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Atendimento Educacional Especializado, no valor de R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 07 de agosto de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 69/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 69/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - EJA, no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Concórdia SC, 07 de agosto de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 70/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 70/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Pré Escola, no valor de R\$ 17.460,00 (dezessete mil quatrocentos e sessenta reais).

Concórdia SC, 07 de agosto de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 71/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 71/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente parcela do Convênio Alimentação Escolar - PNAE - Creche, no valor de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Concórdia SC, 07 de agosto de 2015.
Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 76/2014 -PMC

Contrato Nº : 76/2014
Aditivo Nº : 2TA Ctr76/2014/2015
Tipo Aditivo : Supressão
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 2/2014
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de conexão de internet para o Abrigo Lar Anjo Gabriel, Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS e Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, conforme descrições dos anexos A e B do edital.
Vigência : Início: 01/02/2015 Término: 31/01/2016
Assinatura : 31/07/2015
Valor Suprimido R\$: : 894,36(oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e seis centavos)

Dotação : 89 - 07.001.2022.333903997000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903997000000.01000001

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 62/2013 -PMC

Contrato Nº : 62/2013
Aditivo Nº : 4TA Ctr62/2013/2015
Tipo Aditivo : Supressão
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME
Licitação : Pregão Presencial 120/2012
Objeto : serviço de conexão de internet.
Vigência : Início: 29/01/2015 Término: 31/07/2015
Assinatura : 31/07/2015
Valor R\$: : 673,56(seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos)

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903997000000.01000001

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903997000000.01380002

Dotação : 299 - 17.001.2454.333903997000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.2007.333903997000000.01000001

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 173/2012 -PMC

Contrato Nº : 173/2012/2012

Aditivo Nº : 5TA Ctr173/2012/2015

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2012

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE INTERNET BANDA LARGA

Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 31/07/2015

Assinatura : 31/07/2015

Valor Suprimido R\$: 489,95(quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos)

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903958000000.01000001

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903958000000.01000001

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 176/2011 -PMC

Contrato Nº : 246/2011/2011

Aditivo Nº : 6TA Ctr246/2011/2015

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 51/2011

Objeto : serviço de conexão de internet.

Vigência : Início: 31/07/2015 Término: 28/08/2015

Assinatura : 31/07/2015

Valor Suprimido R\$: 1.529,40(um mil e quinhentos e vinte e nove reais e quarenta centavos)

Dotação : 112 - 08.001.2027.333903997000000.01000001

Dotação : 136 - 09.001.2032.333903997000000.01000001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº 1/2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº 1/2012

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Concessão de Uso nº 1/2012, celebrado em 17 de maio de 2012, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00 e a CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR – CECAF, inscrita no CNPJ sob nº 019.472.929-00, representada pela sua Diretora-Presidente, senhora MARIVANI CRISTINA PREZOTTO.

OBJETO: Acresce os incisos III a VIII na Cláusula Primeira.

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 2015.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2014 – IPRECON

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2014 – IPRECON

Contrato nº: 4/2014, de 8 de agosto de 2014

Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON

Contratada: SMI Prime – Consultoria de Investimentos Ltda.

Licitação: Tomada de Preços nº 1/2014

Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade de prestar serviços de assessoria relacionada ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, assessorar na elaboração e aplicação da Política de Investimentos, realizar treinamento e capacitação dos gestores, membros do Comitê de Investimentos e conselheiros do IPRECON nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, executar atividades de controladoria, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, analisar e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações, tudo visando atender o disposto na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional – CMN e na Portaria nº 519, de 24 de agosto de 2011, do Ministério da Previdência Social – MPS e alterações que ocorram durante a vigência do Contrato

Alteração: Prorroga o prazo de vigência até 7 de agosto de 2016 e reajusta o valor contratual

Data da assinatura: 7 de agosto de 2015

Dotação orçamentária nº: 333903905000000, código reduzido 322/2015

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2012

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica nº 1/2012, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR – CECAF, inscrita no CNPJ sob nº 019.472.929-00, representada pela sua Diretora-Presidente, senhora MARIVANI CRISTINA PREZOTTO.

OBJETO: Acresce os incisos III a VIII na Cláusula Primeira.

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 1/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 1/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 10.564.205/0001-53, representada pelo seu Presidente, senhor LUIZ PILONI.

OBJETO: Disposição de equipamento agrícola à AUTORIZADA.

PRAZO: De 23.7.2015 a 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 2/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 2/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ALTO PERIQUITO, inscrita no CNPJ sob nº 03.186.175/0001-23, representada pelo seu Presidente, senhor LEONEL PARAVISI.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.

PRAZO: De 23.7.2015 a 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 3/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 3/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE TRÊS DE OUTUBRO, inscrita no CNPJ sob nº 08.199.502/0001-03, representada pelo seu Presidente, senhor VALDIR PERETTI.

OBJETO: Disposição de equipamentos agrícolas à AUTORIZADA.

PRAZO: De 23.7.2015 a 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 23 de julho de 2015.

FNAS PAC ABRIGO 1ª PARCELA - 2015 - CUSTEIO- MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo FMAS/ FNAS/Alta Complexidade PAC - Custeio, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Concórdia SC, 07 de agosto de 2015.
NOELI WOLOSZYN BRUM DE OLIVEIRA
Secretária de Desenvolvimento Social
Cidadania e Habitação, em exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 702 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 702, DE 28 DE JULHO DE 2015.

Inclui dispositivo na Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações que dispõe sobre normas relativas à utilização do espaço e o bem estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações, que dispõe sobre normas relativas a utilização do espaço e o bem-estar público do Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina – Código de Posturas e dá outras providências, terá dispositivo incluído, na forma desta Lei.

Art. 2º Fica acrescido parágrafo único ao art. 110 com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Nos circos e parques de diversões deverão ser colocadas placas em cada brinquedo contendo informações sobre manutenção, vistoria técnica e eventuais riscos inerentes a sua utilização, tais como idade, altura e peso permitidos, utilização por pessoas portadoras de doenças, entre outros, que deverão estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.” (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
---	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4788 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.788, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Altera a denominação da Rua Carlos Hugo Eitelwein do Loteamento Santos Dumont, do Bairro Parque de Exposições.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua Carlos Hugo Eitelwein localizada no Loteamento Santos Dumont, no Bairro Parque de Exposições, passa a denominar-se Rua Arminda Lazzari Lorenzet.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 23 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4789 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.789, DE 27 DE JULHO DE 2015.
Declara de Utilidade Pública Municipal o Grupo Escoteiro Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Municipal o Grupo Escoteiro Concórdia, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e de Títulos e Documentos do Município e Comarca de Concórdia – SC, sob o nº 8303, no livro A-038, protocolado sob o nº 002011, de 17 de setembro de 2014, com personalidade jurídica comprovada mediante inscrição no CNPJ sob o nº 02.657.929/0001-13.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de julho de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 135/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 135/2015, DE 30 DE JULHO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – GRACIELE SPERANDIO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 3 a 17 de agosto de 2015;

II – INEZ TEREZINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 3 a 17 de agosto de 2015;

III – PATRICIA PAZA LANÇA, ocupante do cargo de Arquiteto, no período de 18 de agosto a 1º de setembro de 2015;

IV – VERA LUCIA BEE, ocupante do cargo de Coordenadora, nos períodos de 3 a 9 de agosto e de 25 de agosto a 1º de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 136/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 136/2015, DE 3 DE AGOSTO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, no período de 3 a 17 de agosto de 2015:

I – IVONEI CAZAROTTO, ocupante do cargo de Motorista;

II – JOÃO MARCIO HENGGEN, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2015-FIA

Termo nº 004/2015

Processo nº 4447/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 001/2015

Aos 15 dias do mês de julho de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE CONCÓRDIA – FIA, inscrito no CNPJ sob nº 17.827.393/0001-04, neste ato representado pelo Gestor LAURI GARBOSSA, doravante denominado FIA e o CLUBE CONCORDIENSE DE XADREZ, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.575/0001-01, com sede na Rua Dionisio Boff, nº 71, Centro, Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor GILMAR DURANTE, inscrito no CPF sob nº 469.227.769-68, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2015, firmado em 08 de maio de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterada a expressão: "Prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, para prestar contas no prazo de 120 dias após o recebimento", na Clausula Quarta – Das Obrigações da Conveniente, inciso XII.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia/SC, 15 de julho de 2015.

LAURI GARBOSSA Gestor do Fundo da Infância e Adolescência – FIA	GILMAR ROBERTO DURANTE Presidente do Clube Concordeense de Xadrez	
Testemunhas: 1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:	

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 382/2015

DECRETO N. 382/2015 DE 05 DE AGOSTO DE 2015

“DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 22.300,00 (vinte e dois mil e trezentos reais) que será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.2.017 - Manutenção do Programa de Alimentação Escolar.

Aplicação: 339000 – 28

Fonte de Recursos: 10.60 – Vinculados – R\$ 22.300,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado do provável excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04/08/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 05 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 383/2015

DECRETO N. 383/2015 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. ANTONIO CASARIL, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 13/02/2014 à 12/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 10/08/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de agosto do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANTONIO CASARIL Ciente em: ____/____/2015

DECRETO N. 384/2015

DECRETO N. 384/2015 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. Madian Gleicon Romanini, ocupante do cargo de Técnico em Apoio Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 28/02/2014, que serão gozadas a partir do dia 10/08/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de agosto do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MADIAN GLEICON ROMANINI Ciente em: ____/____/2015

EDITAL NOTIFICAÇÃO RECEBIMENTO 4ª PARCELA TRANSPORTE ESCOLAR

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio

Município de Cordilheira Alta

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 4ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Médio, no valor de R\$ 15.809,88 (quinze mil oitocentos e nove reais e oitenta e oito centavos).

Cordilheira Alta SC, 28 de julho de 2015.

Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

Edital de Notificação – Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR
– Ensino Fundamental
Município de Cordilheira Alta
Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos aos partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes da 4ª parcela do Convênio PMCA – Transporte Escolar – SDR – Ensino Fundamental, no valor de R\$ 5.656,55 (cinco mil seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Cordilheira Alta SC, 28 de julho de 2015.

Alceu Mazzioni
Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 038/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E A EMPRESA DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME, CNPJ Nº 17.327.450/0001-96.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, entidade de direito público interno, com endereço na Rua Celso Tozzo, nº 27, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo Senhor Alceu Mazzioni, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, como CONTRATADA, a Empresa DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dante Travi, s/ nº, Bairro Centro, Município de Guatambu - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.327.450/0001-96, neste ato representada pela Sra. Crislhey Scheffer da Paixão, inscrita no CPF sob o nº 030.721.809-03, em decorrência do Processo de Licitação nº 72/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital em epígrafe, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto deste contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA, PINTURA E COLOCAÇÃO DE GRADES NOVAS, RASPAGEM, CALEFAÇÃO E PINTURA DE TACOS DA QUADRA POLIESPORTIVA DO GINÁSIO DE ESPORTES LUDOVICO J. TOZZO, COM FORNECIMENTO DO MATERIAIS, Lote n. 01, conforme proposta de preços e termos estabelecidos no edital.

1.1 - Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do Edital, aos quais as partes acham-se vinculadas.

1.2 - Fazem parte deste contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e autorizações de fornecimento e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias, durante sua vigência, decorrente das alterações permitidas em lei.

1.3 - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor para a execução do presente contrato é de R\$ 29.576,00 (vinte e nove mil quinhentos e setenta e seis reais), sendo o mesmo fixo e irrevogável exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

2.1. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação do objeto licitado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4. A empresa contratada deverá prestar os serviços em até 30 dias contados da assinatura do contrato.

4.1. A vigência do contrato será até 31/12/2015.

CLÁUSULA QUINTA - REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO E CLÁUSULAS COMPLEMENTARES

5. O objeto do presente contrato será realizado sob Forma/Regime: Direta. Sendo que o contrato rege-se, basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações, complementadas pelas presentes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

6. É competente para pleno e total recebimento do objeto deste contrato, bem como a fiscalização do seu cumprimento, a Secretaria Municipal solicitante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação: Projeto Atividade 2.021; Elemento 339000;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Cumprimento integral do objeto deste contrato;
- b) Entrega do objeto contratado dentro dos prazos estabelecidos;
- c) Compromete-se em executar o objeto deste contrato com profissionais competentes e habilitados.
- d) Arcar com todas as obrigações tributárias, contributivas e previdenciárias oriundas desta contratação;
- e) Fazer comprovar ao MUNICÍPIO os recolhimentos sociais incidentes a que título for;
- f) Fica estabelecido a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- g) Arcar com todos os ônus decorrentes de contratação de terceiros, nisto incluindo obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias;

8.1. Constituem obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Efetuar o pagamento de acordo com o previsto nas Cláusulas Segunda e Terceira;
- b) Fiscalizar e acompanhar, através da Secretaria Municipal solicitante, a completa execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

9. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente ou bilateralmente, sendo o primeiro caso somente por ato da contratante,

atendida a conveniência administrativa ou na ocorrência de motivos elencados nos artigos 77 e seguintes da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10. Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Cometer fraude fiscal.

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o MUNICÍPIO poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, limitado este a 05 (cinco) dias, após será considerado inexecução contratual;
- c) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote.

10.2. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

10.3. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

10.4. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das penalidades previstas neste termo, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

11. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, cujas normas ficam incorporadas integralmente neste instrumento, ainda que delas não se faça menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES

12. Qualquer modificação de forma qualitativa ou quantitativa, redução ou acréscimo do objeto ora contratado, bem como prorrogação de prazo poderá ser determinado pelo Município, lavrando-se o respectivo termo, nos termos da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Consultoria Jurídica do município de Cordilheira Alta, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Cordilheira Alta, SC, 09 de julho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

DETETIZADORA QUALIDADE LTDA ME
Crislhey Scheffer da Paixão

Testemunhas:

Nome: Michele Endler
CPF: 053.854.839-82

Nome: Sonia Cristina Briancini
CPF: 853.595.809-68

EXTRATO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 039/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, E A EMPRESA GAMBATTO VEÍCULOS LTDA, CNPJ Nº 76.863.877/0001-78.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Rua Celso Tozzo, nº 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo Senhor Alceu Mazzioni, doravante denominado de MUNICÍPIO, e, como CONTRATADA, a Empresa GAMBATTO VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Rua Fernando Machado, 3345-D, Bairro Bela Vista, no Município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.863.877/0001-78, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Izair José Gambatto, inscrito no CPF nº 021.565.479-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Administrativo nº 71/2015, Pregão Presencial nº 35/2015, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O objeto deste contrato é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS NOVOS, ITENS 01 e 02, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

II - Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Edital e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do Edital, aos quais as partes acham-se vinculadas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

I - Do Preço:

O valor total a ser pago pelo MUNICÍPIO para aquisição dos veículos é R\$ 96.250,00 (noventa e seis mil duzentos e cinquenta reais), sendo 41.900,00 (quarenta e um mil e novecentos) pelo item 01 e 54.350,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e cinquenta reais) pelo item 02, incluindo-se no preço todas as despesas de transporte, tributos e demais custos.

II - Da Forma de Pagamento

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional em até 30 dias após o recebimento da Nota Fiscal.

III - Da Dotação Orçamentária:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Secretaria Agricultura:

Projeto Atividade n. 1.011

Elemento n. 449000

Secretaria de Infraestrutura:

Projeto Atividade n.1.017;

Elemento n. 449000;

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

I - Vigência: O presente contrato vigorará por 1 (um) ano a contar da data de sua assinatura.

II - Prazo de entrega: Os veículos deverão ser devidamente entregues ao Município em até 15 dias após o recebimento da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

I - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o funcionamento dos veículos, objeto deste contrato.

II - É da Contratada a obrigação pelo pagamento de tributos, que incidirem sobre o bem ora adquirido em qualquer esfera.

III - Fazer-se representar a manter durante a vigência contratual, profissional habilitado, quando o objeto contratado ou assunto a se resolver requerer habilitação e qualificação de pessoal.

IV - Fornecer garantia de 01 (um) ano sem limite de quilometragem.

V - Os prazos serão contados a partir da entrega do objeto deste.

VI - Cumprir todas as demais obrigações constantes da licitação na modalidade de Pregão nº 35/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

I - Transmitir por escrito determinações sobre possíveis modificações.

II - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

I - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto deste contrato sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

II - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este CONTRATO serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - A fiscalização e o controle aludidos na cláusula terceira, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município.

IV - Os casos omissos reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria, Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

V - Fazem parte do presente contrato as cláusulas fixadas na licitação - Pregão nº. 35/2015.

VI - O presente contrato será juntado nos autos do Processo nº. 71/2015, bem como no mesmo serão registradas todas as ocorrências e decisões administrativas.

VII - A contratada fornecerá de forma Direta o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO.

I - São causas de rescisão contratual aquelas estabelecidas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, além daquelas estabelecidas no edital de Pregão nº. 35/2015.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES.

I - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a - advertência.

b - multa, na forma prevista no instrumento convocatório.

c - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.

As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer

questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC, renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal, devidamente conferido pela Consultoria Jurídica do município de Cordilheira Alta, para todos os fins de direito e obrigações resultantes da legislação vigente.

Cordilheira Alta, SC, 09 de julho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

GAMBATTO VEÍCULOS LTDA

Izair José Gambatto

Testemunhas:

Nome: Michele Endler

CPF: 053.854.839-82

Nome: Sonia Cristina Briancini

CPF: 853.595.809-68

EXTRATO EDITAL AVISO LICITAÇÃO PROCESSO 87/2015 - PP 50/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n 87/2015.

Pregão Presencial n. 50/2015.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de software (sistema móvel) para coleta de informações exigidos pelo sistema E-SUS para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 20/08/2015

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 20/08/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 07 de agosto de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 86 E 87

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2015

Contratado: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO LIGANDO CORONEL FREITAS AO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE NUMA EXTENÇÃO DE 600 METROS

Valor: R\$ 466.189,43 (Quatrocentos e sessenta e seis mil cento e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos) correspondente ao ITEM 2 (estaca 230 à 248) do processo licitatório.

Prazo de execução: 60 (sessenta dias)

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2015

Contratado: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO LIGANDO CORONEL FREITAS AO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE NUMA EXTENÇÃO DE 600 METROS

Valor: R\$ 263.595,89 (Duzentos e sessenta e três mil quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos) correspondente ao ITEM 1 (estaca 248 à 260) do processo licitatório.

Prazo de execução: 60 (sessenta dias)

Vigência: 31/12/2015

PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS Nº 84 E 85

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2015

Contratado: CARLOS EDUARDO DE ALBUQUERQUE RAUEN

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA ATENDIMENTO DE ATÉ 400 CONSULTAS MÊS NO POSTO DE SAÚDE CENTRAL

Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais) mensal totalizando R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2015

Contratado: CHAPECÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E MÁQUINAS LTDA

Objeto: CONserto DA CARREGADEIRA MICHIGAN COD. FROTA Nº 26

Valor: R\$ 2.251,00 (dois mil duzentos e cinquenta e um reais)

Vigência: 31/12/2015

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA 005/2015

Estado de Santa Catarina

CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 005/2015

Contratado: 005/2015

Valor total: R\$ (1.180,00)

Vigência: 31/12/2015

Objeto: AQUISIÇÃO COZINHA

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Coronel Freitas (SC), 07 de agosto de 2015.

Isaura Cândida Provin

Presidente

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL CULTURA-CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC AGO2015

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos 11/2015

Contrato Nº.: 11/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL CULTURA - CURITIBANOS
Contratada...: ASSOCIACAO CULTURAL ESPORTIVA OGUE CARVALHO - ACEO
Valor : 10.000,00 (dez mil reais)
Vigência : Início: 28/07/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2015
Recursos : Dotação: 2.074.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 77.810,00
Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO CONJUNTO FOGO DE CHÃO PARA APRESENTAÇÃO NA PRAÇA CENTENÁRIO À REALIZAR-SE NO DIA 08/12/2015 MARCANDO A ABERTURA DA III VILA DO PAPAÍ NOEL, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 25, INCISO III E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 180/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 180/2015

Aditivo Nº : 180/2015 - Contrato Nº: 186/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/07/2015 Término: 10/10/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 34/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA DO NUCLEO MUNICIPAL ROTARY E DO NUCLEO MUNICIPAL DE CAMPO ARISTILIANO ALVES DOS SANTOS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 181/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 181/2015

Aditivo Nº : 181/2015 - Contrato Nº: 55/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PEÇAS E A
Valor : 671,96 (seiscentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 04/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 1.091.699,05

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 671,96 PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TENDO EM VISTA O REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO SOLICITADO PELA EMPRESA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 182/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 182/2015

Aditivo Nº : 182/2015 - Contrato Nº: 207/2014
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇOES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 144.479,36 (cento e quarenta e quatro mil quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 20/07/2015 Término: 24/07/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 39/2014
Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00 (22) Saldo: 145.065,00

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 144.479,36 PELOS SERVIÇOS A MAIS A SEREM PRETADOS PARA A AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GETULIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 184/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 184/2015

Aditivo Nº : 184/2015 - Contrato Nº: 207/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇOES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 24/07/2015 Término: 24/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 39/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GETULIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 184/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 184/2015

Aditivo Nº : 184/2015 - Contrato Nº: 207/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇOES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 24/07/2015 Término: 24/08/2015
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 39/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL GETULIO VARGAS, CONFORME ANEXO I E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 185/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 185/2015

Contrato Nº.: 185/2015

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

Contratada...: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 30/07/2015 Término: 30/09/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2015
Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 108.224,88

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO DO MICROONIBUS IVECO PLACA MKW 6146 EM USO NO TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 186/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 186/2015

Aditivo Nº : 186/2015 - Contrato Nº: 163/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS
Contratada...: BR LIVE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
Valor : 1.650,96 (um mil seiscentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 31/07/2015 Término: 22/05/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2014
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$ 1.650,96 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET FIBRA ÓPTICA E VIA RÁDIO COM 100% DE GARANTIA EM 39 PONTOS PARA USO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE A ESCOLA DE CAMPO DO XAXIM FOI DESATIVADA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 641/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 641/2015

Contrato Nº.: 641/2015
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 12.569,80 (doze mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 02/07/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 127/2015
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO642/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato642/2015

Contrato Nº.: 642/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA - CURITIBANOS
Valor : 628,00 (seiscentos e vinte e oito reais)
Vigência : Início: 02/07/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 135/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DO VEÍCULO FORD RANGER PLACA QHD 7655, DA FROTA DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ART. 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO E ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO643/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato643/2015

Contrato Nº.: 643/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTD
Valor : 4.447,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais)
Vigência : Início: 03/07/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 128/2015
Recursos : Dotação: 2.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (92)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA USO NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO644/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato644/2015

Contrato Nº.: 644/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Valor : 1.306,59 (um mil trezentos e seis reais e cinquenta e nove centavos)
Vigência : Início: 03/07/2015 Término: 03/09/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 126/2015
Recursos : Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (54)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA USO NO CEMITÉRIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO645/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato645/2015

Aditivo Nº : 645/2015 - Contrato Nº.: 484/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: D.L TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA - EPP
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 03/07/2015 Término: 03/08/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 63/2015
Recursos : Dotação: 1.025.4.4.90.00.00.00.00.00 (80)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DRENAGEM PLUVIAL NO TRECHO DA AV DUQUE DE CAXIAS, RUA PETRONILHO DE ALMEIDA E AV. SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO646/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato646/2015

Contrato Nº.: 646/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO ELITE LTDA-Curitiba
Valor : 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 03/07/2015 Término: 03/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 116/2015
Recursos : Dotação: 2.065.4.4.90.00.00.00.00.00 (99)

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO647/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato647/2015

Aditivo Nº : 647/2015 - Contrato Nº: 635/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 06/07/2015 Término: 06/09/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 235/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONSTRUÇÃO DE 03 ACADEMIAS DE SAÚDE AO AR LIVRE, CONFORME CONVENIO Nº 2014TR 002496, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO648/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato648/2015

Aditivo Nº : 648/2015 - Contrato Nº: 765/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.
Valor : 29.901,00 (vinte e nove mil novecentos e um reais)
Vigência : Início: 08/07/2015 Término: 17/07/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 292/2014
Recursos : Dotação: 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (31)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 29.901,00 PARA CONSTRUÇÃO DE GARAGEM PARA AS VIATURAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/ CURITIBANOS, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO649/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato649/2015

Contrato Nº.: 649/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AB VILLEROY - ME
Valor : 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 08/07/2015 Término: 08/02/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO SEGURO DE DADOS (BACKUPS) E CONFIDENCIALIDADE PARA A PREFEITURA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO650/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato650/2015

Contrato Nº.: 650/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PERSIANAS CRISDAN LTDA - EPP
Valor : 3.050,00 (três mil e cinquenta reais)
Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 130/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (31)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS E FORRO PARA AS DEPENDÊNCIAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO651/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato651/2015

Contrato Nº.: 651/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AGOSTINI & GERHARDT LTDA EPP.
Valor : 219,45 (duzentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 130/2015
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30), 2.009.4.4.90.00.00.00.00.00 (31)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS E FORRO PARA AS DEPENDÊNCIAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO652/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato652/2015

Contrato Nº.: 652/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: ELITON DE LIZ RONSANI ME

Valor : 114.900,00 (cento e quatorze mil novecentos reais)

Vigência : Início: 09/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 125/2015

Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS REALIZADOS PELA SMELC NO ANO DE 2015, CONFORME PREVISÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS ESPORTIVOS DESTE ANO, MEMORANDO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO653/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato653/2015

Aditivo Nº : 653/2015 - Contrato Nº: 326/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PE-CAS E A

Valor : 428,95 (quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos)

Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 428,95, PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PARA O ANO DE 2015. TENDO EM VISTA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO SOLICITADO PELA EMPRESA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO654/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato654/2015

Aditivo Nº : 654/2015 - Contrato Nº: 13/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: JL- COMERCIO DE BATERIAS, LUBRIFICANTES, PE-CAS E A

Valor : 139,80 (cento e trinta e nove reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 13/07/2015 Término: 08/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 279/2014

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 139,80 PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS DE DIVERSOS AMPERES, PARA USO DO GABINETE DO PREFEITO, PARA O ANO DE 2015. TENDO EM VISTA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO SOLICITADO PELA EMPRESA, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO655/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato655/2015

Contrato Nº.: 655/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: GRANITOS MONDINI LTDA-ME.

Valor : 45.399,68 (quarenta e cinco mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos)

Vigência : Início: 14/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2015

Recursos : Dotação: 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (54)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE GAVETÁRIO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, CONFORME PLANILHA E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO656/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato656/2015

Contrato Nº.: 656/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: FLORICULTURA COLINA LTDA ME

Valor : 15.723,40 (quinze mil setecentos e vinte e três reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 15/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2015

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA DE ARAME NO QUARTEL DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO657/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato657/2015

Contrato Nº.: 657/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: GUILHERME FRANÇA MOREIRA ME

Valor : 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais)

Vigência : Início: 15/07/2015 Término: 16/09/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2015

Recursos : Dotação: 2.009.3.3.90.00.00.00.00.00 (30)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE CERCA DE ARAME NO QUARTEL DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO658/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato658/2015

Contrato Nº.: 658/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP

Valor : 18.536,00 (dezoito mil quinhentos e trinta e seis reais)

Vigência : Início: 16/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 131/2015

Recursos : Dotação: 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROLONGAMENTO DA REDE ELÉTRICA DA AVENIDA FREI ROGÉRIO. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO659/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato659/2015

Contrato Nº.: 659/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: A.C.M.M SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA LTDA - EPP

Valor : 43.073,92 (quarenta e três mil e setenta e três reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 16/07/2015 Término: 16/10/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 124/2015

Recursos : Dotação: 1.013.4.4.90.00.00.00.00.00 (21)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ACESSO AO CEDUP, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO660/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato660/2015

Aditivo Nº : 660/2015 - Contrato Nº: 765/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: CONSTRUTORA MACIEL LTDA.

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 17/07/2015 Término: 17/09/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 292/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE GARAGEM PARA AS VIATURAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/CURITIBANOS, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO661/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato661/2015

Contrato Nº.: 661/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada.: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA

Valor : 12.127,00 (doze mil cento e vinte e sete reais)

Vigência : Início: 17/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 136/2015

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO DOS CAMINHÕES IVECO 260E, PLACAS QHI 6072, MB 2216 PLACAS MDU 2090 E FORD F-4000 PLACA MCS 6577, EM USO NAS SECRETARIAS DE OBRAS E VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO662/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato662/2015

Aditivo Nº : 662/2015 - Contrato Nº: 155/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Valor : 1.031,85 (um mil e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 23/07/2015 Término: 23/03/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2014
Recursos : Dotação: 2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 (98)

Objeto : ADITIVO DE VALOR DE R\$ 1.031,85 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO DE CURITIBANOS, NO PERÍODO DE UM ANO COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO663/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato663/2015

Aditivo Nº : 663/2015 - Contrato Nº: 386/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 1.216,59 (um mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta e nove centavos)
Vigência : Início: 23/07/2015 Término: 30/07/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 132/2014
Recursos : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00.00 (103)

Objeto : ADITIVO DE MAIS R\$ 1.216,59 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO664/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato664/2015

Contrato Nº.: 664/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: PEFON CONSTRUÇÕES LTDA
Valor : 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 23/07/2015 Término: 23/09/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 148/2015
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTRUTURA PARA PLACA PROMOCIONAL NO PAÇO MUNICIPAL, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO Nº 98 E 123, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO V DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO665/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato665/2015

Aditivo Nº : 665/2015 - Contrato Nº: 386/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 1.561,30 (um mil quinhentos e sessenta e um reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 23/07/2015 Término: 30/07/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 132/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : ADITIVO DE SUPRESSÃO DE R\$ 1.561,30 PELOS SERVIÇOS QUE NÃO SERÃO EXECUTADOS NA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO666/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato666/2015

Contrato Nº.: 666/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
Valor : 7.080,00 (sete mil e oitenta reais)
Vigência : Início: 23/07/2015 Término: 23/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2015
Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (35), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (36)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DA POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO667/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato667/2015

Contrato Nº.: 667/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD

Valor : 1.380,00 (um mil trezentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 23/07/2015 Término: 23/07/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 107/2015

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (35), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (36)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DA POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO668/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato668/2015

Contrato Nº.: 668/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor : 3.749,00 (três mil setecentos e quarenta e nove reais)

Vigência : Início: 27/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2015

Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIOS E VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍCIA MILITAR. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO669/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato669/2015

Contrato Nº.: 669/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.

Valor : 6.224,00 (seis mil duzentos e vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 27/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2015

Recursos : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (38), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (112)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto e MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIOS E VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍCIA MILITAR. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO670/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato670/2015

Aditivo Nº : 670/2015 - Contrato Nº.: 517/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: SESEG SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA ME

Valor : 17.400,00 (dezessete mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 28/07/2015 Término: 28/01/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2014

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM MEDICINA E ENGENHARIA DO TRABALHO PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO671/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato671/2015

Contrato Nº.: 671/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: VS SUPRIMENTOS PARA COMUNICACAO VISUAL LTDA.

Valor : 1.969,00 (um mil novecentos e sessenta e nove reais)

Vigência : Início: 29/07/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2015

Recursos : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (122)

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONFECÇÃO DAS PLACAS DE TRÂNSITO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO672/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato672/2015

Contrato Nº.: 672/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: CARBONI MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Valor : 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais)
Vigência : Início: 29/07/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 139/2015
Recursos : Dotação: 1.030.4.4.90.00.00.00.00 (51),
1.030.4.4.90.00.00.00.00 (110)

Objeto : AQUISIÇÃO DE TRATOR, PARA USO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 815247/2014 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO PROCESSO 2622.1022259-03/2014 E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO673/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato673/2015

Aditivo Nº : 673/2015 - Contrato Nº: 386/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/07/2015 Término: 14/08/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 132/2014
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO674/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato674/2015

Contrato Nº.: 674/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: AUTO MECANICA LTDA
Valor : 7.487,00 (sete mil quatrocentos e oitenta e sete reais)
Vigência : Início: 31/07/2015 Término: 30/09/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 145/2015
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84)

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO FORD CARGO DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO 5/2015

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015

O Poder Legislativo do Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de móveis planejados, com execução e montagem na sede da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC.

Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentos de Habilitação até as 14:00 horas do dia 20/08/2015, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

O Edital do Pregão Presencial encontra-se disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Agenda, ou através do link: <http://camara.fecam.org.br/curitiba/agenda/index/detalhes-item/codMapaItem/33619/codItem/27731/codAgenda/276>

Quaisquer dúvidas ou pedidos de esclarecimentos em relação a interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 18/08/2015, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 14:30 horas do dia 20/08/2015, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 06 de agosto de 2015.

Arcílio Alves Ronaldo Spriggo
Presidente Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO TESTE SELETIVO 001/2014

Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira CNPJ 83.026.773/0001-74
Rua Santos Dumond - CEP 89950-000 - Fone (49) 3644-6700 / 3644-6708
Site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br | e-mail: rh@dionisiocerqueira.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira (SC), em exercício, no uso de suas atribuições, e nos termos dispostivos da Lei Orgânica Municipal 3665/2006 e da Lei e da Lei Complementar 4.252/2013, em conformidade com a classificação e homologação do resultado do Teste Seletivo, Edital de 01/2014 convoca os candidata abaixo relacionada para ocupar o cargo, no prazo de 30 (trinta) dias, para sua devida contratação.

Enfermeira

Sidiane de lara Paz

Dionísio Cerqueira - SC, 05 de agosto de 2015.
ALTAIR CARDOSO RITTES
PREFEITO MUNICIPAL

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

D. 094 - COMISSÃO CONCURSO

Faxinal dos Guedes, SC, 03 de Julho de 2015.

DECRETO nº 094/2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para comporem a Comissão do Concurso Público, objeto dos Editais nº 003/2015, e do Processo Seletivo 002/2015, composto pelo seguinte quadro:

I – ARIANE REBELATTO FRANKIN CASAGRANDA

II – SIRLEY TREVISAN

III – SUZETE TEREZINHA LAZAROTTO RAMILO

Art. 2º. Terão a atribuição de acompanhar e fiscalizar o referido Concurso Público e Processo Seletivo, bem como, resolver os casos omissos no Edital citado no artigo 1º.

Art. 3º. Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados a comunidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, em 03 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 095 - NOMEIA RICARDO

Faxinal dos Guedes, SC, 06 de Julho de 2015.

DECRETO nº 095/2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor RICARDO TONET, portador do CPF 054.972.249-11, para o exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE INFORMÁTICA de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 096 - ACS - TATIANE

Faxinal dos Guedes, SC, 07 de Julho de 2015.

DECRETO nº096/2015

NOMEIA E DA POSSE A EMPREGADA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a Lei Complementar 058/2007;

Considerando o Concurso Público 002/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora TATIANA FERNANDA SUDATTI, portadora do CPF nº 032.202.469-23 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na área 3 - microárea 16, com carga horária de 40h semanais:

Art. 2º. A empregada desempenhara as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 097 - ACS - ALESSANDRA

Faxinal dos Guedes, SC, 07 de Julho de 2015.

DECRETO nº097/2015

NOMEIA E DA POSSE A EMPREGADA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a Lei Complementar 058/2007;

Considerando o Concurso Público 002/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora ALESSANDRA SORALUCE, portadora do CPF nº 746.207.979-87 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, área 2 - microárea 29, com carga horária de 40h semanais:

Art. 2º. A empregada desempenhara as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 07 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 098 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 07 de julho de 2015.

DECRETO Nº 098/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.759,20 (Nove mil e setecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde;

Projeto Atividade 2.024 – Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade - MAC;

3.3.90.00.00.00.00 – 00.03.0065 – 20 - Aplicações Diretas – R\$ 9.759,20

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recursos 00.003.65 – SUPERÁVIT FINANCEIRO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 07 de julho de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 099 - ONIBUS

Faxinal dos Guedes, SC, 07 de Julho de 2015.

DECRETO nº099/2015

CONCEDE PERMISSÃO PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Concede Permissão a título precário para exploração de Serviço de Transporte Público Coletivo, de interesse público, para a empresa VIAÇÃO SORALUCE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.562.928/0001-13, dos seguintes trajetos;

Saindo de Faxinal dos Guedes com Destino a Barra Grande, com horário de saída as 06h20min.

Roteiros:

Linha 01 - Bairro Rosa, Giareton, Bairro João José Ghelen, Nova Sarandi, Florestal e Bragagnolo.

Linha 02 – Camiloti, Bairro São Cristóvão, Centro, Nova Sarandi, Barra Grande e Bragagnolo

Saindo de Faxinal dos Guedes com Destino a Barra Grande, com horário de saída as 06h50min.

Linha 03 – Saão Cristóvão, Praça, Delegacia, Bairro Rosa, Giareton, Bairro João José Ghelen, Estrada Barra Grande, e Bragagnolo.

Saindo da empresa Avelino Bragagnolo destino Faxinal dos Guedes, com horário de saída as 07h10min.

Roteiros

Linha 04 – Bragagnolo, Florestal, Nova Sarandi, Bairro João José Ghelen e Bairro Rosa.

Linha 05 – Bragagnolo, Barra Grande, Nova Sarandi, Bairro São Cristóvão e Centro.

Saindo da empresa Avelino Bragagnolo destino Faxinal dos Guedes, com horário de saída as 07h30min

Linha 06 – Bragagnolo, Florestal, Estrada Barra Grande/Faxinal, Bairro João José Ghelen, Centro e Rodoviária.

Saindo de Faxinal dos Guedes com Destino a Barra Grande com horário de saída as 14h40min.

Roteiros

Linha 07 - Bairro Rosa, Bairro João José Ghelen, Nova Sarandi, Florestal e Bragagnolo.

Linha 08 - Bairro São José, Bairro São Cristóvão, Centro, Bairro João José Ghelen, Estrada Barra Grande/Faxinal e Bragagnolo.

Saindo da empresa Avelino Bragagnolo destino Faxinal dos Guedes com horário de saída as 15h10min.

Roteiros

Linha 09 – Bragagnolo, Florestal, Nova Sarandi, Bairro João José Ghelen e Bairro Rosa.

Linha 10 – Bragagnolo, Estrada Barra Grande/Faxinal, Bairro João José Ghelen, Bairro São Cristóvão, Bairro São José e Centro.

Saindo de Faxinal dos Guedes com Destino a Barra Grande com horário de saída as 22h45min.

Roteiros

Linha 11 - Bairro Rosa, Bairro João José Ghelen, Nova Sarandi, Florestal e Bragagnolo.

Linha 12 - Bairro São José, Centro, Bairro João José Ghelen, Estrada Barra Grande/Faxinal, Florestal e Bragagnolo.

Saindo da empresa Avelino Bragagnolo destino Faxinal dos Guedes com horário de saída as 23h10min.

Roteiros

Linha 13 – Bragagnolo, Florestal, Nova Sarandi, Bairro João José Ghelen e Bairro Rosa.

Linha 14 – Bragagnolo, Estrada Barra Grande/Faxinal, Bairro João José Ghelen, Bairro São Cristóvão, Bairro São José e Centro.

Parágrafo único. As linhas de ônibus constantes do caput do artigo têm seus trajetos definidos durante os 07(sete) dias da semana.

Art. 2º. A linha de ônibus constante do presente artigo terá o seu trajeto estabelecido de segunda-feira a sexta-feira, conforme segue:

Saindo de Faxinal dos Guedes com Destino a Barra Grande com horário de saída as 16h30min.

Roteiros

Linha 15 - Centro(Faxinal dos Guedes), Barra Grande, Florestal e Bragagnolo.

Saindo da empresa Avelino Bragagnolo destino Faxinal dos Guedes com horário de saída as 17h50min.

Roteiros

Linha 16 – Bragagnolo, Florestal, Barra Grande e Centro(Faxinal

dos Guedes)

Art. 3º. O valor das passagens fica tarifado em R\$ 3,50(três reais e cinquenta centavos).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto 199/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,
em 07 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 100 - CONFERÊNCIA ASS. SOCIAL

Faxinal dos Guedes, SC, 07 de Julho de 2015.

DECRETO nº 100/2015

CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES.

O PREFEITO MUNICIPAL de Faxinal dos Guedes, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município, DECRETA;;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a VII Conferencia Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 24 de julho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR DE VEZ O RUMO A 2026".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 101 - ACS - ROSICLER

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Julho de 2015.

DECRETO nº 101/2015

NOMEIA E DA POSSE A EMPREGADA PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a Lei Complementar 058/2007;

Considerando o Concurso Público 002/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Senhora ROSICLER PERISSINOTTO, portadora do CPF nº 627.118.300-04 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, área 1 – microárea06, com carga horária de 40h semanais:

Art. 2º. A empregada desempenhara as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para

o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em 10 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 102 - NOMEIA ELIZANDRA

Faxinal dos Guedes, SC, 10 de Julho de 2015.

DECRETO nº102/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Sra. ELIZANDRA ACOSTA, portadora do CPF nº 069.392.809-36, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 103 - NOMEIA SANDRA

Faxinal dos Guedes, SC, 13 de Julho de 2015.

DECRETO nº103/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Sra. SANDRA FRACASSO MARTINS, portadora do CPF nº 044.451.569-06, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de Julho de 2015.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 104 - NOMEIA TIAGO

Faxinal dos Guedes, SC, 14 de Julho de 2015.

DECRETO nº104/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado e empossado o Sr. TIAGO KARLING, portador do CPF nº 085.101.179-93, para o exercício do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. O servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 105 - NOMEIA NÁDIA

Faxinal dos Guedes, SC, 22 de Julho de 2015.

DECRETO nº105/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Sra. NADIA MOURA DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº 656.659.703-44, para o exercício do cargo de provimento efetivo de FONOAUDIÓLOGA - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de Julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 106 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 22 de Julho de 2015.

DECRETO Nº 106/2015.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Subtrai da Dotação:

Órgão 10 – Fundo Municipal de Habitação;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Habitação;

Projeto Atividade 1.005 – Desenvolvimento de Projetos Habitacionais

Aplicações Diretas - 4.4.90.00 – 00.01.0000 - 97 – R\$ 15.000,00

Adiciona para a seguinte Dotação:

Órgão 10 – Fundo Municipal de Habitação;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Habitação;

Projeto Atividade 1.005 – Desenvolvimento de Projetos Habitacionais

Aplicações Diretas – 3.3.90.00 – 00.01.0000 - 96 – R\$ 15.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 22 de julho de 2015.

Edegar Giordani

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 107 - ORÇAMENTO JONAS

DECRETO Nº 0107/2015

ADOTA A FACULDADE DE ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO SEMESTRAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDEGAR GIORDANI, Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. O Município de Faxinal dos Guedes-SC, opta pela elaboração e divulgação semestral do RGF - Relatório de Gestão Fiscal, conforme previsto no art. 63 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º - Esta opção abrange os poderes executivo e legislativo Municipal.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de julho de 2015

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

D. 108 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes – SC, 30 de julho de 2015.

DECRETO nº 108/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Edegar Giordani, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.632,79 (Trinta e seis mil e seiscentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

10.01.1005 – DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS HABITACIONAIS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.03.0024 – 108 - Aplicações Diretas – 36.632,79

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do Exercício de 2014 de Recursos Vinculados (00.003.24 – Superavit Convênios Outros) – Especificação TCE 34 – Do Contrato 0321.541-23/2010 – Construção de Unidades Habitacionais.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 30 de julho de 2015.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

D. 109 - NOMEIA GIOVANA

Faxinal dos Guedes, SC, 03 de Agosto de 2015.

DECRETO nº109/2015

NOMEIA E DA POSSE A SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLADEMIR ANTONIO CADORE, Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores;

Considerando o Concurso Público 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada e empossada a Sra. GIOVANA DAMACENO, portadora do CPF nº 027.496.699-95, para o exercício do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA DE MATEMÁTICA - 40H SEMANAIS.

Art. 2º. A servidora desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento, previsto na referida lei citada para o seu desempenho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de Agosto de 2015.

FLADEMIR ANTONIO CADORE

Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 110 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 03 de Agosto de 2015.

DECRETO Nº 110/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A EXCESSO DE ARRECADACÃO DO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Flademir Antônio Cadore, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014, Decreta;

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde;

Projeto Atividade 2.024 – Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade - MAC;

3.3.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0065 – 14 - Aplicações Diretas – R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2015 da Fonte de Recursos 00.01.0065 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes SC, 03 de agosto de 2015.

Flademir Antônio Cadore

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

D. 111 - ORÇAMENTO

Faxinal dos Guedes, 03 de Agosto de 2015.

DECRETO Nº111/2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Flademir Antônio Cadore, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal n. 2.345 de 12 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 82.946,37 (Oitenta e dois mil e novecentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.02 – DEPARTAMENTO DA CULTURA

05.02.1008 – CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO/CENTRO DE EVENTOS

4.4.90.00.00.00.00.00 – 00.01.0024 – 45 - Aplicações Diretas – R\$ 82.946,37

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (00.001.0024 – Transferências de Convênios – Outros – Construção de Centro de Cultura e Eventos – Barra Grande – Contrato 1.015,829-10/2014.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, 03 de Agosto de 2015.

Flademir Antônio Cadore
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

D. 112 - PRORROGA CONTRATOS

Faxinal dos Guedes, SC, 04 de Agosto de 2015.

DECRETO nº112/2015

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DE SEVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA.

FLADEMIR ANTONIO CADORE, Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando a necessidade de manter o funcionamento normal das escolas municipais;

Considerando que os serviços do município não podem sofrer alterações, em razão do princípio da continuidade e eficiência do serviço público;

Considerando o resultado final dos aprovados no Processo Seletivo 003/2014;

Considerando o interesse público e a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados até dia 20 de Dezembro de 2015, os contratos dos servidores públicos municipais, nos respectivos cargos e carga horária semanal, para atuarem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a seguir relacionados:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SOLANGE CRISTINA ZAPPE, CPF nº 071.731.529-09, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

MARCIA REGINA BRINGHENTI FERREIRA, CPF nº 041.382.569-89, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

JEANINHA NEVES DE MENEZES, CPF nº 006.689.399-23, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

PATRICIA CAMAROTO DALEASTE, CPF nº 067.313.539-06, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

NEIDE PEDROSO, CPF nº 005.825.989-90, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

NEUSA DE LOURDES PEREIRA, CPF nº 607.586.359-15, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

JESSICA REBELATTO, CPF nº 082.938.629-71, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

MARIZELHA PEDROSO VAZ, CPF nº 656.983.209-34, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

JUSSARA LURDES DA SILVA, CPF nº 594.309.749-04, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

DAIANE LUCIA GAZZOLA VERDI, CPF nº 008.677.789-00, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

JÉSSICA TAIZE SPRICIGO, CPF nº 077.689.049-23, Professora de Ciências 5º ao 8º ano – 20h;

ELIZANDRA VIEIRA DE JESUS, CPF nº 085.330.459-99, Professora de Matemática 5º ao 8º ano – 20h;

RAQUEL MOURA DE SOUZA BORGES, CPF nº 069.915.619-08, Professora de Artes 5º ao 8º ano – 20h;

LINDAMIR TERESINHA BIANCHI CRUSARO, CPF nº 585.076.399-68, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

MARGARETE ANDREIKO, CPF nº 029.338.099-66, Professora de Ensino Fundamental de 1º ao 4º ano – 20h;

GISLAINE GOIS LUNKES, CPF nº 056.970.289-54, Professora de Educação Infantil – 20h;

JULIANA LOPES, CPF nº 010.713.410-14, Professora de Artes – 20h;

SIMONE DOS SANTOS ZANFERARI, CPF nº 894.548.898-49, Professora de Educação Infantil – 20h;

ROMIELI CAMBRUSSI DA SILVA, CPF nº 041.457.469-96, Professora de Ensino Fundamental – 20h.

Art. 2º. Os contratos de que trata o art. 1º deste Decreto poderão ser rescindidos antecipadamente em caso de nomeação de concurso público para o mesmo cargo.

Parágrafo único. A Gerência de Recursos humanos, mediante apostilamento, registrará a prorrogação prevista neste decreto no verso da primeira página de cada um dos contratos temporários acima referidos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

FLADEMIR ANTONIO CADORE
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 113 - LUTO OFICIAL

Faxinal dos Guedes, SC, 06 de Agosto de 2015.

DECRETO nº113/2015

DECRETA LUTO OFICIAL PELO FALECIMENTO DO EX VEREADOR E EX PREFEITO DE FAXINAL DOS GUEDES.

FLADEMIR ANTONIO CADORE, Prefeito Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado luto oficial de 03(três) dias pelo falecimento do Sr. LEONI LUIZ MARCON, EX VEREADOR e EX PREFEITO deste município, ocorrido no dia 05/08/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de Agosto de 2015.

FLADEMIR ANTONIO CADORE
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

D. 114 - FACULTA PONTO

Faxinal dos Guedes, SC, 06 de Agosto de 2015.

DECRETO nº 114/2015.

FACULTA O PONTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLADEMIR ANTONIO CADORE, Prefeito Municipal em exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando o falecimento do Ex Vereador e Ex Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Sr. Leoni Luiz Marcon, ocorrido na data de 05/08/2015;

Considerando a comoção social e o enterro do corpo na data de 07/08/2015 às 16h;

DECRETA:

Art. 1º. Fica facultado o ponto para os servidores nas repartições públicas municipais no dia 07/08/2015, no período da tarde.

Art. 2º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de Agosto de 2015.
FLADEMIR ANTONIO CADORE
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 134/PMF/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
(Multientidades)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 134/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis de escritório para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de agosto de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 07 de agosto de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007_2015 SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0031/2015 – SF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0007/2015 – SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI torna público a Inexigibilidade de Licitação de nº 0007/2015 – SF, visando a despesa com duas inscrições para os servidores Eloi Regalin e Débora Peliser, para participação no 28º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária Ambiental, que acontecerá entre os dias 04 e 08 de outubro de 2015, na cidade do Rio de Janeiro. Contratada: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, inscrita no CNPJ sob nº 33.945.015/0001-81. Valor e pagamento: R\$ 2.492,00 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais) no vencimento do boleto. Fundamento Legal: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 07 de agosto de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020_2015 RP 0013-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0020/2015 – FMS

Registro de Preços nº 0013/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de transporte de pessoas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde para atendimento médico e realização de exames diversos nos centros de referência do município, durante o período de agosto de 2015 a janeiro de 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 20.08.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de agosto de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0094_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0094/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição e instalação de móveis sob medida, para o novo prédio da sede do Corpo de Bombeiros, situado na Avenida Caçador, nº 582, Bairro São José. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE; Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 21.08.2015; Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de agosto de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

PORTARIA Nº 1833/2015

PORTARIA Nº 1833, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido, o contrato de TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 005.754.409-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1834/2015

PORTARIA Nº 1834, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna da nº 1133/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA DE LARA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 848.007.719-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1835/2015

PORTARIA Nº 1835, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna da nº 1134/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSELI DE FATIMA BERNARDINO DA SILVA COLDEBELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 690.295.399-68, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1836/2015

PORTARIA Nº 1836, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0002 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna da nº 1135/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA PAULA DE OLIVEIRA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 068.887.939-07, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1837/2015

PORTARIA Nº 1837, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, o servidor JULIO CEZAR DOLBERTH, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 716.132.009-78, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1838/2015

PORTARIA Nº 1838, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGÉLICA PINHEIRO POLAQUINI, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 093.391.449-02, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2015 até 01 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1839/2015

PORTARIA Nº 1839, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILZA APARECIDA GONÇALVES, brasileiro(a), separada judicialmente, inscrito(a) no CPF sob o n.º 458.563.709-53, contratado(a) em caráter temporário na função

de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 28 de agosto de 2015 até 01 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1840/2015

PORTARIA N.º 1840, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NATALIA FANTINEL BAHIA DOS SANTOS, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 009.033.639-92, contratado(a) em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 28 de agosto de 2015 até 25 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1841/2015

PORTARIA N.º 1841, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0011 de 17 de abril de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE MARIA ANGOLERI, brasileiro(a), união estável, inscrito(a) no CPF sob o n.º 898.664.799-00, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de agosto de 2015 até 01 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1842/2015

PORTARIA N.º 1842, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA SBARDELLA, brasileiro(a), solteira (a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 005.012.469-24, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de agosto de 2015 até 01 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1843/2015

PORTARIA N.º 1843, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DAIANE DOS SANTOS CRESTANI, brasileiro(a), solteira(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 085.806.789-78, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2015 até 01 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1844/2015

PORTARIA Nº 1844, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna da nº 1132/2015 da

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANTONIO LAÉRCIO CARVALHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 023.169.159-90, na função de PROFESSOR- ENSINO FUNDAMENTAL- HISTÓRIA, com carga horária de 18 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1845/2015

PORTARIA Nº 1845, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna da nº 1137/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário VERONICA APARECIDA PEREIRA RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 898.662.239-49, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de agosto de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1846/2015

PORTARIA Nº 1846, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0017 de 09 de julho de 2015 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SALIM RESK CARONI, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 702.483.627-04, na função de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de agosto de 2015 até 10 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CME 003-2015 CARTEIRINHA DO ESTUDANTE

Resolução nº. 003/2015 do Conselho Municipal de Educação de Fraiburgo

O Conselho Municipal de Educação do Município de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais em especial no que lhe confere o art. 3º, II e IV do Regimento Interno, em reunião realizada no dia 07/08/2015;

CONSIDERANDO, que a Lei nº 12.933 de 26 de dezembro de 2013 assegura aos estudantes o acesso com meia-entrada a salas de cinema, cineclubes, espetáculos musicais e circenses e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento;

CONSIDERANDO, que a Carteirainha do Estudante tem validade em todo território nacional;

RESOLVE:

Art. 1º – Todo aluno matriculado na rede municipal de ensino terá direito a Carteirainha do Estudante, a qual deverá ser impressa através de sistema específico e autenticada pela escola não gerando custo ao aluno;

Art. 2º – A Carteirainha do Estudante será validada da data de sua expedição até o dia 31 de março do ano subsequente;

Art. 3º – O aluno interessado em ter a Carteirainha do Estudante deverá solicitar a secretaria da escola ficando sob sua responsabilidade apresentar a foto 3x4 para identificação da mesma;

Art. 4º - A Carteirainha do Estudante é pessoal e intransferível, deverá ser identificada com o número da matrícula, nome completo do aluno e responsável, escola, data de nascimento, data de expedição e validade.

Registre-se e Publique-se.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

Conselheiros:

Roberto Rivelino Lemos

Angelita dos Santos

Hercília Fragoso Gemo

Deize Maria Barreta

Osni Gomes

Teresa Alves dos Santos

Itamar Favero

Tatiana Carla Scalabrin

(*) Publicada a presente resolução em 7 de agosto de 2015 nesta Secretaria Municipal de Educação.

Claudete Gheller Mathias

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

DECRETO Nº 163/2015**DECRETO Nº 163, 07 DE AGOSTO DE 2015.**

DIVULGA A PONTUAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0003, DE 22 DE MAIO DE 2015, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a pontuação da prova prática e classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0003, de 22 de maio de 2015, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 07 DE AGOSTO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0003 DE 22 DE MAIO DE 2015

Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai



Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina - Retroescavadeira**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	3	0	NÃO	18/05/1981
4	0	0	NÃO	22/11/1995

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	ITAMAR RODRIGUES AZEVEDO	3,5	26
2	2	GILSON BEAL	2,6	15,3

DECRETO Nº 164/2015**DECRETO Nº 164, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.**

DIVULGA O RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0009, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado da prova prática e a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0009, de 13 de abril de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 7 DE AGOSTO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0009 DE 13 DE ABRIL DE 2015

Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato

Cargo:	Operador de Máquina	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO
Código:	1	Área de Atuação:	Geral
Disciplina:	Operador de Máquina – Retroescavadeira		

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
1	ALTAIR ALVES RODRIGUES		Não comparecimento na prova prática
2	CIDINEI MARCONDES		Não comparecimento na prova prática



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0009 DE 13 DE ABRIL DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Retroescavadeira**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
4	0	0	NÃO	22/11/1995

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	3	GILSON BEAL	26	15,3

DECRETO Nº 165/2015**DECRETO Nº 165, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.****CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA NOS TERMOS DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0015, DE 25 DE JUNHO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos classificados até a 10ª posição, para realização da prova prática, de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º. Fica convocado o candidato classificado para realização do sorteio do tema e prova prática, nos termos do Edital n. 0015/2015, nos seguintes dias, horários e local:

I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS:

a) Os candidatos deverão comparecer na data e local mencionado para o **sorteio** do tema da prova prática:

Data: 13 de agosto (quinta-feira).

Horário: 13:45 hs, devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Após o sorteio do tema, fica o candidato convocado para realizar a prova prática, na data, horário e local a seguir determinados, devendo ser observada todas as disposições do Edital:

I – CÓDIGO 1 – INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS:

PROVA PRÁTICA INSTRUTOR DE TRABALHOS CULTURAIS		
Data: <u>13 de agosto (quinta-feira)</u> .		
Local:– Departamento de Cultura - Rua Rene Frey 411, Centro, Fraiburgo, SC.		
Inscrição	Nome	Horário
1	MARCOS MARQUES KEMER	16:00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 07 DE AGOSTO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0015 DE 25 DE JUNHO DE 2015

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Instrutor de Trabalhos	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	1	Área de Atuação:	Geral				
Disciplina:	Instrutor de Trabalhos Culturais (masculino)						

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Critérios de Desempate				
1	1	MARCOS MARQUES KEMER	4	0	1º	2º	3º	4º	5º
					Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
					0	0	2	NÃO	03/02/1978

CÂMARA MUNICIPAL**ATA PA/CPI/CMF Nº 01 DE 07 DE AGOSTO DE 2015**

ATA PA/CPI/CMF Nº 01 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO – CPI/CMF Nº 01/2015

ATA DE INSTALAÇÃO, ELEIÇÃO DO PRESIDENTE, RELATOR E INÍCIO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI. Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 14h00min, na sede da Câmara Municipal de Fraiburgo, situada à Av. Lebon Regis, s/n, bairro São José, em Fraiburgo, reuniram-se os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, constituída pela Resolução nº 06/2015, devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios - Edição nº 1799 do dia 05/08/2015, que tem por objetivo apurar acerca do alagamento ocorrido no dia 14 de junho de 2015 no município de Fraiburgo, para deliberar sobre a instalação, eleição do Presidente e Relator, bem como, dar início dos trabalhos. A Comissão ficou assim composta:

ORACIR FERREIRA DE DEUS – Presidente

RODRIGO DE LARA – Relator

GABRIEL FANTIN – Membro

Pelo presidente, agradeceu a confiança dos demais membros e desde já convoca-os para a primeira reunião ordinária a realizar-se às 13h00min do dia 17/08/2015, na sede da Câmara Municipal de Fraiburgo, para início dos trabalhos. As publicações dos atos desta CPI ocorrerão no mural de publicações desta Casa Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Fraiburgo, 07 de agosto de 2015.

ORACIR FERREIRA DE DEUS

Presidente

RODRIGO DE LARA

Relator

GABRIEL FANTIN

Membro

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 039/2015

EXTRATO DE EDITAL

Processo de Licitação 039/2015 - Leilão 001/2015

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina torna publico aos interessados que até as 10h:00min do dia 27 de agosto de 2015, estará recebendo junto ao setor de licitações a proposta de preço de MAIOR LANCE POR ITEM sendo que constitui-se o objeto da presente licitação a seleção de propostas para a venda de ativos inservíveis, através de leilão público oficial on-line e presencial, devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID) conforme Lei Municipal 825/2015, Decreto 157/2015. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no site www.galva.sc.gov.br ou junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111.

Galvão - SC, 07 de agosto de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 150/2015

DECRETO N.º 150, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

DEFINE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 717 de 22 de agosto de 2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida a realização de Audiência Pública para discussão da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2016.

Art. 2º - Será realizada a Audiência no dia 27 de agosto de 2015, às 09h30min, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua 30 de dezembro, 240, sala 04, Centro, Garopaba, Santa Catarina.

Art. 3º - A Audiência será coordenada pelo Ronye Paes, Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, juntamente com comissão formada por 02 (dois) representantes a serem designados pelo Poder Legislativo.

Art. 4º - O prazo de indicação de delegados representantes de entidades fica definido para a Audiência prevista neste decreto, de 10/08 à 19/08/2015, conforme Comunicado de Audiência Pública em Anexo.

Art. 5º - A Audiência será aberta a qualquer munícipe interessado.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/08/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar n.º 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, a comparecerem em AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 09h30min, do dia 27 de agosto de 2015, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua 30 de dezembro, n.º 240, sala 04, Centro, Garopaba, Santa Catarina, com o objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o Exercício de 2016.

Por este ato, ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba NOTIFICADAS, a indicar seus delegados representantes de 10/08 à 19/08/2014, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal, à Praça Governador Ivo Silveira, 296, de segunda a sexta-feira, no horário das 13:00 às 18:00 horas.

Garopaba, 07 de agosto de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO 004/2015

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 004/2015

Processo nº. 113/2015;

Inexigibilidade de Licitação nº. 10/2015

Credenciante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA;

Credenciada: PATRICIA STORTI MAGALHÃES ME;

CNPJ: 22.647.038/0001-93;

Objeto: prestação de serviços de FISIOTERAPIA, usando como referência os procedimentos da tabela SUS, com fulcro no caput do art. 25 da Lei Federal n.º 8.666/93;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	R\$ UNIT
1	Procedimento de fisioterapia normal	R\$ 10,00
2	Procedimento de fisioterapia em paciente neurológico	R\$ 18,00
3	Procedimento de fisioterapia em atendimento domiciliar	R\$ 35,00

Data da Assinatura: 07/08/2015.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6523, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 6523, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR PARA DESENVOLVER SOLUÇÕES TÉCNICO-SANITÁRIAS NO CORRETO E LEGAL CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade da realização de cirurgias de esterilização, para o controle populacional de cães e gatos, de população com posição socioeconômica carente, que por desconhecimento e/ou falta de subsídios, promove a proliferação dos animais que passam a viver nas ruas;

Considerando a necessidade de implantação de programas de cooperação entre a prefeitura Municipal de Gaspar e entidades de proteção aos animais com o objetivo de promover campanhas educativas quanto à importância da esterilização como combate ao abandono e à injustiça.

Considerando a necessidade de promoção de campanhas incentivando a adoção de animais abandonados;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Comissão Multidisciplinar, composta pelos seguintes membros:

- I – Luiz Carlos Venske – Diretor em Vigilância e Saúde;
- II – Maurício Pamplona – Médico Veterinário;
- III – Eloíza Campregheer Probst – Assistente Social;
- IV – Rozângela Aparecida Alves Elias – Diretora Geral de Educação;
- V – Nilton Hening – Procurador Municipal;
- VI – Daniel Fernando Cardoso – Gerente de Meio Ambiente.

Art. 2º A Comissão Multidisciplinar terá incumbência de desenvolver soluções técnico-sanitárias no correto controle populacional de cães e gatos, voltadas para a população mais carente, e programas de cooperação entre a Prefeitura Municipal de Gaspar e entidades de proteção aos animais, com o objetivo de promover campanhas educativas quanto à importância da esterilização, de combate ao abandono e a promoção de campanhas incentivando a adoção de animais abandonados.

Parágrafo único - Fica o servidor Luiz Carlos Venske, nomeado Presidente da Comissão Multidisciplinar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 168/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 168/2015

OBJETO: Contratação da Peça Teatral El Gran Circo, tendo como finalidade oportunizar o acesso a espetáculos de diversos segmentos teatrais para a comunidade de Gaspar. CONTRATADO: COMPANHIA MUTUA TEATRO & ANIMAÇÃO. (04.988.821/0001-39). Valor Total Julgado: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de agosto 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 169/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 169/2015

OBJETO: Contratação da Peça Teatral Das Águas, tendo como finalidade oportunizar o acesso a espetáculos de diversos segmentos teatrais para a comunidade de Gaspar. CONTRATADO: CARONA TEATRO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME. (00.851.167/0001-66). Valor Total Julgado: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 05 de agosto 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

PORTARIA RH 79/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 79/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARCELO MIYAHARA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 20/07/2010 a 07/08/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 10/08/2015 a 08/10/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 80/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 80/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) MARIA DE LURDES DESCHAMPS, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 19/02/2014, devendo folgar a partir de 10/08/2015 a 07/11/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de agosto de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2014

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 066/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 066/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CARLOS ROBERTO DO AMARAL ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 066/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 05/08/2015.

Governador Celso Ramos 05 de agosto de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO 11-2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015

MODALIDADE: CONVITE 001/2015

A Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público que o Processo Licitatório nº 011/2015, na modalidade CONVITE nº 001/2015, tipo menor preço, foi ANULADO com base no art. 49 da Lei 8.666/93 e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas junto a Comissão Permanente de Licitação, junto a Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, sito a Avenida Bela Vista, 946, Calheiros – Governador Celso Ramos – SC.

Governador Celso Ramos, 07 de agosto de 2015.

LEONARDO OSNI QUINTINO

Presidente Comissão

Grão Pará

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO COMUNICADO

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, em cumprimento com o disposto no Artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº 1.359/2005, COMUNICA, às entidades civis e organizadas e à população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 14 h, do dia 31 de agosto de 2015, no Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, com o objetivo de definir metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas, para a inclusão na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2016. Por este ato, ficam, as entidades civis e organizadas do Município, notificadas a indicarem representantes até o dia 26 de agosto de 2015.

Grão-Pará/SC, 07 de agosto de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATO N 56-2015 MADEIRA RAFAELA DISPENSA CONTRATO N. 56/2015

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SERRARIA E COMERCIO DE MADEIRAS COSTA E DACOREGIO LTDA ME, empresa estabelecida na Estrada Geral Rio Pequeno, s/n Grão Pará, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.085.554/0001-55, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por sua Sócia Administradora Srª RAFAELA DA COREJO COSTA, brasileira, solteira, inscrito no CPF n. 056.898.499-44, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, para a utilização na recuperação de pontes, bueiros, mata-burros, devido à Situação de Emergência, conforme itens, especificados, quantidades e valores adiante descritos:

ITEM	MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	VIGAS ROLIÇAS DE EUCALÍPTO COM, NO MÍNIMO 30 CM DE DIÂMETRO NA PARTE MAIS FINA, A SEREM ENTREGUES (VIGAS) EM UNIDADES, COM O COMPRIMENTO SOLICITADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES E OBRAS, ATRAVÉS DE REQUISIÇÃO DE COMPRA.	ml	101	R\$ 86,00	R\$ 8.686,00

2	PLANCHÃO DE EUCALÍPTO MEDINDO 8 CM DE ESPESSURA X 4 M DE COMPRIMENTO, COM LARGURA VARIADA (PLANCHA PONTE)	M³	13,95	R\$ 660,00	R\$ 9,207,00
TOTAL GERAL					R\$ 17.893,00

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 46/2015 - Edital de Dispensa de Licitação n. 24/2015-DL, de 16 de abril de 2015, no valor total de R\$ 17.893,00 (dezesete oitocentos e noventa e três reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A madeira será fornecida, parceladamente, até 31 de agosto de 2015, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma, e deverá ser entregue nos respectivos locais indicados pela Secretaria Municipal dos Transportes e Obras.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 120 (cento e vinte) dias após a entrega da madeira e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 16 de abril de 2015 e o seu vencimento em 31 de agosto de 2015.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes à madeira adquirida;
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega da madeira licitada.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer a madeira sem a devida ordem de compra;
II. Manter em dia estoque da madeira, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
III. Não fornecer a madeira fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.: 10.01.2.029.3.3.90.30.51.00.00.00.0000- Aplicações Diretas (Código reduzido: 149).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 46/2015 - Edital de Edital de Dispensa de Licitação n. 24/2015-DL, de 16 de abril de 2015.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;
III. cometer fraude fiscal;
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 16 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

RAFAELA DA COREJO COSTA

Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 72-2015 DE PROMAQUINAS VARREDORA

CONTRATO 72/2015

de 30 de junho de 2015

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e DE PROMAQUINAS INDÚSTRIA LTDA, empresa estabelecida na Rua Cidade Modelo, 294, Sítio Cercado, cep.81.910-500, inscrita no CNPJ/MF sob n. 13.638.258-0001-60, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor VALDECI MARTINS, brasileiro, casado, gerente de vendas,, inscrito no CNPJ n. 530.384.959-72, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UMA VARREDORA COLETORA PARA UTILIZAR NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ,, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas

adiante descritas.

AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) VARREDORA COLETORA DE RUAS PARA TRATOR, DA MARCA DM, MODELO VCR-1600, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 50HP, CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO DE DESTRITO DE NO MÍNIMO 800L LARGURA MÍNIMA DE 2M, PNEUS COMPATÍVEL COM O TRATOR, COM NO MÍNIMO UMA ESCOVA PRINCIPAL E 2 AUXILIARES, PESO MÍNIMO DA MÁQUINA DE 800 KG, TAMPA PARA ACESSO AO FILTRO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPLETO-CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 53/2015 - Edital de Pregão Presencial n. 19/2015-PR, de 26 de maio de 2015, no valor total de R\$ 74.150,00(setenta e quatro mil, cento e cinquenta reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DA VARREDORA COLETORA e apresentação das respectivas notas fiscais, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 30 de junho de 2015, com vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes à varredora coletora a ser adquirido e verificar se a mesma encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Entregar, no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, a varredora coletora com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato;

II. Emitir notas fiscais da varredora coletora a ser entregue;

III. Prestar garantia contratual mínima de 01 (um) ano após fornecimento dos objetos, acrescida da garantia legal de que trata do CDC;

IV. Prestar a capacitação necessária aos operadores de máquina e motoristas que irão operar/conduzir a respectiva máquina.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

10.01.1.012.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 147).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 53/2015 - Edital de Pregão Presencial n. 19/2015-PR, de 26 de maio de 2015, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.
Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 30 de junho de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VALDECI MARTINS
Procurador da Contratada

TESTEMUNHAS

PÁGINA 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE GRÃO-PARÁ/SC
2015 – 2024

Maior de 2015
AMILTON ASCARI
Prefeito de Grão-Pará

ELIO MÜLLER BRATTI
Vice-Prefeito de Grão-Pará

MARILEI MORGAN VERONEZI BRATTI
Secretária Municipal de Educação e Cultura

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Administração e Fazenda do Município de Grão-Pará, no que tange à continuidade das publicações legais, a serem realizadas pelo Município em jornal de grande circulação no Estado.

Muitos pagamentos se encontram em atraso devido ao Município encontrar-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, o serviço público administrativo não pode ser interrompido, em respeito ao princípio da continuidade do serviço público.

Assim, necessita o Município saldar as despesas abaixo relacionadas, em razão de o pagamento desses débitos ser necessário à continuidade das publicações legais em jornal de grande circulação no Estado, o que revela relevantes razões de interesse público, fazendo-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas, mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: RBS-Zero Hora/Editora Jornalística S.A.

Notas Fiscais: 1837, 643, 423 e 424.

Empenhos: 96, 308, 381, 2, 37, 52 e 66.

Valor: R\$ 4.656,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 07 de agosto de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA E LDO 2016

A Lei A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal, art. 165, reconhecem a ação planejada e transparente, um pressuposto para a gestão fiscal eficiente. Numa situação de estabilidade econômica, o orçamento é instrumento indispensável para que os programas de governo se tornem realidade, beneficiando, de fato, o público-alvo para os quais se destinam as ações que compõem estes programas. Neste contexto, o Plano Plurianual despona como a estrutura básica sobre a qual se desenharão as demais peças: a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de GUARACIABA, Estado De Santa Catarina, através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será avaliada e aprovada a Revisão do Plano Plurianual para o exercício de 2016 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. A audiência será realizada no dia 28 de Agosto de 2015, às 14:00 horas, no auditório da Câmara de Vereadores, situada na Rua Ademar de Barros, nº85, Centro de Guaraciaba/SC.

Um dos pilares de sustentação da Administração Pública é a transparência da gestão mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

GUARACIABA(SC), 07 de Agosto de 2015.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 74.15 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto BOMBA HIDRAULICA DA RETRO JCB 3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº74/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 97/15, Edital de Pregão Presencial Nº 74/15, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto da bomba hidráulica da Retro escavadeira JCB 3C; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 21/08/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 21/08/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 07 de AGOSTO de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 519/2015

DECRETO Nº. 519/2015

Altera dispositivos do Decreto nº. 10/2007, que regulamenta a modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o art. 24 do Decreto nº. 10/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24. Poderá ser realizado o pregão na forma eletrônica.”

Art. 2º. Fica revogado o Anexo II do Decreto nº. 10/2007.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 520/2015

DECRETO Nº. 520/2015

Institui no Município de Guaramirim a Unidade do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (UNICEAF).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Deliberação nº. 398/CIB/14;

DECRETA:

Art. 1º. Institui no Município de Guaramirim a Unidade do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (UNICEAF), competindo-lhe:

I – Participar da formulação e implementação do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, no âmbito de sua Unidade de Assistência Farmacêutica (UAF), observados os princípios e diretrizes do SUS, amparado pela Portaria nº. 1.554 de 30 de julho de 2014 ou portaria vigente;

II – Implantar o SISMEDEX como sistema operacional para o Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF);

III – Viabilizar a participação dos profissionais para capacitação técnica;

IV – Dispor de profissional farmacêutico para execução das atividades relativas à Componente Especializado da Assistência Farmacêutica com a devida responsabilidade técnica (RT);

V – Viabilizar a estrutura física para execução da Assistência Farmacêutica de acordo com a RDC ANVISA/MS nº. 44, de 17 de agosto de 2009, baseando-se nas Diretrizes para Estruturação de Farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

VI – Promover a logística dos medicamentos, bem como registro de entradas e saídas no sistema SISMEDEX, após o recebimento dos medicamentos do almoxarifado central e Unidade de Assistência Farmacêutica Regional de Saúde (UNIAFAR);

VII – Executar as atividades relacionadas com armazenamento e dispensação de medicamentos, visando a conservação adequada e o uso racional dos medicamentos;

Art. 2º. Compete aos profissionais da UNICEAF:

I – Conferência de documentos anexos a solicitação dos medicamentos como laudo de solicitação, avaliação, Autorização dos Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (LME), prescrição médica, documentos pessoais e documentos específicos de cada protocolo clínico, diretrizes terapêuticas e normativas da DIAF/SES/SC;

II – Execução de atividades de cadastro de processos novos, adequações e renovações destes processos, assim como a dispensação no SISMEDEX;

III – Encaminhamento à UNIAFARS das solicitações de medicamentos novos, adequações e renovações com todos os documentos obrigatórios;

IV – Encaminhamento à UNIAFARS, juntamente com as renovações, os recibos de dispensação devidamente preenchidos e assinados;

V – Confirmação de guia de remessa, controle de estoque, transferência de guia de remessa e, quando necessário encerramento de LME e mudança de endereço;

VI – Gerenciamento de atividades relativas ao CEAF na UNICEAF, através do acompanhamento de relatórios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de agosto de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 86/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 86/2015

Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Guaramirim - REFIS-GUARAMIRIM 2015.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFISGUARAMIRIM 2015, destinado a promover a regularização de créditos do Município de Guaramirim, descritos no artigo 2º desta Lei Complementar, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, inscritos em dívida ativa, ajuizados em execução

fiscal ou a ajuizar, parcelados, reparcelados ou não, administrativa ou judicialmente, com exigibilidade suspensa ou não, cujo lançamento ou notificação tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, os quais poderão ser recolhidos mediante o pagamento em cota única ou parcelada, com anistia incidente sobre a multa de mora e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos nesta Lei Complementar, mantida a correção monetária nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 2º. São créditos passíveis de adesão ao REFISGUARAMIRIM 2015:

I - Impostos:

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) mensal e fixo, exceto o retido na fonte, os ainda não constituídos e aqueles sujeitos ao simples nacional;

II - Contribuição de Melhoria;

III - Taxas:

- a) Taxa de Serviços Públicos;
- c) Taxa de Alvará de Licença para Localização e Funcionamento (TLL);
- d) Taxa de Alvará da Vigilância Sanitária (TAS);
- e) Taxas previstas no Decreto nº 1, de 08 de janeiro de 2007;

IV - Preços Públicos previstos no Decreto nº.1, de 08 de janeiro de 2007;

V - Multas decorrentes de infração, exceto as de trânsito.

Parágrafo único. O REFISGUARAMIRIM 2015 previsto nesta Lei Complementar não alcança os débitos relativos ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

Art. 3º. A adesão ao REFISGUARAMIRIM 2015 dar-se-á por opção do sujeito passivo, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária.

§ 1º O REFISGUARAMIRIM 2015 será administrado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, sempre que necessário.

§ 2º Sobre os débitos ajuizados para cobrança executiva que forem quitados através do REFISGUARAMIRIM 2015 não incidirão honorários advocatícios.

§ 3º Compete à Procuradoria-Geral do Município, quando comunicada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, informar ao Juízo acerca do pagamento ou parcelamento e solicitar a extinção ou suspensão da execução, subsistindo os gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e garantias eventualmente prestadas até o pagamento integral da dívida.

Art. 4º. A apuração dos créditos obedecerá aos seguintes critérios:

I - aplicação da correção monetária nos termos dos artigos 122 e seguintes do Código Tributário Municipal - Lei Complementar Municipal nº. 001/94;

II - para os débitos que não foram anteriormente parcelados, a anistia da multa de mora e juros de mora, nos percentuais constantes na Tabela I, do artigo 5º desta Lei Complementar, incidirá até a data da opção;

III - para os débitos já parcelados ou reparcelados, cujos

pagamentos estejam em dia, a anistia da multa de mora e juros de mora, nos percentuais constantes na Tabela I, do artigo 5º desta Lei Complementar, incidirá sobre as parcelas vincendas, até a data da opção, sendo vedada qualquer revisão das parcelas já quitadas.

Art. 5º. Os benefícios do REFISGUARAMIRIM 2015 serão aplicados conjuntamente aos créditos abrangidos por esta Lei Complementar, de acordo com os seguintes critérios e percentuais:

TABELA I – ANISTIA POR INCENTIVO A ADESÃO			
GRUPO	DATA DE ADESÃO	ANISTIA	
		MULTA DE MORA (%)	JUROS DE MORA (%)
1	Até 30/10/2015	90	100
2	De 01/11/2015 a 30/11/2015	90	90
3	De 01/12/2015 a 19/12/2015	80	80

§ 1º O vencimento da parcela única não poderá ultrapassar a data limite do grupo ao qual o contribuinte aderir.

§ 2º O contribuinte poderá optar pelo parcelamento dos débitos em até 4 (quatro) parcelas, com anistia de 70% (setenta por cento) em multa e juros

Art. 6º. A adesão ao REFISGUARAMIRIM 2015 sujeita o contribuinte a:

I - aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretroatável da dívida, importando em confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil, bem como no reconhecimento da certeza, liquidez e exigibilidade dos débitos parcelados;

II - desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos, a ser formulada pelo contribuinte, bem assim da renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, em que se funda a ação judicial e o pleito administrativo;

III - reconhecimento expresso quanto à responsabilidade em arcar com eventuais custas processuais, inclusive levantamento de penhora, oriundas de ações judiciais que tenham por objeto os créditos beneficiados por este Programa;

IV - aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no Programa.

Art. 7º. A opção pelo REFISGUARAMIRIM 2015 não produzirá efeitos suspensivos quanto aos procedimentos judiciais e administrativos de cobrança enquanto não ocorrer o efetivo pagamento das parcelas.

Art. 8º. O contribuinte será excluído do Programa caso não efetue o pagamento na data prevista na opção, acarretando a imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado, aplicando-se, sobre o montante devido, os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, inclusive honorários advocatícios, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art. 9º. Os benefícios concedidos pela presente Lei Complementar não ensejam restituição de quantias pagas, nem compensação de dívidas.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até 19 de dezembro de 2015.

Guaramirim/SC, 07 de agosto de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 506/2015

PORTARIA Nº. 506/2015
CEDE Marcia Medeiros Musse.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ceder à Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, a servidora Marcia Medeiros Musse, na função de Auxiliar de Setor, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 31 de julho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de agosto de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 508/2015

PORTARIA Nº. 508/2015

Designa a servidora Rafaela dos Santos Machado para desempenhar suas funções na Secretaria de Saúde.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora efetiva, Rafaela dos Santos Machado, Engenheira Sanitarista, para desempenhar suas funções na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de agosto de 2015.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

125/2015

DECRETO Nº 125/2015
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.254,06 (treze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

08- SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS:

01- Departamento de Urbanismo :

ATIVIDADE: 0801.15.452.0019.2.021

3.3.90.00-017 – Aplicações Diretas R\$ 13.254,06

Soma R\$ 13.254,06

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Excesso de Arrecadação do Exercício de 2015, referente aos recursos do COSIP, no valor de R\$ 13.254,06.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 07 DE AGOSTO DE 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

126/2015

DECRETO Nº 126/2015
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.399/14 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.375,00 (nove mil, trezentos e setenta e cinco reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2015, destinado a inclusão do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.:

07- Encargos Gerais do Município :

ATIVIDADE: 0407.04.122.0007.2.029

(42)4.4.90.00-118 – Aplicações Diretas R\$ 9.375,00

Soma R\$ 9.375,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.:

07- Encargos Gerais do Município :

ATIVIDADE: 0407.04.122.0007.2.029

(41)3.3.90.00-118 – Aplicações Diretas R\$ 9.375,00

Soma R\$ 9.375,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 07 DE AGOSTO DE 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 49/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 49/2015 - Pregão Presencial Nº. 27/2015.

Objeto: Aquisição de material e serviço para iluminação e decoração para as Festividades Natalinas 2015 no município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 24/08/2015

(13:30 Documentação - 13:45 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 07 de agosto de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.435/2015

DECRETO Nº 3.435/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.081 de 12/12/14 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção de Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.062 – Operação e Manutenção de Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 35

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 06 de agosto de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI Nº 3.108/2015

Lei nº 3108/2015

“Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar”

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

Lei

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir “Crédito Suplementar” de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), ao Orçamento Vigente com a seguinte classificação:

06– Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

0601-Departamento de Educação Infantil

0601-123650018-1015 - Construção, Ampliação e Reforma de Creches

44900000-0158 –Investimentos – Aplicações Diretas R\$30.000,00

0601-123650011-2021 - Qualificação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação Infantil

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

0601-123650011-2022 - Aquisição de material de consumo, escolar e didático- pedagógico específicos para as crianças de 0 a 6 anos

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

0602-Departamento de Ensino Fundamental

0602-123610012-1011 - Aquisição de Veículo para atividades diversas da Secretaria

44900000-0158 –Investimentos – Aplicações Diretas R\$10.000,00

0602-123610012-2025 - Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0602-123610012-2026 - Prover a aquisição de diversos materiais de consumo e didático- pedagógico para o Ensino Fundamental

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

0602-123610012-2028 - Qualificação e Aperfeiçoamento dos Profissionais do Ensino Fundamental

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0602-123610012-2029 - Aquisição de Material Didático para Distribuição Gratuita

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$ 51.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos encargos de trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzida parcialmente no valor de R\$150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais) as seguintes contas do Orçamento Vigente.

06– Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

0601-Departamento de Educação Infantil

0601-123650011-2020 - Manutenção, Encargos e Atividades da Educação Infantil

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$10.000,00

0602-Departamento de Ensino Fundamental

0602-123610012-2027 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Transporte Escolar

33900000-0158 –Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas R\$140.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 7 de agosto de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA AO

PROJETO DE LEI nº 24 de 07 de julho de 2015

O Projeto de Lei nº 024/15 de 07 de julho de 2015 foi elaborado para que este município através possa desenvolver suas atividades com pagamento de transporte escolar e outras despesas correntes que por falta não foi previsto na ocasião da Lei Orçamentária Anual nas fontes de recursos corretas.

Os recursos para o Crédito terão origem dentro do mesmo programa e não aumentará a despesa do mesmo, apenas será feita a adequação necessária de uma fonte de recursos para outra.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 031/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE TAIÓ
CNPJ/MF 04.415.095/0001-65
Empresa: ARG INDUSTRIAL LTDA - EPP
Endereço: ROD SC 302,1860
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 031/2015 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ARG INDUSTRIAL LTDA - EPP estabelecida na ROD SC 302,1860, Bairro Barragem Oeste, TAIÓ - SC, CNPJ nº 04.415.095/0001-65, doravante denominada CONTRATADA, resolve unilateralmente celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato nº 050/2014, que tem por objeto a execução em regime de empreitada por preço unitário de empresa especializada para a Construção de Quadra Poliesportiva com vestiários padrão FNDE com 980,40 m² a ser instalada no Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe situado a Rua Senador Eusébio, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, em decorrência do Processo Licitatório nº 039/2014, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2014, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual bem como o prazo de execução da ordem de serviço nº 009/2014 até 06/02/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, § 1º inciso II e da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como justificativa da contratada e parecer técnico da Secretaria de Planejamento e Coordenação.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

A publicação deste Termo Aditivo supre a necessidade de emissão de nova ordem de serviço, para a realização dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 050/2014, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04

(quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 06 de agosto de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

Laércio Mendes
Sócio Gerente
CPF :769.185.999-68
Contratada

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso Fabrin
CPF: 052.051.949-36

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO Nº 043/2015

CONTRATO Nº 043 /2015

Processo Licitatório nº 044/2015

Dispensa nº 004/2015

Chamada Pública nº 001/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, CNPJ: 01.612.745/0001-74, estabelecida a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, representada neste ato por seu Prefeito o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado Andrei Vicente Alberti, residente na Linha Gramado Dos Santos, s/nº, interior de Tangará-S/C, inscrita no CPF sob n.º 065.425.589-00, e portador da Carteira de Identidade nº 5.615.115, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2015, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação pública municipal, verba FNDE/PNAE, para o ano de 2015, conforme itens baixo descritos e conforme Cláusula Terceira deste contrato, todos de acordo com a chamada pública n.º 001/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, conforme segue:

Item	Quant.	Unid	Descrição	Preço Unidade
3	30	Um	Acelga, bem Formada, Firme, Sem Manchas De Apodrecimento, Livre De Sujidades. Peso Mínimo Da Unidade 1,5 Kg	4,12
4	340	Um	Alface, bem Formada, Firme, Sem Manchas De Apodrecimento, Livre De Sujidades	1,80
5	20	Kg	Batata doce, 1 qualidade, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, sem rupturas ou defeitos, limpa	2,40
6	30	Kg	Beterraba, 1 qualidade, nova, firme, sem folhas, sem rachadura, isenta de material terroso e umidade externa anormal.	3,00
7	70	Um	Brócolis de 1º qualidade, apresentando grau de evolução completo do tamanho, cor própria, sem partes amareladas, livre de sujidades. peso mínimo da unidade: 400g.	3,40
8	35	Kg	Cenoura, 1 qualidade, nova, firme, sem folhas, sem rachadura, isenta de material terroso e umidade externa anormal	3,30
9	70	Um	Couve flor de 1 qualidade, limpa sem folhas, apresentando grau de evolução completo de tamanho, cor própria, sem partes amarelas com ausência de sujeira, parasitas e larvas	4,15
10	25	maço	Couve manteiga deve apresentar as características do cultivar bem definidas, bem formada, estar fisiologicamente desenvolvidas, limpas, livres de danos mecânicos, pragas e doenças.	2,50
11	30	Um	Repolho branco, liso, fresco, limpo, desenvolvido, consistência firme, sem machucados ou perfurações. Unidade 2 kg	1,40
12	12	maço	Tempero verde	1,70

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 20 de Dezembro de 2015, os saldos restantes serão desconsiderados.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita no Centro Educacional Eliziane Titon de Ibiã, sito a Rua Sete de Setembro (atrás da Prefeitura de Ibiã), nos dias determinados pela secretaria de educação e quantidades de acordo com o constante nas AF – Autorização de Fornecimento, sem custos adicionais para o Município de Ibiã, e deve ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o envio da AF no e-mail do proponente vencedor do item, sob pena das sanções estabelecidas neste contrato.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das respectivas Notas Fiscais de Venda.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 1.642,50 (Hum mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme cláusula primeira deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Atividade: 2025 – Programa Suplementar de Alimentação Escolar

Reduzidos: 63 e 131

Complemento do Detalhamento: 339030070000 – Gêneros de Alimentação

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, CONFORME CRONOGRAMA DE PAGAMENTO FIXADO PELO DECRETO MUNICIPAL 2.739/2014.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE efetuará os pagamentos ao contratado conforme decreto 2.739/2014. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inapetência do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;

d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Nutricionista e pelos membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e conforme Portaria Municipal 0185/2011 também pelo Secretário de Educação.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2015, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 20 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Ibiam/SC, 04 de Agosto de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

ANDREI VICENTE ALBERTI
CPF: 065.425.589-00
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana T. Balen
CPF: 042.307.839-90

Adriana A. S. Taiba
CPF: 645.608.800-34

Evandro Carlos dos Santos
Advogado – OAB/SC 13.747

DECRETO Nº 2828/2015

DECRETO Nº 2828, DE 31 DE JULHO DE 2015

DIVULGA PROVISORIAMENTE NOTAS DA PROVA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003, DE 29 DE JUNHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica;

Considerando, que a Comissão do Processo Seletivo está analisando Recurso protocolado sob nº 148, de 06 de agosto de 2015;

Considerando, o resultado da prova escrita (objetiva) e da prova prática realizada no dia 05 de agosto de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Divulga provisoriamente notas da prova objetiva e da prova prática do Processo Seletivo, para admissão de pessoal em caráter temporário – Cadastro de Reserva, sob regime administrativo especial para o exercício financeiro de 2015, conforme EDITAL nº 003, de 29 de junho de 2015, para o seguinte cargo:

Operador de Máquinas			
Nº Insc.	Nome Candidato	Prova Escrita	Prova Prática*
001	Cleudes Neves Gomes de Campos	7,5	*
002	Leomar Walter de Castro	6,5	*
004	Marcelo Cordeiro	8,0	*
005	Wilson Antunes	7,0	*
006	Francisco Alexandre Fernandes	9,5	*
007	Evandro de Moraes	8,0	*
003	Ewerton Luiz Bertelli Tragancin	Não compareceu	

* Pendente análise Recurso (resultado provisório)

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE AGOSTO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 144/2015

PORTARIA Nº 144, DE 23 DE JULHO DE 2015

"ALTERA CARGA HORÁRIA POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL DE SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a determinação contida na decisão judicial proferida nos autos da Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo de nº 071.12.001882-0, a qual foi mantida integralmente no julgamento da Apelação Cível nº 2014.043892-7;

Considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001 de 03.10.2003, homologado pelo Decreto nº 0947 de 27.11.2003

RESOLVE:

Art. 1º. Em decorrência da decisão judicial acima mencionada, fica alterada a Portaria nº 065, de 18 de fevereiro de 2004, que nomeou LUCILA DALMOLIN CIARNOSCHI para o cargo de Professor II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sob Regime Estatutário, fica alterada a sua carga horária de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, nos termos e condições da referida sentença.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/02/2004, com exceção dos reflexos financeiros e funcionais da anulação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE JULHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 145/2015

PORTARIA Nº 145, DE 23 DE JULHO DE 2015

“NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003/2015”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999; considerando o Edital nº 003, de 29 de junho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Seleção para o Processo Seletivo, Edital nº 003, de 29 de junho de 2015, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

I – Carmelita Chiesa Tragancin, Professor II – Diretora do Departamento de Recursos Humanos – Presidente;

II – Rosinei Ceron, Agente Administrativo – Secretária;

III – Rodrigo Felicetti Perosa, Técnico Educacional – Membro.

Art. 2º. A Comissão terá o apoio da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, a qual será encarregada pela elaboração, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados durante a realização do certame e apresentação do resultado final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 23 DE JULHO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 002 - CV 001 2015 - STULP & MATUCHAKI

Extrato de Contrato nº 002/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE ILHOTA

Setor de Compras e Licitações

Processo: CONVITE nº 001/2015

Objeto: Contratação de Serviços de Assessoria Contábil para o Instituto Previdência de Ilhota (ILHOTAPREV), visando a execução das tarefas contábeis necessárias para sua manutenção, conforme edital e seus anexos.

Fornecedor: STULP & MATUCHAKI ORG. CONTABIL LTDA

Valor GLOBAL: R\$ 23.260,00 (vinte e três mil duzentos e sessenta reais)

Assinatura: 07/08/2015

Vigência: 07/08/2015 à 31/12/2015

João Roberto Vieira
Superintendente

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 108/2015

EDITAL SEAGP Nº 108/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de Agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 108/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Marlize Ferreira Venancio

EDITAL SEAGP Nº 109/2015

EDITAL SEAGP Nº 109/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de agosto a 09 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 109/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar de Serviços Gerais

Luiz Alberto Butter

EDITAL SEAGP Nº 110/2015

EDITAL SEAGP Nº 110/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de agosto a 09 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 110/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo

Licariane de Andrade Martins

EDITAL SEAGP Nº 111/2015

EDITAL SEAGP Nº 111/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 002/2011, divulgado através do Edital nº 002/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de agosto a 09 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 111/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Pedagogo

Amaranta Venzon de Bona

EDITAL SEAGP Nº 112/2015

EDITAL SEAGP Nº 112/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 112/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Professor Educação Especial 40h

Conceição Aparecida Lopes

EDITAL SEAGP Nº 113/2015

EDITAL SEAGP Nº 113/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 007/2015, divulgado através do Edital nº 007/2015, de 09 de junho de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL

DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 07/2015, de 26 de junho de 2015, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de Setembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de agosto de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 113/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro

Rosangela Braz Vieira

PORTARIA CGPPP Nº 003, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

Portaria CGPPP Nº 003, de 06 de agosto de 2015.

Compõe a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) para análise da solicitação exposta no Processo Administrativo nº 22548/2014, de 05 de dezembro de 2014, acerca dos procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para definir qual a modalidade de contratação que melhor se adapta à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Imbituba/SC.

O Presidente da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas – CGPPP, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto PMI nº 269, de 05 de novembro de 2014, no Regimento Interno da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP e fundamentado na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e,

Considerando a solicitação transcrita no Processo Administrativo nº 22548/2014, de 05 de dezembro de 2014, da Empresa Valle Engenharia LTDA-ME, devidamente fundamentado no parágrafo único do artigo 16 do Decreto nº 269, de 03 de novembro de 2014;

Considerando o disposto no artigo 1º do Regimento Interno da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP;

Considerando a necessidade de composição da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas – CGPPP para análise da solicitação dos procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para definir qual a modalidade de contratação que melhor se adapta à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Imbituba/SC.

Considerando a necessidade de investimentos para a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Imbituba/SC, com vistas a coleta de propostas de soluções de engenharia, luminotécnica e de tecnologia da informação, aplicadas em projeto específico para o aumento da eficiência da iluminação pública.

Considerando a necessidade de regulamentação do Procedimento de Manifestação de Interesse PMI, com o intuito de assegurar o atendimento dos princípios da publicidade, da transparência e da isonomia da participação dos eventuais interessados;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica composta a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas – CGPPP, para análise da solicitação dos procedimentos gerais para registro, seleção e aprovação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para definir qual a modalidade de contratação que melhor se adapta à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Imbituba/SC, pelos seguintes membros:

- I – Cadir Garbelotto Cargnin, Secretário de Governo – Presidente;
- II – Nicolau Corsino Bento, Secretário de Administração e Gestão Pública;
- III – Rui Geraldo Rodrigues, Secretário de Agricultura, Pesca e Infraestrutura – SEAPI, titular do órgão municipal diretamente relacionado com o serviço ou atividade objeto da parceria público-privada – Coordenador dos trabalhos;
- IV – Sabrina Machado Stefanos da Silva, Procuradora, membro da Procuradoria-Geral;
- V – Juliana da Silva Ignácio - Secretaria Executiva;
- VI – Eduardo dos Passos Nunes, Engenheiro e Secretário de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Vanio Mário Laurentino, Engenheiro Eletricista- Equipe Técnica de Assessoramento.

Art. 2º. Regulamentar o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI no desenvolvimento de estudos técnicos e projetos básicos que apontem alternativas de investimentos, a partir das seguintes diretrizes estratégicas:

- a) Área de abrangência: Município de Imbituba (SC);
- b) Escopo: Soluções de engenharia, luminotécnica e de tecnologia da informação, aplicadas em projeto específico para o aumento da eficiência da iluminação pública, por meio de:
 - b.1) Reconstrução total ou parcial de sua infraestrutura;
 - b.2) Atualização e manutenção do seu cadastro técnico;
 - b.3) Expansão da infraestrutura da rede;
 - b.4) Operação e manutenção de seus ativos, envolvendo todos os possíveis serviços agregados, quais sejam:

- i. Centro de Controle Operacional - CCO;
- ii. Monitoramento e Controle Bidirecional dos Ativos;
- iii. Service Desk;
- iv. Consultoria Especializada;
- v. Manutenção Rotineira e Periódica dos Ativos;
- vi. Remodelação;
- vii. Eficientização.

c) Diagnóstico e proposição de alternativas administrativas que englobem as variáveis institucional, jurídicas, econômico-financeira, técnicas e operacional, incluindo a viabilização da captação de recursos, para a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Imbituba/SC;

d) Tais alternativas deverão estar associadas a exemplos de modelos já efetivados no Brasil, seja por meio de concessão ou gestão associada de iluminação pública, e bem assim dar amplitude nas alternativas administrativas e gerenciais futuras;

e) A partir da modelagem apresentada pelo proponente para atendimento dos itens acima descritos, elaborar estudos para embasar a implementação do sistema de cobrança, composição de taxas e tarifas assim como a política de subsídios para a prestação dos serviços públicos a serem objeto da modalidade de contratação eleita.

DOS PARÂMETROS GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 3º. Os Estudos deverão adotar como premissa a assunção pelo concessionário da gestão de toda a infraestrutura existente da Rede de Iluminação Pública desde o início do prazo da concessão.

§1º. Como produto a ser entregue nesta prestação de serviços, aluz deverá ser medida e monitorada. Sem prejuízo, alguns critérios derivados, como consumo, disponibilidade, registros de incidentes e problemas, tempo de reparo e informações acerca dos eventos relacionados à prestação do serviço de iluminação, deverão ser tratados nos Estudos a serem apresentados. A luz deverá ser medida conforme sua luminância, na unidade de medida correspondente (Lux). Outros critérios de medição poderão ser propostos, entre eles, os níveis de "sombra" e "zebramento", diferenças entre iluminação na via de tráfego e nas calçadas, correções para luminárias obstruídas por árvores e outros obstáculos, entre outros.

§2º. Quanto às tecnologias referentes à iluminação, poderão ser propostas todas as existentes no mercado, exceto aquelas de tecnologia incandescente e de vapor de mercúrio.

§3º. Os Estudos deverão conter análise das alternativas tecnológicas disponíveis, apresentando justificativa para a solução técnica adotada.

§4º. Não existe preferência por tecnologia, pois os critérios determinantes serão aqueles relacionados com o nível de serviço a ser entregue, entre eles o consumo de energia e a eficiência do sistema de iluminação proposto.

DGESTÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 4º. Quanto ao gerenciamento da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública, os Estudos deverão apresentar soluções que possibilitem:

- a) Atuar de forma individual em cada ponto de iluminação;
- b) Monitorar o estado (ligado ou desligado) em tempo real;
- c) Promover a alteração do estado (ligando ou desligando);
- d) Mensurar e armazenar informações sobre o consumo real de energia e a luminância entregue;
- e) Atuar de forma programada, individualmente ou em conjunto, nos componentes da infraestrutura;
- f) Registrar alterações de comportamento dos componentes, centralizando-as em tempo real em um Centro de Controle Operacional – CCO;
- g) Possibilitar o acionamento automático de equipes de campo, para correção de incidentes e problemas, atualizando o CCO sobre o status do atendimento;
- h) Registrar o momento exato do retorno ao funcionamento, controlando todos os índices de atendimento e eficiência do serviço;
- i) Atualizar o cadastro técnico de forma automática, a cada evento

ou intervenção necessária, como uso de equipamentos com georreferenciamento;

j) Prover sistema inteligente de controle e tomada de decisões, com base nos dados dos eventos de serviço, e com capacidade para geração de relatórios dinâmicos, temáticos, e georreferenciados.

§1º. O desafio maior de operação desta Rede de Iluminação Pública e suas gigantescas proporções é obter o controle sobre seu funcionamento através de sua medição em tempo real, bem como criar condições de intervir em sua operação de forma remota, ambos a partir de um Centro de Controle Operacional-CCO.

§2º. O Centro de Controle Operacional-CCO deverá concentrar também a central de atendimento telefônico (ServiceDesk) e, também, os sistemas e demais aparatos necessários para a medição e o controle de todo funcionamento da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública, devendo, ainda, operar sob a metodologia de gerenciamento de serviços, guiados pelas melhores práticas e metodologias de mercado, tais como o Information Technology Information Library-ITIL e o Project Management Institute-PMI.

§3º. A Solução de Gestão e Operação será composta de hardwares, softwares, firmwares e demais componentes necessários à sua perfeita operação e será constituída por componentes de uso externo (restritos ao perímetro do município de Imbituba) e internos a Secretaria de Agricultura, Pesca e Infraestrutura – SEAPI.

§4º. Deverá ser prevista a instalação de um CCO – Centro de Controle Operacional de um Service Desk na sede da Secretaria de Agricultura, Pesca e Infraestrutura – SEAPI e, que possibilite a fiscalização das ações do concessionário, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real.

§5º. No projeto a ser elaborado, deverão estar descritas também as potencialidades da rede proposta, bem como suas interfaces de integração a outras soluções e também os protocolos de comunicação e integração a serem adotados.

§6º. As potencialidades da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública deverão ser estudadas e propostas seguindo as melhores práticas de mercado, alinhando o município aos princípios de sustentabilidade e estruturação de cidades inteligentes.

DAS ATRIBUIÇÕES RELATIVAS À OPERAÇÃO E CONTROLE DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 5º. As frentes de serviço poderão ser oferecidas de forma distinta, em grupos denominados “Gestão” e “Operação”, devendo ser demonstrados os detalhamentos técnicos de cada etapa das soluções propostas, sua composição, compatibilidades, interoperabilidades, integrabilidade, escalabilidade, e demais critérios aplicáveis e desejáveis à análise técnica.

Parágrafo único. As soluções propostas devem ser aderentes às tendências de mercado e estar baseadas em tecnologias não proprietárias ou com condições garantidas de interoperabilidade.

DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Art. 6º. Os Estudos deverão ser orientados pelos seguintes objetivos específicos:

- Promover a melhoria do índice ou grau de luminância implantado (aumentar a eficiência da Rede de Iluminação Pública) para níveis adequados ao tipo de via;
- Promover a uniformidade da iluminação nas vias e nas calçadas;
- Promover a redução do consumo de energia elétrica, com o uso de tecnologias mais eficientes (eficientização);
- Propor soluções de mitigação em relação à poluição visual na Iluminação Pública;
- Criar/instalar Centro de Controle Operacional – CCO eficiente;
- Viabilizar a aplicação de ferramentas de Tecnologia da Informação no controle efetivo e em tempo real do comportamento da

Rede de Iluminação Pública;

- Controlar/medir a eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue;
- Promover a melhoria do nível de serviço de Iluminação Pública, especialmente na correção de incidentes e problemas correlatos;
- Permitir a detecção de incidentes na Rede de Iluminação Pública em tempo real;
- Promover a redução dos incidentes e problemas na Rede de Iluminação Pública;
- Possibilitar ação imediata do concessionário, independente de chamamento do cidadão;
- Oferecer resposta ativa ao cidadão, quando este fizer contato;
- Ampliar a disponibilidade e a capacidade da Rede de Iluminação Pública;
- Garantir a atualização constante, a integridade e a confiabilidade dos dados de cadastro técnico/inventário da Rede de Iluminação Pública;
- Estruturar modelo de negócio e solução tecnológica que possibilite a fiscalização das ações do concessionário, sempre que necessário para garantia do fiel cumprimento do contrato, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real;
- Promover o controle eletrônico e a automação como meios para garantir a transparência da informação e da gestão, bem como evitar interferência e manipulação de dados da Rede de Iluminação Pública;
- Promover iniciativas de uso compartilhado da estrutura da Rede de Iluminação Pública, alinhando o município às iniciativas de sustentabilidade e de cidades inteligentes;
- Adequar os custos iniciais decorrentes do projeto aos valores recebidos pelo município com a arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, com tendência de redução ao longo do tempo do contrato.

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO GESTORA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (CGPPP)

Art. 7º. Competirá a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), designada no artigo anterior, além das já descritas no Decreto nº 269, de 03 de novembro de 2014 e no seu Regimento Interno, às seguintes atribuições:

- Efetuar a análise que subsidiará a autorização para o desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos postulados pelo interessado;
- Acompanhar os estudos técnicos e projetos básicos autorizados;
- Emitir parecer visando subsidiar a decisão do Município de Imbituba quanto ao resultado final dos estudos técnicos e projetos desenvolvidos.

Art. 8º. Para a adequação do exercício das atribuições conferidas nesta Portaria, os membros da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) poderão:

- Convocar empregados da Administração Municipal, ou contratar empresas ou técnicos especializados que, devido ao conhecimento técnico, passam a contribuir no fornecimento de informações, documentos, na participação de reuniões e vistorias técnicas;
- Definir estrutura administrativa necessária para o atendimento do escopo da presente Portaria;
- Priorizar as atribuições recebidas em detrimento das atividades de rotina da respectiva unidade organizacional de lotação, visando cumprir os prazos ora definidos.

§1º. Competirá ao Município de Imbituba o ato de autorização para realização dos estudos técnicos e projetos.

§2º. Competirá aos interessados desenvolver os estudos

técnicos e projetos, atendendo o regramento disposto no presente documento.

DA INFORMAÇÃO FALSA OU INCORRETA

Art. 8º. A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) em face de suspeita de informação falsa ou incorreta, não demonstrada, poderá solicitar ao interessado a comprovação ou demonstração de sua veracidade ou adequação técnica, inclusive o acesso a dados primários e planilhas de cálculo.

DA AUTORIZAÇÃO E DO REGISTRO

Art. 9º. Os interessados em participar poderão solicitar autorização para desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos nos termos definidos nesta Portaria, sendo que as manifestações serão recebidas na Rua Jorge Lacerda, 769, Centro - CEP 88.780-000- telefone: (48)3255-2002, e-mail: imbituba@imbituba.sc.gov.br - Imbituba (SC), no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação do Edital de Chamamento.

§1º. As solicitações de autorizações encaminhadas por e-mail, deverão ter seus documentos originais enviados via SEDEX, com data de postagem até o último dia do prazo estabelecido.

§2º. A solicitação deve ser individual para estudos técnicos e projetos, na área de interesse, entretanto, os estudos técnicos e projetos deverão necessariamente contemplar a diretriz prevista no artigo 1º desta Portaria.

§3º. A solicitação de autorização deve vir acompanhada das seguintes informações:

- a) Qualificação do interessado: O interessado deverá oferecer original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: Cartão de CNPJ, contrato social, e sua última alteração contratual. Indicar seu representante legal com endereço e contatos. Informar o(s) Responsável(eis) Técnico(s) pela realização dos estudos técnicos e projetos básicos, contendo sua qualificação, capacidade técnica e a respectiva função de cada um;
- b) Discriminação do objetivo do interessado e área de abrangência: o interessado deverá definir o objeto do estudo proposto e caracterizar a área de abrangência do mesmo, apresentando diagnóstico da situação atual, contextualização e propósito dos estudos técnicos e projetos;
- c) Características estimadas do empreendimento: o interessado deverá apresentar sucintamente as características gerais do empreendimento e indicar o custo para sua implementação, por etapas e final;
- d) Cronograma e condições técnicas de realização: o interessado deverá apresentar cronograma de execução e os documentos e as informações necessárias para realização dos estudos técnicos e projetos básicos;
- e) Previsão de dispêndio com os estudos técnicos e projetos: o interessado deverá apresentar uma planilha com os custos de cada etapa dos estudos técnicos e projetos e seu peso percentual no custo total dos estudos técnicos e projetos básicos. Estes serão avaliados para efeito de eventual ressarcimento, nos casos previstos no artigo 21 da Lei 8.987/95;
- f) Declaração de que conhece e concorda com todos os termos do Edital.

§4º. Quando o interessado representar um consórcio, as informações constantes na alínea "a" do §3º deste artigo deverão ser apresentadas por todos os consorciados.

§5º. O cronograma de execução dos estudos técnicos e projetos não poderá ultrapassar 90 (noventa) dias, sendo que cada etapa estabelecida deverá ser finalizada por relatório a ser entregue a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP).

§6º. No caso da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) constatar que a previsão de dispêndio para a realização

dos estudos técnicos e projetos apresenta valores superiores aos preços praticados em mercado para serviços similares, a situação será informada aos interessados previamente à deliberação quanto à autorização, oportunizando que apresente:

- a) Justificativa dos valores;
- b) Novo orçamento considerando preços aferidos pela avaliação prévia.

§7º Os documentos requeridos pelos interessados serão postos à disposição para consulta, ficando a critério da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) o deferimento ou não de fornecimento de cópia de documentação. Para realização de reuniões e visitas técnicas as mesmas devem ser requeridas a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) que procederá ao agendamento.

Art. 10. A análise da solicitação observará, além dos requisitos da conveniência e oportunidade, se o objeto dos estudos técnicos e projetos estão alinhados com as diretrizes gerais previstas no artigo 1º desta Portaria (observado o disposto no § 2º do Art. 3º), se a solicitação está instruída com as informações exigidas no §3º do artigo 3º, e se os valores da proposta financeira são condizentes com os praticados pelo mercado, podendo a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) solicitar informações adicionais que julgar necessárias.

§1º. O resultado da análise da solicitação para os estudos técnicos e projetos de que trata este PMI será informado ao interessado, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir de 1º dia útil subsequente ao término do prazo para recebimento das manifestações de interesse previsto no artigo 9º desta Portaria, facultado ao mesmo requerer esclarecimentos no prazo de 05 dias, contados da data do recebimento do comunicado.

§2º. É facultado à Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) convocar reuniões técnicas para expor dúvidas, informações e colher alternativas e esclarecimentos quanto aos estudos e informações apresentados, inclusive com a participação de representantes da sociedade civil e de eventuais colaboradores ou contratados do Município de Imbituba.

§3º. O Termo de Autorização será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, indicando o objeto dos estudos técnicos e projetos, o interessado e o prazo para execução, e encaminhado aos interessados, mediante aviso de recebimento (AR), juntamente com o Termo de Confidencialidade que deverá ser assinado pelo representante legal, sob pena de anulação da autorização.

§4º. A autorização concedida não gera efeitos de:

- a) Conferir garantia de aproveitamento dos estudos técnicos e projetos dela decorrente;
- b) Obrigar a Administração a realizar a licitação ou qualquer tipo de contratação ou avença;
- c) Conceder direito de preferência ou exclusividade;
- d) Criar, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração.

Art. 11. A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos receberá os relatórios, a cada etapa concluída pelos interessados e manterá atualizado o registro dos estudos técnicos e projetos básicos.

§1º. No escopo de validar as autorizações concedidas, a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) manterá registro nas seguintes condições:

- a) Registro ativo: são aqueles considerados válidos pela Comissão

Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), com acompanhamento contínuo do andamento dos estudos técnicos e projetos básicos, mediante recebimento de relatórios conforme etapas definidas em cronograma, previsto na alínea "d" do § 3º do artigo 9º; b) Registro inativo: são aqueles considerados insubsistentes pela Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) ou sem pronunciamento pela parte interessada, nos prazos estabelecidos em cronograma.

§2º. A não apresentação dos relatórios nos prazos determinados implicará na declaração de abandono e transferência do registro para condição de inativo com consequente arquivamento do processo, situação que será formalmente comunicada ao interessado que poderá retirar a documentação eventualmente encaminhada à Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP).

§3º. Não serão concedidas prorrogações dos prazos autorizados para desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos, definido no §5º do artigo 9º, exceto na hipótese devidamente justificada da necessidade de maiores investigações de campo ou outros estudos especiais que poderão ser requeridos pelo interessado à Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP).

DA SELEÇÃO E APROVAÇÃO

Art. 12. O interessado deverá demonstrar como resultado dos estudos, relatório final contendo, no mínimo, os tópicos abaixo:

- a) Diagnóstico da situação atual rede de iluminação pública do Município de Imbituba/SC e proposta de eventuais ações para emergências e contingências;
- b) Diagnóstico e proposição de alternativas administrativas que englobem as variáveis institucional, jurídicas, econômica-financeira, técnicas e operacional, incluindo a viabilização da captação de recursos, para a otimização dos serviços públicos a serem contratados por meio de concessão ou gestão associada e que possibilitem a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Imbituba/SC, observado o regramento previsto no artigo 175 da CRFB/88;
- c) A conveniência e oportunidade do objeto dos estudos técnicos e projetos, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pelo modelo proposto, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto;
- d) A indicação estimativa do impacto orçamentário-financeiro;
- e) Elaboração de matriz de risco;
- f) Aspectos ambientais, regulatórios e fiscais;
- g) Minutas de Edital e Contrato e quaisquer outros documentos para uma eventual licitação.

§1º. Recebido o relatório final, a Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) emitirá parecer objetivo, observando o atendimento do rol disposto no caput deste artigo e, ainda, se o trabalho teve desenvolvimento fundamentado em estudos consistentes e adequados, atendendo a boa técnica, especialmente às condições de atualidade, eficiência e segurança, bem como a apresentação de custos, tanto os finais, quanto os relativos às diversas etapas de desenvolvimento dos estudos, devidamente comprovados por dados contábeis.

§2º. Na hipótese de existirem estudos técnicos com objeto idêntico ou similar, será ponderado o que apresentar melhor vantagem técnica, econômica, financeira e socioambiental.

§3º. A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP) poderá solicitar informações, esclarecimentos ou estudos complementares antes da manifestação final.

§4º. A avaliação e a seleção dos projetos, estudos, levantamentos ou investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres a serem utilizados, parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizadas conforme os

seguintes critérios:

- a) consistência das informações que subsidiaram sua realização;
- b) adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;
- c) compatibilidade com as normas técnicas emitidas pelos órgãos setoriais ou pelo CGPPP;
- d) razoabilidade dos valores apresentados para eventual ressarcimento, considerando projetos, estudos, levantamentos ou investigações similares;
- e) compatibilidade com a legislação aplicável ao setor;
- f) impacto do empreendimento no desenvolvimento socioeconômico da região e sua contribuição para a integração catarinense, se aplicável; e
- g) demonstração comparativa de custo e benefício do empreendimento em relação a opções funcionalmente equivalentes, se existentes.

§5º. Concluído o parecer, os processos serão submetidos à análise do Município de Imbituba.

§6º. Os interessados serão comunicados por correspondência com aviso de recebimento (AR) quanto ao resultado da apreciação.

§7º. A súmula de aprovação dos estudos técnicos e projetos básicos serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os interessados serão os únicos responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes da elaboração dos estudos técnicos e projetos básicos, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenização ou reembolso por despesa incorrida.

Art. 14. Os interessados que tiveram a solicitação autorizada para elaboração dos estudos técnicos e projetos básicos serão responsáveis civil e criminalmente pela consistência dos mesmos, responsabilizando-se por eventuais perdas e danos Município de Imbituba e/ou a terceiros, direta ou indiretamente provocados por sua insuficiência, salvo se, de forma explícita, específica e fundamentada, forem apontados os riscos que poderão incorrer aqueles que não adotarem as recomendações ou elementos técnicos que constituem os estudos técnicos e projetos básicos.

Art. 15. Casos omissos ou pedidos de esclarecimentos serão pontualmente esclarecidos pela Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), mediante requerimento do interessado.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de agosto de 2015.

Cadir Gabelotto Cargnin
Presidente da CGPPP

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Vice-Presidente da CGPPP

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO ANULAÇÃO DE ATOS DO PREGÃO PRESENCIAL 40/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 61/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2015

O Pregoeiro oficial do município de Imbituba, no uso de suas atribuições, com base no parecer da Procuradoria-Geral do município anula todos os atos da página 56 até a página 138 do referido pregão.

Imbituba, 10 de agosto de 2015.
Dilson Petrassem Junior
Pregoeiro Oficial

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 46/2015(PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 76/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará, às 14:00 horas do dia 20 de agosto de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Aquisição de 01 (uma) carreta metálica, 01(uma) carreta reboque e 01(uma) roçadeira lateral de correia para uso da secretaria municipal de agricultura, pesca e infraestrutura - SEAPI. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 10 de agosto de 2015.
Rui Geraldo Rodrigues
Secretário Municipal da SEAPI

Indaial

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 201/2014

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 201/2014

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, IMOBILIÁRIA UP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.023.929/0001-43, estabelecida à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 813, bairro Tapajós, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Ricardo Augusto Michels, brasileiro, casado, corretor de imóveis, inscrito no CPF sob nº 064.997.809-95 e Cédula de Identidade nº 4.515.366-SSPDC, residente à Rua Piratuba, nº 165, bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locadora, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 184/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 009/2014-19208, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, tipo galpão em concreto pré-moldado e alvenaria, totalmente fechado, para fins comerciais, com área total de 300,00m² (trezentos metros quadrados), contendo área de escritório, banheiro social e depósito, com acesso a estacionamento pavimentado com área de 270,00m² (duzentos e setenta metros quadrados), para a instalação de almoxarifado da Secretaria de Saúde. De propriedade Supermercado Schweder Ltda ME, registrado sob Matrícula no 25322, do Livro 2 do Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato de locação será de 11 de agosto de 2015 até 11 de agosto de 2016, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 03 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Locatário
--	--

IMOBILIÁRIA UP LTDA Ricardo Augusto Michels Locadora	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215
--	---

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 011 DO CONTRATO Nº 026/2013

TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 026/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das Ruas Teresina e Córdoba, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo total do presente contrato é de 12 de agosto de 2015 até 09 de novembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 03 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA
Sérgio Almir dos Santos	Denilson Hoepers
Contratante	Contratada

SECRETARIA DE OBRAS PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO	
Carlos Henrique Nagel	Silmara Fruet
Secretário Municipal	OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 011 DO CONTRATO Nº 027/2013
TERMO ADITIVO Nº 011 AO CONTRATO Nº 027/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.412.030/0001-21, com sede na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, CEP 89058-010, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 801.014.619/68 e Cédula de Identidade nº 6.214.208 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Timbó, nº 155, apto 501, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo a cláusula quinta item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem e drenagem pluvial, constante do sistema mutirão do município, das ruas - Rua Bariloche e Rua Formosa, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1. O prazo para a execução total das obras é de 12 de agosto de

2015 até 09 de novembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 03 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL	ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA
Sérgio Almir dos Santos	Denilson Hoepers
Contratante	Contratada

SECRETARIA DE OBRAS PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO	
Carlos Henrique Nagel	Silmara Fruet
Secretário Municipal	OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CAMARA MUNICIPAL**ATA PROCESSO LICITATÓRIO 14/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 05/2015**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

DATA: 07/08/2015

HORÁRIO: 14h30MIN.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de relógio ponto; central telefônica e nobreak, conforme quantitativos e especificações descritos no anexo do Edital de Pregão Nº 5/2015 Processo Licitatório nº 14/2015. No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epígrafa, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação – Portaria 49/2015). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação dos representantes e recolhimento dos envelopes de propostas comercial e de habilitação das empresas COMPUTIM COMERCIAL LTDA - EPP, credenciado o senhor Vanderlei Couto, carteira de identidade 2.964.707-0, e, ARTCARD LTDA – EPP – credenciado o senhor Malcom Lawrence Teske, carteira de identidade nº 3.308.424. Ato contínuo, foram recebidas as Declarações dos Licitantes de que atendem plenamente os requisitos de credenciamento estabelecidos no Edital. Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do edital, e, portanto, abertos os Envelope de nº 1 (Proposta de Preços) das empresas participante, COMPUTIM COMERCIAL LTDA – EPP, e ARTCARD LTDA – EPP, e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se os valores:

EMPRESA ARTCARD LTDA – EPP: RELÓGIO PONTO

ITEM	QUANT	UNID	EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	01	Unid	RELÓGIO PONTO DIGITAL BIOMÉTRICO, INCLUINDO SOFTWARE, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO. Um Relógio Ponto Digital Biométrico, homologado de acordo com a Portaria nº 1.510/2009 MTE; Garantia: 12 meses; Frete: incluso; Instalação e treinamento: incluso; Suporte técnico. Energia: 220v	2.800,00	2.800,00
VALOR TOTAL:				R\$2.800,00	

EMPRESA COMPUTIM COMERCIAL LTDA – EPP: CENTRAL TELEFÔNICA

ITEM	QUANT	UNID	EQUIPAMENTO/DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
01	01	Unid	CENTRAL TELEFÔNICA HÍBRIDA, PLACAS E LICENÇAS PARA RAMAIS IP, TARIFADOR DE LIGAÇÕES E INTERFACE DE CELULAR. Garantia: 12 meses; Frete: incluso; Instalação e treinamento: incluso; Suporte técnico.	21.180,00	21.180,00
VALOR TOTAL:				R\$21.180,00	

Não houve proposta para o NOBREAK. Todos de acordo, o pregoeiro questionou o representante da empresa ARTCARD LTDA – EPP, sobre a possibilidade de reduzir o valor de sua proposta. Após deliberações, o senhor Malcom, representante credenciado da empresa ARTCARD apresentou nova proposta com valor total para o RELÓGIO PONTO R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Ato contínuo, o Pregoeiro consultou o representante credenciado da empresa COMPUTIM COMERCIAL LTDA – EPP, senhor Vanderlei, sobre a possibilidade de reduzir o valor de sua proposta. Após deliberações, o senhor Vanderlei apresentou nova proposta com valor total para a CENTRAL TELEFÔNICA de R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais). Quanto ao item NOBREAK, a licitação foi considerada deserta para o item. Encerrada a etapa de lance, classificadas as empresas COMPUTIM COMERCIAL LTDA – EPP, e ARTCARD LTDA – EPP, o pregoeiro determinou a abertura dos envelopes de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representante presente. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADAS as propostas. Desta forma, a Comissão declarou VENCEDORAS as licitantes: ARTCARD LTDA – EPP, para o item Relógio Ponto, e COMPUTIM COMERCIAL LTDA – EPP, para o item Central Telefônica. Questionados os representantes presentes, os mesmos declinaram do direito de interposição de recurso. Não havendo qualquer objeção, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes presentes, para produza efeitos legais.

Câmara Municipal de Indaial, em 07 de agosto de 2015.

Jefferson José Carlini

Pregoeiro

Stefani Juliana Vogel
Membro da Equipe de Apoio

Representante Empresa:

ARTCARD LTDA – EPP
Malcom Lawrence Teske
CI 3.308.424

COMPUTIM COMERCIAL LTDA - EPP
Vanderlei Couto
CI 2.964.707-0

Rafael Nagel
Membro da Equipe de Apoio

EXTRATO CONTRATO 01/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 01/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 002/2014

Edital de Credenciamento n.: 002/2014.

CONTRATADA: RÁDIO CLUBE DE INDIAIAL LTDA-EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 05 de fevereiro de 2015

Valor: R\$ 28,00 (vinte e oito reais) pelo spot de 30 (trinta) segundos, admitido o agrupamento de até 3 (três) spots em uma mesma veiculação, e R\$ 60,00 (sessenta) reais, pelo minuto de transmissão do resumo das sessões.

Data da homologação/ adjudicação: 02/02/2015.

EXTRATO CONTRATO 02/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 02/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 001/2014

Edital de Credenciamento n.: 001/2014.

CONTRATADA: RAQUEL FRANZ- ME.

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 05 de fevereiro de 2015

Valor: R\$ 200,00 por ½ (meia) página, ou R\$ 400,00 por uma página.

Data da homologação/ adjudicação: 29/01/2015.

EXTRATO CONTRATO 03/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 03/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo Licitatório n. 02/2015

Termo de Dispensa n: 01/2015

CONTRATADA: POSTO J.R. LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de combustível para os veículos de propriedade da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 10 de fevereiro de 2015

Término de vigência: 31 de dezembro de 2015.

Valor estimado: R\$ 6.817,80, estimando-se a quantia de 2.200 (dois mil e duzentos) litros de combustível, ao custo unitário de R\$ 3,099 por litro de gasolina comum; gasolina aditivada.

DATA DA ASSINATURA: 06/02/2015.

EXTRATO CONTRATO 04/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 04/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo Licitatório no: 004/2015

Edital de Pregão no: 002/2015

CONTRATADA: IPM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Fornecimento de licença de uso de software de gestão, em números ilimitados de usuários, provimento de data-center, prestação de serviços de instalação, manutenção, treinamento e suporte técnico do referido software, conforme padrões de desempenho e qualidade objetivamente descritos nos Anexos do Edital.

Início de vigência: 30 de março de 2015

Término de vigência: 30 de março de 2018.

Valor: R\$ 118.270,00

DATA DA ASSINATURA: 30/03/2015.

EXTRATO CONTRATO 05/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 05/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo de Dispensa de licitação n. 005/2015

Termo de Dispensa no: 002/2015.

CONTRATADA: SANDRO GUILHERMO MATIAS.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para executar a locução e gravação dos resumos das sessões ordinárias realizadas pela Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 06 de abril de 2015

Término de vigência: 31 de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 750,00/ mês.

DATA DA ASSINATURA: 06/04/2015.

EXTRATO CONTRATO 06/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 06/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo de Inexigibilidade de Licitação no: 001/2014

Edital de Credenciamento no: 001/2014

CONTRATADA: J.A. JORNAIS E REVISTAS LTDA-ME.

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 29 de abril de 2015

Data da homologação: 29/04/2015.

EXTRATO CONTRATO 07/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 07/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo de Dispensa de Licitação no: 06/2015

Termo de Dispensa no 03/2015

CONTRATADA: OCIO BOLSAS LTDA EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de 300 (trezentos) sacos de academia em lona leve 100% algodão cru, tamanho 34cm x 38 cm, alça em algodão trançado com ilhós, estampa em silk, 5 cores, para integrar kit de divulgação do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 12 de maio de 2015

Término de vigência: 31 de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 2.025,00

DATA DA ASSINATURA: 12/05/2015.

EXTRATO CONTRATO 08/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 08/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo Licitatório no 07/2015

Edital de Pregão no: 03/2015

CONTRATADA: TPA COMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação para prover link de acesso à Internet, sistema de transmissão de áudio online da Câmara Municipal de Indaial e plano de telefonia fixa, conforme quantitativos e especificações.

Início de vigência: 09 de junho de 2015

Término de vigência: 09 de junho de 2016.

Valor: R\$ 23.400,80

Data da Assinatura: 09/06/2015.

EXTRATO CONTRATO 09/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 09/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo de Dispensa de Licitação no 09/2015

CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL-IBAM.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de instituição especializada para a elaboração, aplicação e julgamento de concurso público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, conforme especificações dos quadros.

Início de vigência: 22 de junho de 2015

Término de vigência: 22 de junho de 2016.

Data da assinatura: 22/06/2015.

EXTRATO CONTRATO 10/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 10/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo de Dispensa de Licitação no 10/2015

Termo de Dispensa no: 05/2015

CONTRATADA: MAURY HUGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa de transporte para viagem/ visita cultural a Florianópolis com os vereadores jovens integrantes do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 01 de julho de 2015

Término de vigência: 01 de outubro de 2015.

Valor: R\$ 1.300,00

Data da assinatura: 01/07/2015.

EXTRATO CONTRATO 11/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 11/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo de Dispensa de Licitação no: 11/2015.

Termo de Dispensa no.: 06/2015

CONTRATADA: GRÁFICA E EDITORA GANDREI LTDA EPP.

OBJETO DO CONTRATO: A aquisição de 2.500 (duas mil e quinhentas) cartilhas com capa e 16 páginas nas medidas 15cmx20,5cm, conforme especificações, ao Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 17 de julho de 2015

Término de vigência: 31 de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 2.150,00

Data da assinatura: 17/07/2015.

EXTRATO CONTRATO 12/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 12/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo de Dispensa de Licitação no: 13/2015.

Termo de Dispensa no.: 08/2015

CONTRATADA: TIPOTIL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: A aquisição de material impresso gráfico para a execução do Concurso de Redação no âmbito da Câmara Municipal de Indaial.

Início de vigência: 20 de julho de 2015

Término de vigência: 31 de dezembro de 2015.

Valor: R\$1.312,00

Data da assinatura: 20/07/2015.

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO MULTIPLO 9912343193

EXTRATO TERMO ADITIVO No 1 AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912343193

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

CONTRATADA: ECT- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

OBJETO: Em conformidade com o art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses.

Início de vigência: 04 de fevereiro de 2015

Término da vigência: 04 de fevereiro de 2016.

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 03/2012

EXTRATO TERMO ADITIVO No 6 AO CONTRATO Nº 03/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório n. 03/2012

Edital de Pregão no: 001/2012

CONTRATADA: AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA-EPP.

OBJETO: Considerando o reajuste concedido na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria, considerando a Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações, e o disposto na Cláusula Sexta, item 6.1.2- Revisão de Preços, do contrato original, o valor global do contrato, que era de R\$ 60.600,00 (sessenta mil e seiscentos reais) passa a ser de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

O valor mensal a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA é de R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais).

Início de vigência: 01 de janeiro de 2015

DATA DA ASSINATURA: 26/02/2015.

EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 05/2011

EXTRATO TERMO ADITIVO No 6 AO CONTRATO Nº 05/2011

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL

Processo Licitatório n. 05/2011

Carta Convite no: 02/2011

CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Considerando a Lei Federal n. 8.666/93, e o disposto na Cláusula Sexta do contrato original, fica reajustado os valores previstos nos itens 3.1, 3.1.3, 3.1.4 e 3.1.5 da Cláusula Terceira pela variação do IGPM-M (FGV), tomando-se o valor percentual correspondente a 3,67495.

Início de vigência: 12 de janeiro de 2015

DATA DA ASSINATURA: 12/01/2015.

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1629/2015

DECRETO Nº. 1629 DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 792/2014 de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 22.201,62 (vinte e dois mil duzentos e um reais sessenta e dois centavos), na seguinte dotação orçamentária:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Departamento de Cultura
2048 Organização de Festas Comemorativas e Eventos
33900000 Aplicações Diretas
164.00 Transferência de Convênios – Estado/Outros
R\$ 22.201,62

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 03 de agosto de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44-2015-CRI-COLETA DE LIXO/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 44/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 3/2012, Processo de Licitação nº 58/2012, homologado em 26 de julho de 2012.

Objeto: QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 69/2.012, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA CRI-COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA.

Valor: R\$ 31.201,20 (Trinta e Um Mil Duzentos e Um Reais e Vinte Centavos)

Assinatura: 23/07/2015 Vigência: 01/08/2015 Á 01/08/2016

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CRI-COLETA, RECILOGEM E INSINERA. LIXO LTDA., situada na RODOVIA SC 465, KM 14, Bairro: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.239.339/0001-45.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45-2015-JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 45/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014, Processo de Licitação nº 73/2014, homologado em 29 de dezembro de 2014.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 112/2014, PARA O ANO LETIVO DE 2015, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.

Valor: R\$ 347,06 (Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Seis Centavos)

Assinatura: 24/07/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: JARLEI TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME, situada na LINHA SÃO JOSÉ - INTERIOR, Bairro: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.785.889/0001-74.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46-2015 -LEOCIR TELES DA SILVA ME/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 46/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014, Processo de Licitação nº 31/2014, homologado em 15 de maio de 2014.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 46/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA LEOCIR TELES DA SILVA - ME.

Valor: R\$ 9.605,00 (Nove Mil Seiscentos e Cinco Reais)

Assinatura: 06/08/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL

Contratado: LEOCIR TELLES DA SILVA ME, situada na LINHA POÇO FUNDO, Bairro: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.088.339/0001-57.

PORTARIA Nº.339/2015 DE 07 DE AGOSTO DE 2.015.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A MARILEI SALETE FRIGERI CAPINELLI, matrícula 87-6, Licença Prêmio de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2005 a 2010 e gozo de 10/08/2015 a 24/08/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 10 de Agosto de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de Agosto de 2.015.

VALDIR ZANELLA
Prefeito

PORTARIA Nº. 336/2015 DE 04 DE AGOSTO DE 2015.
AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO POR AUXÍLIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA

MARIO ROOS, Brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº. 2.135.789 e CPF sob o nº.800.237.469-04 residente e domiciliado na rua XV de Novembro, no cargo Efetivo de Operador de Retro Escavadeira e Escavadeira Hidráulica, com carga horária de 44 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 04 de Agosto de 2015.

Ipumirim – SC, 04 de Agosto de 2015.
VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 337/2015 DE 04 DE AGOSTO DE 2015.
CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Considerando que a titular Loiri Salete Parizotto Santian esta em Licença Prêmio.

CONTRATA

KELI CRISTINA GUERINI, sob a Matrícula 2438-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.975.344 e do CPF 090.759.069-19, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 04/08/2015 até a volta da titular Loiri Salete Parizotto Santian que esta em licença prêmio.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 04/08/2015.

Ipumirim - SC, 04 de agosto de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 338/2015 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA COMISSIONADA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A PATRICIA DE PINHO BONASSI, matrícula 2137-7, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015 e gozo de 07/08/2015 a 16/08/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 07/08/2015.

Ipumirim - SC, 07 de agosto de 2015.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 44, PP 19-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 44/2015 Data do Processo: 25/06/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo III do Edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 25/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 27 de Julho de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 44/2015, Licitação nº 19/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e sete dias do mês de julho de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, designado pelo Decreto nº 1644/2009, deu abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame as empresas: DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, RODRIGO PETTER-MI, LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA e AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº IVO CARLETO procurador da empresa AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, o Srº RODRIGO PETTER sócio proprietário da empresa RODRIGO PETTER-MI, o Srº RODRIGO FACCHINA DE MELLO representante credenciado da empresa DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA e o Srº VALTER CLOVIS OSOWSKI representante credenciado da empresa LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre o enquadramento de Microempresa, somente as empresas RODRIGO PETTER-MI e LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA se credenciaram como Microempresa ou empresa de Pequeno Porte. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise das propostas constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexadas ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 6943 - LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Fluido de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4, caixa 20 unid. de 500ml	CX	4,00	HITECH	0,0000	192,00	768,00
2	TDH óleo especial (fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W/30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros.	BAL	15,00	AGECOM	0,0000	190,00	2.850,00
3	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W/40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação global DHD1 e especificações dos fabricantes Cummins 20078, Volvo VDS-3 e Mercedes-Benz MB 228.3, em balde de 20 litros.	BAL	100,00	AGECOM	0,0000	169,00	16.900,00
4	Óleo lubrificante SAE 30, com nível de desempenho CF, que atenda a norma ALLISON C-4, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	PETROBRÁS	0,0000	280,00	5.600,00
5	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas 51524, parte 2/HLP, em balde de 20 litros.	BAL	120,00	AGECOM	0,0000	145,00	17.400,00
6	Óleo para transmissão SAE 85W/140 com nível de desempenho API GL-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	PETROBRÁS	0,0000	180,00	3.600,00
7	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GL-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	PETROBRÁS	0,0000	180,00	3.600,00
8	Óleo para transmissão 433, com nível de desempenho GL-4, em balde de 20 litros.	BAL	15,00	PETROBRÁS	0,0000	190,00	2.850,00
9	Óleo para transmissão SAE 140 com nível de desempenho API GL-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros	BAL	5,00	PETROBRÁS	0,0000	180,00	900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 19/2015 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 44/2015
 Data do Processo: 25/06/2015

Folha: 2/2

Participante: 6943 - LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Óleo para transmissão SAE 50, atendendo a norma MIL 2104BC, em balde de 20 litros.	BAL	8,00	PETROBRÁS	0,0000	180,00	1.440,00
11	Óleo hidráulico ATF, atendendo a Classificação GM Tipo A sufixo A, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	AGECOM	0,0000	175,00	3.500,00
12	Óleo hidráulico ISO 32 atendendo as normas JCB 4002/1000 e GM LH 04-01, em balde de 20 litros.	BAL	20,00	AGECOM	0,0000	145,00	2.900,00
13	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, grau NLGI-2, com faixa de temperatura de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg.	BL	25,00	INGRAX	0,0000	225,00	5.625,00
14	Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio, grau NLGI-2, com ponto de gota de no mínimo 95°C, tambor de 170kg	T	2,00	INGRAX	0,0000	995,00	1.990,00

Total do Participante ———> 69.923,00

Participante: 8437 - DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	ÓLEO LUBRIFICANTE AE 15W40 API SN CAIXA COM 12 LITROS, COM BASE SINTETICA PARA VEÍCULOS GASOLINA/ ALCOOL	CX	20,00	YPF - REPSOL	0,0000	175,00	3.500,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros	CX	20,00	YPF - REPSOL	0,0000	186,00	3.720,00

Total do Participante ———> 7.220,00

Total Geral —————> 77.143,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 27 de Julho de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio



ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 45, PP 20-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 45/2015 Data do Processo: 16/07/2015
Folha: 1/3	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 26/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 5 de Agosto de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 45/2015, Licitação nº 20/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Laudecir Francio e a servidora Jucilene Galdoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI - ME. Aberta a sessão pública pelo pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. JACINTO ADAM, representante credenciado da empresa, NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, o Srº CEZAR LUIZ MAYER procurador da empresa LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI - ME, o Srº ALBERTO FRISCHMANN sócio proprietário da empresa ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA e o Srº ANDRE KILLP DE FIGUEIREDO representante credenciado da empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, somente a empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA não se credenciou como Microempresa as demais empresas são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

Participante: 7705 - SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A ABRIL DE 2015, QUE ATENDA ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Holandesa, Cor preta e Branca, com uma confiabilidade produtiva igual ou maior a 95%, com PTA Leite igual ou maior que 950 libras, TPI igual ou superior a 1300; PTA Tipo igual ou maior que 1.30, Composto de úbere igual ou maior que 1.30, Composto Pemas e Pés igual ou maior 0.70, Característica Leiteira maior ou igual a 1.0; Inserção de Úbere anterior igual ou maior que 1.0, Altura de úbere posterior maior ou igual a 1.0, Largura de úbere posterior maior ou igual a 1.0 e facilidade de parto menor ou igual a 8.2%.	DS	1.500,00	SEMEX (WALLACE)	0,0000	16,30	24.450,00

Total do Participante → 24.450,00

Participante: 8399 - ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50 unidades	PCT	200,00	BOVIGAINÉ	0,0000	12,00	2.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 20/2015 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 45/2015
 Data do Processo: 16/07/2015

Folha: 2/3

Participante: 8399 - ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	DOSES DE SÊMEN DE UM TOURO DA RAÇA JERSEY, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 550 LIBRAS; PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 28 LIBRAS; GORDURA MAIOR OU IGUAL A 30 LIBRAS; REPETIBILIDADE PARA PRODUÇÃO IGUAL OU MAIOR A 74 %; TPI IGUAL OU MAIOR A 120; VIDA PRODUTIVA IGUAL OU MAIOR A 3.5; COMPOSTO DE ÚBERE MAIOR OU IGUAL A 20,0; CELULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR QUE 3.10; ALTURA DE ÚBERE POSTERIOR IGUAL OU MAIOR A 1.5; ALTURA DO ÚBERE ANTERIOR IGUAL OU MAIOR A 1.50; PROFUNDIDADE DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 2.50. CONFIRMAR DADOS DO TOURO NA PROVA DE ABRIL / 2015 NA BASE AMERICANA DO USDA / CDCB OU "INTERBULL".	DS	2.000,00	LARIS 11JE 1165	0,0000	16,90	33.800,00
6	DOSES DE SÊMEN DA RAÇA GIR LEITEIRO QUE TENHA PAI PROVADO PELA ABCGIL COM PROVA IGUAL OU SUPERIOR A 470 KG; MÃE COM PRODUÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 7.000 KG; AVÓ MATERNA COM PRODUÇÃO IGUAL OU MAIOR A 15.000 K; AVÓ PATERNA COM PRODUÇÃO IGUAL OU ACIMA DE 10.000 KG.	DS	800,00	PANAMBI 11GL0134	0,0000	13,90	11.120,00
7	DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDÊSA PRETO E BRANCO, PROVA ATUALIZADA A PARTIR DE ABRIL/15, NA BASE AMERICANA DO USDA / CDCB OU EQUIVALENTE DO INTERBULL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LEITE IGUAL OU MAIOR A 700 LIBRAS; REPETIBILIDADE P/ PRODUÇÃO IGUAL OU MAIOR A 78 %; PROTEÍNA IGUAL OU MAIOR A 22 LIBRAS; GORDURA IGUAL OU MAIOR A 25 LIBRAS; DESVIO PADRÃO POSITIVO P/ GORDURA E PROTEÍNA; TPI IGUAL OU MAIOR A 2100; CÉLULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR A 2.90; VIDA PRODUTIVA MAIOR OU IGUAL A 4.2; COMPOSTO DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 1.40; TIPO IGUAL OU MAIOR A 1.50; CARACTERIZAÇÃO LEITEIRA IGUAL OU MAIOR A 1.50; SUPORTE CENTRAL IGUAL OU MAIOR A 2.20; FACILIDADE DE PARTO DO TOURO IGUAL OU MENOR A 8.5 %; FACILIDADE DE PARTO DAS FILHAS IGUAL OU MENOR A 6.5 %.	DS	500,00	CARNIVAL 11HO11078	0,0000	15,90	7.950,00
8	DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS COM PESO A DESMAMA IGUAL OU MAIOR A 70; PESO SOBREANO IGUAL OU MAIOR A 120; MARMOREIO IGUAL OU MAIOR A 0.45; HABILIDADE MATERNA IGUAL OU MAIOR A 19; EM IGUAL OU MAIOR A 6; EGS POSITIVO; CE IGUAL OU MAIOR A 41; OS DADOS DEVEM SER COMPROVADOS PELA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE ANGUS.	DS	500,00	ALTA BROWN CHEYNNE	0,0000	14,80	7.400,00

Total do Participante —> 62.670,00

Participante: 8717 - NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	NITROGÊNIO LÍQUIDO	L	1.400,00	NITROVET	0,0000	1,64	2.296,00

Total do Participante —> 2.296,00

Participante: 9810 - LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo para inseminação artificial, caixa com 25 unidades	CX	200,00	WAGO	0,0000	8,00	1.600,00

Total do Participante —> 1.600,00

Total Geral —> 91.016,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 20/2015 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 45/2015
Data do Processo: 16/07/2015

Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 5 de Agosto de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 44, PP 19-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 44/2015 Data do Processo: 25/06/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2015
b) Licitação Nr.: 19/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 06/08/2015
e) Objeto da Licitação: registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico para a manutenção preventiva da frota municipal, com as características e quantidades, conforme anexo III do Edital.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (8437)

15	ÓLEO LUBRIFICANTE AE 15W40 API SN CAIXA COM 12 LITROS, COM BASE SINTETICA PARA VEÍCULOS GASOLINA/ALCOOL - Marca: YPF - REPSOL	CX	20,00	0,0000	175,00	3.500,00
16	Óleo lubrificante 5w30 100% sintético cx/ 12 litros - Marca: YPF - REPSOL	CX	20,00	0,0000	186,00	3.720,00
Total do Fornecedor:						7.220,00

LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA. (6943)

1	Fluido de freio DOT 4 - especificação NBR 9292 tipo 4, caixa 20 unid. de 500ml - Marca: HITECH	CX	4,00	0,0000	192,00	768,00
2	TDH óleo especial (fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulico) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C; MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros. - Marca: AGECOM	BAL	15,00	0,0000	190,00	2.850,00
3	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação global DHD1 e especificações dos fabricantes Cummins 20076, Volvo VDS-3 e Mercedes-Benz MB 228.3, em balde de 20 litros. - Marca: AGECOM	BAL	100,00	0,0000	169,00	16.900,00

Ipumirim, 6 de Agosto de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 44/2015 Data do Processo: 25/06/2015
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LUBRIFIL COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA. (6943)

4	Óleo lubrificante SAE 30, com nível de desempenho CF, que atenda a norma ALLISON C-4, em balde de 20 litros. - Marca: PETROBRAS	BAL	20,00	0,0000	280,00	5.600,00
5	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas 51524, parte 2/HLP, em balde de 20 litros. - Marca: AGEKOM	BAL	120,00	0,0000	145,00	17.400,00
6	Óleo para transmissão SAE 85W/140 com nível de desempenho API GL-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros. - Marca: PETROBRAS	BAL	20,00	0,0000	180,00	3.600,00
7	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GL-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros. - Marca: PETROBRAS	BAL	20,00	0,0000	180,00	3.600,00
8	Óleo para transmissão 433, com nível de desempenho GL-4, em balde de 20 litros. - Marca: PETROBRAS	BAL	15,00	0,0000	190,00	2.850,00
9	Óleo para transmissão SAE 140 com nível de desempenho API GL-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros - Marca: PETROBRAS	BAL	5,00	0,0000	180,00	900,00
10	Óleo para transmissão SAE 50, atendendo a norma MIL 2104BC, em balde de 20 litros. - Marca: PETROBRAS	BAL	8,00	0,0000	180,00	1.440,00
11	Óleo hidráulico ATF, atendendo a Classificação GM Tipo A sufixo A, em balde de 20 litros. - Marca: AGEKOM	BAL	20,00	0,0000	175,00	3.500,00
12	Óleo hidráulico ISO 32 atendendo as normas JCB 4002/1000 e GM LH 04-01, em balde de 20 litros. - Marca: AGEKOM	BAL	20,00	0,0000	145,00	2.900,00
13	Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, grau NLGI-2, com faixa de temperatura de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg. - Marca: INGRAX	BL	25,00	0,0000	225,00	5.625,00
14	Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio, grau NLGI-2, com ponto de gota de no mínimo 95°C, tambor de 170kg - Marca: INGRAX	T	2,00	0,0000	995,00	1.990,00

Total do Fornecedor: 69.923,00

Total Geral: 77.143,00

Ipumirim, 6 de Agosto de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 45, PP 20-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 45/2015 Data do Processo: 16/07/2015
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2015
b) Licitação Nr.: 20/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 06/08/2015
e) Objeto da Licitação: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA - (8399)

1	bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50 unidades - Marca: BOVIGAINÉ	PCT	200,00	0,0000	12,00	2.400,00
5	DOSES DE SÊMEN DE UM TOURO DA RAÇA JERSEY, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: PTA LEITE MAIOR OU IGUAL A 550 LIBRAS; PROTEÍNA MAIOR OU IGUAL A 28 LIBRAS; GORDURA MAIOR OU IGUAL A 30 LIBRAS; REPETIBILIDADE PARA PRODUÇÃO IGUAL OU MAIOR A 74 %; TPI IGUAL OU MAIOR A 120; VIDA PRODUTIVA IGUAL OU MAIOR A 3,5; COMPOSTO DE ÚBERE MAIOR OU IGUAL A 20,0; CELULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR QUE 3,10; ALTURA DE ÚBERE POSTERIOR IGUAL OU MAIOR A 1,5; ALTURA DO ÚBERE ANTERIOR IGUAL OU MAIOR A 1,50; PROFUNDIDADE DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 2,50. CONFIRMAR DADOS DO TOURO NA PROVA DE ABRIL / 2015 NA BASE AMERICANA DO USDA / CDCB OU "INTERBULL". - Marca: LARIS 11JE 1165	DS	2.000,00	0,0000	16,90	33.800,00
6	DOSES DE SÊMEN DA RAÇA GIR LEITEIRO QUE TENHA PAI PROVADO PELA ABCGIL COM PROVA IGUAL OU SUPERIOR A 470 KG; MÃE COM PRODUÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 7.000 KG; AVÓ MATERNA COM PRODUÇÃO IGUAL OU MAIOR A 15.000 K; AVÓ PATERNA COM PRODUÇÃO IGUAL OU ACIMA DE 10.000 KG. - Marca: PANAMBI 11GL0134	DS	800,00	0,0000	13,90	11.120,00

Ipumirim, 6 de Agosto de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 20/2015 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 45/2015
 Data do Processo: 16/07/2015

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA - (8399)

7	DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDÊSA PRETO E BRANCO, PROVA ATUALIZADA A PARTIR DE ABRIL/15, NA BASE AMERICANA DO USDA / CDCB OU EQUIVALENTE DO INTERBULL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS : LEITE IGUAL OU MAIOR A 700 LIBRAS; REPETIBILIDADE P/ PRODUÇÃO IGUAL OU MAIOR A 78 %; PROTEÍNA IGUAL OU MAIOR A 22 LIBRAS; GORDURA IGUAL OU MAIOR A 25 LIBRAS ; DESVIO PADRÃO POSITIVO P/ GORDURA E PROTEÍNA; TPI IGUAL OU MAIOR A 2100; CELULAS SOMÁTICAS IGUAL OU MENOR A 2.90; VIDA PRODUTIVA MAIOR OU IGUAL A 4.2; COMPOSTO DE ÚBERE IGUAL OU MAIOR A 1.40; TIPO IGUAL OU MAIOR A 1.50; CARACTERIZAÇÃO LEITEIRA IGUAL OU MAIOR A 1.50; SUPORTE CENTRAL IGUAL OU MAIOR A 2.20; FACILIDADE DE PARTO DO TOURO IGUAL OU MENOR A 8.5 %; FACILIDADE DE PARTO DAS FILHAS IGUAL OU MENOR A 6.5 % . - Marca: CARNIVAL 11H011078	DS	500,00	0,0000	15,90	7.950,00
8	DOSES DE SÊMEN BOVINO DA RAÇA RED ANGUS COM PESO A DESMAMA IGUAL OU MAIOR A 70; PESO SOBREANO IGUAL OU MAIOR A 120; MARMOREIO IGUAL OU MAIOR A 0.45; HABILIDADE MATERNA IGUAL OU MAIOR A 19; EM IGUAL OU MAIOR A 6; EGS POSITIVO; CE IGUAL OU MAIOR A 41; OS DADOS DEVEM SER COMPROVADOS PELA ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE ANGUS. - Marca: ALTA BROWN CHEYNN	DS	500,00	0,0000	14,80	7.400,00

Total do Fornecedor: 62.670,00
LUCINEIA DE FRANÇA EIRELI - ME - (9810)

2	luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo para inseminação artificial, caixa com 25 unidades - Marca: WAGO	CX	200,00	0,0000	8,00	1.600,00
---	---	----	--------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 1.600,00
NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - (8717)

3	NITROGÊNIO LÍQUIDO - Marca: NITROVET	L	1.400,00	0,0000	1,64	2.296,00
---	--------------------------------------	---	----------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 2.296,00

Ipumirim, 6 de Agosto de 2015.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 20/2015 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 45/2015
Data do Processo: 16/07/2015

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO L. (7705)**

4	SÊMEN BOVINO PROVADO, COM PROVA NÃO INFERIOR A ABRIL DE 2015, QUE ATENDA ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONFORME PROVA OFICIAL NA BASE AMERICANA OU COM CONVERSÃO PELA INTERBULL. Raça Holandesa, Cor preta e Branca, com uma confiabilidade produtiva igual ou maior a 95%, com PTA Leite igual ou maior que 950 libras, TPI igual ou superior a 1300; PTA Tipo igual ou maior que 1.30, Composto de úbere igual ou maior que 1.30, Composto Pernas e Pés igual ou maior 0.70, Característica Leiteira maior ou igual a 1.0; Inserção de Úbere anterior igual ou maior que 1.0, Altura de úbere posterior maior ou igual a 1.0, Largura de úbere posterior maior ou igual a 1.0 e facilidade de parto menor ou igual a 8,2%. - Marca: SEMEX (WALLACE)	DS	1.500,00	0,0000	16,30	24.450,00
---	---	----	----------	--------	-------	-----------

Total do Fornecedor: 24.450,00**Total Geral: 91.016,00**

Ipumirim, 6 de Agosto de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.845/2015

DECRETO N.º 2.845/2015.

DISPÕE SOBRE O RESSARCIMENTO DE CUSTOS RELATIVOS AO FORNECIMENTO DE CÓPIAS REPROGRÁFICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO que o fornecimento de cópias reprográficas não configura serviço público e, desse modo, sua remuneração não é feita por meio de tributo, mas por preço público; CONSIDERANDO o elevado volume de cópias solicitado pela população a diversos órgãos da Administração Municipal; CONSIDERANDO a necessidade de ressarcir o custo dessas cópias, que não constituem um serviço público, e sim um critério de qualidade no atendimento ao cidadão,

DECRETA:

Art. 1º. O fornecimento de cópias reprográficas de documentos públicos a servidores ou a pessoas estranhas ao serviço público, para fins particulares, será efetuado ao preço de R\$ 0,20 (vinte centavos) por cópia.

Parágrafo único - Será dispensado a cobrança de cópias de documentos públicos, cujo valor total seja inferior a R\$ 5,00 (cinco reais).

Art. 2º. As cópias requeridas por meio da Defensoria Pública, ou por pessoas beneficiadas pelo disposto no art. 4º, "caput" e § 1º, da Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, serão gratuitas.

Art. 3º. Cada setor de reprografia ou equiparado, manterá controle da quantidade total de cópias por solicitante, informando a cada um o montante a ser pago, quando for o caso.

§ 1º. O interessado providenciará o preenchimento de DARM (Documento de Arrecadação Municipal) com o valor informado e fará o seu recolhimento na rede bancária, no título de arrecadação "Outras Receitas".

§ 2º. A entrega das cópias ao solicitante será feita contra a apresentação do DARM quitado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 05 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO Nº 09/2015

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada – Fermiano Coelho Neto

Objeto – Contratação de um Instrutor de música para atuar junto aos Grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, atendendo crianças e adolescentes, banda e fanfarra do CRAS, conforme "Projeto Descobrimos Valores", num total de 20 (vinte) horas semanais.

Valor – R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

Vigência – 01/07/2015 a 30/09/2015.

Base Legal – Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2015 - FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO Nº 10/2015

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada – Ana Flávia Nicolotti

Objeto – Contratação de uma Instrutora de dança para atuar junto aos Grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, atendendo crianças e adolescentes, em números musicais, incluindo a apresentação do CRAS na Amostra de Dança Municipal, um total de 06 (seis) horas semanais.

Valor – R\$ 2.863,50 (dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

Vigência – 01/07/2015 a 30/09/2015.

Base Legal – Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 263/2015

PORTARIA N.º 263/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário MARILENA MARQUES FIGURA, nascida em 11/11/1966, portadora do CPF nº 020.734.519-85, RG. nº 3.814.067 SSP/SC, para exercer o cargo de Monitora de Creche I (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de Julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 264/2015

PORTARIA N º 264/2015.

"CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - Conceder Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 31/07/2015 à 29/08/2015, a servidora efetiva LUCIANE APARECIDA DE LIMA.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 31 de Julho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 265/2015

PORTARIA N º. 265/2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário ALEXANDRE GELCHAKI NETO, nascido em 11/08/1993, portador do CPF n º 088.148.849-60, RG. n º 12.347.995-8 SESP/SC, para exercer o cargo de Professor de Música (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público do Município de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 266/2015

PORTARIA N º. 266/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário CARLA FIGURA WILLE, nascida em 18/12/1989, portadora do CPF n º 061.829.659-08 RG. n º 5.807.211 SESP/SC, para exercer o cargo de Monitora de Creche (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 267/2015

PORTARIA N º. 267/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário CRISTIANA FIGURA FUCK, nascida em 16/07/1986, portadora do CPF n º 052.202.309-64 RG. n º 4.819.805 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Educação Física (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 268/2015

PORTARIA N º. 268/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo

105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário JOSIANE CATAPAM MÜLLER, nascida em 01/12/1984, portadora do CPF nº 048.781.959-40 RG. nº 4.662.068 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Artes (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 269/2015

PORTARIA Nº 269/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário TANIA KEROLIM DZIEDZIC, nascida em 14/10/1992, portadora do CPF nº 087.609.749-23 RG. nº 5.795.691 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora de Artes (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 270/2015

PORTARIA Nº 270/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário LILIA MARIA APARECIDA MAIER, nascida em 29/11/1983, portadora do CPF nº 046.552.929-11 RG. nº 4.343.957 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 271/2015

PORTARIA Nº 271/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário CARLA TATIANE KAROLESKI REICHARDT, nascida em 01/07/1983, portadora do CPF nº 049.173.199-00 RG. nº 3.791.270 SESP/SC, para exercer o cargo de Monitora de Creche (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 272/2015

PORTARIA Nº 272/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR DANIELE PAVARIN, nascida em 20/05/1977, portadora do CPF nº 094.718.979-39 RG. nº 6.615.717, SESP/SC, para no período de 03/08/2015 a 02/08/2016, exercer as atividades de Agente Comunitário de Saúde (40h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Saúde Edital nº 001/2015/SMS, homologado e 13/07/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 007/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 273/2015

PORTARIA N º 273/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n º. 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR NEUSA STÜBER IARROCHESKI nascida em 11/04/1973, portadora do CPF n º 899.076.399-15, RG. n º 3.321.478, SSP/SC, para no período de 03/08/2015 a 02/08/2016, exercer as atividades de Agente Comunitário de Saúde (40h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Saúde Edital n º 001/2015/SMS, homologado e 13/07/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 008/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 274/2015

PORTARIA N º. 274/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário GISLAINE APARECIDA KODERER KRACINSKI, nascida em 19/11/1990, portadora do CPF n º 075.433.509-71, RG. n º 5.241.386 SESP/SC, para exercer o cargo de Monitora de Creche (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 275/2015

PORTARIA N º. 275/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário LUIZ CARLA BAY, nascida em 09/10/1994, portadora do CPF n º 094.719.039-20, RG. n º 5.996.518 SESP/SC, para exercer o cargo de Monitora de Creche (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 276/2015

PORTARIA N º. 276/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário CLEUSMARI MARTINS BENDLIN, nascida em 26/03/1977, portadora do CPF n º 027.557.629-93, RG. n º 3.991.764-9 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora Auxiliar em Educação Inclusiva (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 277/2015

PORTARIA N º. 277/2015.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário ELIZANGELA HAUBRICHT, nascida em 08/03/1990, portadora do CPF nº 072.184.349-24, RG. nº 5.311.295 SESP/SC, para exercer o cargo de Professora Auxiliar em Educação Inclusiva (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Magistério Público Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 278/2015

PORTARIA N.º 278/2015.

"DISPENSA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR o servidor EDEN FRANCISCO LOHSE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta, do exercício da Função Gratificada de Encarregado de Serviços, para a qual foi designado em data de 09/01/2014, através da Portaria nº 035/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 279/2015

PORTARIA Nº. 279/2015.

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - EXONERAR, em razão de resultado do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 474/2014, a servidora ELAINE KOZOWSKI TAVARES DE CAMARGO do emprego público de Agente Comunitária de Saúde, para o qual foi admitida através da Portaria nº 011/2012 de 03/01/2012.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 280/2015

PORTARIA Nº. 280/2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	Karina Juraszek	07/08 a 05/09/2015
2.	Lillian Eliane Batschauer Ferreira	03/08 a 17/08/2015
3.	Reinaldo Stasiak	21/08 a 04/09/2015
4.	Silvano de Jesus da Cruz	02/08 a 31/08/2015
5.	Tania Regina Rückl Pereira	07/08 a 20/08/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 281/2015

PORTARIA N.º. 281/2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário OSNI NEPPEL JÚNIOR, nascido em 17/02/1996, portador do CPF nº 108.499.029-67, RG. nº 6.227.951 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Agosto de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 282/2015

PORTARIA Nº. 282/2015.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Exonerar a pedido, a servidora JANETE JUSAK DE OLIVEIRA, nascida em 02/06/1968, portadora do CPF n º 664.621.699-15 RG. nº 2.312.699, SSP/SC, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 026/2004 de 09/02/2004.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 03 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 283/2015

PORTARIA Nº. 283/2015.

EXONERA SERVIDORA DE EMPREGO PÚBLICO A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1st - Exonerar a pedido em data de 07/08/2015, a servidora CLAIR TERESINHA LICZKOSKI PACZKOWSKI, nascida em 08/12/1974, portadora do CPF n º 783.595.469-91 RG. nº 2.989.312-7, SESP/SC, do cargo de Agente Comunitário de Saúde (40h/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 134/2011 de 21/03/2011.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/08/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 04 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 284/2015

PORTARIA N.º 284/2015.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e, amparado nas disposições contidas no Art. 181 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2015, instaurado através da Portaria nº 185/2015 de 28/05/2015.

Art 2nd - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 07 de Agosto de 2015.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

044/2015

DECRETO Nº 044/2015, de 01 de julho de 2015.

"Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º e art. 5º da Lei Municipal nº 2.357, de 02 de dezembro de 2014 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 21.849,54 (vinte e um mil, oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.357, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviço

1.050 – Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.3324 Aplicações Diretas 21.849,54	
--	--

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 74.500,00 (setenta e quatro mil e quinhentos reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003 – Manutenção Atividades da Secretaria Administração e Fazenda

Suplementação	
3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	43.000,00

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferência a Instituições	9.000,00
---	----------

3.3.40.00.00.00.00.00.1000 Transferência a municípios 9.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	25.000,00
---	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

1.005 – Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
---	-----------

Anulação

4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.50.00.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições Privadas	5.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

2.055 – Festival de Inverno de Itá Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	20.000,00
---	-----------

Anulação

4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições	10.000,00	

08.03 – Departamento de Cultura

2.029 – Manutenção Departamento de Cultura Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	1.500,00
---	----------

Anulação

4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	1.500,00	

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do art. 5º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00.1524 Aplicações Diretas	6.000,00
---	----------

Fonte de recursos - 1524- Convênios/ Contratos Descentralizados SDR-Estado

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

07.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.052 – Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.1052 Aplicações Diretas	30.000,00
---	-----------

Fonte de recursos - 1052 – Piso Básico Fixo - CRASS

07.05 – Fundo Municipal de Direito do Idoso

2.057 – Manutenção Fundo Municipal Direito do Idoso

3.3.90.00.00.00.00.00.1824 Aplicações Diretas	4.000,00
---	----------

Fonte de recursos - 1824 – Convênio Fundo Idoso

Art. 5º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar do Fundo Municipal de Saúde de Itá no valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso, nos termos do inciso II, art. 4º da

Lei Municipal 2.357 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.031 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.1065 Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de recursos – 1065 – Transf SUS - MAC	

2.035 – Manutenção Farmácia Básica e Distribuição de Medicamentos

3.3.90.00.00.00.00.1167 Aplicações Diretas	7.000,00
--	----------

Fonte de recursos – 1167 – Assistência Farmaceutica Básica

--	--

Art. 6º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.357, conforme programação a seguir:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

2.001 – Manutenção Atividades Poder Legislativo
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas Anulação	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 01 de julho de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatorio nº 22/2015

Pregão Presencial nº 22/2015

O Secretário Municipal de Saúde no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolve cancelar a presente licitação que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo mecânica, elétrica, lanternagem, pintura, retífica de motores, serviços de manutenção tipo mão-de-obra, conserto com reposição incluindo o fornecimento de peças e acessórios de reposição genuínos, para atender as necessidades da frota da Secretaria Municipal da Saúde

Fundamentação: art. 49 da Lei 8.666/93.

Esta licitação terá nova data a ser publicada.

Itaiópolis, 03 de agosto de 2015.

Eliseu Alexandre Gabardo.

Secretário Municipal de Saúde.

RESULTADO DA LICITAÇÃO Nº 23/2015

Resultado da Licitação Nº 23/2015. Objeto: Registro de Preços para contratação de veículo reserva em substituição aos veículos micro ônibus volare placa MDW 1357 com trajeto Itaiópolis-SC a Campina Grande do Sul - PR e veículo Van placa MHK 8934 com trajeto de Itaiópolis-SC a Jaraguá do Sul/Joinville – SC quando estes se encontrarem em manutenção. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Soetur Turismo Ltda, Item Nº 1, Valor: R\$ 678,00 por viagem; Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda, Item nº 2, Valor R\$ 645,00 por viagem. Vigência: 06 de agosto de 2016.

Itaiópolis, 07/08/2015.

Eliseu Alexandre Gabardo

Secretário Municipal da Saúde.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado da Licitação Nº 19/2015. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para uso no Pronto Atendimento, nas Unidades Sanitárias e SF's da Secretaria Municipal da Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: Dimaster Com. De Prod. Hosp. Ltda, Valor: R\$ 69.134,50; Altermd Mat. Méd. Hosp. Ltda, Valor: R\$ 32.059,33; Centermedi Com. De Prod. Hops. Ltda, Valor R\$ 18.760,00; Pontamed Farmaceutica Ltda, Valor R\$ 26.182,30; Promefarma representações Comerciais Ltda, Valor 59.160,00; Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda, Valor R\$ 1.850,00; Prohosp Distribuidora de Medicamentos Lda, Valor R\$ 21.800,00; Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda, Valor R\$ 80.630,00; Sulmedic Comercio de Medicamentos Ltda, Valor R\$ 5.593,50; A. G. Kienen & Cia Ltda, Valor R\$ 24.315,30; Marcofarma Distrib. De Pod. Farmac. Ltda, Valor R\$ 154.189,00; Eco Farmas Com. De Med. Ltda – ME, Valor R\$ 37.991,42; Dupatri Hospitalar Com. Im. E Export., Valor R\$ 21.580,00; Inovamed Com. De Med. Ltda – EPP, Valor R\$ 48.069-00; Dimeva Distri. E Impr. Ltda – EPP – EPP; Valor R\$ 18.462,30; Novasul Com. De Prod. Hosp. Ltda – ME, Valor R\$ 1.235,50; Angai Distrib. De Medicamentos Ltda – EPP, Valor R\$ 5.550,00; S & R Distribuidora Ltda, Valor R\$ 77.386,08; ALF Com. De Prod. Hosp. Ltda – EPP, valor R\$ 44.580,00 e Pharma Log Prod. Farmaceuticos Ltda, Valor R\$ 33.642,22 Vigência: 31 de julho de 2016.

Itaiópolis, 07/08/2015.

Eliseu Alexandre Gabardo

Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO SAÚDE Nº 062/2015 A 073/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Dental Oeste Eireli.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais odontológicos destinados para manutenção do programa de saúde bucal, do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 49.815,90

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 03 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Vanusa Dias Eireli - EPP.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais odontológicos destinados para manutenção do programa de saúde bucal, do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 45.623,00

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 03 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Possatto e Marcello Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais odontológicos destinados para manutenção do programa de saúde bucal, do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 46.088,05

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 03 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Santa Lucia Produtos para a Saúde Eireli ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais odontológicos destinados para manutenção do programa de saúde bucal, do Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 41.237,70

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 03 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015 – FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Dental Show – Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 024/2015 - FMS.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais odontológicos destinados para manutenção do programa de saúde bucal, do

Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 45.339,50

VIGÊNCIA: 03 de agosto de 2016.

Itapiranga – SC., 03 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2015 – FMS

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2015 - FMS

PARTES: Município de Itapiranga e Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2014 - FMS.

OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item de nº 70 do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 126,00

VIGÊNCIA: 06 de fevereiro de 2016.

Itapiranga – SC., 05 de agosto de 2015.

Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONVENIOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 006/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI.

OBJETO: Repasse financeiro para manutenção das entidades associadas a ACETI.

VALOR: R\$ 64.000,00

VIGÊNCIA: 10 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC, 03 de agosto de 2015.

Milton Simon – Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 136/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 136/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 136/2015, cujo objeto é contratação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 20 de agosto de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 07 de agosto de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 137/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 137/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 137/2015, cujo objeto é contratação de serviços de serragem de madeira e aquisição de tabuas de madeira, destinados para reforma de pontes e pontilhões, execução das atividades do setor de Urbanismo e demais Secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 20 de agosto de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 07 de agosto de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 138/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 138/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 138/2015, cujo objeto é contratação de laboratório especializado para realização de análises de água de amostras coletadas nas estações de tratamento de água ao consumo humano, em atendimento a portaria 2.914/2011 do Ministério da Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 21 de agosto de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-77

14 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/
Itapiranga – SC, 07 de agosto de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao sétimo dia do mês de agosto de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e VALERIO PACHECO, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 42/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS VISANDO ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, PARA ESCOLINHAS DE RENDIMENTO, CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE TÊNIS DE MESA E FUTEBOL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
LUIZ ALBERTO WECKWERTH	LUIZ ALBERTO WECKWERTH
ZERMIANI COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	JEAN CARLOS ZERMIANI
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME	ANDRE FELIX MAES CORDEIRO
SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	AILTON OLAVO DE SOUSA
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa LUIZ ALBERTO WECKWERTH deixou de apresentar o item 6.5.4.1. (DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR) conforme edital. E a empresa ZERMIANI COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME não apresentou o item 5.1.4.1. (CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA FERDERAL) conforme edital, assim foram consideradas INABILITADAS. Os itens que as empresas ganharam ficaram para o segundo

colocado, visto que a empresa IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME pediu desclassificação para o item 03, sendo assim o mesmo ficou para a quarta colocada a empresa SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. As demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo HABILITADAS para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens	Valor Total
SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	1, 2, 3, 4, 5 e 6	R\$ 4.340,50
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME	7	R\$ 1.520,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas as empresas ofertantes dos menores preços, a Pregoeira declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. O representante credenciado da empresa LUIZ ALBERTO WECKWERTH manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica aberto prazo de direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 7 de agosto de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	VALERIO PACHECO Membro
3A COMERCIO DE MOVEIS E REFRIGERACAO LTDA ME ANDRE FELIX MAES CORDEIRO	SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA AILTON OLAVO DE SOUSA
IGOR CORREIA DE SIQUEIRA ME GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO	ZERMIANI COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME JEAN CARLOS ZERMIANI
LUIZ ALBERTO WECKWERTH LUIZ ALBERTO WECKWERTH	

DECRETO MUNICIPAL Nº 2516/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL nº 2516/2015

Data: 06 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 601/2015, de 05 de agosto de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulações de dotações, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme segue:

Suplementação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003010013.2117 Plantões Médicos

33190 Aplicações Diretas (267) DR 10201 R\$ 400.000,00

Anulações

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003030013.2158 Implantação, Estruturação e Manutenção do CAPS

33390 Aplicações Diretas (280) DR 10201 R\$ 150.000,00

34490 Aplicações Diretas (287) DR 10201 R\$ 50.000,00

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2143 Folha de Pagamento do FMAS

33190 Aplicações Diretas (234) DR 10000 R\$ 145.000,00

33191 Aplicações Diretas Dec Ope entre Órgãos (235) DR 10000 R\$ 55.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2517/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL nº 2517/2015

Data: 06 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 77.769,00 (setenta e sete mil setecentos e sessenta e nove reais), conforme segue:

Suplementação

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

01504510009.1028 Pavimentação de Ruas

34490 Aplicações Diretas (494) FR 30700 R\$ 77.769,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2518/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

DECRETO MUNICIPAL nº 2518/2015

Data: 06 de agosto de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Vice-Prefeito, no exercício do cargo de prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação dentro da mesma funcional programática, na seguinte rubrica orçamentária, perfazendo o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme segue:

Suplementação

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA

10.02 Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA

01805410007.2056 Manutenção do FMMA

34490 Aplicações Diretas (179) FR 10000 R\$ 3.000,00

Anulação

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA

10.02 Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA

01805410007.2056 Manutenção do FMMA

33390 Aplicações Diretas (092) FR 10000 R\$ 3.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de agosto de 2015.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 428, de 07 de agosto de 2015

DECRETO Nº 428, de 7 de agosto de 2015.

“Estabelece horário de trabalho dos Motoristas do Transporte Escolar do Município e dá Outras Providencias.”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga;

DECRETA

Art. 1º. O horário de trabalho dos Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Motorista de Transporte Escolar é o seguinte:

Das 6:00hs às 09:30hs.

Das 11:00hs. às 13:30hs.

Das 16:30hs às 18:30hs.

Art. 2º. Após o cumprimento de cada horário estabelecido no artigo anterior, o servidor fica dispensado, podendo exercer atividades particulares e devendo ausentar-se da repartição pública.

Art. 3º. Em caso de necessidade, o Município poderá requisitar o servidor, mediante comunicação prévia e escrita, para prestar serviços além do horário estabelecido, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, percebendo a remuneração extraordinária na forma da Lei apenas se não for possível a compensação de horários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de agosto de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

SOLANGE APARECIDA GOEDERT PETRY

Secretária da Educação

Decreto nº 428, de 07 de agosto de 2015, Estabelece horário de trabalho dos Motoristas do Transporte Escolar do Município e dá Outras Providencias

DECRETO Nº 428, de 7 de agosto de 2015.

“Estabelece horário de trabalho dos Motoristas do Transporte Escolar do Município e dá Outras Providencias.”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe foram conferidas e de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga;

DECRETA

Art. 1º. O horário de trabalho dos Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Motorista de Transporte Escolar é o seguinte:

Das 6:00hs às 09:30hs.

Das 11:00hs. às 13:30hs.

Das 16:30hs às 18:30hs.

Art. 2º. Após o cumprimento de cada horário estabelecido no artigo anterior, o servidor fica dispensado, podendo exercer atividades

particulares e devendo ausentar-se da repartição pública.

Art. 3º. Em caso de necessidade, o Município poderá requisitar o servidor, mediante comunicação prévia e escrita, para prestar serviços além do horário estabelecido, inclusive em períodos noturnos, finais de semana e feriados, percebendo a remuneração extraordinária na forma da Lei apenas se não for possível a compensação de horários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de agosto de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

SOLANGE APARECIDA GOEDERT PETRY

Secretária da Educação

DECRETO Nº 432, de 07 de agosto de 2015

DECRETO Nº 432, de 07 de agosto de 2015

“Institui e indica membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA”.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, e de acordo com o artigo 9º da Lei nº 2.416, de 06 de novembro de 2012, que Lei nº 2.416 de 06 de novembro de 2012 - Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º. Instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na esfera Governamental conforme estabelecido na legislação vigente que será composta por membros titulares e seus respectivos suplentes:

I – Representantes da Secretaria da Educação;

Luciane Borba Voigt Titular

Maria Elena Goulart Sebold Suplente

II – Representantes da Secretaria da Saúde;

Elionar Claudia Petris Titular

Ana Lúcia Junglos Inácio Suplente

III – Representantes da Secretária de Assistência Social:

Alessandra Hoffmann Moratelli Titular

Michele de Souza Suplente

IV – Representantes do Departamento da Procuradoria Geral do Município;

Lia Caroline Miguel Titular

Letícia Goedert Oliveira Suplente

Art. 2º - Indicar membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA, na esfera não Governamental conforme estabelecido na legislação vigente:

I – Representantes da Pastoral da Criança;

Dulce Maria Franciozi Titular

Nadir Sardá Schuhmacher Suplente

II – Representantes da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;

Dulce Terezinha Sebold Goedert Titular
Ana Claudia Melo Suplente
III – Representantes da Organização Consciência Negra Idalina.
Maria Aparecida Nogueira Titular
Izabel Aparecida dos Santos Costa Suplente
IV – Representantes do Grupo Escoteiro Itu-Açu 072/SC de Ituporanga;
Heniz Holler Titular
Edeltraud S. Broering Suplente

Art. 3º - Os membros ora nomeados poderão ser reconduzidos ao cargo por mais um biênio consecutivo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de maio de 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de agosto de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

PORTARIAS Nº. 373 A 396 DE 2015

PORTARIA Nº. 373 DE 01 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - NOMEAR FRANK NEVES MOTTA, portador do CPF nº. 081.070.649-09, no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Serviços Gerais, nível DAS-2, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 374 DE 01 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora TEREZINHA DA LUZ BORGES, matrícula nº. 126, ocupante do cargo de Professor, a serem gozadas no período de 01/07/2015 à 30/07/2015, período aquisitivo 01/01/2003 à 31/12/2007.

PORTARIA Nº. 375 DE 01 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor CRISLEI FEIJÓ, matrícula nº. 155, ocupante do cargo de Professor, a serem gozadas no período de 01/07/2015 à 30/07/2015, período aquisitivo 17/04/2005 à 16/04/2010.

PORTARIA Nº. 376 DE 01 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora VANILDA ANGELINO BORGES, matrícula nº. 1243, ocupante do cargo de Servente, a serem gozadas no período de 01/07/2015 à 30/07/2015, período aquisitivo 05/07/2007 à 04/07/2012.

PORTARIA Nº. 377 DE 01 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora LUCIR BORGES HILZENDEGER, matrícula nº. 1535, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino, a serem gozadas no período de 01/07/2015 à 30/07/2015, período aquisitivo 07/05/2004 à 06/05/2009.

PORTARIA Nº. 378 DE 02 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - EXONERAR a pedido a Servidora MISLENE BORGES KOINASKI do cargo em (ACT) de Auxiliar de Ensino, matrícula nº 3781, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 379 DE 02 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos das Leis n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, em vaga Transitória a Auxiliar de Ensino ANA REGINA BALDINI DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 070.257.159-80, nível MAG AT 1A, para atuar no CEI Ana Paula, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atender a Educação Infantil no período de 02/07/2015 à 18/12/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 380 DE 02 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 099 de 18 de fevereiro de 2015, o período de contratação da servidora ROSANGELA BUZELLO, matrícula nº 3835, até 03/08/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 381 DE 03 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga por igual período a Portaria nº. 284 de 18 de junho de 2013, em que concede Licença sem Vencimentos para tratar de Interesses Particulares, o servidor EVERALDO BETERLE, matrícula nº. 1338, ocupante do cargo de Motorista, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 03/07/2015 à 01/07/2017.

PORTARIA Nº. 382 DE 04 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 203 de 02 de março de 2015, o período de contratação da servidora BRENDA JUST DE AGUIAR, matrícula nº 3916, até 01/09/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 383 DE 04 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 202 de 02 de março de 2015, o período de contratação da servidora FABIELLE GUIMARÃES BORGES, matrícula nº 3915, até 01/09/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 384 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor EDEVAR DA RÉ, ocupante do cargo de Diretor Geral do SAMAE, a serem gozadas no período de 06/07/2015 à 04/08/2015, período aquisitivo 20/05/2001 à 19/05/2006.

PORTARIA Nº. 385 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - NOMEAR, LARA LUIZA BORGES ROSSO, portadora do CPF nº. 106.959.029-03, no cargo em comissão de Chefe de Divisão Adjunto de Agricultura e Meio Ambiente, nível DAS-1, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 386 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora DENICE PACHECO, matrícula nº. 129, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 06/07/2015 à 04/08/2015, período aquisitivo 30/06/2005 à 29/05/2010.

PORTARIA Nº. 387 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora SIRLEI ABBATTI, matrícula nº. 176, ocupante do cargo de Apoio Pedagógico Educacional, a serem gozadas no período de 06/07/2015 à 04/08/2015, período aquisitivo 01/03/2010 à 28/02/2015.

PORTARIA Nº. 388 DE 06 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias a servidora Pública Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
IVONETE ANGELINA MARTIGNAGO GUELERE	160	01/03/14 a 28/02/15	06/07/15 a 04/08/15

PORTARIA Nº. 389 DE 09 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ CARLOS POSSAMAI DELA, portador do CPF nº. 732.438.509-59, no cargo em comissão de Diretor de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, nível DAS-3, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

PORTARIA Nº. 390 DE 09 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Nomear DIVA MARISA DA ROSA, CPF nº. 612.897.520.87, no cargo de SERVENTE, nível SGM, 03I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, aprovada no Concurso Público nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 391 DE 12 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 356 de 15 de junho de 2015, o período de contratação do servidor ARY DIAS CABELLEIRA NETO, matrícula nº 3976, até 11/08/2015, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 392 DE 14 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de aposentadoria de SIMONI JUST DOS SANTOS, matrícula nº. 125 do cargo de Auxiliar Administrativo, conforme Benefício no. 163.897.621-7, parte integrante desta portaria.

PORTARIA Nº. 393 DE 22 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Servidor RAMON MEZZARI ELIAS, do cargo efetivo de Mecânico, matrícula nº. 3953, lotado junto a Secretaria Municipal Obras e Serviços Públicos.

PORTARIA Nº. 394 DE 22 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Declarar vacância de cargo público por motivo de exoneração o servidor RAMON MEZZARI ELIAS, do cargo efetivo de Mecânico, matrícula nº. 3953, conforme Portaria nº. 393 de 22 de julho de 2015.

PORTARIA Nº. 395 DE 24 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ANTÔNIO BORGES	2438	02/07/14 à 01/07/15	10/08/15 à 08/09/15
CAMILA COELHO PIVA	2444	09/07/14 à 08/07/15	03/08/15 à 01/09/15
JANETE ZAUER TOMASI	112	31/07/13 à 30/07/14	03/08/15 à 01/09/15
JOSÉ DOS SANTOS	1247	05/07/14 à 04/07/15	03/08/15 à 01/09/15
SERGIO POSSAMAI BORGES	1055	07/11/12 à 06/11/13	03/08/15 à 01/09/15

PORTARIA Nº. 396 DE 27 DE JULHO DE 2015.

Art. 1º - NOMEAR, JOSE MARIA SILVEIRA, portador do CPF nº. 999.074.619-20, no cargo em comissão de Diretor de Transportes, nível DAS-3, lotado junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.801 DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.801 DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção do Sistema de Água Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.062 – Operação e Manutenção do Sistema de Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 35

Valor: R\$ 100.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 06 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.802 DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 4.802 de 06 de AGOSTO de 2015.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei em especial a Lei nº 4.085 de 09 de Março de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Municipal de Serviços Funerários de que trata a Lei nº 4.085 de 09 de Março de 2011, responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos previstos na Lei, sob a seguinte representação:

REPRESENTANTES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Desirée Aparecida Pino Gomes – Titular

Revelino Antonio Sartori – Suplente

REPRESENTANTE DA Secretaria Mun. de Gestão Administrativa

Matheus Felipe Surdi – Titular

Tiago Dupont Giumbelli – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Inês Maria Picoli Gemelli – Titular

Fábio Augusto Conte – Suplente

REPRESENTANTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA

Adriano José Johann – Titular

Anderson Bezerra da Silva - Suplente

REPRESENTANTE DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Dalmir Weirich (Funerária São Rafael) – Titular

Vilmar Cardoso (Funerária São João Batista) – Suplente

Delmar da Rosa (Funerária Frei Bruno) – Titular
Valmor Cardoso (Funerária São João Batista) – Suplente

Parágrafo único - O mandato dos integrantes da Comissão será de 2 (dois) anos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 06 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 312 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 312 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A TAXA MUNICIPAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PELO MUNICÍPIO DE JOACABA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR :

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais no âmbito do Município de Joaçaba.

Art. 2º A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo Município ou Consórcio Público através de atribuições delegadas, para análise prévia de licenças ambientais, análise de estudos de impacto ambiental, autorização de corte de vegetação, autorização para tratamento ou disposição de resíduos, pareceres técnicos e outras atividades de acordo com a legislação ambiental vigente.

Art. 3º O Contribuinte da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

Art. 4º Os serviços e atividades sujeitos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais são os especificados no Anexo Único desta Lei.

Art. 5º A Taxa de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º Os valores arrecadados relativos à Taxa de Prestação de Serviços Ambientais serão integralmente recolhidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA que determina através na Lei de criação a aplicação dos recursos arrecadados.

Art. 7º Os valores constantes do Anexo único, serão reajustados na mesma proporção das correções adotadas pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 07 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO ÚNICO

TAXA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA DE SERVIÇOS AMBIENTAIS:

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe III item B, definidos nas Tabelas 02 e 03.

2. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a determinação dos valores a serem cobrados pelos pedidos de análise das Licenças Ambientais de que trata a Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 14.250, de 05 de junho de 1981, e o Decreto federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, as atividades são enquadradas em três classes I, II e III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01:

TABELA Nº 01

ENQUADRAMENTOS DAS ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL				
	P	P	M	G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	I	I	I
	M	II	II	II
	G	III	III	III

2.1. O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos

ambientais analisados.

2.2. O porte do empreendimento, também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos nas Resoluções Consema nº 01/2006, 02/2006, 04/08, 14/12, bem como as demais resoluções do CONAMA, CONSEMA ou Conselho Municipal do Meio Ambiente, que dispõe sobre Licenciamento, Cadastramento ou Autorização Ambiental.

2.3. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos na Resolução acima mencionada.

TABELA Nº 02

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS EM REAIS (R\$)

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	212,52	317,47	634,96	951,15	1.268,64	1.902,31
LAI	528,71	792,41	1.588,24	2.377,23	3.169,65	4.754,48
LAO	1.057,42	1.586,13	3.407,37	4.754,47	6.339,30	9.508,96
TOTAL	1.798,65	2.696,01	5.630,57	8.082,85	10.777,59	16.165,75

TABELA Nº 03

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS ANUAL EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIAS E FLORESTAIS

LICENÇAS	CLASSE					
	I		II		III	
	A	B	A	B	A	B
	P,P ou M,P	P,M	M,M ou G,P	P,G	M,G ou G,M	G,G
LAP	209,92	240,06	386,96	464,41	774,67	928,84
LAI	581,18	696,38	1.161,06	1.393,27	1.058,59	2.786,57
LAO	387,03	464,41	774,03	928,84	1.548,09	1.857,71
TOTAL	1.178,13	1.400,85	2.322,05	2.786,52	3.381,35	5.573,12

TABELA Nº 04

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS, PECUÁRIA E FLORESTAL, PARA PORTE ATÉ Q(I)<50

LAP	LAI	LAO	TOTAL
R\$ 126,35	315,89	R\$ 386,64	R\$ 828,89

TABELA Nº 05

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE BENEFICIAMENTO, FIAÇÃO E TECELAGEM DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 M2

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P, M	126,88	306,66	623,89	1.057,43

TABELA Nº 06

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS, COM ESTAMPARIA E/OU TINTURA, ATÉ O LIMITE DE AU = 500,00 m2, CONFECÇÕES DE ROUPAS E ARTEFATOS TÊXTEIS DE CAMA, MESA, COPA E BANHO, COM TINGIMENTO ATÉ O LIMITE DE AU 500,00M2 E SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE LAVAÇÃO, TINGIMENTO, ALVEJAMENTO, ESTAMPARIA E/OU AMACIAMENTO, COM PORTE DE 200,00m2 A 500,00m2

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P,G	190,33	459,96	935,81	1.586,10

TABELA Nº 07

VALORES PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇAS AMBIENTAIS, ANUAL, EM REAIS (R\$) PARA AS ATIVIDADES DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS DE CLASSE IIB ATÉ O LIMITE DE AU= 1.000 M 2 E PARA CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM OU SEM TRATAMENTO ORGÂNICO ATÉ O LIMITE DE QT <= 30

LICENÇAS	LAP	LAI	LAO	TOTAL
P,M	136,14	329,04	669,44	1.134,62

2.4. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo por decisão motivada, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pelo Município;

2.5. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor;

2.6. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade;

2.7. Nas tabelas acima, cada classe apresenta duas subdivisões (A e B) sendo que nestas a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA: Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental

- RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (R\$ 61,01/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (R\$ 149,13/dia) + V x R (R\$ 0,89/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE VEGETAÇÃO, AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

Pr (R\$) = 12,24 para corte isolado de até 05 (cinco) árvores em zona urbana

Pr (R\$) = 75,23 para corte isolado de 06 (seis) até 20 (vinte) árvores em zona urbana

Pr (R\$) = 137,23 + 0,03 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte de até 5,0 ha;

Pr (R\$) = 75,23 para corte de árvores em área urbana ou rural que acarretem risco a vida ou ao patrimônio;

Pr (R\$) = 75,23 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades ou posses de comunidades tradicionais;

Pr (R\$) = 75,23 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades)

Pr (R\$) = 137,23 para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agrossilvopastoris, no limite de até 2,0 ha.

Isento – para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou posses das populações tradicionais, limitando em até 2,0 ha por ano;

Isento – autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

Pr (R\$) = 137,23 para AU até 3,0 ha;

Pr (R\$) = 137,23 + 20 x AU para área útil em hectare de 3,0 até 10,0 ha.

Legenda:

AU	área útil
AM	área em metros quadrados

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP,UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

Pr (R\$) = 75,23 para intervenção em APP até o limite máximo 5.000m²

Pr (R\$) = 75,23 + 0,03 x AM para intervenção em APP acima de 5.000m²

7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP,UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

Pr (R\$) = 212,52 para intervenção até o limite 100 metros lineares.

8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS DE EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO OU QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

Pr (R\$) = 212,52

9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISTORIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL:

Pr (R\$) = 75,23 para propriedades com área até 50,00 ha.

Pr (R\$) = 75,23 para propriedades com área acima de 50,00 ha.

Isento: Averbação da Reserva Legal para pequeno produtor rural ou posse rural familiar, conforme legislação Federal.

10. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA E RURAL:

Pr (R\$) = 75,23 para AM menor que 1.000m²

Pr (R\$) = 75,23 + 0,03 x AM, para AM maior que 1.000m²

11. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = R\$ 75,81

12. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

Pr = R\$ 75,81

12.1 AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = R\$ 37,90

Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental - AuA

13. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

13.1. Resíduos Classe I

Pr = R\$ 25,26 por tonelada

13.2. Resíduo Classe II

Pr = R\$ 10,10 por tonelada

14. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = R\$ 202,17

15. AGROTÓXICO:

15.1	Aplica-se à Tabela nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas:
15.1.1.	Atividade de aplicação aérea de agrotóxico
15.1.2.	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos
15.2	Autorizações Ambientais:
15.2.1	Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves: Pr = R\$ 37,90 por propriedade/ano.
15.2.2.	Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos: Pr = R\$ 37,90
15.2.3.	Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo): Pr = R\$ 13,27
15.2.4.	Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos: Pr = R\$ 37,90
15.2.5.	Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos: Pr = R\$ 37,90

16. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

Os poços artesianos já existentes que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação - LAO.

17. LISTAGEM DE VALORES PARA A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

01.54.00	- Granja de suínos - terminação Pr = R\$ 25,61 + 0,10 x NC
01.54.01	- Unidade de Produção de Leitão - UPL Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x NM
01.54.02	- Granja de suínos - Creche Pr = R\$ 25,61 + 0,04 x NC
01.54.03	- Granja de suínos - Ciclo Completo Pr = R\$ 25,61 + 0,50 x NM

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

18. LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03 E NO ÍTEM 5:

01.12.01	Culturas Permanentes Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
----------	---

01.35.00	Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
01.40.00	Projeto Agrícola Irrigado Pr = R\$ 25,61 + 2,15 x AU
01.51.00	Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, eqüinos, etc.) Pr = R\$ 25,61 + 0,16 x AU
01.52.00	Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.) Pr = R\$ 25,61 + 0,17 x AU
01.70.00	Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura) Pr = R\$ 25,61 + 0,0008 x NC
01.70.01	Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos Pr = R\$ 37,90 + 15 x AU
01.80.00	Incubatório de Aves Pr = R\$ 37,90 + 35 x AU
03.31.00	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I): Pr = R\$ 25,61 + 3,75 x AU
03.31.01	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II): Pr = R\$ 24,26 + 35 x AU
03.31.02	Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mornas (SISTEMA III): Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU
03.31.03	Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV) Pr = R\$ 25,61 + 210 x AU
03.31.05	Unidades de Produção de Alevinos (SISTEMA VI) Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU
26.50.00	Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal Pr = R\$ 25,61 + 0,14 x NC/dia Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação

LEI COMPLEMENTAR Nº 313 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 313 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA INSERIR O ANEXO 11 À LEI COMPLEMENTAR 193/2010 PARA DISCIPLINAR O ARTIGO 36 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica acrescido o Anexo 11, como parte integrante da Lei Complementar nº 193/2010, com a seguinte redação:

ANEXO 11

DAS ATIVIDADES DE CONDUTOR DE VEÍCULOS

Art. 1º. O servidor do SIMAE, designado para exercer a atividade de Condutor de Veículos, de forma temporária, e cumulativa com as funções de seu cargo efetivo, na forma do art. 36 da Lei Complementar n. 193/2010, além das responsabilidades estabelecidas pela legislação de trânsito, ainda deverá obedecer ao seguinte:

I – responsabilizar-se pela locomoção de servidores em serviço e pelo transporte de materiais e equipamentos, segundo as determinações de seu superior imediato;

II – responsabilizar-se pelas informações referentes aos danos causados no veículo que encontrar-se sob sua responsabilidade, devendo, sempre que constatadas avarias, proceder a comunicação do fato no prazo de até cinco dias úteis ao Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio;

III – Efetuar verificações rotineiras no veículo tais como nível de óleo do cárter, integridade dos freios, faróis, pneus, bateria, radiadores e necessidade de reabastecimento dentre outras, devendo solicitar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio as manutenções periódicas e corretivas que se fizerem necessárias;

IV – zelar pela boa aparência interna e externa do veículo sob sua guarda;

V – preencher e apresentar ao seu superior imediato relatório diário do uso de veículo, contendo os roteiros percorridos, horários de partida e chegada ao destino, quilometragem percorrida, servidores transportados, e ocorrências não previstas;

VI – usar os Equipamentos de Proteção Individual disponibilizados pela Autarquia, sempre que a atividade desempenhada o exigir, conforme as normas de segurança;

VII – preencher ordens de serviços e relatar as atividades desenvolvidas de acordo com os critérios e orientações estabelecidos pela autarquia;

VIII – operar equipamentos acoplados ao veículo que estiver dirigindo por determinação do seu superior imediato, quando for o caso;

IX – arcar com os prejuízos causados ao erário ou a terceiros, decorrentes de atos omissivos ou comissivos, onde haja dolo ou culpa.

§1º Sendo constatadas avarias no veículo, o condutor responsável deverá apresentar ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio justificativa fundamentada acerca dos fatos ocorridos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis do ocorrido, demonstrando ainda a ausência de dolo ou culpa na ocorrência do dano, quando for o caso.

§2º Compete ao condutor do veículo, assim que constatado o dano, realizar o levantamento de informações necessárias à apresentação da justificativa, através de testemunhas, registros fotográficos, registro de boletim de ocorrência junto à autoridade de segurança pública ou outras evidências que se fizerem necessárias, podendo ainda solicitar apoio ao Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio para obtenção das evidências físicas quando não dispor de ferramenta para tal;

X – realizar procedimentos pertinentes ao condutor de veículos, estabelecidos nos Padrões de Trabalho do SIMAE e no sistema de gestão de frota.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba, 07 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 314 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 314 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA CANCELAMENTO DE CRÉDITOS DO SIMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE autorizado a cancelar os débitos de consumidores da autarquia, obedecidos os seguintes requisitos:

I – que o débito esteja vencido há mais de dois anos;

II – que tenha sido interrompido o fornecimento de água, salvo a continuidade do fornecimento por decisão judicial;

III – que a dívida seja considerada incobrável;

IV – que haja certidão no processo, emitida pelo Setor Comercial, de que foram esgotados os meios amigáveis para a cobrança da dívida;

V – que o valor acumulado da dívida, no período a que se refere o inciso I, seja inferior a valor de 10 UR – Unidade de Referência, estabelecida pelo Município de Joaçaba.

Parágrafo único. Será considerada incobrável a dívida, constatada uma das seguintes hipóteses:

I – se o devedor residir em lugar incerto e não sabido e não haver registro de ser contribuinte do IPTU no Município em que estava localizada a ligação de água não paga, mediante certidão fornecida pela respectiva Prefeitura Municipal;

II – se o imóvel de propriedade do devedor for impenhorável por se constituir bem de família, nos termos da Lei n. 8.009/1990;

III – houver certidão do Município em que esteve localizada a ligação, certificando de que o devedor estava incluído nos programas de assistência social do Governo Federal ou do Município.

Art. 2º. O cancelamento a que se refere o artigo anterior deve estar previsto na elaboração das metas consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e que orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º. No competente Processo Administrativo de cada cliente/usuário de cancelamento deverá ficar demonstrado o seu impacto financeiro e que não afetará o equilíbrio econômico e financeiro da autarquia.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba-SC 07 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.624 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

LEI Nº 4.624 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

"CRIA A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC).

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

TÍTULO I**DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE****Art. 1º -** Esta Lei disciplina e regulamenta a Política Municipal do Meio Ambiente no Município de Joaçaba.**Art. 2º -** Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- c) afetem desfavoravelmente a biota;
- d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

CAPÍTULO I**DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS.****Art. 3º -** São Princípios da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 4º - São objetivos da Política Municipal do Meio Ambiente

I - proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente para as presentes e futuras gerações;

II - Compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - remediar ou recuperar áreas degradadas;

III - assegurar a utilização adequada e sustentável dos recursos ambientais;

IV - gerar benefícios sociais e econômicos;

V - incentivar a cooperação com outros Municípios e a adoção de soluções consorciadas em relação a gestão ambiental;

VI - proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para a reprodução e manutenção da biodiversidade;

VII - Fazer cumprir os critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; e

VIII - desenvolver programas de difusão e capacitação para o uso e manejo dos recursos ambientais nas propriedades rurais.

VII - Impor ao poluidor e ao predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

VIII - Promover ações consorciadas com municípios da região em relação à preservação ambiental;

Art. 5º - São diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - a integração das ações nas áreas de saneamento ambiental, saúde pública, recursos hídricos, desenvolvimento local e ação social;

II - a cooperação administrativa entre os órgãos municipais e estaduais do Meio ambiente;

III - a cooperação entre o poder público, o setor produtivo e a sociedade civil;

IV - a cooperação institucional entre os órgãos do Estado os demais Municípios, estimulando a busca de soluções consorciadas ou compartilhadas;

V - o desenvolvimento de programas de capacitação técnica na área do Meio ambiente;

VI - a preferência nas compras e aquisições de produtos compatíveis com os princípios e diretrizes desta Lei;

VII - a limitação pelo poder público das atividades poluidoras ou degradadoras, visando à recuperação das áreas impactadas ou a manutenção da qualidade ambiental;

VIII - a adoção, pelas atividades de qualquer natureza, de Meios e sistemas de segurança contra acidentes que acarrete risco à saúde pública ou ao meio ambiente;

IX - a criação de serviços permanentes de segurança e prevenção de acidentes danosos ao meio ambiente; e

X - a instituição de programas de incentivo à recuperação de vegetação nas margens dos mananciais.

Art. 6º - São instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - Os padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento ambiental;

V - fiscalização e aplicação de sanções e medidas compensatórias devidas ao não cumprimento das medidas necessárias à proteção do meio ambiente ou correção da degradação ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Municipal,

VII - o sistema municipal de informações sobre o meio ambiente;

VIII - a Educação Ambiental;

IX - O Conselho Municipal do Meio Ambiente CONDEMA;

X- O Fundo Municipal do Meio Ambiente.

XI - Os planos, projetos, programas e ações, desenvolvidos pelo município ou em Consórcio público, relacionados à gestão ambiental pública;

CAPÍTULO II**DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE****Art. 7º -** Os órgãos e entidades, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Municipal do Meio Ambiente - SIMMA, assim estruturado:

I - Órgão Consultivo e Deliberativo - Conselho Municipal do Meio Ambiente: CONDEMA, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como

dos demais planos relativos à área;

II – Órgão Executivo - Órgão Ambiental Municipal - representado pela Gerência de Meio Ambiente, responsável pela execução da Política Municipal do Meio Ambiente;

III - as demais Secretarias Municipais e organismos da Administração Municipal, direta e indireta, bem como as instituições governamentais e não governamentais com atuação no Município, cujas ações, enquanto órgãos seccionais, interferirão no desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável, na pesquisa, preservação e conservação dos recursos ambientais presentes e nos padrões de apropriação e utilização destes recursos.

Parágrafo 1º - Fica instituído, como Órgão Ambiental Capacitado, que utilizará técnicos próprios ou em Consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas e ambientais de sua competência, nos termos do Parágrafo Único do Art. 5º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011;

CAPÍTULO III

DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Art. 8º À Gerência de Meio Ambiente caberá executar a Política Municipal do Meio Ambiente nos termos desta Lei, bem como:

I - definir, implantar e administrar os espaços geográficos e seus componentes a serem especialmente protegidos;

II - incentivar a execução de pesquisas e capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais locais e disponibilizar as informações sobre estas questões;

III - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa de material genético;

IV - preservar o equilíbrio do ecossistema local, promovendo o seu manejo sustentável, assim como sua restauração;

V - proteger e preservar a biodiversidade;

VI - promover a captação de recursos financeiros junto a órgãos e entidades públicas e privadas e orientar a aplicação destes em atividades relacionadas com a preservação, conservação, recuperação e pesquisa ambiental, assim como melhoria da qualidade de vida da população local;

VII - estimular e contribuir para a recuperação de vegetação em áreas urbanas, objetivando, especialmente, atingir índices mínimos de cobertura vegetal;

VIII - aprovar, mediante Licenças, Certidões, Autorizações Ambientais, planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas, que possam causar impacto significativo ao meio ambiente nos limites do território do Município, nos termos da legislação em vigor;

IX - manifestar-se oficialmente, em caráter deliberativo e com base em parecer técnico, sobre a qualidade, condições e viabilidade ambiental de empreendimentos efetiva e potencialmente poluidores, com impacto ambiental no município, em procedimentos de licenciamento ambiental de competência dos órgãos Estaduais ou Federais, sob pena de nulidade das licenças eventualmente emitidas;

X - exigir, sempre que necessário, a adoção de medidas mitigadoras e/ou compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor antes do início da implantação do empreendimento, tanto nos licenciamentos de sua competência, como nos de competência estadual ou federal;

XI - convocar audiências públicas, nos termos da legislação em vigor, conforme dispuser a regulamentação desta Lei, para informar e ouvir a opinião da população local a respeito de planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas potencialmente causadoras de impactos ambientais no Município, assim como sobre as medidas mitigadoras e compensatórias a serem exigidas;

XII - assessorar o Poder Executivo Municipal nas questões relativas ao uso do solo urbano ou rural e demais temas relacionados à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XIII - celebrar com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que tenham cometido infrações ambientais no Município, Termos de Ajustamento de Conduta, nos termos da legislação em

vigor, objetivando a paralisação e a recuperação dos danos ambientais;

XIV - articular com os órgãos executores da política de saúde no Município, e demais áreas da administração pública municipal, os planos, programas e projetos, de interesse ambiental, visando uma eficiente integração, bem como a adoção de medidas pertinentes, especialmente as de caráter preventivo, no que diz respeito aos impactos ambientais sobre a saúde pública, inclusive em ambiente de trabalho

Parágrafo Único – Para execução de suas atribuições, tornando-se capacitado, o Órgão Ambiental Municipal poderá valer-se de técnicos da Administração Municipal ou em Consórcio, conforme Contrato de Programa específico.

CAPÍTULO IV

DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 9º São ações administrativas do Município:

I - executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente e demais políticas relacionadas à proteção do meio ambiente;

II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;

III - formular, executar e fazer cumprir a Política Municipal do Meio Ambiente;

IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;

V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente;

VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;

VII - organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;

VIII - prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;

IX - elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais;

X - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

XI - promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

XII - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei;

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município;

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou

b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

XV - observadas as atribuições dos demais entes federativos aprovar:

a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

Parágrafo Único: para execução destas ações o município está autorizado a celebrar convênios de cooperação com a União, Estado e com outros Municípios, nos Termos da Legislação em vigor.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Estão revogadas as disposições sem contrário.

JOAÇABA (SC), em 07 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 4.625 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 4.625 DE 07 DE AGOSTO DE 2015

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PROCEDER A BAIXA E POSTERIOR ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS DE PROPRIEDADE DO SIMAE- SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, QUE ESPECIFICA”

O Prefeito do Municipal de Joaçaba(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a baixa para posterior alienação mediante Licitação Pública dos bens patrimoniais considerados inservíveis ao SIMAE-Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, de acordo com o levantamento efetuado pelo Setor de Materiais, Transportes e Patrimônio desta Autarquia e pela Comissão de Avaliação nomeada pela Portaria nº 43/2015 de 02.03.2015, cuja relação é parte integrante desta lei (Anexo I).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 07 de agosto de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO I

1. Bem Patrimonial nº 161 – CADEIRA COM ENCOSTO E ASSENTO ESTOFADO

1.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

1.2 Valor do Bem julgado inservível R\$ 5,00

2. Bem Patrimonial nº 367 – CADEIRA GIRATÓRIA, MOD. 602 MARCA DELAZARI

2.1 Descrição do Bem atualmente: Móvel apresentando desgaste elevado pelo uso, sem condições de utilização pelo SIMAE.

2.2 Valor do Bem julgado inservível R\$ 5,00

3. Bem Patrimonial nº 436 – APARELHO DE TELEFONE PADRAO TELESC, MARCA NIPOBRAS COR PRETA, C/TECLADO

3.1 Descrição do Bem atualmente: Aparelho obsoleto, sem condições de uso pelo SIMAE.

3.2 Valor do Bem julgado inservível R\$ 5,00

4. Bem Patrimonial nº 455 - ESTABILIZADOR 1 KVA, 1000V –EN-TRADA 220/SAÍDA 110 MARCA BST

4.1 Descrição do Bem atualmente: Estabilizador com defeito, apita na tomada e não liga, sem serventia para o SIMAE. Além disso, o SIMAE realizou através do processo TP nº. 03/2013 a contratação de rede estabilizada dispensando a utilização de estabilizador em cada máquina.

4.2 Valor do Bem julgado inservível : R\$ 10,00

5. Bem Patrimonial nº 489 - VÍDEO CASSETE 6 CABEÇAS STEREO, COM CONTROLE REMOTO PHILIPS

5.1 Descrição do Bem atualmente: Aparelho obsoleto, sem utilidade para o SIMAE.

5.2 Valor do Bem julgado inservível: R\$ 10,00

6. Bem Patrimonial nº 514 – VEÍCULO TIPO PARATI, DE FABR. NACIONAL, ANO 1996, A GASOLINA, MOTOR AP 1600I COR BRANCA

6.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural, dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

6.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 3.700,00

7. Bem Patrimonial nº 538 – IMPRESSORA JATO DE TINTA, MOD. HP DESK JET 820 CXI

7.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora muito antiga, com problemas na impressão e com dificuldade de encontrar peças para reposição.

7.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 50,00

8. Bem Patrimonial nº 566 – VEÍCULO ANO 1998 F-4000, COR BRANCA, FABRICAÇÃO NACIONAL, MOTOR DIESEL, 4,3 T 4 CILINDROS, C/3820 K

8.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural; dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

8.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 19.500,00

9. Bem Patrimonial nº 616 – VEÍCULO SAVEIRO ANO 1999 MOVIDO A GASOLINA MOTOR 1.4 E POTÊNCIA LIQ. MÍNIMA 89 CVS

9.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural; dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

9.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 4.500,00

10. Bem Patrimonial nº 631 – MOTOCICLETA CG 125 TITAN ES, ANO 2000, MOVIDA A GASOLINA POTÊNCIA 12 HP, 124CC

10.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural; dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

10.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 1.100,00

11. Bem Patrimonial nº 633 – MOTOCICLETA, XR 200R, ANO 2000, POTÊNCIA 17,2 HP, 196, 9CC MOVIDO A GASOLINA

11.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural; dificuldade de encontrar peças de reposição por ter mais que 10 anos de uso; manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

11.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 2.100,00

12. Bem Patrimonial nº 1427 – ROÇADEIRA A GASOLINA, MARCA TOYAMA, MODELO RT43L, MOTOR 02 TEMPOS, COR: VERMELHA/PRETA/PRATA. ACOMPANHIA: ACESSÓRIO DE CORTE DO TIPO CARRETEL DE NYLON OEM E LÂMINA DE TRÊS PONTAS; CINTURÃO DUPLO STANDARD; PROTETOR DO ACESSÓRIO DE CORTE; CONJUNTO DE FERRAMENTAS: CHAVE DE FENDA, PHILIPS, ALLEN, CACHIMBO

12.1 Descrição do Bem Atualmente: Roçadeira obsoleta, quebrada, sem peças para reposição.

12.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 150,00

13. Bem Patrimonial nº 653 – MICROCOMPUTADOR PENTIUM III 550MHZ SLOT1 PLACA ASUS P3V-133 PENTIUM ATX, PENTE

128MB, PLACA DE VÍDEO 8MB AGP 9880, PLACA DE SOM DE REDE, GABINETE, TECLADO, MOUSE CD-ROM, SPEAKER E DRIVE

13.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE.

13.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

14. Bem Patrimonial nº 655 – MICROCOMPUTADOR PENTIUM III 550MHZ SLOT1 PLACA ASUS P3V-133 PENTIUM ATX, PENTE 128MB, PLACA DE VÍDEO 8MB AGP 9880, PLACA DE SOM DE REDE, GABINETE, TECLADO, MOUSE CD-ROM, SPEAKER E DRIVE

14.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE.

14.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

15. Bem Patrimonial nº 731 – MICROCOMPUTADOR PENTIUM IV INTEL 2,4 GHZ, 800 MHZ/MST NEO2FIS2R, MEMÓRIA DDR PC3200 MHZ, 400 MHZ, HARDISK S.ATA SEAGATE 120MB 7200RPM E IDE 40GB 7200RPM, MONITOR DE VÍDEO 15" CTR 5E

15.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE.

15.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

16. Bem Patrimonial nº 1020 – ROÇADEIRA PROF. MODELO 343 R MARCA HUSQVARNA COM CINTURÃO, LÂMINA E DISPOSITIVO P/ INST. FIO DE NYLON C/ CARGA DE FIO DE NYLON, COM AS CARACTERÍSTICAS: MOTOR, 2T LICIND ACIMA 35, ACIMA 1,6 KW, PESO 8,2 KG

16.1 16.1 Descrição do Bem atualmente: Roçadeira obsoleta, quebrada, sem condições de conserto.

16.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 150,00

17. Bem Patrimonial nº 1027 – IMPRESSORA A LASER, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 22 PPM, CICLO DE TRABALHO 10.000 PÁGINAS POR MÊS, BANDEJAS PARA PAPEL TAMANHO A4, RESOLUÇÃO 1200X 1200 DPI, IMPRESSÃO DUPLEX, MARCA HP, MODELO 1320

17.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora muito antiga, com problemas na impressão e com dificuldade de encontrar peças para reposição.

17.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 70,00

18. Bem Patrimonial nº 1031 – MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR INTEL P4 3.0 GHZ FSB C/ COLHER 2 X 256MB MEM DDR 400 PC3200, CHIP SET INTEL 865 GV PADRÃO MICRO ATX SOCKET MPGA478 C/ SYSTEM BUS 800MH\2 SLOTS MEM. DDR400, MONIT. 19" T. PLANA

18.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE.

18.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

19. Bem Patrimonial nº 1032 – MICROCOMPUTADOR PROCESSADOR INTEL P4 3.0 GHZ FSB C/ COLHER 2 X 256MB MEM DDR 400 PC3200, CHIP SET INTEL 865 GV PADRÃO MICRO ATX SOCKET MPGA478 C/ SYSTEM BUS 800MH\2 SLOTS MEM. DDR400

19.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE.

19.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 70,00

20. Bem Patrimonial nº 1230 – ROÇADEIRA 45 CILINDRADAS, MODELO 343R, MOTOR 2 TEMPOS, ADAPTÁVEL PARA UTILIZAÇÃO DE FIO DE CORTE ACOMPANHA ADAPTADOR DE CORTE COM FIO DE NYLON, SÉRIE 20063700334, MARCA HUSQVARNA

20.1 Descrição do Bem atualmente: Roçadeira obsoleta, quebrada, sem peças para reposição.

20.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 150,00

21. Bem Patrimonial nº 1238 – MICROCOMPUTADOR AMD 64, ATHLON X2, Nº. DE SÉRIE B083880827000572, UNIDADE DE DVD/RW 50X, TECLADO ABNT, GABINETE ATX MOUSE ÓPTICO, MONITOR LCD 17" MARCA AOC, Nº. DE SÉRIE 33983DA01511, MODELO 712 SA PRETO

21.1 Descrição do Bem atualmente: Microcomputador sem funcionamento com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de uso pelo SIMAE.

21.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 100,00

22. Bem Patrimonial nº 1255 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G01H, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008.

22.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

22.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 40,00

23. Bem Patrimonial nº 1256 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G031, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

23.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

23.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 40,00

24. Bem Patrimonial nº 1257 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G02T, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

24.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

24.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 40,00

25. Bem Patrimonial nº 1258 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G03G, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

25.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

25.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 40,00

26. Bem Patrimonial nº 1259 – PALM MARCA CENTRO COM CARTÃO MICRO SD 1 GB, Nº DE SÉRIE P1G2E9U8G03B, PRETO, BATERIA, CABO USB, CANETA STILUS, CARREGADOR DE BATERIA, FONE DE OUVIDO, CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE, FABRICAÇÃO: 09/2008

26.1 Descrição do Bem atualmente: Palm com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

26.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 40,00

27. Bem Patrimonial nº 1260 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001696, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE

27.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos novos coletores.

27.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

28.Bem Patrimonial nº 1261 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001695, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE

28.1 Descrição do Bem atualmente: Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos novos coletores.

28.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

29.Bem Patrimonial nº 1262 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001697, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE.

29.1 Descrição do Bem atualmente: Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, devido a substituição do palm, tornou-se incompatível com a tecnologia dos novos coletores.

29.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

30.Bem Patrimonial nº 1263 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001698, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE.

30.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

30.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

31.Bem Patrimonial nº 1264 – IMPRESSORA DE FATURAS, MARCA SEIKO, Nº DE SÉRIE 16C0001691, MODELO MPU-L-465-E, CINZA, CAPA DE SILICONE AZUL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR DE BATERIA, CABO USB, ALÇA DE OMBRO P/ TRANSPORTE.

31.1 Descrição do Bem atualmente: Impressora com componentes obsoletos, em desuso pela atualização tecnológica, sem condições de transmitir dados para o sistema comercial impossibilitando a utilização do mesmo pelo SIMAE.

31.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 60,00

32.Bem Patrimonial nº 632 – MOTOCICLETA CG 125 TITAN ES, ANO 2000, MOVIDA A GASOLINA POTÊNCIA 12 HP, 122CC, Placa: MAY-8311

32.1 Descrição do Bem atualmente: Motocicleta com desgaste pelo uso, problemas mecânicos frequentes.

32.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 1.100,00

33.Bem Patrimonial nº 634 – MOTO HONDA, XR 200R, ANO 2000, POTENCIA 17, 2 HP, 196, 9CC, MOVIDA A GASOLINA.

33.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural; manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

33.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 2.100,00

34.Bem Patrimonial nº 1138 – CAMINHÃO VOLKSWAGEN, ANO FABRICAÇÃO 1996, MODELO 1996, CHASSI 9BWXTACMOTDB51405, COR BRANCA, 02 PORTAS, CAPACIDADE 23 TONELADAS, MODELO 12.140H, RENAVAL 650813774, MOVIDO DIESEL, PLACA LXU-6273, POTÊNCIA 132 CV

34.1 Descrição do Bem atualmente: Veículo com avançado desgaste natural pelo uso, problemas mecânicos frequentes e manutenção com custo superior a produtividade do veículo.

34.2 Valor do bem julgado inservível: R\$ 20.000,00

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO JULHO 2015****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	160.164,39
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	148.935,26
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	144.409,58
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.525,68
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.229,13
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.229,13
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.666,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	281.666,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	402.355,48	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	427.582,79
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	31.972,71	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	23.430,76
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	164.290,25	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	204.496,98
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	7.060,54	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.595,54
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	199.031,98	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	198.059,51
SALDOS ANTERIORES	751.282,22	SALDOS ATUAIS	847.556,52
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	744.346,81	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	747.888,76
BANCO C/ MOVIMENTO	6.935,41	BANCO C/ MOVIMENTO	99.667,76
TOTAL	1.435.303,70	TOTAL	1.435.303,70

Joaçaba, 04/08/2015

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Luiz Vastres
Presidente

Jean Carlos da Silva
Controlador Interno

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 182/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 182/2015 DE 07.08.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Wilian Sartor Sganzerla (Matr.152), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.04.2014 à 31.03.2015, para serem fruídas no período de 30.09.2015 à 09.10.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 183/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 183/2015 DE 07.08.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor André Luiz Sauer (Matr.163), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro, P-8, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09.06.2014 à 08.06.2015, para serem fruídas no período de 21 à 30.09.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 21 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 184/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 184/2015 DE 07.08.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Romalcir Schuck (Matr. 34), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-3, Ref.J-10,

referente ao período aquisitivo compreendido entre 22.02.2014 à 21.02.2015, para serem fruídas no período de 21.09.2015 à 10.10.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 21 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 185/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 185/2015 DE 07.08.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Orlando Lino (Matr. 38), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref. H-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20.06.2014 à 19.06.2015, para serem fruídas no período de 30.09.2015 à 19.10.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 186/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 186/2015 DE 07.08.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Carina Daiana Recalcatti (Matr. 165), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.A, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.08.2014 à 31.07.2015, para serem fruídas no período de 15.09.2015 à 04.10.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro

de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA JHL 187/2015

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 187/2015 DE 07.08.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Valdirene Aparecida Dorini (Matr. 96), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-3, Ref.F-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20.09.2013 à 19.09.2014, para serem fruídas no período de 08.09.2015 à 17.09.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 08 de setembro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PREGÃO 0030/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0040/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2015
PROTOCOLO JHL 2109/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0030/2015 – Licitação 0040/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de equipamentos para implantação e substituição de redes de abastecimento de água e para utilização de tubos e conexões em PEAD.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 10h30m do dia 21/08/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 21/08/2015 às 14h:00m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 07/08/2015 a 21/08/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 07 de Agosto de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0061/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0061/2015
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0059/2014
PREGÃO PRESENCIAL JHL0032/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2014
PROTOCOLO Nº 1937/2014

Data assinatura: 06/08/2015

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A

Valor Contratado: R\$ 8.850,00 (Oito mil, oitocentos e cinquenta reais) anual.

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/ 2.061/ 2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.

Prazo de vigência: 14/08/2015 a 13/08/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0062/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0062/2015
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0060/2014
PREGÃO PRESENCIAL JHL0032/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2014
PROTOCOLO Nº 1937/2014

Data assinatura: 06/08/2015

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valores, com fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Valor Contratado: R\$ 1.745,23 (um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos) anual.

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 2.060/ 2.061/ 2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.69.

Prazo de vigência: 14/08/2015 a 13/08/2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

CC 09-2015 PML RERRATIFICADO, PP 28-2015 SEMASA AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 28-2015 SEMASA
Objeto: Aquisição de Controladores e Sondas de Oxigênio.
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 25/08/2015 às 17:00
Valor Estimado: R\$ 95.113,62

Modalidade: CC 09-2015 PML RERRATIFICADO
Objeto: Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para o Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, e desenvolvimento dos Projetos Executivos, As Built, Readequações e demais Estudos Complementares, relativos ao Plano de Saneamento Integrado - Canalização do Ribeirão Ponte Grande e Construção da Avenida Ponte Grande e Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Lages – SC.
Tipo: Técnica e Preço
Abertura: 24/09/2015 às 13:30
Valor Estimado: R\$ 2.279.623,17

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus. Para os licitantes haviam retirado anteriormente o CD da Concorrência 09/2015, está-se encaminhando cópia do Edital e de seus respectivos anexos, devidamente corrigidos, sem qualquer ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de agosto de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

CHAMAMENTO Nº 02-2015 PML

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2015
A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria Municipal da Administração, torna público para conhecimento dos interessados o lançamento do Edital de Chamada Pública nº 02/2015, que tem como objeto o Credenciamento de empresas em participar no Programa Municipal "Adote uma Praça", para urbanização, conservação e manutenção das praças públicas, de esporte e áreas verdes municipais. A retirada do Edital far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00 horas, no Executivo de Licitações e Contratos, à Rua Benjamin Constant nº13, nesta cidade, ou através do site. www.lages.sc.gov.br Maiores informações pelo telefone (49) 32211169.

Lages, 07 de agosto de 2015
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 CC 08-2015 PM RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 08/2015 PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE LAGES-SC.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento, conforme segue abaixo:

- No item 15.3.4, leia-se: Apresentação da LAO, Licença Ambiental de Operação, emitida pela FATMA (SC) ou órgão equivalente em outros estados, dentro do seu período de validade, comprovando que a licitante esteja licenciada para realizar as atividades consideradas de maior relevância, dos serviços inerentes ao objeto desta Licitação, a seguir descritas:

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 07 de agosto de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.440/15

DECRETO Nº 4.440 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

“DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SR. ANTÔNIO GERÔNIMO HERDT”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o falecimento em data de ontem, do Sr. Antônio Gerônimo Herdt;

Considerando os relevantes serviços prestados pelo mesmo ao povo Lagunense, onde desempenhou a função de pároco e maestro do Coral Santo Antônio dos Anjos;

Considerando o desejo do povo lagunense, em prestar-lhe uma justa e última homenagem,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado, no dia de hoje, luto oficial no Município de Laguna, em virtude do falecimento do Sr. Antônio Gerônimo Herdt, ocorrido no dia de ontem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.441/15

DECRETO Nº 4.441 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2015, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial

Elemento da Despesa: 15 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0061 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos das seguintes dotações:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.214 – Proteção Social Especial

Elemento da Despesa: 9 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0061 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1075/2015

PORTARIA RH Nº 1075/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 5707/2014;

RESOLVE:

Alterar a carga horária de CARLOS FELIPE SCHMIDT, Professor, com lotação na EEF. Morro Grande, 20 horas, na EEB. Agrícola índio Guimarães, Parobé, 10 horas e CEI. Pica Pau Amarelo, Farol, 10 horas, totalizando 40 horas semanais, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1076/2015

PORTARIA RH Nº 1076/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 5707/2014;

RESOLVE:

Alterar o exercício, de acordo com o artigo 13 da Lei Complementar nº 138 de 12 de junho de 2006, MEGALVIO PALMA FERNANDES, matrícula nº 2434-06, ocupante do cargo de Professor, nível PENS-1, lotado na E.E.F. Clito Rodrigues Machado, Siqueiro, 10 horas e EEF. Ribeirão de Pescaria, 10 horas para o C.E.I. Irmã Vera, 10 horas e EEF Francisco Zezuino Vieira, 10 horas, mantendo-se inalterada a situação em relação a EEB Luiz Pacheco dos Reis, 20 horas, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1077/2015

PORTARIA RH Nº 1077/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000 e processo protocolado sob o nº 5707/2014;

RESOLVE:

Alterar o exercício, de acordo com o artigo 13 da Lei Complementar nº 138 de 12 de junho de 2006, HUMBERTO JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 1123-12, ocupante do cargo de Professor, nível PENS-1, lotado no CEI. Hortêncio Bernardino de Souza, 10 horas, para o C.E.I. Padre Augustinho, 10 horas, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 22 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1078/2015

PORTARIA RH Nº 1078/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, CLAUDIONE FERNANDES DE MEDEIROS para exercer o Cargo em comissão de Assessor Especial de Planejamento Urbano e Projetos, AS 1, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1079/2015

PORTARIA RH Nº 1079/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.07.2015 a 30.07.2015, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Célia Regina Cravo da Silva	2014/2015
Claudiane Corrêa da Silva	2013/2014
Cristina Maria Oliveira Nascimento	2013/2014
Diogo Roberto Vitória Munhoz	2014/2015
Fernanda Martins Masiero	2014/2015
Ivone Nunes Feliciano	2014/2015
José Rinaldo Fagundes Batista	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Julho de 2015.
KLEVYS LOPES ROSA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1080/2015

PORTARIA RH Nº 1080/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, TAYSE SOUZA GOULART Fonoaudiólogo, do dia 27.07.2015 a 25.08.2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Julho de 2015.
RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1081/2015

PORTARIA RH Nº 1081/2015

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 4054/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de 27 de Julho de 2015 a 25 de Agosto de 2015, ao Servidor ADRIANA MACIEL MACHADO, Assistente Social, referente ao período 2002/2007, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Julho de 2015.
LORENA BARBOSA DE ANDRADE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 1082/2015

PORTARIA RH Nº 1082/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, ROSILDA DA SILVEIRA LAUREANO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1083/2015

PORTARIA RH Nº 1083/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, ELIODETE HERMÍNIO ALVES do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de provimento efetivo, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1084/2015

PORTARIA RH Nº 1084/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, SÉRGIO DE JESUS ALMEIDA JÚNIOR do Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/07/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1085/2015

PORTARIA RH Nº 1085/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 2869/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. VANESSA FERNANDES Assistente Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 31/07/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1086/2015

PORTARIA RH Nº 1086/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Fazer cessar a Portaria nº 082/2015, que designou LEONARDO FERNANDES PASCOAL, Presidente da Fundação Lagunense de Cultura, para responder pelas atribuições do Cargo de Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 31 de Julho de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1087/2015

PORTARIA RH Nº 1087/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR HÊNIO MARCELINO CARDOSO, para exercer o Cargo de Secretário Municipal de Turismo, Lazer e Desenvolvimento Econômico, NE, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1088/2015

PORTARIA RH Nº 1088/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 3586/2015;

RESOLVE:

PRORROGAR A LICENÇA SEM VENCIMENTO, a partir de 01/08/2015, pelo período de 01 ano, ao Servidor GILMAR DE LIMA NUNES ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006 e suas alterações.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1090/2015

PORTARIA RH Nº 1090/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, MANUELA DA COSTA SOARES para exercer o Cargo em comissão de Coordenador do Museu de Anita Garibaldi, DAF 4, com lotação na Fundação Lagunense de Cultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1091/2015

PORTARIA RH Nº 1091/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, MARIA APARECIDA DOS SANTOS RAMOS para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Projetos de Pesca e Aquicultura, DS 5, com lotação na Secretaria de Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1096/2015

PORTARIA RH Nº 1096/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000, e processo protocolado sob o nº 4273/2015;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO, pelo período de 01 ano, ao Servidor GLAUCIANE FERNANDES LUCIANO ocupante do Cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Esportes, com base no Art. 56 da Lei Complementar nº 136/2006 e suas alterações.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1107/2015

PORTARIA RH Nº 1107/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR, ANDRÉ FELIPE DA ROSA do cargo em comissão de Assistente de Gabinete da Procuradoria Geral, AS 3, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1109/2015

PORTARIA RH Nº 1109/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

NOMEAR, ANDRÉ FELIPE DA ROSA para exercer o Cargo em comissão de Assessor de Controle Interno, AS 2, com lotação na Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1110/2015

PORTARIA RH Nº 1110/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 3381/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. ELISÂNGELA OLIVEIRA PATRÍCIO, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/08/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1113/2015

PORTARIA RH Nº 1113/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, BRUNA MARCÍLIO ALVES do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1114/2015

PORTARIA RH Nº 1114/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, JOYCE VENÂNCIO do Cargo de Odontólogo, de Provimento efetivo, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1115/2015

PORTARIA RH Nº 1115/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, KARISE RODRIGUES AVELINO do Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/08/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1116/2015

PORTARIA RH Nº 1116/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ALINE RIBEIRO CORRÊA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1117/2015

PORTARIA RH Nº 1117/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário EUFRAZIO CLEMENTE FIGUEIREDO para exercer o Cargo de Professor EJA, 20 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1118/2015

PORTARIA RH Nº 1118/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário NAYARA JERÔNIMO DA SILVA para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1119/2015

PORTARIA RH Nº 1119/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ALESSANDRA TAVARES MARIA-NO FLORENTINO para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes,

a partir de 03/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1120/2015

PORTARIA RH Nº 1120/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário GUSTAVO FERREIRA para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 10 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1121/2015

PORTARIA RH Nº 1121/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário JÉSSICA JOSÉ DE SOUZA para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1122/2015

PORTARIA RH Nº 1122/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário LUIZ GUSTAVO MOREIRA CEREJA para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1123/2015

PORTARIA RH Nº 1123/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário THAYS SILVEIRA PACHECO para exercer o Cargo de Professor de Educação Física, 20 horas, HAB 100, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1124/2015

PORTARIA RH Nº 1124/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário SÔNIA SILVEIRA DA SILVA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/08/2015, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1128/2015

PORTARIA RH Nº 1128/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR ENIVALDO TORRES RAMOS, Psicólogo, para atuar diretamente no apoio, acompanhamento e monitoramento da aplicação execução de penas e medidas alternativas na Comarca de Laguna, em conformidade com a cláusula quarta, inciso I, do Termo de Parceria para Implementação da CPMA, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Agosto de 2015.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
EXTRATO

COOPERANTE: Município de Laguna
COOPERADA: STTÓRICO SISTEMAS LTDA

O Município de Laguna/SC, por meio de seu Prefeito, torna público que celebrou TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA com STÓRICO SISTEMAS LTDA., objetivando a Cooperação Técnica na gestão e no controle das consignações e das parcelas de desconto na folha de pagamento dos servidores públicos municipais com a implantação e habilitação do sistema "infoconsig", como solução tecnológica e operacional para realizar processos na reserva eletrônica de margem consignável e na averbação de descontos na folha de pagamento dos servidores do COOPERANTE, tudo via internet. Publique-se.

Laguna, 14 de julho de 2.015.
EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO

TERMO DE REABILITAÇÃO DE PENALIDADE

TERMO DE REABILITAÇÃO DE PENALIDADE

EXTRATO

EMPRESA REABILITADA: LAJECRIL Artefatos de Cimento Ltda. ME

O Município de Laguna, por meio de seu Prefeito, torna público que REVOGOU os efeitos da Declaração da Inidoneidade aplicada contra a empresa LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. ME, por conta de inadimplemento nos contratos n.ºs.064/2009-PML e 061/2009-PML, mediante ressarcimento dos prejuízos resultantes desse inadimplemento, e por conseguinte, DECLARANDO SUA REABILITAÇÃO, a teor do art.87, IV, da Lei nº8666/93. Publique-se.

Laguna, 14 de julho de 2.015.
EVERALDO DOS SANTOS
PREFEITO

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº75/2015 PMLM

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº75/2015 PMLM

PROCESSO Nº75/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA ATIVIDADES RELACIONADAS A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CONTRATADO: SERGIO FIEIRA.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LAURO MULLER.

VALOR GLOBAL: 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

VIGENCIA: 7/08/2015 a 31/12/2015

Lauro Muller, 4 de agosto de 2015.

JAIR F MADEIRA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Lebon Régis

PREFEITURA

CONTRATO 2/2015 HMMSA – 2º SEMESTRE

CONTRATO 2/2015 HMMSA – 2º SEMESTRE

RESUMO DE CONTRATO – HMMSA

ESTADO DE SANT CATARINA

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC.

CONTRATO Nº 2/2015

Contratante: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio

Contratado: Sandro Dalazem

Valor: R\$ 1.500,00 (Hum mil e Quinhentos reais)

Vigência: 01/07/2015 à 31/12/2015

Licitação: Dispensada

Recursos: 10.302.29.265.33.90

Recurso: 338-0.1.38

Objeto: Locação do Software DATAFLEX para solicitação de Lau-
Dos de AIH's.

Lebon Régis, 01 de Julho de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 085/2015**

DECRETO N.º 085, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento da Seguridade Social vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	78.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	78.000,00
Função	10	Saúde	78.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	78.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	78.000,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	78.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	78.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	78.000,00
Modalidade de Aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	78.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	78.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			78.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	78.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	78.000,00
Função	10	Saúde	78.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	78.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	78.000,00
Projeto/Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - F.M.S	78.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	78.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com pessoal e Encargos Sociais	78.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	78.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002	Receita de Impostos e de Transferências de impostos - Saúde	78.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			78.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 06 de agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 086/2015

DECRETO Nº 086, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 40.344,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.344,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.344,00
Função	08	Assistência Social	40.344,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	40.344,00
Programa	07	Vivendo com Amor	40.344,00
Atividade	2022	Apoio à Famílias Carentes	40.344,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.344,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.344,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	40.344,00
Fonte de Recursos	0.1.0034.000331	Transferências de Convênios – União Outros/ Convênio Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha vida – Recursos FAR	40.344,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			40.344,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Transferências de Convênios – União Outros/ Convênio Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha vida – Recursos FAR	0.1.0034.000331	40.344,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO		40.344,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 087/2015

DECRETO Nº 087, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Função	15	Urbanismo	100,00
Sub-função	452	Serviços Urbanos	100,00
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	100,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização da Área Urbana	100,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	100,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	100,00
Detalhamento	2	Recursos Ordinários - Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	100,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			100,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação das dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100,00
Função	15	Urbanismo	100,00

Sub-função	452	Serviços Urbanos	100,00
Programa	10	Revitalização da Área Urbana	100,00
Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização da Área Urbana	100,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	100,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	100,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	100,00
Detalhamento	2	Recursos Ordinários - Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	100,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVE DA CUNHA

Prefeita Municipal

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2015 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO – EDITAL N° 003/2015

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL torna público, que estão abertas, no período de 10 de agosto de 2015 a 10 de setembro de 2015, das 13h às 18h, no prédio da Prefeitura Municipal, com a servidora municipal Aline Kraus, as inscrições para o Processo Seletivo de Provas e Títulos para a contratação por tempo determinado de Professores para a Educação Infantil, Ensino Fundamental Séries Iniciais e Finais, Professor para Educação Especial, Instrutor de Informática e Auxiliar de Serviços Gerais, para o ano letivo de 2016 nas hipóteses previstas nas Leis Municipais nº 418/1990, nº 136/1999, nº 461/2005 e nº 810/2011. Conforme disposições a seguir:

CAPÍTULO I

DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO

O candidato poderá se inscrever em 01 (um) cargo, podendo optar para ser contratado em 02 (duas) vagas de 20 horas/semanais cada, excetuadas as vagas de 40 horas/semanais, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

Código do Cargo	Cargo	Carga Horária	Vagas	Vagas Reservas	Habilitação Necessária para admissão	Tipo de Prova
001	Professor de Educação Infantil	20 horas/semanais	02	05	Professor Nível II – Licenciatura Plena na Área	Escrita e Títulos
002	Professor de Educação Infantil	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
003	Professor de Educação Infantil	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
004	Professor de Anos Iniciais	20 horas/semanais	03	05	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
005	Professor de Anos Iniciais	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
006	Professor de Anos Iniciais	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
007	Professor de Educação Física	20 horas/semanais	01	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
008	Professor de Educação Física	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
009	Professor de Educação Física	40 horas/semanais	01	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
010	Professor de Educação Física	40 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
011	Professor de Matemática	20 horas/semanais	00	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
012	Professor de Matemática	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
013	Professor de Matemática	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos

014	Professor Língua Portuguesa	20 horas/semanais	00	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
015	Professor Língua Portuguesa	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
016	Professor Língua Portuguesa	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
017	Professor de Geografia	20 horas/semanais	00	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
018	Professor de Geografia	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
019	Professor de Geografia	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
020	Professor de História	20 horas/semanais	00	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
021	Professor de História	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
022	Professor de História	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
023	Professor de Ciências	20 horas/semanais	00	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
024	Professor de Ciências	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
025	Professor de Ciências	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
026	Professor de Artes/Ensino Religioso	20 horas/semanais	00	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
027	Professor de Artes/Ensino Religioso	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
028	Professor de Artes/Ensino Religioso	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
029	Professor de Inglês	20 horas/semanais	01	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
030	Professor de Inglês	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
031	Professor de Inglês	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
032	Professor de Educação Especial	20 horas/semanais	02	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
033	Professor de Educação Especial	20 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
034	Professor de Educação Especial	20 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
035	Professor Substituto	40 horas/semanais	01	02	Professor Nível II – Licenciatura Plena na área	Escrita e Títulos
036	Professor Substituto	40 horas/semanais			Cursando Licenciatura Plena na área - sendo classificado de acordo com a fase	Escrita e Títulos
037	Professor Substituto	40 horas/semanais			Professor Leigo – Ensino Médio	Escrita e Títulos
038	Instrutor de Informática	40 horas/semanais	01	01	Graduação na área de informática	Escrita
039	Instrutor de Informática	40 horas/semanais			Curso técnico na área de informática	Escrita
040	Instrutor de Informática	40 horas/semanais			Ensino médio	Escrita
041	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas/semanais	02	03	Alfabetizado	Escrita e Prática

Observações:

01) Para as vagas de professor de Educação Física, na assinatura do contrato deve ser apresentado o Registro no CREF.

02) O número de vagas reserva poderá ser alterado segundo as necessidades do município durante o ano de 2016.

03) Remuneração para carga horária de 20 horas/semanais:

CARGO	VENCIMENTO	ABONO	TOTAL
PROFESSOR NÍVEL II	R\$ 907,90	R\$ 179,60	R\$ 1.087,50
PROFESSOR LEIGO (ENSINO MÉDIO)	R\$ 524,98	R\$ 179,60	R\$ 704,58

04) Remuneração para carga horária de 40 horas/semanais:

CARGO	VENCIMENTO	ABONO	TOTAL
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA NÍVEL II	R\$ 1.825,23	R\$ 179,60	R\$ 2.004,83

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA LEIGO (ENSINO MÉDIO)	R\$ 1.049,96	R\$ 179,60	R\$ 1.229,56
PROFESSOR SUBSTITUTO NÍVEL II	R\$ 1.825,23	R\$ 179,60	R\$ 2.004,83
PROFESSOR SUBSTITUTO LEIGO (ENSINO MÉDIO)	R\$ 1.049,96	R\$ 179,60	R\$ 1.229,56
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA	R\$ 1.388,11	R\$ 179,60	R\$ 1.567,71
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 568,41	R\$ 354,29	R\$ 922,70

05) Observação: O professor tem direito ao abono somente em 20 horas.

06) O professor substituto estará lotado na Secretaria Municipal de Educação, para substituir professor(a) de qualquer unidade escolar municipal em suas faltas com atestado médico, licenças ou impedimentos justificados com antecedência de ir trabalhar e nos demais momentos irá auxiliar nos serviços da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas/semanais.

CAPÍTULO II

1 – DAS INSCRIÇÕES

1) As inscrições poderão ser realizadas no período de 10 de agosto de 2015 à 10 de setembro de 2015, das seguintes maneiras formas:

1.1) Pessoalmente, comparecendo no Prédio da Prefeitura Municipal com a servidora Aline Kraus, sito na Rua Mainolvo Lehmkühl, nº 20 – Centro – Leoberto Leal/SC, das 13h às 18h. Ao

preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão da identificação de seu número de inscrição.

1.2) Via correio, a documentação exigida no capítulo II item 2 – Da documentação deverá ser autenticada e enviada, via correio, por Sedex ou carta registrada com aviso de recebimento, para a Comissão Especial de Processo Seletivo nº 003/2015, para o endereço Rua Mainolvo Lehmkühl, nº 20 – Centro – Leoberto Leal/SC, CEP 88445-000.

1.3) Serão consideradas apenas as inscrições cuja documentação for enviada com data de postagem até o dia 30 de agosto de 2015. A ficha de inscrição encontra-se no anexo III do presente edital.

2) Toda a documentação será examinada por uma comissão designada para esse fim e será considerada nula, para todos os efeitos legais, a inscrição do candidato que não atender a todos os requisitos dos itens deste edital.

3) A Comissão Especial de Processo Seletivo nº 003/2015 não assumirá qualquer responsabilidade por inscrição ou documentos que eventualmente sejam extraviados pelo Correio.

4) Após o recebimento, pela Comissão Especial de Processo Seletivo nº 003/2015, da documentação exigida no Capítulo II item 2 – Da documentação desse edital, o candidato não poderá mais ter acesso à mesma. As cópias dos documentos enviados não serão devolvidas ao candidato.

5) As informações prestadas na ficha de inscrição e em todos os documentos de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Comissão Especial de Processo Seletivo nº 003/2015 do direito de excluir, deste Processo Seletivo, a qualquer tempo, aquele que fornecer dados ou documentos comprovadamente inverídicos ou ainda, que não postar, dentro do prazo previsto, os documentos exigidos para o ato da inscrição.

6) No caso de serem identificadas duas, ou mais Fichas de Inscrição de um mesmo candidato, será válida, a mais recente.

7) A relação de candidatos com inscrições homologadas será divulgada no dia 17 de setembro de 2015 na página www.leobertoleal.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios – DOM e no mural de publicações legais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

8) Os portadores de deficiência poderão se inscrever, desde que apresentem atestado médico que certifique a deficiência e declare que esta permite o exercício do magistério.

2 – DA DOCUMENTAÇÃO

No ato da inscrição o candidato deverá apresentar:

1) Ficha de Inscrição devidamente preenchida pelo candidato;

2) Fotocópia dos seguintes documentos a serem entregues no ato da inscrição:

2.1) Identidade (Carteira de Identidade Civil ou Profissional);

2.2) CPF – caso não tenha o número na Carteira de Identidade;

2.3) Título Eleitoral e comprovante da última votação;

2.4) Certidão de Quitação Eleitoral;

2.5) Comprovante de residência atualizado (para comprovação de endereço e envio de correspondência, caso necessário);

3) Para fins de Prova de Títulos:

3.1) Cópia dos certificados de conclusão de cursos de capacitação e aperfeiçoamento em pedagogia, especialização (pós graduação), mestrado e doutorado;

3.2) Declaração original e atual de que está cursando Pedagogia ou Licenciatura Plena na Área especificando a fase que está cursando.

3.3) Declaração de tempo de serviço na área.

4) Se a inscrição for realizada via correios toda a documentação supracitada deverá, obrigatoriamente, ser autenticada.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

No ato da contratação o classificado deverá apresentar os requisitos e documentos abaixo exigidos, sendo penalizado com a eliminação se não cumprir qualquer um deles:

1) Habilitação exigida para a vaga: Diploma de Licenciatura Plena na Área, Certificado ou Declaração de Conclusão, Certificado de Conclusão do Ensino Médio, com o competente registro no órgão

fiscalizador do exercício profissional, se for o caso, ou declaração de que está cursando Licenciatura Plena na Área especificando a fase.

2) Prova de aptidão física e mental para a contratação, mediante atestado fornecido por médico oficial.

3) Declaração que a contratação não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.

4) Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Cédula de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
- Certidão de Quitação Eleitoral;
- Comprovante de idade mínima de 18 anos;
- Carteira Profissional de Trabalho (página onde consta a foto, número do PIS/PASEP e dados pessoais);
- Certidão nascimento ou casamento;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Carteira de vacinação dos filhos menores de cinco anos;
- Atestado de frequência escolar dos filhos entre 6 e 14 anos;
- Comprovante de residência atual;
- Declaração de não acúmulo de cargo ou função pública;
- Declaração de bens;
- Declaração de não ter sofrido nenhuma penalidade disciplinar no exercício das funções em órgão público.

5. O candidato que escolher a vaga e desistir da mesma ou não aceitar a vaga oferecida passará, automaticamente para o final da lista de classificação.

6) O candidato depois de aceitar a vaga deverá permanecer no mesmo local de trabalho durante toda a contratação, salvo necessidade imperiosa de interesse público, justificada pela autoridade competente.

7) O candidato aprovado deverá manter, durante todo o prazo de validade do Processo Seletivo, seu endereço atualizado junto à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Caso o candidato não seja localizado por alteração de endereço ou por endereço insuficiente, será considerado como desistente, passando automaticamente para o final da lista de classificados.

8) O professor de Educação Física, na assinatura do contrato deve apresentar o Registro no CREF.

9) A cada 05 contratações uma será reservada aos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO IV DO REGIME JURÍDICO

Os classificados no Processo Seletivo serão contratados sob o regime Estatutário, não se lhes aplicando o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

CAPÍTULO V DAS PROVAS

A Realização das Provas obedecerá aos seguintes critérios:

1) A Prova escrita terá a duração de até 2:00 horas (duas horas). O caderno de prova somente será liberado depois de 1 hora do início da mesma.

1.1) Não haverá provas fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes.

2) Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

3) O ingresso na sala de provas, só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição ou outro documento com foto, bem como o comprovante de inscrição.

4) Não será admitido às provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

5) No recinto de provas não será permitida a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.

6) O caderno de questões é o espaço onde o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na GRADE DE RESPOSTAS.

7) Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

8) Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

9) O candidato deverá preencher o Cartão Resposta cobrindo inteiramente com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida, ou preencher o mesmo com a letra correspondente. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido obrigatoriamente ao final da prova devendo o mesmo ser colocado dentro do envelope que se encontra sobre a mesa.

10) Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta por erro do candidato.

11) Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta) ou que estiverem em branco.

12) O candidato, ao terminar a prova objetiva, colocará o seu cartão resposta dentro do envelope, disponível sobre a mesa, sem auxílio de fiscais.

13) Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais, na coordenação do Processo Seletivo.

14) A prova prática para a vaga de Auxiliar de Serviços Gerais será realizada no mesmo dia após a prova escrita.

15) Os critérios de avaliação para a prova prática para Auxiliar de Serviços Gerais serão:

15.1) Postura corporal durante a execução da tarefa;

15.2) Correto manuseio dos materiais, meios, etc;

15.3) Disciplina, persistência e capacidade de concentração;

15.4) Qualidade da execução da tarefa;

15.5) Demonstração pelo candidato que conhece as atividades do cargo para qual se inscreveu.

16) Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

16.1) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

16.2) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

16.3) Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

16.4) Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;

16.5) Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

16.6) Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova;

17) Os 03 (três) últimos candidatos da sala de provas somente poderão retirar-se do local simultaneamente.

CAPÍTULO VI

DA CLASSIFICAÇÃO

Os Professores aprovados na prova do Processo Seletivo serão classificados de acordo com a Habilitação, na seguinte ordem:

1º - Curso Superior completo – Licenciatura Plena, na área específica;

2º - Cursando Licenciatura na área específica – de acordo com a fase;

3º - Ensino Médio (Professor Leigo).

CAPÍTULO VII

TIPOS DE PROVAS

Este Processo Seletivo é de Prova Objetiva e de Títulos para os professores.

1) A PROVA OBJETIVA, cujos conteúdos programáticos constam nos anexos I e II deste edital, será de 25 questões correspondendo a 2,0 (dois) pontos por questão respondida corretamente, totalizando 50 pontos, abrangendo as seguintes disciplinas: - MÁXIMO 50 PONTOS:

a) Conhecimentos Gerais – 10 questões;

b) Específicos Pedagógicos e da área – 15 questões.

2) A PROVA DE TÍTULOS, cujos comprovantes deverão ser apresentados no ato da inscrição abrangerá:

a) TEMPO DE SERVIÇO no exercício da função de professor, será computado tempo de serviço até 03 de setembro de 2014, máximo 25 pontos, sendo:

TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	PONTUAÇÃO
De 1 ano a 3 anos.	05,0 pontos
De 3 anos e 1 dia a 6 anos.	10,0 pontos
De 6 anos e 1 dia a 9 anos.	15,0 pontos
De 9 anos e 1 dia a 12 anos.	20,0 pontos
Acima de 12 anos e 1 dia.	25,0 pontos

b) CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO, cujos comprovantes devem ser apresentados no ato da inscrição, máximo de 25 pontos (não acumulativos), aproveitados os cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na área específica realizados por instituições autorizadas pelo MEC, nos anos de 2012 e até 30 de julho de 2015, sendo:

CURSOS	PONTUAÇÃO POR TÍTULO	Nº MÁXIMO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
20 horas a 99 horas	1 ponto	1	1 ponto
100 horas a 199 horas	2 pontos	1	2 pontos
200 horas ou mais	3 pontos	1	3 pontos
Doutorado		7 pontos	
Mestrado		6 pontos	
Especialização (pós-graduação)		4 pontos	
Graduação		5 pontos	

CAPÍTULO VIII

DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

As provas escrita e prática serão realizadas, às 13h30min do dia 08/11/2015 (oito de novembro de dois mil e quinze), no Auditório da Escola de Educação Básica Bertino Silva, situada na Rua Angelo Silva, nº 167 (esquina com a Avenida Adolfo Scheidt) no Centro de Leoberto Leal / SC.

CAPÍTULO IX

DO RESULTADO

1) O resultado final para os candidatos ao cargo de professor será a soma dos pontos da Prova Objetiva e dos Títulos. E o resultado final para os candidatos ao cargo de auxiliar de serviços gerais será a soma das provas Escritas e Prática, tendo cada uma peso de 50%.

2) O candidato deverá ter o acerto mínimo de pontos: sendo 50% nas questões de conhecimentos gerais e 50% nas questões específicas da prova. O candidato que não atingir o percentual mínimo será reprovado no presente Processo Seletivo.

- 3) Em caso de empate, terá preferência o candidato mais velho.
- 4) Persistindo o empate, o que tiver maior nota na Prova Escrita/Objetiva.

5) Não será classificado o candidato que deixar de realizar a prova escrita.

6) O gabarito da Prova Objetiva Será homologado e publicado no dia 12/11/2015 na página www.leobertoleal.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e no mural de publicações legais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

O Resultado do Processo Seletivo será homologado pela Prefeita Municipal e publicado no dia 19/11/2015 na página www.leobertoleal.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios e no mural de publicações legais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

CAPÍTULO X DOS RECURSOS

- 1) A escolha de vagas será realizada no dia 25/11/2015 (vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze), às 14h na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- 2) O candidato aprovado deverá comparecer na escolha de vagas com 30min (trinta minutos) de antecedência.
- 3) Caso o candidato não compareça no horário e data marcada será considerado como desistente, passando automaticamente para o final da lista de classificados.
- 4) O candidato poderá escolher até 02 (duas) vagas de 20 horas/semanais cada uma de acordo com sua classificação, se ainda houver vagas disponíveis não preenchidas por professores efetivos e se houver compatibilidade de horários.
- 5) O transporte do professor para o local de trabalho é de responsabilidade do Professor.

CAPÍTULO XI DOS RECURSOS

- 1) Serão admitidos recursos das seguintes fases:
 - I – do presente edital;
 - II – do não deferimento do pedido de inscrição;
 - III – da formulação das questões;
 - IV – da discordância com o gabarito das provas escritas;
 - V – da classificação;
 - VI – da homologação do resultado do Processo Seletivo;
- 2) A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido à Prefeita Municipal.
- 3) Todos os recursos deverão conter nome do recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido à Prefeita Municipal.
- 4) O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Prefeitura Municipal nos dias previstos no cronograma no ANEXO V:
 - 4.1) Da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
 - 4.2) Dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas;
 - 4.3) Da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de suas provas e notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo.
 - 4.4) Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.
- 5) Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pela Prefeita Municipal.

CAPÍTULO XII DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO, DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 1) Este Processo Seletivo será homologado pela Prefeita Municipal.
- 2) O presente Processo Seletivo será executado e fiscalizado por uma Comissão nomeada pela Prefeita Municipal, a qual fica delegada a competência de:
 - 2.1) Reformular o Edital.
 - 2.2) A execução de todas as etapas.
 - 2.3) Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas e os títulos, bem como divulgar os resultados, após homologado pela Prefeitura Municipal.
 - 2.4) Receber e dar o indispensável parecer nos recursos.
- 3) O Presente Processo Seletivo, com a respectiva classificação, terá validade para o ano letivo de 2016.
- 4) A aprovação no Processo Seletivo origina para o classificado o direito à contratação de acordo com a necessidade do município durante o prazo de sua validade, observada a ordem de classificação.
- 5) As publicações (homologação e resultados) estarão no Mural da Prefeitura Municipal, na página www.leobertoleal.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
- 6) A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.
- 7) Os candidatos que não comparecerem a Prova Escrita serão automaticamente desclassificados.
- 8) A guarda dos Cartões-Resposta deste Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Comissão designada e nomeada pela Prefeita Municipal, por um período de 05 (cinco) anos, após a homologação do resultado, quando serão incinerados os cartões-resposta.
- 9) Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração no requerimento, exceto o referente ao endereço do candidato.
- 10) A cada 05 contratações uma será reservada aos portadores de necessidades especiais.

11) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão nomeada, juntamente com a Prefeita Municipal.

Leoberto Leal, em 07 de agosto de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Anexo I:

Conteúdo programático para a prova escrita
Conhecimentos Gerais – todos os cargos de professores

Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento; didática geral; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; Constituição Federal, na parte referente a educação; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; inclusão com necessidades educacionais especiais; Parâmetros curriculares nacionais; saúde escolar; temas transversais; Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 418/90; Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, Histórico Municipal (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município);

Anexo II:

Conteúdos programáticos para a prova objetiva
Conteúdos específicos pedagógicos e da área

PROFESSOR – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precusores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais.

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social da educação infantil; Educar e cuidar; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Política Nacional de Educação: pelo direito das crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos à educação.

PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA

Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem Conteúdos programáticos do currículo escolar de língua portuguesa séries finais.

PROFESSOR - MATEMÁTICA

Número, álgebra, geometria, medidas e estatística. Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integrais. Conteúdos programáticos do currículo escolar de matemática séries finais.

PROFESSOR - GEOGRAFIA

Geografia do Brasil e Geral, de Santa Catarina; Conteúdos programáticos do currículo escolar de geografia séries finais.

PROFESSOR – HISTÓRIA

História do Brasil, Geral, De Santa Catarina, Conteúdos programáticos do currículo escolar de história séries finais.

PROFESSOR – CIÊNCIAS

Visão geral e origem da vida; citologia; citoplasma; células e metabolismo energético das células; reprodução e histologia animal; genética; ecologia; conteúdos programáticos do currículo escolar de ciências – séries finais;

PROFESSOR – INGLÊS

Classes gramaticais; Interpretação de Textos; Vocabulário; Gramática; Conteúdos programáticos do currículo escolar de inglês séries finais.

PROFESSOR – ARTES

Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Correntes; Correlação das Artes com as demais disciplinas; Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem.

PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA

Históricos Conceitos e generalidades; Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas;

Concepções psicomotoras na educação física escolar; Educação Física e o desenvolvimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; As teorias da Educação Física e do Esporte; As qualidades físicas na Educação Física e desportos; Treinamento desportivo geral; Treinamento Ideal; Conceitos básicos de musculação; Teoria e prática da flexibilidade; Biologia do esporte; Condicionamento físico e saúde; Preparação física; Tratado de fisiologia do exercício; Conteúdo programáticos do currículo escolar de educação física séries finais.

PROFESSOR – ENSINO RELIGIOSO

História das religiões e crenças; Diversidade das religiões e crenças; Ética e cidadania; Conteúdos programáticos do currículo escolar de ensino religioso séries finais; História do Ensino Religioso;

Legislação do Ensino religioso no Brasil e SC; Fenômeno religioso e diversidade; Conhecimento religioso; Concepções do Ensino Religioso; Objetivos do Ensino Religioso; Fundamentos e metodologia para o Ensino Religioso; Conteúdos para o Ensino Religioso; Avaliação do Ensino Religioso.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Fundamentos e princípios da Educação Inclusiva. A caminhada legislativa na Educação Especial e a legislação vigente. Inclusão escolar de alunos com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Tecnologia assistiva e suas modalidades com ênfase na comunicação alternativa.

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos da informática. Tecnologia, desenvolvimento do pensamento e implicações educacionais. Informática na educação. Abordagem instrucionista X abordagem construtivista. O uso de computadores segundo os princípios construcionistas. O professor no ambiente informatizado. A formação do professor para o uso pedagógico do computador. Computadores e mudanças nas instituições educacionais. A informática e a construção de projetos pedagógicos. A ligação da informática com Projeto Político Pedagógico da escola. Legislação de ensino e o uso do computador. Temas Transversais.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Utilização de materiais e equipamentos de limpeza. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: seqüência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos para limpeza; uniformidade da limpeza; dosagem de ingredientes. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades a serem desenvolvidas. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho. Noções básicas de Qualidade e Produtividade. Prova Prática: A prova constará de execução de tarefas inerentes ao cargo visa aferir experiência, adequação de atitudes, postura e habilidades do(a) candidato(a).

Anexo III

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 003/2015		Nº DA INSCRIÇÃO (campo preenchido pela Comissão Especial)	
1ª Inscrição: Código do Cargo		Nome do Cargo:	
Nome do candidato:			
Identidade:	Data de nascimento:	Sexo: () Masculino () Feminino	
CPF:	Título eleitoral:	Estado Civil:	
Endereço:		Número:	Bairro:
Município	Número de dependentes: (comprovar)		Telefone:
E-mail:			
Títulos apresentados: (cursos de aperfeiçoamento na área) – se preciso, utilize o verso ou anexo a relação			
Nome do curso	Órgão Promotor	Carga Horária	Período da Realização
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Local e data:		Assinatura do candidato:	

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 001/2014	Nº DA INSCRIÇÃO (campo preenchido pela Comissão Especial)
--	--

Código do Cargo:	Nome do Cargo:
Nome do candidato:	
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a Carteira de Identidade no local da prova. Levar caneta preta ou azul e chegar com 45 minutos de antecedência.	
Local e data:	
Data das provas: 08 de novembro de 2015	
Horário: 13h30min	
Local da prova: Auditório da Escola de Educação Básica Bertino Silva	
Resultado: 19 de novembro de 2015	

Anexo IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

Á Exma Srª Tatiane Dutra Alves da Cunha
Prefeita Municipal de Leoberto Leal:

REFERENTE: Processo Seletivo para contratação de professores por tempo determinado – Edital nº 003/2015 – Leoberto Leal / SC

Código do Cargo:	
Nome do Cargo:	
Número da Inscrição:	
Nome do Candidato:	
Endereço para correspondência:	
Telefone para contato:	

TIPO DE RECURSO (Assinale o tipo de Recurso)

<input type="checkbox"/>	Contra Indeferimento de Inscrição	Nº da questão:
<input type="checkbox"/>	Contra Gabarito da Prova Escrita (Anulação)	Gabarito oficial:
<input type="checkbox"/>	Contra Gabarito da Prova Escrita (Troca de alternativa)	Resposta do Candidato:
<input type="checkbox"/>	Contra Resultado Prova Escrita	
<input type="checkbox"/>	Contra Resultado Prova de Títulos	

Justificativa do candidato – Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O presente recurso deverá ser entregue no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, devidamente preenchido e protocolado.

Data: ____/____/2015. _____

Assinatura do Candidato

Anexo V

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Data	Etapas
10/08/2015	Publicação do Edital
10/08/2015	Início das Inscrições
10/09/2015	Término das Inscrições
14/09/2015	Publicação das inscrições
15/09/2015 e 16/09/2015	Período de Recurso para as Inscrições
17/09/2015	Publicação da Homologação das Inscrições
08/11/2015	Realização das Provas Objetivas
09/11/2015	Publicação do Gabarito Provisório de Provas Objetivas
10/11/2015 e 11/11/2015	Período de Recurso para as Provas
12/11/2015	Publicação da Homologação Gabarito Oficial Definitivo
16/11/2015	Divulgação da Relação dos Aprovados
17/11/2015 e 18/11/2015	Período de Recurso para a Relação dos Aprovados
19/11/2015	Publicação da Homologação dos Aprovados
25/11/2015	Escolha de vagas

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO - CA 01/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA Nº 01/2014, na forma da Lei nº 8.666/93, objetivando a seleção de empresa para se instalar no Município de Lindóia do Sul, que desenvolva a atividade de abatedouro, para abate de médios e grandes animais (especialmente bovinos e suínos), visando a outorga de incentivos econômicos, foi REVOGADA, no dia 07 de agosto de 2015. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de agosto de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 268/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 268/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 230/2014 QUE AUTORIZA A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF E ADESAO AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º . Fica alterado o parágrafo II, do Art. 3º, da Lei Complementar N. 230/2014 que Autoriza a Ampliação do Programa Estratégia da Família – ESF e Adesão ao Programa Mais Médicos Para o Brasil e Dá Outras Providências, passando a vigorar com a seguinte redação:

.....
II – R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) para cada médico a título de auxílio alimentação

.....
Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 07 de Agosto de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO A ARP PML 0135.2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ARP PML nº 135/2014, oriundo do Processo Licitatório PML nº 094/2014, Pregão Presencial nº 058/2014, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA ME com o escopo de aditar o prazo de vigência da presente Ata.

Aos 07 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e a empresa ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.158.348/0001-86, neste ato representada por seu sócio administrador AMAURI FERNANDO BEAL, brasileiro, casado, do comércio, portador da cédula de identidade nº 11/R 1.078.202/SSP/SC e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 465.091.199/00, doravante denominado FORNECEDOR 1, classificada para a prestação de serviço descrita no Edital de Processo Licitatório nº PML. 094/2014, Pregão Presencial nº PML. 058/2014, com fundamento no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93 e Cláusula Primeira da ARP PML nº 135/2014, têm entre si justo e contratado o presente PRIMEIRO TERMO ADITIVO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância das partes, prorrogar o prazo de vigência da ARP PML nº 135/2014, por mais 12 meses, passando a vigência de 07 de agosto de 2015 para 07 de agosto de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata de o original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna(SC), 07 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	AMAURI FERNANDO BEAL ECOBAN BANHEIROS QUIMICOS LTDA ME FORNECEDOR
--	---

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

DECRETO 2086

DECRETO Nº 2086 de 06 de agosto de 2015.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), na

forma do §4º do art. 4º da Lei nº 997 de 09.08.2011, ficando assim constituído:

I - REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
MICHELE L. T. DA SILVA TEDESCO - Titular
ANA MARIA COZZA - Suplente
Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
VALI CAROLINA SPIER - Titular
REGINA CARIN JACOBY CUREAU - Suplente
Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
FERNANDO NAVA - Titular
DOUGLAS RICARDO TRIQUES - Suplente
Representantes da Secretaria de Fazenda e Administração
CRISTINA KÜLL - Titular
CHEILA PEGORARO - Suplente

II - MOVIMENTO SINDICAL

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joaçaba e Luzerna
DILETO PAGANINI - Titular
MARIA INÊS MOTTA - Suplente

II.ASSOCIAÇÃO DE CLASSES PROFISSIONAIS E EMPRESARIAIS

- Representantes da Associação Comercial Industrial e Artesanal de Luzerna/ACIAL
CRISTIANE EING - Titular
ANA PAULA BRAND - Suplente

III.INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

- Representantes da Congregação Evangélica Luterana São Mateus
INÊS SCHNEIDER - Titular
INÊS REISNER - Suplente
- Representantes da Paróquia São João Batista
CÉLIA DESIDÉRIO - Titular
ARVINO DESIDÉRIO - Suplente
- Representantes da Congregação Evangélica
DAVI FIORIN - Titular
POLIANA REGINA DE SOUZA FIORIN - Suplente

IV.MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS, ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

- Representantes da Pastoral da Criança
LUCILA JUNGES - Titular
SANDRA REGINA STOCO TOALDO - Suplente
- Representantes das Associações de Moradores
LAURIANE SARITA MATTE - Titular
IMGART MARLONE GRAHL EBERT - Suplente
- Representantes da Cruz Vermelha
LEONILDE COSTA FEDRIGO - Titular
DALVA ANTUNES - Suplente

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2087

DECRETO Nº 2087 de 06 de agosto de 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 19 da Lei nº 1.311 de 11/11/14,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção de Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.062 – Operação e Manutenção de Sistema de Esgoto

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 35

Valor: R\$ 100.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2088

DECRETO 2088 de 06 de agosto de 2015.

"REGULAMENTA CONVOCAÇÃO QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, as festividades alusivas aos 20 anos de emancipação político administrativa do Município de Luzerna e aos 100 anos de colonização do Município, programadas para o mês de agosto;

CONSIDERANDO, a importância histórica para o Município de Luzerna destas datas;

CONSIDERANDO, a realização de desfile cívico em 23 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO a participação da comunidade e entidades do Município de Luzerna nas festividades;

RESOLVE:

Art.1º- CONVOCAR os servidores efetivos, comissionados, contratados e estagiários que atuam no serviço público municipal, para participar de Desfile Cívico a realizar-se no dia 23 de agosto de 2015, em comemoração ao Aniversário do Município, com início às

08:30 horas, na Avenida 16 de fevereiro.

Art.2º - Os servidores serão convocados através de Termo de Convocação, mediante assinatura individual, a ser realizada pelo Secretário Municipal da respectiva Secretaria em que atuam.

Art.3º - Será concedida gratificação de 01 (hum) dia de vale alimentação, no valor de R\$ 16,00 aos servidores que comparecerem ao Desfile.

Art.4º - Os servidores faltosos terão 01(hum) dia de serviço descontado em folha de pagamento, bem como o respectivo desconto de seu vale alimentação.

Art.5º - Aos estagiários será concedido folga proporcional ao período do desfile.

Art.6º - Somente serão abonadas as faltas aos servidores que apresentarem atestado médico constando: a identificação do funcionário com o CPF, o CID-10 da doença, data de início e período de afastamento, carimbo com nome e CRM do médico e assinatura do mesmo, expedidos em data anterior ou no dia do desfile, sendo proibida a apresentação de atestado médico emitido por médico do ESF.

Art.7º - Caso o servidor já tenha compromissos agendados para esta data, deverá apresentar requerimento de dispensa ao Prefeito Municipal, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis ao dia do desfile, composta de justificativa para o não comparecimento.

§1º- O Prefeito Municipal analisará os requerimentos protocolados, e emitirá decisão até às 12:00 horas do dia 21 de agosto de 2015 sobre o deferimento ou não do pedido.

§2º-Em caso de deferimento do pedido, o servidor terá a falta abonada, em caso de indeferimento, haverá o desconto conforme disposto no art.4º.

Art.8º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2089

DECRETO Nº 2089 de 06 de agosto de 2015.

"INSTITUI TURNO ÚNICO PARA O FUNCIONAMENTO DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei e, CONSIDERANDO, a redução de despesas com a movimentação de máquinas e equipamentos da Secretaria de Obras e Serviços da garagem até local de trabalho e vice-versa, CONSIDERANDO que o rendimento dos serviços não sofrerá com a redução de carga horária, uma vez que o turno será ininterrupto, concentrando o atendimento e o desenvolvimento das atividades em um único turno;

DECRETA:

Art.1º - Fica instituído TURNO ÚNICO contínuo de 6 (seis) horas diárias dos serviços públicos municipais, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS, por prazo indeterminado, a contar de 10 de agosto de 2015, no horário das 07h00 às 13h00, de segunda a sexta-feira. Parágrafo Único - Os serviços administrativos da Secretaria de Obras e Serviços permanecerão em seus horários normais de trabalho.

Art.2º - Fica alterado o §1º do art. 1º do Decreto nº 1917, que

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º -

§1º - As Secretarias de Saúde e Bem Estar Social; Agricultura e Meio Ambiente; Educação, Cultura e Esportes; Conselho Tutelar; CRAS e as escolas municipais permanecerão com suas atividades em seus horários normais de trabalho.

Art. 3º - Na vigência do TURNO ÚNICO fica vedado o pagamento de horas extras, exceto aquelas que ultrapassarem a carga horária da jornada de trabalho de cada servidor fixada em lei ou em situações de urgência ou emergência com a autorização e justificativa da autoridade competente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de agosto de 2015.

Luzerna(SC), 06 de agosto de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO CONSELHEIRO TUTELAR 2015

EDITAL Nº 002/2015

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, após o transcurso do prazo de interposição de recursos sobre o Gabarito e a correção da prova aplicada aos candidatos a CONSELHEIROS TUTELARES do MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, relativo à Gestão 2016/2020, RESOLVE:

Art.1º- INFORMAR que NÃO HOUVE INTERPOSIÇÃO de RECURSO quanto ao gabarito ou as provas.

Art.2º- PUBLICAR, a RELAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS, que atingiram a média mínima 5,00 conforme previsto no § 2º do item 3.2 do Edital 001/2015, por ordem de inscrição:

INSCRIÇÃO Nº	NOME DO CANDIDATO
001	ANA PAULA VALDUGA IAGHER
002	LAURIANE SARITA MATTE
003	MÔNICA BEAL
004	MÁRCIA GATELLI PATZLAFF
005	MARILENA MITTERER DE SOUZA
007	TATIANA KRUG
009	BRUNA HULTHMANN GELATTI
012	JANELISE BRESSAN DE LÁZARO
014	MARGARETE TONIN PELICIOLLI
018	QUENIA CRISTINE DE AGOSTINHO
020	DAIANE KLEINUBING
022	RAFAEL DEIGE
023	JÚLIO CÉSAR FUHR
024	INÊS CLEONICE SCHROEDER SCHNEIDER
025	NEIVA MARLI FUHR JUNGES
026	GABRIELA DEZANET

Art.3º- Este Edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no Mural do átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

Art.4º- O processo de campanha eleitoral dos candidatos a membros do Conselho Tutelar de Luzerna inicia no dia 10/08/2015 e encerrará no dia 03/10/2015 às 20h00 horas, devendo os candidatos observar as vedações da lei.

Art.5º- A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de agosto de 2015.

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 0052015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2015

de 07 de agosto de 2015.

“ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NO COMPLEXO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Complexo Educacional São Francisco do Município de Luzerna, para contratação e para substituição de servidor em afastamento legal;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população;

Considerando que não há mais aprovados para a disciplina de Língua Portuguesa, no Edital de Processo Seletivo nº 008/2013;

Considerando que é obrigação do Município a substituição dos professores em afastamentos legais,

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo Processo Seletivo de provas e títulos, uma vez que o ano letivo já iniciou e encontra-se em fase final, e visando não prejudicar os alunos, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, para contratação de pessoal por prazo determinado, em caráter emergencial, por se tratar de serviço essencial compondo assim o quadro de pessoal faltante no Complexo Educacional São Francisco e para formação de Cadastro de Reserva - CR para substituição de professores, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES de Luzerna(SC)

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidora em afastamento legal, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 10 a 14 de agosto de 2015, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade

entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado o currículo do candidato, juntamente com todos os documentos necessários para comprovação do mesmo.

2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

2.5. Às inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato.

2.6 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7 Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Curso completo de graduação com Licenciatura em Letras - Português - 2,00 pontos;

3.1.2 - Curso completo de Pós-graduação na área de educação nos níveis de:

3.1.2.1. Especialização - 3,00 pontos;

3.1.2.2. Mestrado - 4,00 pontos;

3.1.2.3. Doutorado - 5,00 pontos;

3.1.3. Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na

disciplina e área de ensino, realizados a partir do ano de 2013 - 0,5 décimos para cada 40 horas de curso freqüentado e/ou ministrado (limitado a 160 horas);

3.1.4 - Tempo de serviço exclusivamente no Magistério, na área da habilitação - 0,5 décimos para cada ano contínuo de experiência, não sendo computados períodos menores de um ano, nem somados períodos inferiores a um ano em empregadores diversos, excluídos ainda períodos como estagiário, monitor, assistente, coordenador, entre outras funções de não docência;

3.2. O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos, cursos de aperfeiçoamento e de tempo de serviço.

3.3 - A pontuação obtida nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 será somada à pontuação referente ao item 3.1.4.

3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

3.5. Na contagem dos títulos referentes à habilitação constantes nos itens 3.1.1 a 3.1.2, a habilitação maior prevalecerá sobre a menor, não sendo cumulativa;

3.5.1. Apenas será válida e computada para pontuação, habilitação em conformidade com o disposto no Anexo I deste Edital, e para os cursos de pós-graduação, aqueles com enfoque pedagógico.

3.6. Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, voltados para a área pretendida, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

3.7. Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora e sem o número da carga horária total.

3.8. O tempo de serviço poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou declaração, em papel timbrado, da escola em que atuou.

3.9. Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

a) maior habilitação;

b) maior tempo de serviço no Município;

c) maior tempo de serviço;

d) maior idade.

5.3 A classificação final obedecerá a divisão em Professor II - Habilitado, para os que tiverem a graduação concluída na área e Professor Não Habilitado para os demais casos.

VI - DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VII - DA CONTRATAÇÃO

7.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;

b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a

apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;

c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;

d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;

e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)

2. Cadastro de Pessoa Física

3. Certidão de Casamento

4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;

5. Carteira de Trabalho

6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

7.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

7.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

VIII - DO FORO JUDICIAL

8.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

9.2. Este Processo Seletivo terá validade durante o ano letivo de 2015, podendo ser prorrogado por mais um ano letivo, sendo que, para efeito de início da contagem do prazo de validade do processo seletivo, será considerada a data da publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

9.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.4. O candidato classificado e convocado que não quiser ou não puder assumir a vaga, deverá assinar termo de desistência definitiva ou temporária, e nesse último caso, irá para o final da fila.

9.5. O candidato a ser contratado será convocado, recebendo a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo de 48 horas contados do recebimento da ciência da convocação, para assumir ou desistir da vaga. Passado este prazo, ou apresentados os documentos de forma incompleta ou tardia o candidato passará automaticamente para o final da lista.

9.6. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I. pelo término do prazo contratual;

II. por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito;

III. por iniciativa do contratado;

IV. pelo retorno do titular, em caso de substituição;

V. por abandono ao serviço sem justificativa;

VI. por problema de ordem pedagógica e/ou administrativa causado pelo substituto; neste caso, desde que devidamente justificado e registrado em ata em reunião com a equipe gestora da Unidade Escolar.

9.7. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

9.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

9.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

9.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

10. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de agosto de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor II - Professor do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa	CR*	2.497,17	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena em Letras (habilitado) ou cursando a partir da 6ª fase do curso de Letras ou com outra graduação concluída ou que tenha concluído magistério (não habilitado)**

* A carga horária constante deste Anexo é meramente exemplificativa, visando demonstrar o vencimento para a carga horária máxima, sendo que, a Administração Municipal reserva-se o direito da contratação conforme a necessidade de substituição de servidor em afastamento legal, complementação de carga horária ou regência de classe de aulas excedentes, não havendo, pois, número de vagas fixas, sendo a carga horária proporcional à necessidade, e os vencimentos também proporcionais à carga horária realizada, podendo essa ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

** O candidato aprovado que não tiver concluído a graduação na área específica no momento da convocação será contratado como Professor Não Habilitado, cursando Nível Superior na área ou disciplina ou com outra graduação concluída receberá o equivalente a 78,50% do valor inicial de carreira de Professor II, conforme §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores.

Além do vencimento o profissional terá direito a auxílio alimentação no valor de R\$ 16,00(dezesseis reais) por dia trabalhado, proporcional a carga horária.

ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS

Realizar o exercício da docência em classes de Educação Infantil e Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- participar do processo de planejamento das atividades da escola;
- cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino;
- executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino;
- contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino;
- participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário;
- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

- avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos;
- estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento;
- atualizar-se em sua área de conhecimento;
- participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino;
- cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional;
- zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente;
- manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s);
- seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente;
- constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito;
- manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário;
- comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar;
- preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado;
- manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar;
- manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho;
- executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	10/08/2015
Período de Inscrições	10 a 14/08/2015
Análise dos currículos	17/08/2015
Homologação final do Processo Seletivo	18/08/2015

PL 069/2015 - PP 047/2015 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CORPO DE BOMBEIROS) - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo de Licitação nº 069/2015/PML

Edital de Pregão nº 047/2015/PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba/SC, conforme as especificações em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 19 de agosto de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 19 de agosto de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2015

REGISTRO DE PREÇO Nº 0014/2015

TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0039/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0025/2015, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, REGISTRO DE PREÇO nº 0014/2015 que até 14h00min, do dia 20 de agosto de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para contratações futuras, com pedidos parcelados, para o fornecimento de refeições prontas (marmitex nº 09), destinadas à alimentação dos servidores públicos de Macieira, que se encontrarem em trabalho externo, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 14h00m horas do dia 20/08/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0025/2015, através do e-mail compras2@macieira.sc.gov.br ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 1017, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 07 de agosto de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0036/2015.

Pregão Presencial nº 0023/2015.

Contrato Administrativo nº 0033/2015.

Objeto: Aquisição de 01 (um) distribuidor de calcário e adubo orgânico, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, Plano de Trabalho e Contrato de Repasse nº 797153/ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA firmado entre o município de Macieira e a União Federal, para uso na Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Contratada: BUDNY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Vigência do Contrato: 12 meses.

Valor Global: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão de Nota Fiscal.

Macieira, 07 de agosto de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS aquisição de gêneros alimentícios, destinados às reuniões, eventos e treinamentos para a Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/09/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 07 de agosto de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Óleos Lubrificantes e Filtros para manutenção dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/08/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 07 de agosto de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviços de mão de obra mecânica, elétrica e funilaria, destinados a manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 04/09/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 07 de agosto de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de insumos para verificação de glicemia capilar e aplicação de insulina, destinados aos usuários da Secretaria Municipal da Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 14/09/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 07 de agosto de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições completas de almoço e jantar, destinados aos funcionários da Unidade de Pronto Atendimento. As refeições completas e prontas deverão ser transportadas para esta instituição de segunda a domingo, incluindo feriados, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 09/09/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 07 de agosto de 2015.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 65/2015

DECRETO Nº 65 DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 73, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Maracajá, Estado de Santa Catarina, e;

Considerando, que para o equilíbrio das contas públicas, deve o Administrador Público tomar as providências para o cumprimento das metas impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que a crise atual e as conseqüentes medidas adotadas pela União e Estados no que tange a medidas de contenção e ajustes fiscais que afetam diretamente as receitas que compõe os repasses do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, sobretudo junto ao Município;

CONSIDERANDO que a redução temporária da carga horária dos servidores e da jornada de trabalho resultará em redução de despesas, notadamente com energia elétrica, água, combustíveis, telefones, material de expediente, horas extras, diárias e outras despesas de custeio, com o objetivo de não prejudicar os programas e serviços colocados à disposição da população em diversas áreas;

CONSIDERANDO que o regime de dois turnos contribui para o aumento das despesas citadas acima e que essas medidas se fazem necessárias para reduzir, em curto prazo, as despesas com os órgãos da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que o trabalho realizado em turno único em nada prejudicará a eficiência nos trabalhos desenvolvidos e nos serviços prestados pela Administração Municipal, sendo compatível com o horário de funcionamento de bancos, órgãos estaduais, federais e de outras repartições públicas;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Maracajá, sem prejuízo da prestação de serviços de natureza essencial perante à coletividade.

Considerando finalmente o interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Horário Especial de Expediente, nas repartições públicas do Município de Maracajá, fixando turno único de trabalho.

§ 1º O expediente de trabalho nas repartições públicas do Município será das 13 horas às 18 horas, de segunda à sexta-feira, a partir do dia 10 de Agosto de 2015.

§ 2º Aos servidores que cumprirem o horário definido no § 1º fica computado em banco de horas, 1 hora diária para futura compensação.

Art. 2º Ficam excluídos do horário especial de expediente, as Unidades e os serviços essenciais e de interesse público tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo, o Centro de Valorização e Triagem dos Resíduos Sólidos e o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo;

II - o Departamento de Educação, as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino e o Centro de Educação Infantil Margareth Maria Tomazi Rocha, vinculados ao Departamento de Educação e Cultura;

III - a Unidade Básica de Saúde Central - Cemasa e a Unidade Básica de Saúde de Vila Beatriz, vinculadas ao Departamento de Saúde;

Art. 3º Este Decreto poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, interesse da administração pública, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 4º Havendo a necessidade, os servidores enquadrados no horário estabelecido neste Decreto poderão ser convocados para trabalhar em horário integral.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por prazo indeterminado, até sua expressa revogação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário. Publique-se e Registre-se.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 03 de Agosto de 2015.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração, em 03 de Agosto de 2015.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 205/2015

PORTARIA Nº. 205 DE 1º DE JULHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Morgana Steckert Nolla, ocupante do Cargo de Odontólogo, referente ao período aquisitivo de 23/5/2014 a 22/5/2015, com gozo em 1º/7/2015 e término em 30/7/2015.

Gerson Nasário, ocupante do Cargo de Administrador do Centro de Triagem, referente ao período aquisitivo de 1º/4/2013 a 31/3/2014, com gozo em 6/7/2015 e término em 4/8/2015.

Ivone de Oliveira Capela, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Assistência e Bem Estar Social, referente ao período aquisitivo de 1º/9/2013 a 31/8/2014, com gozo em 6/7/2015 e término em 4/8/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá, em 1º de julho de 2015.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de julho de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 206/2015

PORTARIA Nº 206 DE 1º DE JULHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA IVIRLENE GOMES SAVI

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Ivirlene Gomes Savi, referente ao período de 30/12/2005 à 29/12/2010.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 6/7/2015 à 4/8/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de julho de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 1º de julho de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 207/2015

PORTARIA Nº 207 DE 1º DE JULHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA ARIELE DOS SANTOS BARBON.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 1º de julho de 2015, a servidora ARIELE DOS SANTOS BARBON, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF - ACT, a contar de 1º/7/2015 a 28/10/2015, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de julho de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de julho de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 208/2015

Portaria nº 208 de 1º de julho de 2015.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir de 1º de julho de 2015, JAYNE SOARES DE OLIVEIRA, brasileira, maior, nascida em 16 de agosto de 1995 inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 071.951.479-75, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de julho de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de julho de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 209/2015

PORTARIA Nº 209 DE 1º DE JULHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR FRANCISCO DEMÉTRIO DA ROCHA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao servidor público Francisco Demétrio da Rocha, referente ao período de 22/4/1998 à 21/4/2003.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 1º/7/2015 à 30/7/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de julho de 2015.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 1º de julho de 2015.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 210/2015

Portaria Nº 210, de 6 de julho de 2015.

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 6 de julho de 2015

o servidor público nomeado para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, VALDECI DE SOUZA CPF 527.273.860-87, matrícula Nº 1777, nascido em 28 de março de 1966.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 148/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 6 de julho de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 6 de julho de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 211/2015

PORTARIA Nº. 211 DE 17 DE JULHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:

Maria Terezinha Candido, ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde - PSF, referente ao período aquisitivo de 18/3/2013 a 17/3/2014, com gozo em 20/7/2015 e término em 18/8/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 17 de julho de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 17 de julho de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 212/2015

PORTARIA Nº. 212 DE 3 DE AGOSTO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:

Renan Machado Fregulia, ocupante do Cargo de Coordenador do Sistema de Controle Interno, referente ao período aquisitivo de 2/11/2013 a 1º/11/2014, com gozo em 3/8/2015 e término em 1º/9/2015.

Karine dos Santos Marques, ocupante do Cargo de Recepcionista, referente ao período aquisitivo de 15/12/2013 a 14/12/2014, com gozo em 3/8/2015 e término em 1º/9/2015.

Claudia Beatriz de Medeiros, ocupante do Cargo de Nutricionista, referente ao período aquisitivo de 11/2/2014 a 10/2/2015, com gozo em 3/8/2015 e término em 1º/9/2015.

Adriano Zélio Pereira, ocupante do Cargo de Mecânico, referente ao período aquisitivo de 10/2/2014 a 9/2/2015 com gozo em 3/8/2015 e término em 1º/9/2015.

Claudenor Otavio Farias, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 9/1/2014 a 8/1/2015 com gozo em 3/8/2015 e término em 1º/9/2015.

Dilnei Fausto Borges, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Turismo, referente ao período aquisitivo de 1º/3/2014 a 28/2/2015 com gozo em 3/8/2015 e término em 1º/9/2015.

Antonio Joelson Peruchi, ocupante do Cargo de Agente de Limpeza Urbana, Obras e Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 1º/7/2014 a 30/6/2015 com gozo em 3/8/2015 e término em 1º/9/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 3 de agosto de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 3 de agosto de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 213/2015

Portaria Nº 213, de 5 de agosto de 2015.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Faxineira/Copeira - ACT, RENATA DA LUZ PEDROSO, CPF 067.790.549-17, matrícula Nº 1999, nascida em 10 de junho de 1985.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 183/2015.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de agosto de 2015.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de agosto de 2015.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 100/2015

DECRETO Nº 100, DE 4 DE AGOSTO DE 2015.

Prorroga data de pagamento de contribuição de melhoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, nos termos do Edital de Contribuição de Melhoria nº 10/2015, e considerando o Decreto Municipal nº 89/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a data de vencimento do pagamento da 1ª parcela de Contribuição de Melhoria para o dia 15 de dezembro de 2015, estabelecida no item opções de pagamento do Edital de Contribuição de Melhoria nº 10/2015.

Art. 2º A alteração descrita no art. 1º contempla os pagamentos referente as contribuições de melhorias realizadas nas ruas descritas nos Anexos I e II do referido Edital.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto nº 101/2015

DECRETO Nº 101, DE 4 DE AGOSTO DE 2015.

Aprova Baixa de Área de Arruamento e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Aprova a baixa de área de rua do imóvel: Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (12), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de (372,60 m²), com edificação, localizado no lado ímpar da Rua Duque de Caxias, de propriedade de Lauri Linke, portador da CI nº 13/R-2.230.060-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 637.572.069-91, brasileiro, funcionário público municipal, domiciliado e residente na Rua Santa Terezinha, nº 541, na cidade de Itaceminha, Santa Catarina, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha sob o nº 17.235, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinado pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4.

BAIXA DE ÁREA DE RUA: DESTINADA AO ALARGAMENTO DA RUA DUQUE DE CAXIAS

Parte do lote "A", parte do lote urbano nº (8), da Quadra nº (12), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de (26,54 m²), sem edificações, confrontando:- ao Norte: com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 2,00 metros;- ao Sul: com parte do lote "B", parte do lote urbano nº (8), de Lauri Linke,

M. 17.236, na extensão de 2,00 metros;- ao Leste: com parte do mesmo lote "A", parte do lote urbano nº (8), de Lauri Linke, M. 17.235, na extensão de 13,31 metros;- ao Oeste: com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 13,31 metros.

REMANESCENTE:

Parte do lote "A", parte do lote urbano nº (8), da Quadra nº (12), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de (346,06 m²), com edificação, confrontando:- ao Norte: com parte do lote "D", parte do lote urbano nº (8), de Lauri Linke, M. 18.744, na extensão de 26,00 metros;- ao Sul: com parte do lote "B", parte do lote urbano nº (8), de Liane Linke Manfrin, M. 17.236, na extensão de 26,00 metros;- ao Leste: com parte do lote "B", parte do lote urbano nº (7), de Vilson Luiz Bernardi, M. 18.588, na extensão de 13,31 metros;- ao Oeste: com a Rua Duque de Caxias, na extensão de 13,31 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 4 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto nº 98/2015

DECRETO Nº 98, DE 3 DE AGOSTO DE 2015.

Concede pensão à viúva de servidor municipal falecido e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme artigos 213 e 215 da Lei Complementar nº 003, de 19 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida pensão à viúva Leonora Schneider, pelo falecimento do servidor público municipal aposentado Erno Schneider.

Art. 2º A pensão de que trata o presente Decreto será paga com recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27 de maio de 2015.

Maravilha - SC, 3 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto nº 99/2015

DECRETO Nº 99, DE 3 DE AGOSTO DE 2015

Nomeia servidor municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar 003/2002 e Edital de Concurso Público nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado, Edegar Franchetti Jr, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 054.772.229-05, para ocupar o cargo de Odontólogo – Esp. Cirurgia Buco-Maxilo-Facial, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º O servidor terá adicional de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o menor vencimento do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de agosto de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO N. 4.005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 4.005/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 030/2015 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de utensílios domésticos, material de cama, mesa e banho e eletrodomésticos, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 25 de agosto de 2015 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas.

Maravilha - SC, 31 de julho de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

ADITIVO DE QUANTIDADE - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 6.2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2014 - FMS

Aos trinta e um dias do mês de Julho de 2015, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE e pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 18/2014- Pregão Presencial Nº. 13/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para a aquisição de diversos medicamentos destinados ao atendimento de pacientes no pronto atendimento do hospital municipal.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO PRONTO ATENDIMENTO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	R\$ Unit.	R\$ Total
66	CIRURGICA SANTA CRUZ	HEPARINA SÓDICA 5000UI/ML FRASCO CONTENDO 5 ML DE MEDICAMENTO INJETAVEL COM 5000UI/ML.	FRASCO	BLAUSIEGEL	5	R\$ 8,30	R\$ 41,50
Total do Fornecedor							R\$ 41,50
67	ALTERMED MATERIAL MEDICO	HEPARINA – AMPOLA CONTENDO HEPARINA A 0,25 ML.	AMPOLAS	CRISTALIA	12	R\$ 5,65	R\$ 67,80
Total do Fornecedor							R\$ 67,80
Total Geral dos Itens: R\$ 109,30							

1.1. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 109,30 (CENTO E NOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 18/2014 - Pregão Presencial Nº. 13/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

2.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata que deu origem a este aditivo

Massaranduba – SC	05	de	agosto	de	2015
-------------------	----	----	--------	----	------

Cirurgica Santa Cruz Com. de Prod. Hospitalares Ltda
Andrei Jean Teixeira
Contratante

MARIO FERNANDO REINKE Prefeito	SUZANE E. F. REINKE Sec./Gestora Fundo Mun. Saúde
-----------------------------------	--

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
José Carlos Malkowski
Contratante

ADITIVO DE VALOR - ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04.2015

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015

Processo Licitatório Nº. 04/2015

Pregão Presencial Nº. 04/2015

registro de preço

Aos 05 dias de Agosto do ano de 2015, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, gerenciados pela Sr.^a SUZANE ELISA FROELICH REINKE, o doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 4/2013 - Pregão Presencial Nº. 2/2013 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: Fornecimento de óleo lubrificante, graxa e fluido de freio, para manutenção da frota veicular da Saúde, Educação, Urbano, Rodoviário e Agricultura do Município de Massaranduba.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário
07	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	OLEO LUBRIFICANTE TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS APROVADO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES GM DEXTRON IIIIE ALISSON C4 E FORD MERCON, BALDE COM 20L	PETROBRÁS	251,00
09	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO PARA ROÇADEIRA, MOTOSERRAS, MOTOBOMBAS E CORTADORES DE DISCO; A GASOLINA, DE 2 TEMPOS, VISCOSIDADE A 100 GRAU C NO MÍNIMO 12,3 CST, DENSIDADE 20/4 GRAU COM 0,884 KG / DM3TOL +/- 1% FRASCO DE 1L	PETROBRÁS	6,45
11	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO DE FREIO ESPECIAL, DOT 4. CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML (G.D. 86.4)	PETROBRÁS	10,50

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário litro reajustado
07	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	OLEO LUBRIFICANTE TIPO ATF PARA TRANSMISSÕES AUTOMÁTICAS APROVADO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES GM DEXTRON IIIIE ALISSON C4 E FORD MERCON, BALDE COM 20L	PETROBRÁS	285,39
09	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	OLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO PARA ROÇADEIRA, MOTOSERRAS, MOTOBOMBAS E CORTADORES DE DISCO; A GASOLINA, DE 2 TEMPOS, VISCOSIDADE A 100 GRAU C NO MÍNIMO 12,3 CST, DENSIDADE 20/4 GRAU COM 0,884 KG / DM3TOL +/- 1% FRASCO DE 1L	PETROBRÁS	7,14
11	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	FLUIDO DE FREIO ESPECIAL, DOT 4. CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML (G.D. 86.4)	PETROBRÁS	11,31

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2015 - Multientidade - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 4/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 05 de Agosto de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE ELISA FROELICH REINKE
PREFEITO MUNICIPAL	FUNDO MUN DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
Contratante	Gestora

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
MERCIA GUMZ

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 8.2014 - ADITIVO DE VALOR

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2014

Processo Licitatório Nº. 21/2014

Pregão Presencial Nº. 13/2014 - registro de preço

Aos 31 dias de março do ano de 2015, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE, e pelo Prefeito Municipal MARIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 21/2014 - Pregão Presencial Nº. 13/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de material ambulatorial para o pronto atendimento do Município de Massaranduba/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário
70	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA	Compressa de gaze estéril: Compressa cirúrgica de gaze hidrófila com alto poder de absorção, 100% algodão, não estéril, 13 fios, 5 dobras/8 camadas, tamanho 7,5 cm x 7,5 cm. Pacotes com 500 unidades	MEDPLUS	7,5000

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE 16,4%				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário com reajuste
70	PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA	Compressa de gaze estéril: Compressa cirúrgica de gaze hidrófila com alto poder de absorção, 100% algodão, não estéril, 13 fios, 5 dobras/8 camadas, tamanho 7,5 cm x 7,5 cm. Pacotes com 500 unidades	MEDPLUS	8,74

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2014 - PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado e os documentos comprobatórios da necessidade do reequilíbrio econômico financeiro.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 31 de julho de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE ELISA F. REINKE
PREFEITO MUNICIPAL	GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL

PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATÓRIO LTDA
--

ATA Nº 20.2015 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR ISENTA DE GLÚTEN E LACTOSE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2015

Processo Licitatório Nº. 43/2015

Pregão Presencial Nº. 34/2015

Ao vigésimo terceiro dia do mês de julho do ano de 2015, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 43/2015 - Pregão Presencial Nº. 34/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de alimentação escolar para os centros de educação infantil municipal, pré-escolas e escolas do município de Massaranduba/SC isentos de glúten e lactose, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: aquisição de alimentação escolar para os centros de educação infantil municipal, pré-escolas e escolas do município de Massaranduba/SC isentos de glúten e lactose, em um prazo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

Item	Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Mercado Spézia	Caldo de peixe com filé de tilápia e batata doce. Isento de glúten, lactose e conservantes. Unidade de 1kg.	Kg	Onivita	1.900	R\$16,00	R\$30.400,00
2	Mercado Spézia	Iogurte sabor morango isento de lactose e gluten. Unidade com 850ml.	Unid.	Tirol	120	R\$8,50	R\$1.020,00
3	Mercado Spézia	Macarrão sem gluten e sem lactose. Pacote com 500g.	Pcte.	Urbano	110	R\$2,30	R\$253,00
4	Mercado Spézia	Pão fatiado sem gluten e sem lactose. Unidade com 450g.	Unid.	Saúde e Energia	110	R\$8,50	R\$935,00
Total Geral dos Itens: R\$32.608,00							

1.2. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de TRINTA E DOIS MIL E SEISCENTOS E OITO REAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 43/2015 - Pregão Presencial Nº. 34/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital de Processo Licitatório Nº. 43/2015 - Pregão Presencial Nº. 34/2015 e seus anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.5. As despesas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente:

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

05.01 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

33903007 – Gêneros de Alimentação

2033 – Fornecimento de Merenda Escolar

10000 – Recursos Ordinários

13702 – Transferência referente ao PNAE – Ensino Fundamental

2034 – Fornecimento de Merenda Escolar Pré-Escola

10000 – Recursos Ordinários

13704 – Transferência referente ao PNAE – Pré-Escola

2035 – Programa Merenda Escolar – Creches

10000 – Recursos Ordinários

13703 – Transferência referente ao PNAE - Creches

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. O prazo de entrega é diariamente, conforme quantidade e data definida no cronograma, no horário entre 06h30 às 07h30, após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: nos Centros de Educação Infantil, Pré-Escolas e Escolas.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame; não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços; comportarem-se de modo inidôneo; fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal; poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços;

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata;

6.5.4. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

6.6. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

10.1.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.2. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 43/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 23 de julho de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

VANDERLEI SPÉZIA

MERCADO SPÉZIA LTDA - EPP

CONTRATADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 74/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 74/2015

Altera os incisos I e II no § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 55/2013

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II no § 1º do art. 3º da Lei Complementar nº 55/2013:

“Art. 3º (...)

§ 1º (...)

I – Fiscal de Vigilância Sanitária:

a) Anexo II

b) Grupo: Atividades de Nível Superior – ANS

c) Horas Semanais: 40h

d) Categoria Funcional: Fiscal de Vigilância Sanitária, Classe H1, nível 1.

e) Vencimento: R\$ 2.780,10 (Dois mil, setecentos e oitenta reais e dez centavos)

f) Nº de vagas: 02

g) Escolaridade: Ensino Superior Completo em Farmácia
Escolaridade: Ensino Superior Completo em Farmácia, Biologia, Nutrição, Enfermagem, Biomedicina, Química ou Medicina Veterinária.

II – Fiscal de Tributos:

a) Anexo II

b) Grupo: Atividades de Nível Superior– ANS

c) Horas Semanais: 40h

d) Categoria Funcional: Fiscal de Tributos, Classe H1, nível 1.

e) Vencimento: R\$ 2.780,10 (Dois mil, setecentos e oitenta reais e dez centavos)

f) Nº de vagas: 02

g) Escolaridade: Ensino Superior Completo em Administração, Contabilidade, Direito ou Economia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Complementar nº 68/2015.

Massaranduba, 06 de Agosto de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 299/2015

PORTARIA n.º 299/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resOLVE: CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita SIMONE SALVALIO, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em substituição à servidora Eleiza Presa Motta Dordete, em virtude de Licença Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 300/2015

PORTARIA n.º 300/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, resOLVE: CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal PATRICIA BORGES CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de Aux. De Sala, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/08/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 297-2015

PORTARIA n.º 297/2015

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resOLVE:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 071/2015 do Senhor ROGERIO DA SILVA CLARO, ocupante do cargo de motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 298-2015

PORTARIA n.º 298/2015

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE MÉDICO – E.S.F POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Leis Complementares n.º 027/2009, nº 032/2010 e nº 034/2011, resOLVE: PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 316/2013 do Senhor VINÍCIO MUCILLO NETO, ocupante do cargo de Médico – E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria de Saúde, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Agosto de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 291/2015 FMS

Aviso de Licitação Nº 291/2015 FMS
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 291/2015 – Modalidade Pregão Presencial
n. 013/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 013/2015, para AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, ZERO QUILOMETRO, PARA COM-POR A FROTA, E DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 21/08/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 07 de Agosto de 2015.
MARCIA TERESINHA JACOBY
Gestora FMS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 22/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 317/2015
Contratado: Posto Modelo Ltda
Valor: 550.620,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou Ata de Registro de Preços, tendo por objeto o registro de preços para eventual aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da administração em geral do Município de Modelo - SC

Modelo (SC), 07 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2015

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 22/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 317/2015
Contratado: Jacoby e Jacoby Ltda
Valor: 214.084,80

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou Ata de Registro de Preços, tendo por objeto o registro de preços para eventual aquisição de combustíveis para máquinas e veículos da administração em geral do Município de Modelo - SC

Modelo (SC), 07 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 09/2015

Extrato de Contrato nº 09/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO
Processo Licitatório n. 070/2015
Contratada: Computech Informática Ltda ME
Valor: R\$ 10.200,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato com Computech Informática Ltda ME, Pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº. 09.170.651/0001-02, objetivando aquisição de serviços de cópias e impressões monocromáticas, com o fornecimento de equipamentos em comodato para dar continuidade aos trabalhos do Fundo Municipal de Saúde de Modelo – Santa Catarina.

Modelo (SC), 07 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01/2015 DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 24/2015

Extrato de Termo Aditivo 01/2015 de Re-Ratificação ao Contrato Administrativo nº 24/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Contratada: Computech Informática Ltda ME
Valor: 560,00

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que fica aditado o preço do Contrato nº 24/2015 de 19 de maio de 2015, constante da Cláusula Terceira, com Aditivo de valor, considerando que o valor do cálculo foi equivocado, pois foi considerado para cálculo o valor de 06 (seis) meses e 10 (dez) dias, quando a Cláusula Quinta prevê o prazo de fornecimento dos serviços de 20 de maio de 2015 a 31 de dezembro de 2015, prazo que corresponde a 07 (sete) meses de 10 (dez) dias, para tanto devendo o preço de o Contrato ser Retificado, sendo o presente Aditivo correspondente a um mês de serviço no valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), que acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 3.547,00 (três mil quinhentos e quarenta e sete reais), totalizando o valor de R\$ 4.107,00 (quatro mil cento e sete reais). Permanecem inalterados as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato Administrativo Nº 24/2015 de 19 de maio de 2015.

Modelo (SC), 07 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01/2015 DE RE-RATIFICAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 25/2015

Extrato de Termo Aditivo 01/2015 de Re-Ratificação ao Contrato Administrativo nº 25/2015
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: Computech Informática Ltda ME
Valor: 80,00
A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, Márcia

Teresinha Jacoby, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aditado o preço do Contrato nº 25/2015 de 19 de maio de 2015, constante da Cláusula Terceira, com Aditivo de valor, considerando que o valor do cálculo foi equivocado, pois foi considerado para cálculo o valor de 06 (seis) meses e 10 (dez) dias, para tanto devendo o preço de o Contrato ser retificado, sendo o presente Aditivo correspondente a um mês de serviço no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), que acrescido ao valor original do contrato no valor de R\$ 507,00 (quinhentos e sete reais), totalizando o valor de R\$ 587,00 (quinhentos e oitenta e sete reais). Permanecem inalterados as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato Administrativo Nº 25/2015 de 19 de maio de 2015.

Modelo (SC), 23 de Abril de 2015.
MARCIA TERESINHA JACOBY
Gestora FMS

PORTARIA Nº 0122/2015

PORTARIA Nº 0122/2015 DE 03.08.2015.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 971/90, 1.960/2010 e em especial as disposições dos art. 53, 54 e 56 da Lei Municipal 1.513/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecida a jornada de trabalho, para os servidores com lotação no Departamento da Saúde do Município de Modelo – SC, conforme abaixo especificado:

1. Coordenação, cargos efetivos, comissionados e administrativos:
Matutino: 07:30 às 11:30
Vespertino: 13:30 às 17:30

2. Médico:
Centro Municipal de Saúde e Hospital
Matutino: 07:30 às 11:30
Vespertino: 13:30 às 17:30

3. Cirurgião Dentista:
Jornada 01:
Matutino: 07:30 às 11:30 no Centro de Saúde;

Jornada 02:
Vespertino: 13:30 às 17:30 no Centro de Saúde;

Jornada 03:

Segunda e quinta-feira: das 07:30 às 11:30 na Escola Reunida Municipal
Segunda, quarta e sexta-feira: das 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 04:

Matutino: 07:15 às 11:15 na Escola Reunida Municipal

Jornada 05:

Vespertino: 13:15 às 17:15 na Escola Reunida Municipal

4. Agente Comunitário de Saúde Pública – ESF:

Segunda Feira, Terça feira e na Quarta feira:
Matutino: 08:00 às 11:00 horas
Vespertino: 14:00 às 19:00 horas
Quinta Feira:
Matutino: 08:00 às 10:00 horas
Vespertino: 14:00 às 19:00 horas
Sexta feira:
Matutino/Vespertino: 11:30 horas às 18:30 horas

5. Serviços gerais

Jornada 01:
Matutino: 07:00 às 13:00 no Centro de Saúde;

Jornada 02:
Vespertino: 13:00 às 19:00 no Centro de Saúde;

6. Motoristas

Jornada 01: Segunda/Quarta/Sexta: Matutino: 04:30 às 08:30 Intermed.: 09:30 às 13:30
Terça/Quinta: Matutino: 07:30 às 11:30 Vespertino: 13:30 às 17:30

Jornada 02: Segunda à Sexta: 07:00 às 11:00 e das 12:00 às 16:00

Jornada 03: Segunda à Sexta: 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 03 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Visto, conferido e de acordo:

Marcia Teresinha Jacoby
Diretoria Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

PORTARIA Nº 0123/2015

PORTARIA Nº 0123/2015 DE 03.08.2015.
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal, Título IV Capítulo I da Lei Municipal nº 1.513/2002, Portaria Municipal nº 122/2015 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, em especial considerando o interesse público e a necessidade do serviço,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, matrícula nº 154-6, o exercício das funções do cargo efetivo de Odontólogo, para atendimento no consultório da Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller, a partir de 05.08.2015.

Art. 2º - A jornada de trabalho do Servidor mencionado no Art. 1º

desta Portaria, com carga horária de 20 horas semanais, será desempenhada nos horários conforme abaixo especificado:

Jornada 04 - Segunda à Sexta-feira: Turno Matutino: 07h15min às 11h15min

§ 1º - O registro da frequência será feito através do relógio ponto digital na Escola Reunida Municipal Professora Griseldi Maria Muller.

§ 2º - O controle e a coleta de dados para encaminhamento ao Setor de Pessoal serão efetuados pelo responsável do controle de frequência do Departamento Municipal de Educação com o acompanhamento do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 03 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra: Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

De conformidade com as disposições da presente Portaria, fica estabelecido o presente termo de acordo, na forma disposta no Estatuto dos Servidores, estando cientes e de acordo:

MARCIA TERESINHA JACOBY ALBIO SCHILD FILHO
Diretora Mun. De Saúde Servidor

PORTARIA Nº 0124/2015

PORTARIA Nº 0124/2015 de 07.08.2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANDIRA MARIA LARA HECKLER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 04.08.2015, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 68 (sessenta e oito) dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JANDIRA MARIA LARA HECKLER, matrículas nº 1915-1 e 2151-2, ocupante do cargo de Professora, com dois contratos de 20 horas semanais cada, lotada no Departamento Municipal de Educação, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 04.08.2015 a 10.10.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04.08.2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 07 de agosto de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal
Registrada e publicada na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

RESOLUÇÃO Nº 014/2015 CMDCA MODELO/SC

Estado de Santa Catarina

Município de Modelo

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
RESOLUÇÃO Nº 014/2015

Valter Rubens Cesco, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público que os seguintes membros da Comissão Especial Eleitoral, solicitaram afastamento em função de possuírem grau de parentesco com os candidatos a Conselheiros Tutelares sendo: Valter Rubens Cesco; Nádia Aparecida DeottiAlbani; e Marizete MariaFloss os quais serão substituídos respectivamente pelas seguintes pessoas: Micheli Daneluz, Eliana Mara SehnemKothe e Janice Martini Muller. Assim, a nova Comissão Especial Eleitoral formada pelos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, fica assim composta: Micheli Daneluz (representante da OAB - não governamental); Eliana Mara SehnemKothe (representante da APAE - não governamental); Ivanete de Assis Alberti (representante de Pais e Professores - não governamental); Jussane Frandoloso (Representante da Secretaria de Educação - governamental); Márcia Jacoby (Representante da Secretaria de Saúde - governamental); e Janice Martini Muller (Representante do Departamento de Finanças - governamental).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Modelo- SC, 29 de julho de 2015.
Valter Rubens Cesco
Presidente do CMDCA
Modelo-SC

RESOLUÇÃO Nº 015/2015 CMDCA MODELO/SC

Estado de Santa Catarina

Município de Modelo

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
RESOLUÇÃO Nº 15/2015

Valter Rubens Cesco, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público a relação dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha, conforme Edital nº001/2015, para o período de mandato de 10 de janeiro do ano de 2016 a 09 de janeiro do ano de 2020, no dia 04 de outubro de 2015:

Inscrição Nº	NOME	SITUAÇÃO
01	Lésia Salete Centa Bortolin	Habilitada
02	Joceani Maria Bortolamedi Rambo	Habilitada
03	Edinéia Kelly Kath	Habilitada
04	Sandra Maura da Silva Braun	Habilitada
05	Gracieli Bosing	Habilitada
06	Silvana Albani	Habilitada
07	Cleilamar Biazebeti	Habilitada
08	Antônio dos Santos	Habilitado
09	Solange Reinheimer	Habilitada
10	Adriane Edineia Jung Tesche	Habilitada
11	Carine Bruneto	Habilitada
12	Talita Vitória Rosa Farfus	Habilitada

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Modelo, SC 29 de julho de 2015.
Valter Rubens Cesco
Presidente do CMDCA
Modelo-SC

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 074/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Registro de Preços 074/2015. Data: 11/08/2015 às 09:00 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SAIBRO PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO DO MUNICÍPIO. ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA PARA 20/08/2015 AS 11:00: Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 075/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Registro de Preços 075/2015. Data: 11/08/2015 às 11:00 OBJETO: AQUISIÇÃO DE ATERRO PARA USO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA. ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA PARA 21/08/2015 AS 09:00: Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 076/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Registro de Preços 076/2015. Data: 12/08/2015 às 09:00 OBJETO: AQUISIÇÃO DE ATERRO PARA USO EM PROGRAMAS DE INCENTIVO DO MUNICÍPIO. ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA PARA 21/08/2015 AS 11:00: Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

ERRATA DO REGISTROS DE PREÇOS 073/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Registros de Preços 073/2015. Data: 10/08/2015 às 10:00 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SAIBRO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA AREA URBANA (BAIRROS E LOTEAMENTOS) E RURAL DO MUNICÍPIO. ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA PARA 20/08/2015 AS 09:00: Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA I E II CONCORRÊNCIA 79/2015 PMN

ATA I CONCORRENCIA 79/2015 PMN

EM 07 DE AGOSTO DE 2015, ABERTO O CERTAME - CONCORRÊNCIA Nº 79/2015 PMN - COM A PRESENÇA DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (JAN ULLRICH, NELSON DA CUNHA, FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO, DOUGLAS LEMOS E MARIA BENEDITA CORRÊA) E A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS SIQUEIRA E CIA LTDA, SC FUNERÁRIA LTDA, F.AROLDI LTDA, FUNERÁRIA SILVA-AGUIAR EIRELI, FUNERÁRIA SÃO JORGE LTDA E FUNERÁRIA MIL FLORES LTDA, ESTAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, E A EMPRESA CORRÊA E CIA LTDA, PARA QUAL NÃO HOUVE REPRESENTANTE CREDENCIADO.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES HABITUAIS, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL. OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL VISTARAM OS DOCUMENTOS E O CONTADOR SIDNEI MILANI VERIFICOU OS DOCUMENTOS CONTÁBEIS DOS LICITANTES. LOGO EM SEGUIDA TODOS OS REPRESENTANTES PRESENTES VERIFICARAM E VISTARAM OS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS.

SUSPENDEU-SE A SESSÃO PARA RETORNO PREVISTO ÀS 14H:00MIN.

ATA II CONCORRENCIA 79/2015 PMN

Reaberta a sessão conforme agendado, com a presença das empresas, as mesmas retomaram os vistos dos documentos de habilitação. Deu-se a oportunidade aos licitantes fazerem os apontamentos.

Com relação a empresa SC FUNERARIA foram apontados os seguintes: A empresa Mil Flores apontou que não foi apresentado o vínculo empregatício do funcionário Leonardo, porém, a Comissão sanou o apontamento demonstrando que o edital solicitou apenas o vínculo empregatício com pelo menos 01 funcionário, e isto foi cumprindo. Houve o questionamento com relação ao alvará, porem este documento não foi solicitado no edital e também, com relação a declaração de disponibilidade veicular, porem este documento, segundo o edital, será verificado em outro envelope. As demais empresas não se manifestaram sobre a SC Funerária.

Em relação à EMPRESA F. AROLDI: a empresa Funerária São Jorge apontou que o contrato de prestação de serviços que comprova o vínculo empregatício não estão com as assinaturas autenticadas. Porém, este apontamento foi sanado pela Comissão. As demais empresas não se manifestaram.

Em relação à EMPRESA MIL FLORES foram realizados os seguintes apontamentos: A empresa F. Aroldi apontou que a mesma possui em se quadro societário grau de parentesco (Pais e Filha) com a empresa Funerária São Jorge. Outro apontamento foi em relação ao Contrato de Prestação de Serviços feito com Pessoa Jurídica (Siqueira e Cia Ltda), sendo as mesmas concorrentes.

Em relação à EMPRESA SÃO JORGE foram realizados os seguintes apontamentos: A empresa F. Aroldi apontou que o representante Carlos Eduardo Correa (sócio) é filho da senhora Mariedi Vanzuita Correa, que por sua vez é sócia da Correa e Cia, ambas concorrentes no Processo Licitatório. Foi questionado em relação à declaração solicitada no item 8.4b do edital. Foi questionado também que o atestado de capacidade técnica não foi apresentado corretamente sendo apresentado somente uma declaração.

Em relação A EMPRESA SIQUEIRA foram apresentados os seguintes apontamentos: a comissão aponta o Sintegra consta a situação da empresa como baixa deferida, e que não apresentou a declaração que empresa menor. A empresa f aroldi apontou que a empresa siqueira possui contrato de prestação de serviço com

a empresa mil flores também participante da licitação, além de possuir proponentes com vínculos familiares.

Em relação a EMPRESA CORREA (são Pedro) foram apontados: pela comissão a falta de atestado de capacidade técnica, falta de comprovante de inscrição municipal/estadual, e falta CND federal, f. aroldi aponta o vinculo familiar entre esta licitante e a são Jorge e mil flores. E também foi apresentado contrato de prestação de serviços entre pessoas jurídicas. Não foi apresentado vinculo empregatício com o profissional e não apresentando nenhum certificado de responsabilidade pelos serviços solicitados no edital. Questionado também que a certidão de declaração de fato impeditivo habilitação trata-se de uma declaração de ma fé pois a mesma deixou de apresentar doctos. Que comprove verdadeiramente que a mesma esteja desimpedida.

Em relação a empresa SILVA AGUIAR foram apontados: mil flores apontou que a licitante silva apresentou a declaração de disponibilidade veicular no envelope errado.

Após foram informados que CORREA e a SIQUEIRA foram inabilitadas, as demais , SC FUNERÁRIA LTDA, F.AROLDI LTDA, FUNERÁRIA SILVA AGUIAR EIRELI, FUNERÁRIA SÃO JORGE LTDA E FUNERÁRIA MIL FLORES LTDA foram habilitadas,

Mencionaram intenção de recurso, SIQUEIRA, CORREA, SC FUNERÁRIA, F AROLDI, SILVA AGUIAR. Em tempo foi informado que caso o licitante precisasse de copias deveria preencher o requerimento no balcão de informação e que apos seria fornecido.

NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇO FMV06/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMV 06/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMV 06/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 06/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES, PARA O 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: Abilis Tecnologia Ltda.

Valor: R\$ 14.500,00.

Vigência: 07/08/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 07 de agosto de 2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA

DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – LC 006/2002 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES)

Com fundamento nos termos do Artigo 294, III da LC 06/2002, C/C Artigo 1º da Lei 2.391 de 2010, a Autoridade Fiscal, ao final identificada, notifica o(s) contribuinte(s) abaixo especificado(s), da autuação pelo cometimento da(s) infração(ões) respectivas, podendo, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa na forma do Artigo 186 e 187 da LC 006/2002.

Incidência: Artigo 226, II, da Lei Complementar 006/2002.

Penalidade: Art. 130, I, 'b', da Lei Complementar 006/2002 - 02 UFGS.

Deixar de comunicar, na forma e prazos previstos na legislação, as alterações dos dados constantes dos cadastros imobiliários, mobiliários de contribuintes, de anúncios, de aparelho de transporte e de veículo de transporte de passageiro, inclusive a baixa.

NºINFRAÇÃO	CONTRIBUINTE	CNPJ
4765	Jota Salvados Comércio de Salvados Ltda Me	09.352.595/0002-08

Transcorrido o prazo acima, sem a apresentação de defesa, ou por seu indeferimento, ficam notificados para efetuarem o pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial. Os prazos acima referidos entram em vigor na data da publicação deste edital.

Navegantes, 07 de agosto de 2015.

João Antonio de Souza Filho	Antônio Carlos Romão Carmona
Fiscal de Tributos	Secretário de Desenvolvimento Economico e Receita

EXTRATO CONTRATUAL Nº 163/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: FMV 163/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES.

Contratada...: FRANCISCO RANGHETTI JUNIOR ME.

CNPJ 00.209.214/0001-72

Vigência* : Início: 09/08/2015 Término: 09/08/2020.

Licitação : Concorrência nº 02/2010.

Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 341/2010, REFERENTE À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO POR GUINCHO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA FRANCISCO RANGHETTI JUNIOR ME, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 02/2010.

Navegantes, 05 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 07, DE 27 DE JULHO DE 2015

DECRETO Nº 07, DE 27 DE JULHO DE 2015.

Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

Art.2º Fica assegurado, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei no 12.527, de 2011.

Art.3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I- informação - dado, processado ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II- dados processados - dado submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III- documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV- informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada,

honra e imagem;

VI- tratamento da informação - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII- disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII- autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX- integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

X- primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI- informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art.4º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art.5º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I- às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do §1º do art. 7º da Lei no 12.527, de 2011.

CAPÍTULO III**DA TRANSPARÊNCIA ATIVA**

Art.6º É dever da Câmara de Vereadores de Navegantes, independente de requerimento, a divulgação em seu sítio na Internet de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas, observado o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.527, de 2011, bem como outras disposições aplicáveis a matéria.

CAPÍTULO IV**DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA****Seção I****Do Serviço de Informação ao Cidadão**

Art.7º A Ouvidoria da Câmara de Vereadores de Navegantes receberá as solicitações de acesso às informações e distribuirá internamente aos órgãos e entidades que integram a estrutura organizacional da Câmara Municipal, encaminhando-os às unidades competentes; além de monitorar o atendimento prestado por toda a rede.

Seção II**Do Pedido de Acesso à Informação**

Art.8º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico ou físico, no sítio na Internet e na Ouvidoria da Câmara Municipal.

§2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido.

§3º É facultado aos órgãos e entidades o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 9º.

Art.9º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I- nome completo do requerente;
- II - número de documento de identificação válido (se possível com cópia do mesmo);
- III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art.10. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - genéricos;
- II - desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, a Câmara Municipal deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Seção III**Do Procedimento de Acesso à Informação**

Art. 11. Recebido o pedido de informação, a Câmara Municipal, no prazo de até 20 (vinte) dias, deverá:

- I – disponibilizar ou enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II - comunicar data, local e modo para realizar a consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV- indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou
- V- indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

Art.12. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art.13.Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo

para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput o órgão ou entidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art.14. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, a Câmara Municipal observado o prazo de resposta ao pedido, informará ao requerente, para que providencie pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

Parágrafo único. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 2º. O requerente deverá arcar com os custos da reprodução dos documentos pretendidos, fixados em 0,2% (por cento) da Unidade Fiscal do Município - UFM, por fotocópia em papel de tamanho A4 ou ofício, comprovados através de recolhimento de DAM, no ato de recebimento dos referidos documentos

Art.15. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

- I- razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II- possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e
- III- possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade que o apreciará.

Art.16. O acesso a documentos preparatórios ou informações nele contidas, utilizado como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, será assegurado a partir da edição do ato ou decisão.

Seção IV**Dos Recursos**

Art. 17. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de dez dias, contado da sua apresentação.

CAPÍTULO V**DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO****Seção I****Da Classificação de Informações**

Art. 18. As informações detidas pela Câmara Municipal classificam-se em comuns, sigilosas e pessoais.

Seção II**Dos Procedimentos para Classificação de Informação**

Art. 19. Não se dará acesso a informações protegidas por hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, bem como de segredo industrial decorrente da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

Art. 20. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 12.527/11 as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I – pôr em risco a autonomia municipal, estadual ou municipal;
- II – prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações estratégicas para a Municipalidade, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais, ou ainda pelo Poder Executivo do Município;
- III – pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV – oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do Município;
- V – prejudicar ou causar risco a planos ou operações da Coordenação Militar de Segurança do Legislativo;
- VI – prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens,

instalações ou áreas de interesse estratégico municipal;
VII – pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades municipais e seus familiares, ou autoridades nacionais e estrangeiras em trânsito no Município;

VIII – comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento.

Art. 21. São também passíveis de classificação, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº12. 527/11, as informações:

I – obtidas por Comissão Parlamentar de Inquérito, com ou sem autorização judicial, ou por Comissão Permanente no exercício de atividades de fiscalização;

II – produzidas ou reunidas por requisição judicial ou do Ministério Público, para fins de instrução criminal, eleitoral ou em ação de improbidade administrativa;

III – produzidas, reunidas ou custodiadas por Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, ou pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 22. As informações obtidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício dos seus poderes de fiscalização previstos no art. 58 § 3º da Constituição Federal, quando protegidas por sigilo bancário, fiscal, de registros ou comunicações telegráficas, de dados e telefônicos, serão de acesso privativo dos Vereadores integrantes da CPI, que se sub-rogarão no dever de sigilo.

Parágrafo único. Quando for imprescindível, para fundamentação do relatório final da CPI, a menção a dado sigiloso, se deverá lançar a conclusão alcançada com base neste dado, fazendo referência a “informação sigilosa”, sem decliná-la de forma especificada.

Art. 23. A informação em poder da Câmara de Vereadores de Navegantes, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 12.527/11.

§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput começam a contar a partir da data de sua produção e são aqueles estabelecidos na Lei nº 12.527/11.

§ 2º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público, ressalvadas as de natureza pessoal.

§ 3º Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados.

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Art. 24. A decisão de classificação do sigilo de informações no âmbito do Poder Legislativo Municipal deverá ser fundamentada e será de competência:

I - no grau de ultrassecreto, do Presidente da Câmara Municipal;

II - no grau de secreto, dos Vereadores membros da Mesa Diretora;

III – no grau de secreto, relativamente às informações produzidas ou custodiadas por CPI, do Vereador Presidente da Comissão, sem prejuízo do disposto no inciso anterior;

IV – no grau de reservado, dos Vereadores membros da Mesa Diretora, do Chefe de Gabinete da Presidência, do Secretário-Geral da Mesa Diretora, do Procurador-Geral, do Diretor-Geral e do Controlador-Geral da Câmara Municipal.

Seção III

Das Informações Pessoais

Art. 25. É informação pessoal aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

Art. 26. As informações pessoais terão o tratamento previsto no art. 31 da Lei Federal 12.527/11.

Parágrafo único. O tratamento das informações pessoais não impede a divulgação de dados estatísticos ou consolidados.

Art. 27. As informações reguladas nesta Seção serão fornecidas a autoridade pública, nos casos em que exista previsão legal para tal prerrogativa e, em qualquer hipótese, quando em atendimento a requisição do Ministério Público ou do Poder Judiciário.

Seção IV

Das Disposições Comuns às Informações Sigilosas e Pessoais

Art. 28. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento.

Seção V

Disposições Gerais

Art.29. As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto serão definitivamente preservadas, nos termos da Lei no 8.159, de 1991, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.

Art.30. As informações classificadas como documentos de guarda permanente que forem objeto de desclassificação serão encaminhadas ao Arquivo, para fins de organização, preservação e acesso.

Art.31.Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art.32. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos aos servidores que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam credenciadas.

CAPÍTULO VI

DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art.33. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei no10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei no 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art.34. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art.35. O consentimento referido no art. 33 não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III- ao cumprimento de decisão judicial;

IV - à defesa de direitos humanos de terceiros; ou

V- à proteção do interesse público geral e preponderante.

Art.36. A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o art. 33 não poderá ser invocada:

I- com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido pelo Poder Público, em que o titular das informações for parte ou interessado; ou

II- quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 37. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo IV e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I- comprovação do consentimento expresso de que trata o art. 33,

por meio de procuração;

II - demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art.38. O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§1o A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2o Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 39. Aplica-se, no que couber, a Lei no 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 40. A Câmara Municipal adequará suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 41. Aplica-se subsidiariamente a Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aos procedimentos previstos neste Decreto.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 27 de julho de 2015.

Norma Espindola
Presidente

Alcídio Reis Pêra
Vice-Presidente

Donizete José da Silva
1º Secretário

Alício Jacob Ricobom Filho
2º Secretário

PORTARIA Nº 029/2015

PORTARIA No029/2015

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A Senhora Presidente da Câmara de Vereadores, Vereadora Norma Espíndola por força do estabelecido no ar. 38, XXIX do Regimento Interno:

CONSIDERANDO o disposto na Resolução no /2015, que revoga a Resolução no 001/2015 e estabelece outras disposições;

ResOLVE:

Art. 1º INSTAURAR Procedimento Administrativo para providenciar a restituição aos cofres desta Casa Legislativa de valores pagos equivocadamente, referente à concessão de reajuste (revisão geral anual) de remuneração dos agentes políticos (Vereadores) no período compreendido entre os meses de janeiro e julho de 2015, devendo ser obedecidas as disposições contidas na referida resolução.

Art. 2º Nomear os servidores Vanildo Telles, Sólon Manoel Costa, José João De Souza, para formarem, sob a presidência do primeiro, a comissão processante.

Art. 3º Garantir autonomia e imparcialidade à comissão designada.

Art. 4o Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta portaria, para a conclusão do Procedimento Administrativo, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Navegantes, 07 de agosto de 2015.

Norma Espíndola
Presidente

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2015

D E C R E T O Nº 131, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
REGULAMENTA AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2003 CONCERNENTES A EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFPS-e), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, no uso da competência que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003 e na Lei Complementar nº 095, de 20 de dezembro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, na forma deste Decreto, o regulamento na Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e), que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

Parágrafo único. A Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) substituirá os modelos D-I e D-II da Nota Fiscal de Prestação de Serviços de que trata o inciso I, do art. 132 do Decreto Municipal nº 093, de 23 de setembro de 2011.

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFPS-e)

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DA NFPS-e

Art. 2º Considera-se Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) o documento de uso obrigatório emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura Municipal de Nova Trento, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as isentas ou imunes, estabelecidas no Município de Nova Trento.
Parágrafo único. O sistema eletrônico referido no caput deste artigo será também responsável por:

I – gerar e emitir Documento de Arrecadação Municipal (DAM) relativo ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), próprio;

II – registrar informações de operações sujeitas a regimes especiais de emissão de nota fiscal de prestação de serviços;

III – gerar declarações de registros de informações.

SEÇÃO II

DOS CONTRIBUINTE OBRIGADOS

Art. 3º Todos os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estão obrigados a utilização do sistema da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e), independente de gozar de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

§ 1º Não estão obrigados ao cadastramento e obtenção de senha de acesso os contribuintes inativos.

§ 2º Fica facultado a utilização do sistema às pessoas físicas prestadoras de serviços cadastradas junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que forneçam aos tomadores de serviços recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), seu endereço, data, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço.

§ 3º Às pessoas obrigadas à emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) deverão efetuar o cadastramento de senhas específicas e intransferíveis no portal eletrônico www.novatreto.sc.gov.br.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFPS-e)

SEÇÃO I

DO ACESSO PELO CONTRIBUINTE

Art. 4º O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 5º As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso ao sistema de que trata esse Regulamento, deverão efetuar o cadastramento da senha de sua escolha, por meio da internet, no endereço eletrônico www.novatreto.sc.gov.br, mediante o preenchimento do requerimento específico "SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE SENHA ELETRÔNICA À NFPS-e".

Art. 6º Após o cadastramento de que trata o artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE SENHA ELETRÔNICA À NFPS-e" e apresentá-lo à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, direcionado ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Nova Trento.

§ 1º As pessoas jurídicas deverão encaminhar o formulário com firma reconhecida do representante legal da empresa, acompanhado do Contrato Social e suas alterações, se houverem.

§ 2º As pessoas físicas deverão encaminhar o formulário com firma reconhecida acompanhado de cópia da carteira de identidade, CPF e comprovante de residência.

§ 3º Os condomínios residenciais e comerciais deverão encaminhar o formulário com firma reconhecida do síndico ou responsável, acompanhado da cópia da ata da assembléia que o elegeu.

§ 4º Os órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações da União, dos Estados e dos Municípios deverão encaminhar o formulário acompanhado da cópia do ato administrativo que nomeia e autoriza o servidor a representá-lo.

§ 5º Para os casos em que o signatário do formulário "SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE SENHA ELETRÔNICA À NFPS-e" for procurador, além da firma reconhecida é obrigatório anexar procuração pública, autorizando o procurador a representá-lo neste ato.

Art. 7º Verificado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças o cumprimento dos arts. 5º e 6º deste Regulamento por parte do solicitante, proceder-se-á o desbloqueio de acesso ao sistema, sendo este comunicado via correio eletrônico (e-mail).

§ 1º No caso de constar qualquer inconsistência nas informações prestadas pelos interessados na obtenção de acesso ao sistema, será este cientificado desta via correio eletrônico para que no prazo de até 30 (trinta) dias tome as providências necessária para sua regularização.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior sem que sejam tomadas as providências necessária para a regularização, a "SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE SENHA ELETRÔNICA À NFPS-e" será rejeitada, e o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 8º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 9º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou para cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

§ 1º A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal identificado no formulário "SOLICITAÇÃO

DE LIBERAÇÃO DE SENHA ELETRÔNICA À NFPS-e", e poderá ser utilizada para as seguintes finalidades:

- I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFPS-e;
 - II – vincular ou desvincular contador;
 - III – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.
- § 2º A senha de acesso poderá ser bloqueada, de ofício, sempre que for constatada qualquer irregularidade junto a Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Art. 10. A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e), bem como pelos usuários habilitados ou vinculados.

SEÇÃO II

DO ACESSO PELA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Art. 11. O sistema da NFPS-e conterá dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, e será acessado por servidor para esse fim credenciado, mediante a utilização de senha de acesso.

§ 1º A senha de acesso prevista no caput deste artigo será outorgada ao titular da Diretoria de Tributos e Fiscalização ou a servidor a quem ele oficialmente delegar, e será utilizada para as seguintes finalidades:

- I – habilitar e desabilitar usuários;
 - II – criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
 - III – incluir e excluir informações de interesse do contribuinte ou da Administração Fazendária no portal da NFPS-e.
- § 2º A habilitação do servidor para uso da senha de acesso, nos termos do caput, deverá considerar a função exercida dentro da área fazendária.

CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFPS-e)

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. A Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) conterá as seguintes indicações:

- I – número do Recibo Provisório de Serviços (RPS);
- II – número da Nota;
- II – data e hora da emissão;
- III – data do fato gerador;
- IV – código de verificação de autenticidade;
- V – identificação do prestador dos serviços, com as seguintes informações:
 - a) nome ou razão social;
 - b) número do CPF ou do CNPJ;
 - c) número da inscrição municipal;
 - d) número da inscrição estadual;
 - e) endereço do estabelecimento (nome do logradouro e número da edificação no logradouro, bairro, município, UF); e
 - f) endereço eletrônico (e-mail);
- VI – identificação do tomador de serviços, com as seguintes informações:
 - a) nome ou razão social;
 - b) número do CPF ou do CNPJ;
 - c) número da inscrição municipal;
 - d) número da inscrição estadual;
 - e) endereço do estabelecimento (nome do logradouro e número da edificação no logradouro, bairro, município, UF); e
 - e) endereço eletrônico (e-mail);
- VII – discriminação do serviço;
 - a) discriminação do serviço;
 - b) valor unitário;
 - c) quantidade;
 - d) valor total do serviço;
 - e) base de cálculo;
 - f) alíquota do imposto (ISS);
- VIII – valores das retenções na fonte referentes a tributos/

contribuições federais (PIS/PASEP, CONFINS, INSS, IR e CCL, outras retenções), quando for o caso;

- IX – valor total da NFPS-e;
- X – valor líquido da NFPS-e;
- XI – código do serviço, entendido este como o enquadramento do serviço prestado na lista de serviços de que trata o Anexo I, da Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003;
- XII – valor dos descontos;
- XIII – valor da dedução na base de cálculo, quando houver previsão legal, segundo a legislação municipal;
- XIV – valor da base de cálculo;
- XV – valor do imposto (ISS);
- XVI – indicação no corpo da NFPS-e, quando for o caso, das seguintes situações:

- a) isenção, quando for o caso, com a informação do dispositivo legal que a concedeu;
- b) imunidade relativa ao imposto, quando for o caso, com a indicação do dispositivo constitucional no qual se enquadra o prestador do serviço;
- c) serviço não tributável pelo Município de Nova Trento, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei municipal;
- d) retenção de ISS na fonte;
- e) pessoa física ou sociedade simples de profissionais, sujeitas ao pagamento do imposto calculado sobre base fixa, da expressão "contribuinte enquadrado no regime de alíquota fixa por profissional";
- f) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
- g) microempreendedor individual, quando cadastrado no SIMEI;
- h) empresa enquadrada no regime tributário da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- i) contribuinte amparado por decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISS, com a informação da ação judicial que originou a suspensão.

§ 1º A NFPS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Nova Trento", "Secretaria Municipal de Administração e Finanças" e "Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica – NFPS-e".

§ 2º O número da NFPS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente seqüencial e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) permitirá o uso de logotipo dos prestadores de serviços.

Art. 13. A Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) deve ser emitida on-line, por meio da internet, no endereço eletrônico <http://www.novatreto.sc.gov.br>, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município, mediante a liberação de acesso.

§ 1º As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por cinco anos, contados da data da sua emissão.

§ 2º Findo o prazo de que trata o parágrafo anterior, as consultas das notas fiscais emitidas somente serão possíveis mediante solicitação formal e serão disponibilizados através de mídia gravável ou arquivo eletrônico.

§ 3º As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser enviadas por correio eletrônico (e-mail) ao tomador de serviços.

§ 4º Não incidirá custo relativo às emissões da NFPS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Art. 14. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras definições, entende-se por estabelecimento prestador matriz ou filial aquele no qual se desenvolve a atividade fim da prestação dos serviços, não se enquadrando como tal os postos de atendimento, coletas e outros de caráter temporário.

SEÇÃO II

DA EMISSÃO DA NFPS-e POR PESSOA FÍSICA

Art. 15. É facultado às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes solicitar a geração e a impressão da NFPS-e na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, observado, quanto ao pagamento do imposto, a situação do contribuinte junto ao Cadastro Mobiliário da Prefeitura, segundo as disposições dos incisos I e II, a seguir:

I – estando o contribuinte regularmente cadastrado na Prefeitura Municipal de Nova Trento e sujeito ao recolhimento do imposto em base fixa, a operação constante da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica Avulsa, não será tributada pelo imposto;

II – não estando o contribuinte regularmente cadastrado na Prefeitura Municipal de Nova Trento, a operação constante da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica Avulsa, será tributada pelo imposto, tendo como base de cálculo o preço do serviço.

§ 1º Na geração e impressão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica Avulsa na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças incidirá o pagamento da respectiva taxa de expediente.

§ 2º O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) relativo às notas fiscais geradas nas instalações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

§ 3º A liberação da impressão das notas de que trata este artigo dar-se-á mediante comprovação de pagamento do Documento de Arrecadação Municipal (DAM).

Art. 16. As notas fiscais emitidas na forma do artigo anterior serão geradas por intermédio de senha específica de funcionário da Fazenda Municipal habilitado para este fim.

SEÇÃO III**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR BANCOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAREM PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Art. 17. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionarem pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar Notas Fiscais de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e).

§ 1º Para efeito do que dispõe o caput deste artigo, fica instituída a Declaração de Instituições Financeiras (DIF) a ser entregue mensalmente até o décimo dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

§ 2º Na DIF deverão ser declarados:

I – os códigos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), sua respectiva nomenclatura e sua correlação com o subitem da lista de serviços;

II – o montante da receita relativa às operações de prestação de serviços descritas nos respectivos códigos do COSIF;

III – o montante do imposto devido em cada operação.

SEÇÃO IV**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR EMPRESAS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE**

Art. 18. As empresas operadoras de planos de saúde, fiscalizadas e controladas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), ficam dispensadas de gerar Notas Fiscais de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) para as operações enquadradas nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Para efeito do que dispõe este artigo, fica instituída a Declaração das Operações de Plano de Saúde (DOPS), a ser entregue mensalmente até o décimo dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

SEÇÃO V**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR TABELIONATOS, CARTÓRIOS NOTARIAIS E DE REGISTROS PÚBLICOS**

Art. 19. Os prestadores de serviços de registros públicos, cartórios e notariais, nas operações enquadradas no subitem 21.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, emitirão uma única NFPS-e semanalmente, contra clientes diversos (código 99999), no valor do montante da receita dos serviços prestados na semana.

§ 1º O contribuinte que não optar pela emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) na forma do caput deste artigo deverá emití-la por ocasião da prestação de serviços.

§ 2º A NFPS-e deverá ser gerada com base nas informações contidas nos livros, papéis e documentos de sua serventia, fiscalizados e controlados pela Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

SEÇÃO VI**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR CONCESSIONÁRIAS/PERMISSIONÁRIAS****DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS URBANOS**

Art. 20. As empresas concessionárias/permissionárias de serviços de coleta de lixo e resíduos urbanos, nas operações enquadradas no subitem 7.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, emitirão uma única NFPS-e mensal, contra clientes diversos (código 99999), no valor do montante da receita dos serviços prestados no mês.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos demais serviços prestados que não sejam objeto da concessão/missão.

SEÇÃO VII**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS/PERMISSIONÁRIAS****DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE NATUREZA MUNICIPAL**

Art. 21. As empresas concessionárias/permissionárias de serviços de transporte de natureza municipal, nas operações enquadradas no subitem 16.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, emitirão uma única NFPS-e diária, contra clientes diversos (código 99999), no valor do montante da receita dos serviços prestados no dia.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos demais serviços prestados que não sejam objeto da concessão/missão.

SEÇÃO VIII**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR EMPRESAS DE SERVIÇOS DE GUARDA E ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS**

Art. 22. As empresas prestadoras de serviços de guarda e estacionamento de veículos, nas operações enquadradas no subitem 11.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, emitirão uma única NFPS-e diária, contra clientes diversos (código 99999), no valor do montante da receita dos serviços prestados no dia.

SEÇÃO IX**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO**

Art. 23. Os prestadores de serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza, enquadrados no item 8 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, emitirão uma única NFPS-e semanal, contra clientes diversos (código 99999), no valor do montante da receita auferida semanalmente.

Parágrafo único. A NFPS-e deverá ser gerada com base nas informações contidas no "LIVRO DIÁRIO".

SEÇÃO X**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL**

Art. 24. Os prestadores de serviços de construção civil, para as operações enquadradas nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, emitirão nota por ocasião da prestação de serviços.

§ 1º Os prestadores de que trata o caput deste artigo deverão, se houver, discriminar no corpo das Notas Fiscais de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) as deduções da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

§ 2º As deduções da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) deverão obedecer as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 061, de 15 de junho de 2012.

SEÇÃO XI**DA EMISSÃO DA NFPS-e POR EMPRESAS QUE EXERCEM ATIVIDADES MISTAS (MERCADORIAS E SERVIÇOS)**

Art. 25. As empresas que exercem atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços poderão utilizar o Cupom Fiscal e a Nota Fiscal Conjugada como Recibo Provisório de Serviços (RPS), devendo esses documentos serem convertidos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, em Notas Fiscais de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e).

Parágrafo único. Para fins do disposto do caput deste artigo, somente as operações que contenham prestação de serviços é que deverão ser convertidas em Notas Fiscais de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e).

Art. 26. As empresas que utilizarem o sistema de Emissão de Cupom Fiscal (ECF) para o registro e controle concomitante de operações sujeitas aos tributos de competência estadual e municipal deverão observar as seguintes condições:

I – o uso dos equipamentos Emissores de Cupom Fiscal deverá ser autorizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina e pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

II – o software utilizado no equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) deverá ser adquirido de fornecedor autorizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

III – a Legislação Municipal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e a Legislação Estadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) deverá ser observada no uso do equipamento Emissor de Cupom Fiscal;

IV – o cumprimento das obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V – a numeração informada na Notas Fiscais de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) como Recibo Provisório de Serviços (RPS) será a mesma do Cupom Fiscal;

VI – os cupons fiscais emitidos poderão ser convertidos em uma única Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) diária, contra clientes diversos (código 99999), no valor do montante da receita auferida no dia.

§ 1º O contribuinte que não optar pela emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) na forma do inciso VI deste artigo deverá emití-la por ocasião da prestação de serviços.

§ 2º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças baixará os atos necessários a normatização do uso dos equipamentos e software aplicados para os Emissores de Cupom Fiscal (ECF), segundo as condições estabelecidas em Convênio com o Estado de Santa Catarina, com a intervenção da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 27. As empresas que utilizarem a Nota Fiscal Conjugada para o registro e controle concomitante de operações sujeitas aos tributos de competência estadual e municipal deverão observar as seguintes condições:

I – ficam obrigadas a inserir no corpo da Nota Fiscal Conjugada a seguinte mensagem: "A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS AO ISS CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SERÃO CONVERTIDAS EM NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFPS-e) NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS";

II – a numeração informada na Notas Fiscais de Prestação de

Serviços Eletrônica (NFPS-e) como Recibo Provisório de Serviços (RPS) será a mesma da Nota Fiscal Conjugada;

III – as Notas Fiscais Conjugadas já emitidas que contenham prestações de serviços deverão ser guardadas pelo prazo de 5 (cinco) anos.

SEÇÃO XI**DO CANCELAMENTO DA NFPS-e**

Art. 28. A NFPS-e poderá ser cancelada pelo emitente somente por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o cancelamento.

§ 1º Havendo o cancelamento da NFPS-e, o sistema enviará automaticamente mensagem por correio eletrônico (e-mail) ao tomador do serviço notificando-lhe sobre a operação.

§ 2º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFPS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

§ 3º Não se admite cancelamento da NFPS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

SEÇÃO XII**DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA (CC-e)**

Art. 29. Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a Carta de Correção Eletrônica (CC-e), destinada a corrigir erros, dados e informações da NFPS-e, sem implicar no cancelamento desta.

§ 1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração da NFPS-e.

§ 2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo à base de cálculo, à alíquota, ou, ao valor do imposto.

§ 3º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFPS-e, o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 4º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO IV**DA APURAÇÃO E PAGAMENTO DO IMPOSTO**

Art. 30. A apuração e o pagamento do imposto se darão nas condições estabelecidas pela Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 093, de 23 de setembro de 2011.

CAPÍTULO V**DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Art. 31. As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste Decreto, serão punidas com a aplicação das penalidades previstas na Lei Complementar nº 033, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 093, de 23 de setembro de 2011.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 32. Para efeito deste Decreto, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado pelo contribuinte, via protocolo da Prefeitura Municipal de Nova Trento, mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFPS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido no caput deste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 33. Fica estabelecida como data inicial para a utilização obrigatória do Sistema da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica (NFPS-e) a data de 10/08/2015.

Art. 34. Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFPS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações

irregulares impliquem nas penalidades previstas na legislação tributária municipal.

Parágrafo único. As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de sujeitarem-se às sanções previstas na legislação tributária municipal.

Art. 35. Fica estabelecida a data de 30/12/2015 para a entrega, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, das Notas Fiscais de Prestação de Serviços modelos D-I e D-II não utilizadas.

Art. 36. Fica revogada a utilização dos modelos D-I e D-II de Nota Fiscal de Prestação de Serviços de que trata o inciso I, do art. 132 do Decreto Municipal nº 093, de 23 de setembro de 2011.

Art. 37. Fica revogado o art. 159 do Decreto Municipal nº 093, de 23 de setembro de 2011.

Art. 38. Os casos especiais de emissão de notas fiscais eletrônicas NFPS-e serão dirimidos e regulados por atos do Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Art. 39. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Trento (SC), em 07 de agosto de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

DECRETO Nº 133/2015

DECRETO Nº 133/2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18 da Lei Municipal nº 1207, de 30 de agosto de 1992, resOLVE: Art. 1º NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Francis Tentardini Silveira	Dentista	40 horas semanais

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 07 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

SAMAE - Nova Trento

AVISO LICITAÇÃO CV_02_2015 AQUISIÇÃO AREIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTA CNPJ 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, nº 356

C.E.P.: 88270-000 Nova Trento – SC

Processo Administrativo: 4/2015

Processo de Licitação: 4/2015

CV CONVITE Nº 2/2015

Data do Processo: 10/08/2015

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2/2015

A Comissão Permanente de Licitação, da entidade SAMAE NOVA TRENTA, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 002/2013, de 2/1/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 18/08/2015, às 15:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, Nova Trento-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 2/2015-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE AREIA PARA ASSENTAMENTO DE REDE DE ABASTECIMENTO PARA AS VALAS POR ONDE PASSA A REDE DE ÁGUA PERTENCENTE A ESTE SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Nova Trento, 10 de Agosto de 2015.

MARIA DE LOURDES ROVER

Presidente da Comissão de Licitação

CONTRATO E TERMO ADITIVO Nº 000027/2015 BENETERRA TERRAPLENAGEM LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE NOVA TRENTA CNPJ: 95.785.267/0001-48

RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356

C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTA

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO E TERMOS ADITIVOS AGOSTO/2015

Contrato: BENETERRA TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ: 14.537.183/0001-93

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Numero de Licitação: 10/2014

Número do Contrato ou Aditivo: Nº 000027/2014

Processo nº 015/2014

Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE AREIA PARA ASSENTAMENTO DE REDES DE ABASTECIMENTO PARA AS VALAS E ESCAVAÇÕES POR ONDE PASSA A REDE DE AGUA PERTENCENTE A ESTE SAMAE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura: 07/08/2015

Data da Publicação no Diário Oficial:10/08/2015

Vigência: 07/08/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:13.01 17.512.0004

2.035.3.3.90.30.24.00.00.00

Numero do Empenho: 250/2015

Valor: 3.112,50 (Três mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

Forma de Pagamento: 5º dia útil após emissão NF

CARLOS TARCISIO BATTISTI

DIRETOR DO SAMAE

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 003/2015 -05-08-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/08/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 247,22 (Duzentos e quarenta e sete reais e vinte dois centavos)

DATA: 05/08/2015

DIRCEU MEZOMO

Secretario De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

Ouro

PREFEITURA

ERRATA - TERMO ADITIVO N.003/2015 AO CONTRATO N. 036/2014

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE LÊ-SE:

TERMO ADITIVO N. 0003/2015 AO CONTRATO Nº 036/2014

Contratante: Município de Ouro

Contratado: BONISSONI & BONISSONI ADVOGADOS ASSOCIADOS

Objeto: Prorrogação de prazo.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 8666/93.

Vigência: vigorará de 01/08/2015 até 31/12/2015.

Data de assinatura: 30/07/2015.

PASSA A SER LIDO:

PROCESSO LICITATÓRIO N 0007/2015

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS N. 0001/2014

TERMO ADITIVO Nº 0003/2015 AO CONTRATO Nº 036/2014

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: BONISSONI ADVOGADOS ASSOCIADOS

Objeto: Prorrogação de contrato

Vigência: 01/08/2015 até 31/12/2015

Valor do aditivo: R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Valor atualizado do contrato: R\$ 101.368.75 (cento e um mil trezentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Data de assinatura: 30/07/2015.

Paial

PREFEITURA

PP 28/2015

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 028/2015, PROCESSO LICITATÓRIO 0376/2015

Objeto: Aquisição de trator agrícola de pneus conforme especificações constantes do Anexo "E" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 20/08/2015

Abertura: 20/08/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 07 de agosto de 2015.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.867, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.867, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 1.434.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO
04.01 - GABINETE DO PREFEITO
2.019 - Functo e Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 210.000,00
246 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 210.000,00
05.00 - SECRETARIA MUNIC.DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
05.01 - SECRETARIA MUNIC.DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
2.193 - Functo e Manut.dos Serviços Urbanos-SESP R\$ 30.000,00
149 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
2.013 - Functo e Manutenção da Secretaria de Habitação R\$ 85.000,00
247 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
11.00 - SECRETARIA DESENV.ECON.E SUSTENTÁVEL
11.00 - SECRETARIA DESENV.ECON.E SUSTENTÁVEL
2.084 - Functo e Manutenção da Secretaria de Desenv.Sustentável R\$ 20.000,00
220 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.154 - Functo e Manutenção de Escolas Profissionais R\$ 45.000,00
159 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
2.026 - Functo e Manutenção da Secret.de Infra-Estrutura R\$ 894.000,00
170 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
192 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 874.000,00
15.00 - SECRET.MUNC.DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
15.01 - SECRET.MUNC.DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
2.083 - Functo e Manutenção da Cultura R\$ 90.000,00
229 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
28.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
28.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
2.162 - Functo e Manut. da Secretaria de Segurança Pública R\$ 60.000,00
050 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta das anulações abaixo relacionadas:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO
04.01 - GABINETE DO PREFEITO
2.048 - Conselho Mun.de Defesa do Consumidor-PROCOM R\$ 190.000,00
060 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00
069 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
05.00 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
05.01 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
2.193 - Functo e Manut.dos Serviços Urbanos - SESP R\$ 450.000,00
101 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
1.101 - Fundo Municipal de Habitação R\$ 48.000,00
34 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 48.000,00
07.00 - SECRETARIA GERAL DO MUNICIPIO
07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
2.051 - Functo e Manutenção da Procuradoria R\$ 29.000,00
035 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
074 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
2.049 - Functo e Manutenção da Secretaria de Governo R\$ 10.000,00
142 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
2.064 - Functo e manutenção da Secretaria da Receita R\$ 95.000,00
084 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 95.000,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
2.066 - Functo e Manut. da Secretaria de Finanças R\$ 35.000,00
211 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
11.00 - SECRETARIA DESENV.ECON, E SUSTENTÁVEL
11.01 - SECRETARIA DESENV.ECON. E SUSTENTÁVEL
2.084 - Functo e Manut. da Secret.de Desenv.Sustentável R\$ 20.000,00
224 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
12.00 - SECRETARIA MUNC. DE AGRICULTURA E PESCA
12.01 - SECRETARIA MUNC. DE AGRICULTURA E PESCA
2.033 - Functo e Manut. da Secretaria da Agricultura R\$ 125.000,00
005 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
232 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 110.000,00
13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.154 - Functo e Manut.de Escolas Profissionais R\$ 35.000,00
163 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

1.168 - Reforma do Grupo Escolar Frei Damião R\$ 50.000,00
 016 4.4.90.00.00.00.00.0.1.190207 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 15.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.037 - Functo e Manutenção do Conselho Tutelar R\$ 70.000,00
 168 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 191 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 24.00 - SECRET. MUNIC. DE TURISMO,ESPORTE E CULTURA
 24.01 - SECRET. MUNIC. DE TURISMO,ESPORTE E CULTURA
 2.020 - Functo e Manutenção da Biblioteca Pública Municipal R\$ 40.000,00
 178 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 2.081 - Functo e Manut. do Turismo R\$ 17.000,00
 244 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 17.000,00
 2.082 - Functo do Esporte e Lazer R\$ 100.000,00
 072 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
 154 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
 2.083 - Functo e Manutenção da Cultura R\$ 20.000,00
 237 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 2.165 - Functo e Manut. da Secretaria de Administração R\$ 100.000,00
 111 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 Soma R\$ 1.434.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
 Palhoça, 04 de agosto de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.868, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.868, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.
 SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
 No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.581.000,00 (dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

16.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 2.009 - Assistência a Saúde-Serv.Pref.Mun.de Palhoça R\$ 2.581.000,00
 129 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 2.581.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta das anulações abaixo relacionadas:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO
 04.01 - GABINETE DO PREFEITO

2.048 - Conselho Munic. de Def. do Consumidor-PROCOM R\$ 90.000,00
 207 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 05.00 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
 05.01 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
 2.029 - Recup.Rev.Proj,Const.Equip.e Manut. de Praça R\$ 80.000,00
 148 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 2.193 - Funcionamento e Manutenção dos Serv.Urbanos-SESP R\$ 57.000,00
 015 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 57.000,00
 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 1.101 - Fundo Municipal de Habitação R\$ 99.000,00
 218 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 99.000,00
 07.00 - SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
 07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 2.051 - Functo e Manutenção da Procuradoria R\$ 30.000,00
 071 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 2.167 - Precatórios R\$ 210.000,00
 198 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 210.000,00
 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 2.007 - Tarifas Bancárias R\$ 350.000,00
 145 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
 2.066 - Functo e Manut. da Secretaria de Finanças R\$ 290.000,00
 122 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 290.000,00
 11.00 - SECRETARIA DESENV.ECON. E SUSTENTÁVEL
 11.01 - SECRETARIA DESENV.ECON. E SUSTENTÁVEL
 1.025 - Criação e Manutenção Parque Tecnológico R\$ 125.000,00
 126 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
 1.155 - Pl.Urbaniz.Plud.e Pts Complexo Tur.Cambirela R\$ 120.000,00
 193 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
 2.177 - Parque p/Exposição de Eventos R\$ 20.000,00
 064 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 2.084 - Functo e Manut. da Secret.de Desenv.Sustentável R\$ 150.000,00
 239 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 12.00 - SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
 12.01 - SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA E DA PESCA
 1.010 - Formento e Produção Animal R\$ 30.000,00
 153 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 1.012 - Imp. e Operac.de Coletores p/Cultivo Mexilhões R\$ 30.000,00
 002 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 2.020 - Manutenção do Horto Florestal R\$ 65.000,00
 158 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
 14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 1.016 - Construção e Restauração de Pontes e Bueiros R\$ 125.000,00
 133 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00
 2.140 - Troca do Total do Toldo da Praça 7 de Setembro R\$

40.000,00
 001 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 24.00 - SECRET.MUNIC.DE TURISMO ESP. E CULTURA
 24.01 - SECRET.MUNIC.DE TURISMO ESP. E CULTURA
 1.120 - Natal Reluz R\$ 150.000,00
 202 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
 2.020 - Functo e Manut.Biblioteca Pública Municipal R\$ 20.000,00
 221 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 2.160 - Divulgação e Publicação Criação Impressão Turística R\$ 200.000,00
 099 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 2.015 - Serviços Públicos Concedidos R\$ 200.000,00
 94 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 28.00 - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF.CIDADÃO
 28.01 - SECRETARIA DE SEG.PÚBLICA E DEF.CIDADÃO
 1.156 - Sistema Eletrônico de Monitoramento Urbano R\$ 20.000,00
 039 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 2.024 - Criação da Guarda Municipal R\$ 10.000,00
 019 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 2.147 - Segurança e Operacionalização do Transito R\$ 10.000,00
 093 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 2.162 - Functo e Manut. da Segurança Pública R\$ 60.000,00
 231 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de agosto de 2015.
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.869, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.869, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.
 SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
 No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 2.021 - Functo e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 291.000,00
 172 3.3.90.00.00.00.00.0.1.360150 - Aplicações Diretas R\$ 291.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação. 0.1360150 – Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
 Palhoça, 04 de agosto de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.870, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.870, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.
 SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
 No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 1.697.000,00 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 1.697.000,00
 057 3.1.91.00.00.00.00.0.1.180158 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
 092 3.1.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 1.347.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta das anulações abaixo relacionadas:

05.00 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
 05.01 - SECRETARIA MUNIC. DE SERVIÇOS PÚBLICOS-SESP
 2.193 - Functo e Manut.dos Serviços Urbanos - SESP R\$ 60.000,00
 238 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
 06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 1.101 - Fundo Municipal de Habitação R\$ 50.000,00
 114 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.151 - PAC-Programa de Aceleração do Crescimento R\$ 80.000,00
 226 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
 2.087 - Construção e Assistência Técnica de Unidade Habitacionais R\$ 260.000,00
 240 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00
 07.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 1.052 - Aquisição e Desapropriação de Terrenos R\$ 500.000,00
 053 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS R\$ 40.000,00
 018 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 11.00 - SECRETARIA DESENV.ECON. E SUSTENTÁVEL
 11.01 - SECRETARIA DESENV.ECON. E SUSTENTÁVEL
 1.177 - Parque p/Exposição de Eventos R\$ 20.000,00
 156 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 2.084 - Functo e Manut. da Secret.de Desenv.Sustentável R\$ 15.000,00
 081 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 1.005 - Construção Amp.Ref.Escolas Ens.Fundamental R\$ 300.000,00
 210 4.4.90.00.00.00.00.0.1.190207 - Aplicações Diretas R\$

300.000,00
 1.168 - Reforma do Grupo Escolar Frei Damião R\$ 50.000,00
 016 4.4.90.00.00.00.00.0.1.190207 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 1.015 - Aquisição de Eptos e Material Permanente R\$ 50.000,00
 051 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.023- Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 73.000,00
 017 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 73.000,00
 1.143 - Drenagem e Pavimentação Ruas Pasc II R\$ 52.000,00
 223 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 52.000,00
 1.176 - Pavimentação da Avenida das Torres R\$ 50.000,00
 136 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 15.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.037 - Functo e Manutenção do Conselho Tutelar R\$ 40.000,00
 024 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 28.00 - SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF.CIDADÃO
 28.01 - SECRETARIA DE SEG.PÚBLICA E DEF.CIDADÃO
 2.136 - Programa Municipal de Defesa Civil R\$ 25.000,00
 027 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 2.062 - Functo e Manut.da Secret.de Segurança Pública R\$ 32.000,00
 049 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de agosto de 2015.
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.871, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.871, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.
 SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
 No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 5.838.000,00 (cinco milhões, oitocentos e trinta e oito mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 5.838.000,00
 403 3.1.91.00.00.00.00.0.1.020179 - Aplicações Diretas R\$ 238.000,00
 412 3.1.90.00.00.00.00.0.1.020179 - Aplicações Diretas R\$ 5.600.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação do exercício FR 01.000142 – Recursos Ordinários Livres.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de agosto de 2015.
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.872, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 1.872, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.
 SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
 No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 2.021 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 320.000,00
 010 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 320.000,00
 2.022 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 300.000,00
 008 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta das anulações abaixo relacionadas:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 1.005 - Construção Amp. Ref. Escolas Ens. Fundamental R\$ 100.000,00
 147 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
 1.031 - Aquisição de Eptos e Mat. Permanente-Educ.Infantil R\$ 200.000,00
 006 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
 1.163 - Creche Vila Nova R\$ 50.000,00
 052 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.169 - Construção Escola Guilherme Vitor Filhos R\$ 50.000,00
 065 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.170 - Reforma e Ampliação Escola Adriana Wengartner R\$ 50.000,00
 201 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.171 - Reforma e Ampliação Sala Escola Neri B. Martins R\$ 50.000,00
 105 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.172 - Construção Creche Vovó Maria R\$ 50.000,00
 009 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 1.173 - Construção Creche Praia de Fora R\$ 50.000,00
 206 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 2.105 - Laboratório de Inclusão Digital a Serv.da Educação R\$ 20.000,00
 013 3.3.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 073 4.4.90.00.00.00.00.0.1.010142 - Aplicações Diretas R\$

10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 04 de agosto de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 120 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº120/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 120/2015, no dia 25 de agosto de 2015, às 14:00 horas na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezi-nha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº120/2015 tem como objeto a aquisição de ÁGUA MI-NERAL SEM GÁS PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE PALHOÇA, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interes-sados no endereço acima citado, das 13:00 horas às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça, 07 de julho de 2015. A Pregoeira.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº111/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

111/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a locação de Carregador Com-pacto e Escavadeira para utilização em serviços de drenagem e saneamento, a serem utilizados pela SAMAE PALHOÇA, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ITENS 1 e 2: - MEGA COM. DE PEÇAS E SERV. AUTOMOTIVOS EIRELI foi vencedora, totalizando a importância de R\$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais).

Palhoça, 07 de Agosto de 2015.

André José Silveira

Pregoeiro

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE com distribuição na Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino sendo Centros de Educação infantil, Escolas de Ensino Fundamental, AEE e EJA. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 25 de agosto de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 25/08/2015 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 07 de agosto de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0044/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0044/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0030/2015

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0044/2015, Modalidade de Pregão Presencial n. 0030/2015 – Objeto: 2.1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de arbitragem para os jogos do campeonato municipal de futsal edição 2015, nas modalidades: Sub 16 Masculino, Adulto Livre, Feminino Aberto e Veterano Aberto, conforme especificações no anexo I do edital. Os jogos serão realizados no Ginásio Poliesportivo Municipal Norino Nervis Município de Passos Maia/SC. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:30 horas do dia 20 de agosto de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 08:50 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 07 de agosto de 2015.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA

DECRETO Nº 27/2015

DECRETO Nº27/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de avaliação da situação atual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito do município,

Considerando que o processo de Conferências de Assistência Social são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização, cuja principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades na Política de Assistência Social para os próximos anos;

Considerando o objetivo da Conferência Municipal de Assistência Social, que é avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único da Assistência Social, conforme previsto na Lei Municipal de criação do CMAS 1568/2013

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a I Conferência Municipal de Assistência Social com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 2º A I Conferência Nacional Municipal de Assistência Social realizar-se- 14/08/2015 , no auditório Leonel de Oliveira - CERPALO situado a Rua João de Souza, 355- Centro- Paulo Lopes.

Art. 3º A I Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 4º Para a organização da I Conferência Municipal de Assistência Social será instituída uma Comissão Organizadora coordenada pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, a ser definida em Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização da I Conferência Municipal, será de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de agosto de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 13/2015

PORTARIA Nº. 13/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, com base no Prejulgado 1277 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resOLVE:

PRORROGAR

Por mais 30 dias, em regime de urgência, os serviços contábeis realizados pela servidora Luceni Firmino Silvano Fermiano, contadora, efetiva, do Poder Executivo, desempenhados temporariamente, para esta Casa Legislativa, devido a vacância do cargo de contador da Câmara, em face do pedido de exoneração do funcionário efetivo.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 10 de agosto de 2015.

Oziel Evaldo Silva

Presidente

Publicada a presente Portaria em 10 de agosto de 2015.

Penha

PREFEITURA

EDITAL 03/2015 COMCAD - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

C O M C A D

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha / SC

PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS PARA CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PENHA – GESTÃO 2016/2019

EDITAL Nº 003/2015 – COMCAD PENHA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha – COMCAD, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Legislação vigente e no Edital nº 003/2015 do COMCAD e suas retificações, publica a relação dos candidatos aptos para Conselheiros Tutelares do município de Penha – Gestão 2016/2019, e abre o prazo para apresentação de Recurso dos candidatos inabilitados.

1. Após prazo para defesa dos candidatos impugnados segue abaixo a relação dos candidatos aptos a participar da capacitação para Conselheiros Tutelares do município de Penha – Gestão 2016/2019:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
001	Luciana Maria da Silva
002	Antonio Carlos Siqueira da Silva
003	Salete Maria da Silva
004	Wilson Mistura
005	Rita Antonia de Cassia Laudario
006	Matheus Marcondes Romeiro Sobrinho
007	Katia Cilene Krueger Nicolau
008	Clovis Ramos Queiroz
009	Vivian Lane Felício
010	Andrielly Andrea da Silva
0012	Eduardo Mauro Vicente
0013	Andreia Ferreira
0014	Maria Idevalde Silva de Melo
0015	Juliana da Silva
0016	Mari Neusa da Silva Steinhoff
0017	Carmen Lucia Amaro
0018	Ricardo Silva Batista

2. A seguinte inscrição não foi homologada após análise da Comissão Especial do COMCAD, em virtude do descumprimento das exigências previstas no Edital nº 003/2015 do COMCAD. A candidata apresentou “Recurso” que foi julgado improcedente

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	MOTIVO
011	Dulcilene Dulce Nascimento	Não atende o item 5, 5.5, VII do Edital

Penha (SC), 07 de agosto de 2015.

Antônio Bertoldi
Presidente do COMCAD

CÂMARA MUNICIPAL**ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 - CERTAME DESERTO**

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015

No dia sete de agosto de dois mil e quinze, às onze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, Sala das Comissões, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Glaucia Costa dos Santos Francisco, Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, a Contadora Dayse Cristiane de Souza Germano e o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, convocados pela Pregoeira para acompanhar a sessão pública de abertura do Processo Licitatório Nº 04/2015, Pregão Presencial Nº 02/2015 referente a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gasolina comum para abastecimento dos veículos que compõem a frota oficial da Câmara de Vereadores de Penha, atendendo as especificações mínimas contidas no Anexo I deste Edital. Ato contínuo registra-se o não comparecimento de empresas interessadas, a Pregoeira declarou deserta a presente licitação. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública de processamento do pregão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Sessões, 07 de agosto de 2015.

Zaira C. da S. Hanemann
Pregoeira

Glaucia C. dos S. Francisco
Membro da Equipe Apoio

Ivana da Costa
Membro da Equipe Apoio

Tatiane da S. Willem
Membro da Equipe Apoio

ATO Nº 002/2015 SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

Estado de Santa Catarina
Câmara de Vereadores de Penha
Edital n.º 001/2015 de CONCURSO PÚBLICO

ATO Nº 002/2015 REFERENTE AO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

Segunda Retificação do Edital 001/2015 de Concurso Público

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de acompanhamento do Concurso Público, torna público a segunda retificação do edital 001/2015 de Concurso Público, conforme segue:

1. Fica retificada a data da Homologação das inscrições e Locais de provas do cronograma do edital para 31/08/15.
2. As demais regras e dispositivos do edital permanecem inalteradas.

PENHA, 07 de Agosto de 2015.
Felipe Rebello Schmidt
Presidente da Câmara

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 01/2015 DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA CONFORME RETIFICAÇÃO ATRAVÉS DO ATO Nº 002/2015

EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

Republicação conforme retificação através do Ato/001 e 002/2015

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vaga de cargo efetivo do Quadro Único de Pessoal da Câmara de Vereadores de Penha, Santa Catarina e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, e demais legislações vigentes e a Comissão de acompanhamento do Concurso Público designada pela Portaria nº 23/2015, tornam público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal Câmara de Vereadores de Penha, contratados sob o regime celetista conforme Lei Complementar Municipal nº 37/2011, Lei Complementar nº 96/2015, Lei Complementar nº 97/2015 e suas alterações e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e legislação vigente.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Município de Taió, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.190-000, tel./fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.org.br, sob a supervisão da Comissão de acompanhamento do Concurso Público, nomeada pela Portaria n.º 23/2015.

1.2. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Prevista
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	20/07/15 a 19/08/15
Prazo para requerer isenção da taxa de inscrição	20/07 a 04/08/15
Divulgação do deferimento dos pedidos de isenção	11/08/15
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	20/08/2015
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento e laudo médico	19/08/15
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	24/08/2015
Recursos contra indeferimento das inscrições	25 e 26/08/15
Homologação das inscrições e Locais de provas	21 31/08/15
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	13/09/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	14/09/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	15 e 16/09/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	22/09/15
Classificação Preliminar da prova escrita	23/09/15
Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita	24 e 25/09/15
Classificação Final da prova escrita	28/09/15
Convocação para entrega de títulos dos aprovados na prova escrita	28/09/15
Prazo para protocolo e/ou postagem via sedex/ar dos títulos	29/09 até 02/10/15
Divulgação da classificação preliminar com pontuação de títulos	09/10/15
Recursos contra pontuação de títulos	13 e 14/10/15
Classificação Final do certame	19/10/15
Homologação Final do certame	Após 20/10/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.5. O Edital completo do concurso público será publicado no site da Câmara de Vereadores de Penha na Internet: <http://www.camarade-penha.com.br>, no site www.iobv.com.br e no diário oficial dos municípios: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, bem como afixado na sede da Câmara de Vereadores de Penha; sede da Prefeitura Municipal; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e regional.

1.6. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração da Câmara de Vereadores de Penha, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.7. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Câmara de Vereadores de Penha – SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- A nacionalidade brasileira;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função;
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Taxa de inscrição
Advogado	01	20 h/s	R\$ 2.800,00 R\$ 3.015,04	Curso Superior - Bacharelado em Direito com inscrição no registro no órgão de classe.	Escrita e títulos	R\$ 100,00
Jornalista	01	30 h/s	R\$ 2.900,00	Curso Superior completo em Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da profissão.	Escrita e títulos	R\$ 100,00
Motorista	02	40 h/s	R\$ 1.197,04 R\$ 1.288,97	Curso de nível fundamental, e portador de carteira nacional de habilitação categoria "B"	Escrita	R\$ 30,00

Técnico de Informática, Som e Imagem	01	40 h/s	R\$ 1.650,00	Curso de nível Médio com curso Técnico em Processamento de Dados, Informática, rede de computadores ou Sistemas.	Escrita	R\$ 80,00
Vigia	02	40 h/s	R\$ 811,10 R\$ 873,39	Curso de nível fundamental e Conhecimento prático.	Escrita	R\$ 30,00

3.1 A atribuição do cargo e outras informações constam no anexos I deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br em "concursos e seletivos", "inscrições abertas", selecionar o Município de PENHA Câmara Edital 01/2015;

b) Baixar e Ler atentamente o edital completo, verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;

c) Preencher o Requerimento de Inscrição;

d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-los pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.6. O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);

b) Para cargos com exigência de ensino médio: R\$ 80,00 (oitenta reais)

c) Para cargos com exigência de ensino fundamental completo: R\$ 30,00 (trinta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser realizado mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.7.2. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é do Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 001.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12. Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Haverá isenção de taxa de inscrição para os candidatos doadores de sangue que atenderem aos requisitos da Lei Municipal Nº 2281/2009 e para candidatos de baixa renda que atenderem aos requisitos do Decreto Federal n.º 6.593/2008, ou seja, para:

a) Doadores de Sangue

b) Candidato de Baixa Renda

4.13.2. Para ter direito à isenção da taxa de inscrição o candidato doador de sangue deverá:

a) Efetuar sua inscrição no concurso público pelo site www.iobv.org.br.

b) Preencher o requerimento e declaração de que atende aos requisitos exigidos na lei de isenção conforme anexo IV deste edital.

c) Apresentar comprovante de doador voluntário de repetição, de no mínimo duas vezes ao ano, durante o período de 2 (dois) anos imediatamente anteriores ao concurso.

d) Comprovar a qualidade de doador de sangue através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora de órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município, que deverá ser anexada ao requerimento de isenção (anexo IV deste edital, informando o número de doações e data;

e) Enviar a documentação acima até a data constante do cronograma deste edital, através de sedex/ar para Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, CEP: 89190-000 – Taió – SC.

4.13.3. Para ter direito à isenção da taxa de inscrição o candidato de baixa renda deverá:

- a) Efetuar sua inscrição no concurso público pelo site www.iobv.org.br.
 - b) Preencher o requerimento e declaração de que atende aos requisitos exigidos na lei de isenção conforme anexo IV deste edital.
 - c) Comprovar sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;
 - d) Comprovar ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
 - e) Encaminhar via sedex/ar para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – CEP: 89190-000 – Taió - SC os seguintes documentos: I - Anexo IV devidamente preenchido e assinado, cópia do documento de identificação tipo R.G.; II- cópia da Carteira de Trabalho -CTPS (páginas que identifiquem o candidato e caracterizem a sua situação de desemprego); III - declaração subscrita pelo interessado relatando sua situação de desemprego assinada por duas testemunhas ou comprovação de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº. 6.135, de 26 de junho de 2007.
- 4.13.3.1. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.
- 4.13.4. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição se o candidato não comprovar todas as exigências.
- 4.13.5. Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.
- 4.13.6. O candidato que tiver seu requerimento indeferido, desejando participar do certame deverá efetuar o pagamento do boleto de inscrição até a data do vencimento conforme data do cronograma.

4.14. Demais disposições referente às inscrições

- 4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.
- 4.14.2. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.
- 4.14.3. A Comissão de Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.
- 4.14.4. As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.
- 4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.
- 4.14.6. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.
- 4.14.7. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.
- 4.14.8. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.
- 4.14.9. A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.
- 4.14.10. Será cancelada a inscrição do candidato que:
- a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;
 - b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.
- 4.14.11. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 4.14.12. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.camaradepenha.com.br>.
- 4.14. Das condições especiais para realizar a prova
- 4.14.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (amamentação, local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição, leitor (não haverá prova em braille), prova com fonte ampliada e etc.), deverão além de assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 – Centro – 89.190-000 – Taió – SC.
- 4.14.2. A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.14.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.
- 4.14.2.1. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.
- 4.14.3. O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº

3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência. Na lista especial configurará a classificação por cargo, dos portadores de deficiência.

5.3.1. . Em função do número de vagas oferecidas em cada cargo, não há previsão imediata de oferecimento de vaga às pessoas com deficiência.

5.3.2. Os candidatos que requererem vagas para portadores de deficiência, neste caso, serão classificados na medida em que houver oferta de nova vaga, da seguinte forma:

a) o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 10ª (décima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 20ª (vigésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6. Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar via sedes/ar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1. A documentação de que trata as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro – 89190-00 – Taió – SC.

5.6.2. O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido por perícia médica oficial.

5.9. Tendo sido aprovado no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1. Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas, na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1. O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em até duas etapas conforme o cargo, sendo:

a) Prova Escrita (PE): Para todos os cargos haverá Prova escrita que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de Títulos (PT): Para os cargos de nível superior além da prova escrita haverá prova de títulos de caráter classificatório para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

7.2. As provas serão realizadas no município de Penha-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site <http://www.camaradepenha.com.br> na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15

Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
Hora mínima de permanência em sala de prova	10 h
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.2.1. Dependendo do número de inscritos e da capacidade de alocação dos candidatos nas escolas do município, os cargos poderão ser distribuídos nos períodos matutino e vespertino, devendo o candidato acompanhar as publicações.

7.3.3. A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez) minutos antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4. O IOBV e o Câmara de Vereadores de Penha eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com até 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.2. Escolaridade: Ensino Fundamental Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Matemática	5		
		Gerais e Atualidades	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	10	0,70	7,00
		Total	25		10,00

8.2.3. Escolaridade: Ensino Médio e Superior Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Gerais e atualidades	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação Municipal	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo II deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível superior e médio: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

b) Cargos com exigência de ensino fundamental completo: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,70)$

c) Sendo:

NPE= Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco);

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6. NORMAS PARA APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1. Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

- a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;
- b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;
- c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição no dia da prova.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
 - b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
 - c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.
- 8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cujas respostas não coincida com o gabarito oficial;
 - b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
 - c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
 - d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
 - e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Do cartão resposta que não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão

entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permanecerem na sala de provas, só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão o fechamento e assinarão o termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova.

8.9.26.1. Um caderno de questões de cada cargo, estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que os candidatos possam interpor recursos contra as questões da prova.

8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento das provas.

8.6.29. O IOBV e a Câmara de Vereadores de Penha/SC não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1. Haverá pontuação de títulos para os candidatos aprovados na prova escrita objetiva dos cargos com exigência de ensino superior, a qual constará da avaliação dos DIPLOMAS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição, devidamente registrado e reconhecido pelo MEC e apresentados em cópia autenticada em cartório, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

- a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;
- b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;
- c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, relacionado à área da função pretendida.

9.2. Para a pontuação da Prova de Títulos serão computados os pontos referentes ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 9.1.

9.3. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

9.4. Só serão aceitos como comprovação de títulos: certidões, atestados ou declarações de conclusão desde que sejam em papel timbrado, assinado pelo responsável da instituição, acompanhados do histórico escolar, em que conste o rol de disciplinas com a respectiva carga horária, a fim de verificar a relação do título com o cargo escolhido.

9.5. Da entrega dos títulos

9.5.1. As cópias autenticadas dos certificados podem ser protocolados na sede do IOBV, ou enviados via Sedex com AR para Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro – CEP 89.190-000- Taió – SC, até o dia previsto no cronograma do edital.

9.5.2. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

9.5.3. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.5.4.. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

9.5.5. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.5.6. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

9.5.7. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

9.5.8. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.5.9. A pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita ($NF = NPE + NPT$)

9.5.10. Os títulos dos candidatos reprovados na prova escrita serão desconsiderados e descartados.

10. DOS RECURSOS

10.1. Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

10.1.1. Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

10.2. Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Câmara Edital 01/2015 de Penha;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir "Solicitar Recurso".

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica.

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

10.3. Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

10.4.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

10.5 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

10.6. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.7. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

10.8. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

10.9. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

10.10. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

10.10.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

10.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

10.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

11. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

11.1. A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota final para os cargos de ensino superior: $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT = Nota da prova de títulos

NF = Nota Final

11.2. Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

11.3. A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

11.4. Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5. Para o efeito do item 11.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

11.6. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- c) Maior Idade.
- d) Sorteio público.

12. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

12.1. A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de Decreto da Câmara de Vereadores de Penha devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

12.2. Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

13. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

13.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta da Câmara de Vereadores de Penha, sendo que a admissão é de competência do Presidente da Câmara de Vereadores de Penha, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

13.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Penha.

13.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Câmara de Vereadores de Penha.

13.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

13.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar a Câmara de Vereadores de Penha.

13.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

13.6. O candidato que não se manifestar junto a Câmara de Vereadores de Penha, até a data, estabelecida conforme item 13.5, será excluído deste Concurso Público.

13.7. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente a Câmara de Vereadores de Penha.

13.7.1. A inobservância do subitem 13.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

13.8. Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

13.90. O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14.1 Delega-se competência ao IOBV – Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- a) Receber os requerimentos de inscrições;
- b) Emitir relatórios de inscritos para deferimento e homologação;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- d) Analisar e pontuar os títulos;
- e) Apreciar os recursos previstos neste edital;
- f) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- g) Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- h) Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- i) Responder, em conjunto com a Câmara de Vereadores de Penha, eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

14.2. A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão de Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha, devidamente nomeada.

14.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Câmara de Vereadores de Penha/SC

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

15.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo ao resultado do Concurso Público e respostas de recursos.

15.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam

necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data na Câmara de Vereadores de Penha, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

15.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

15.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

15.6. A Câmara de Vereadores de Penha e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

15.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

15.8. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

15.9. No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso Público, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento – AR (correios), será considerada a data de postagem.

15.10. É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Câmara de Vereadores de Penha como do IOBV e de seus parentes até 2º grau.

15.11. Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

15.12. Os cadernos de prova escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

15.13. A Comissão do Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

15.15. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão do Concurso Público da Câmara de Vereadores de Penha e do IOBV.

15.16. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC.

15.17. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

Anexo I– Atribuições dos Cargos; Anexo II– Conteúdo Programático; Anexo III– Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo VI – Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição

PENHA, 17 de julho de 2015.

Felipe Rebello Schmidt

Presidente da Câmara

ANEXO I

ATRIBUIÇÃO DO CARGO

Advogado

Representar judicialmente a Câmara de Vereadores de Penha na área civil, penal, trabalhista e administrativa, em todos os graus de jurisdição, elaborar projetos legislativos e emitir pareceres jurídicos mediante provocação e auxiliar o corpo administrativo da Câmara no que couber.

Jornalista

Elaborar artigos, comentários, noticiários e editoriais divulgando fatos do Legislativo que sejam de interesse público. Elaborar e divulgar releases para a imprensa (jornal, rádio, TV, internet e outros). Produzir material para o site e redes sociais da Câmara, mantendo-os sempre atualizados. Manter o arquivo e controle de publicação dos releases enviados à imprensa, bem como gerenciar o banco de dados relativo à atividade institucional. Acompanhar as notícias relativas às atividades do Legislativo, divulgadas pela imprensa; Coordenar a execução de gravações em vídeo e áudio, coleta de dados e cobertura fotográfica de eventos de natureza ou de interesse institucional. Prestar informações aos jornalistas que acompanham os trabalhos da Câmara; Colaborar em entrevistas e reportagens sobre o Legislativo e coordenar debates, seminários, palestras promovidas pelo Legislativo Municipal; Colaborar no planejamento de campanhas institucionais, utilizando meios de comunicação de massa, para divulgar mensagens educacionais e de esclarecimento à população. Coordenar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela Câmara. Atender ao público/comunidade em geral, autoridade, pessoalmente ou por telefone e internet, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos. Propor programas de divulgação de interesse da Câmara, sobre as atividades da Câmara e dos vereadores; Realizar cobertura jornalística em eventos promovidos pela Câmara, os vereadores em visita e atividades legislativas oficiais, previamente autorizadas pelo Presidente; Colaborar na atualização e manutenção do acervo histórico (fotos, matérias, vídeos,...) do Legislativo.

Técnico de Informática, Som e Imagem

Instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede de dados DA CÂMARA, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência; Elaborar procedimentos de cópia de segurança e recuperação de informações, executando rotinas, definindo normas, perfil de usuários, padronizando códigos de usuários e tipos de autenticações, bem como monitorando o uso do ambiente computacional, com o intuito de resguardar a confidencialidade e segurança das informações/dados no ambiente de rede da Câmara; Diagnosticar problemas, atender e orientar usuários, registrar solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e eliminar falhas, fornecendo informações e suporte, bem como acompanhando a solução, a fim de manter o fluxo das atividades no que tange aos serviços informatizados; Pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prever e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários; Definir parâmetros de desempenho

e disponibilidade de ambiente computacional, coletando indicadores de utilização, analisando parâmetros de disponibilidade, indicadores de capacidade e desempenho, entre outros, de modo a prevenir falhas; Controlar e documentar níveis de serviços, tanto internos quanto de fornecedores, automatizando rotinas, definindo procedimentos de migração, a fim de assegurar atualizações na área, conforme demanda e indicação dos superiores; Instalar e manter os softwares necessários para o correto funcionamento de servidores, tais como: Banco de Dados, correio eletrônico, web, aplicações, autenticação, entre outros; Montar e prestar manutenção a equipamentos, bem como instalar os sistemas utilizados pelas unidades de serviços, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores; Treinar os usuários nos aplicativos de informática, dando suporte na solução de pequenos problemas em equipamentos e sistemas de informação e comunicação; Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado; Instalação e operação do sistema audiovisual (mesa de som, microfones, projetor multimídia);

Motorista

Conduzir veículos, em trajetos determinados, de acordo com a legislação de trânsito e as instruções recebidas, transportando servidores e/ou materiais.

Vigia

Manter vigilância sobre os bens e propriedades do Poder Legislativo Municipal sob sua responsabilidade, percorrendo e inspecionando suas dependências a fim de evitar incêndios ou roubos.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos – Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Orgânica do Municipal e Regimento Interno da Câmara. COMUNS A TODOS OS CARGOS:

Temas gerais de Direito Administrativo: Regime Jurídico Administrativo. A Administração Pública. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Poderes Administrativos: poder vinculado, poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar e poder de polícia. Atos Administrativos. Serviços Públicos: conceitos :classificação; regulamentação; controle; permissão; concessão e autorização. Correspondência Oficial. Relações públicas e interpessoais, Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

ADVOGADO

Integram o conteúdo de todas as matérias a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais.

Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Espécies de Constituição. Poder Constituinte. Poder Constituinte Estadual. Leis Orgânicas Municipais. Reforma. Revisão. Norma Constitucional: a) classificação, b) supremacia. Hermenêutica Constitucional. Disposições Constitucionais Transitórias. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais. Dignidade da pessoa humana. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Direitos Sociais. Controle de Constitucionalidade, contornos constitucionais e Lei nº 9.868/99. Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Figura do amicus curiae. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Federação: características. Divisão de competências. Soberania e autonomia do Estado Federado. Distrito Federal e Território. Estado-membro: competência e autonomia. União: competência. Município: criação, competência, autonomia e intervenção estadual. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo e fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidente da República: atribuições, responsabilidade. Poder Judiciário: composição, distribuição de competência e organização. Súmulas vinculantes. Conselho Nacional de Justiça, atribuições e competências. Estados membros: Organização dos Estados-membros; autonomia dos Estados; limites do poder constituinte estadual; princípios limitadores da atuação do constituinte estadual. Regiões Metropolitanas: organização das regiões metropolitanas. Interesse metropolitano. Institucionalização das regiões metropolitanas. Administração Pública: princípios constitucionais. Tributação, Orçamento e Fiscalização: o sistema tributário nacional: as bases dos sistema tributário nacional; as limitações constitucionais do poder de tributar;

a discriminação constitucional das rendas tributárias; a repartição da receita tributária. O sistema orçamentário: a estrutura integrada das leis orçamentárias - lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual; os princípios constitucionais dos orçamentos públicos: a Lei Orçamentária. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle da execução financeira, contábil e orçamentária: sistemas de controle interno e externo. Tribunais de Contas. Direito de Nacionalidade: modos de aquisição de nacionalidade brasileira. Condição jurídica do brasileiro nato. Condição jurídica do brasileiro naturalizado. Perda e readquirição da nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Direitos Políticos: regime político. Tipos e formas de democracia. Fontes do poder e soberania popular. Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Imunidade e incompatibilidade parlamentar. Suspensão, perda e readquirição dos direitos políticos. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Direito de propriedade e sua função social. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas corpus. Mandado de Injunção. Direitos Sociais e sua Efetivação: normas constitucionais programáticas. Regime Jurídico dos servidores públicos civis. Ordem Econômica e Financeira: os princípios gerais da atividade econômica. A Política Urbana (arts. 182 e 183 da Constituição Federal). Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01). Lei de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10). Ordem Social: a seguridade social. Sistema Único de Saúde. Previdência social. Assistência Social. Educação: os princípios básicos da educação. O regime de colaboração nos sistemas de ensino. Aplicação de receitas para o desenvolvimento do ensino. Advocacia pública. Direito Administrativo: Conceito: Direito Administrativo e Ciência da Administração. A Administração Pública: Administração Federal, Estadual e Municipal; Administração Pública Direta e Indireta; Órgãos da Administração Pública; Princípios básicos da Administração Pública. Os Poderes Administrativos: Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos: atributos; classificação; espécies; motivação; validade e invalidade; revogação; controle jurisdicional. Contratos administrativos: conceito e peculiaridade; formalização; normas regedoras; instrumento e conteúdo; cláusulas; execução; alteração; inexecução e rescisão; espécies. Licitações - normas legais e constitucionais aplicáveis. Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos). Lei Federal nº 10.520/02 (Pregão). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/11). Serviços Públicos: conceito e classificação; formas e meios para a prestação dos serviços públicos. Autarquias. Empresas Públicas. Sociedade de economia mista. Fundações instituídas pelo Poder Público. Serviços Sociais autônomos. Serviços concedidos, permitidos e autorizados. Convênios e consórcios administrativos (Lei Federal nº 11.107/05). Lei das Concessões. Agências Reguladoras. Parceria Público-Privada - PPP (Lei Federal nº 11.079/04). Organizações Sociais - OSCIP. Agentes Públicos: conceito e categoria. Agentes Administrativos. Servidores Públicos. Cargos e função. Carreira. Provimento. Concurso. Efetividade. Estabilidade. Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Princípios constitucionais pertinentes aos servidores públicos. Direitos e garantias dos servidores públicos. Deveres e proibições dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. Processo Administrativo. Penalidades. Disciplinar. Regime previdenciário geral e próprio previstos na Constituição Federal, incluindo as leis federais nº 9.717/98 e nº 10.887/04. Domínio Público: conceito. Os Bens Públicos: conceito, classificação e regime. Terras públicas. Águas públicas. Proteção Ambiental. Intervenção no Domínio Econômico: Intervenção na propriedade; desapropriação; servidão administrativa; requisição e ocupação provisória; limitação administrativa da propriedade. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público: fundamento constitucional. Fundamento doutrinário. Ação regressiva. Consórcio e Convênios. Improbidade administrativa, Lei Federal nº 8.429/92. Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). Controle na administração pública. Direito Tributário e Financeiro: Direito Tributário. Definição. Noções de tributo e suas espécies. O imposto, a taxa, a contribuição de melhoria. Outras contribuições. Natureza e Relações do Direito Tributário: o Direito Tributário como Direito Público. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Tributário. Fontes principais: Constituição, Emendas à Constituição, Leis Complementares, Tratados e Convenções Internacionais, Resoluções do Senado, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos. Fontes secundárias: decretos regulamentadores; normas complementares a que se refere o art. 100 do Código Tributário Nacional. A jurisprudência. As Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual: natureza e efeitos das leis orçamentárias. O Sistema Tributário Nacional: normas gerais. A discriminação das fontes de receitas tributárias. Distribuição de receitas tributárias. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária no Tempo e no Espaço. Interpretação e integração da Legislação Tributária: a legislação e adoção de institutos, conceitos e formas de direito privado. Obrigação Tributária: conceito, elementos e natureza jurídica. O Fato Gerador da Obrigação Tributária: momento de ocorrência e efeitos. Sujeito Ativo: competência constitucional de tributar. Indelegabilidade da competência tributária. Limitações constitucionais da competência tributária. Sujeito Passivo: classificação. Pessoas jurídicas de Direito Público como sujeitos passivos. A capacidade tributária e a capacidade civil. A solidariedade. O domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Incidência, Não Incidência, Isenção. Imunidade e Anistia. O Crédito Tributário: constituição do crédito tributário. Lançamento: definição, modalidade e efeitos. Suspensão do crédito tributário: modalidades. Extinção do crédito tributário: modalidades, a restituição do indébito tributário; exclusão do crédito tributário. Repartição da Competência Tributária. Tributos: impostos, taxas, contribuições das diversas espécies/categorias. O Ilícito Tributário: tipos de sanções. Crimes contra a Fazenda Pública. Débitos Fiscais: correção monetária. Parcelamento. Dívida Ativa e sua Cobrança. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle de Orçamento e de Balanço. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Lei Federal nº 4.320/64. - Direito Processual Civil: Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: distinção. Competência: conceito, espécies, critérios determinativos. Formação, suspensão e extinção do processo. Atos Processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Procedimento Ordinário, Sumário e Especial. Da tutela antecipada. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Intervenção de Terceiro: litisconsórcio e assistência. Dos procedimentos especiais; das ações reivindicatórias e possessórias: da ação de nunciação de obra nova; dos embargos de terceiros; usucapião. Julgamento conforme o estado do processo. Provas: noções gerais, sistema, classificação, espécies. Audiência. Sentença e coisa julgada. Recursos: noções gerais, sistema, espécie. Reclamação. Liquidação da sentença. Cumprimento da sentença. Execução: partes, competência, requisitos. Das diversas espécies de execução. Defesa do devedor. Do processo cautelar. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência. Código de Processo Civil. Mandado de segurança. Suspensão de Segurança. Ação popular. Inquérito Civil. Ação Civil Pública. Ação declaratória incidental. Ação rescisória. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Lei de Execuções Fiscais. Ação de Improbidade Administrativa. Direito Civil: Lei: espécies, eficácia no tempo e no espaço, retroatividade e irretroatividade, interpretação, efeitos, solução de conflitos intertemporais. Das pessoas: conceito, espécies, capacidade, domicílio. Fatos jurídicos: noção, modalidades, forma, vícios, nulidade. Prescrição e decadência. Das diferentes classes de bens. Da posse e sua classificação: aquisição, efeitos, perda e proteção possessória. Da propriedade em geral. Formas de aquisição: propriedade imóvel. Dos Direitos Reais sobre coisas alheias: disposições gerais; servidões; usufruto. Dos Direitos de vizinhança; uso nocivo da propriedade. Conceito e Estrutura das Obrigações: classificação e modalidade das obrigações. Disciplina jurídica das relações de consumo. Efeitos e extinção das obrigações. Dos contratos: disposições gerais. Dos contratos bilaterais. Evicção. Das várias espécies de contratos: da compra e venda, da locação, do Leasing, do depósito, da franquia. Responsabilidade civil: Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e moral. Direito de

Família: casamento, relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. - FARIAS, Cristiano Chaves e outro. Direito Civil (4 volumes). Direito do Trabalho e Processual do Trabalho: Vínculo empregatício como categoria jurídica: Predicados do vínculo empregatício. Sujeitos do vínculo empregatício. Empregador e capacidade jurídica: o problema dos sujeitos despidos de personalidade jurídica. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Administração Pública e tratamento derogatório da norma trabalhista: situação presente. Formação do vínculo empregatício: requisitos do consentimento (capacidade, legitimação, idoneidade do objeto, formalidade). Vícios do consentimento em matéria trabalhista (dolo, erro, coação, simulação, fraude). Alteração do vínculo empregatício: modalidades e requisitos de validade. Extinção do vínculo empregatício: hipóteses de extinção. Efeitos da aposentação voluntária sobre o vínculo empregatício: situação presente. Terceirização: conceito, tipos e efeitos. Entes estatais e terceirização: prestação de serviços e locação de mão de obra. Súmula 331 do TST. Lei 8.666/93 - art. 71. Justiça do Trabalho: organização, funcionamento e competência. Prerrogativas da Fazenda Pública. Sistema recursal trabalhista: princípios, procedimentos, efeitos. Recursos em espécie. Direito Penal: Da aplicação da lei penal. Do Crime. Excludentes de ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação. Da Ação penal. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; Dos crimes contra a administração da Justiça. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Dos crimes contra a honra. Imunidade penal do parlamentar. Direito Processual Penal: Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual. Do Inquérito policial. Da ação penal. Da competência. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral; Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos documentos; Da busca e da apreensão. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Das espécies de prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença. Das nulidades. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do habeas corpus e seu processo. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e alterações posteriores e Lei nº 10.259/2001 e alterações posteriores).

JORNALISTA

Jornalismo Informativo: Notícia: conceito e estrutura. Lead e pirâmide invertida. Estruturação do texto da notícia. Tipos de lead. Prática da escrita em Técnica de Redação Jornalística. Técnica de Reportagem: Pauta: conceito, características e produção. Fontes de informação. Técnicas e tipos de entrevista. Rádio e a Televisão: Características dos meios. Programação. Funções profissionais. Redação. Fotografia: Introdução à linguagem e às técnicas fotográficas. Princípios da fotografia digital. Captação e tratamento fotográfico. Radiojornalismo: A informação no rádio. A linguagem oral e a linguagem radiofônica. A notícia no rádio. A reportagem radiofônica. Apresentação de programas jornalísticos. O bloco informativo. Radiojornalismo contemporâneo. A opinião no rádio. Planejamento e produção de programas. Ciberjornalismo: Fundamentos de jornalismo digital. Produção jornalística para internet. Arquitetura da informação em sites noticiosos. Convergência de mídias. Jornalismo e interatividade. Produção de portal noticioso. Comunicação e Expressão Oral: Linguagem e Expressão Oral. Processo de formação da voz. Saúde vocal para profissionais da voz. Características da voz. Técnicas de expressão corporal e vocal. Telejornalismo: A televisão e o telejornal. A imagem e o texto. As formas de notícia. A reportagem em tv. Produção em televisão. Edição de matérias e apresentação de telejornais. Os gêneros de programa. Formatos de programas jornalísticos. Planejamento e produção de programas. Qualidade da informação. Análise crítica do veículo. TV Digital. TV e internet. Jornalismo de Revista: O estilo magazine. A reportagem: planejamento, técnicas e execução. Procedimentos e métodos de investigação. Grande reportagem. Produção de revista. Fotojornalismo: A linguagem do fotojornalismo. Tomadas em fotojornalismo. Edição fotojornalística. Processo da fotografia digital. Operação básica de câmeras digitais. Mercado fotográfico e tecnologia digital. Edição: O processo de edição. Os elementos de composição da página. A estrutura da notícia. Linguagem Jornalística. Os manuais de redação. Produção Gráfica: Layout: criação e produção. Planejamento do processo gráfico. Gerenciamento da produção gráfica. Políticas de Comunicação: Políticas nacionais de comunicação. Instituições, legislação e sistemas de financiamento. O papel do Estado, dos organismos privados e do público. A luta por políticas democráticas de comunicação no Brasil. Assessoria de Imprensa: Conceito. Comunicação integrada: produtos e serviços. Atuação nas assessorias. Funcionamento e gestão. Jornalismo Opinativo: Linguagem e persuasão. Editorial. Comentário. Artigo. Coluna. Crônica. Resenha. Caricatura. Carta. Reportagem Especial Estratégias de cobertura jornalística. Critérios de seleção de pautas. Organização e distribuição funcional da equipe. Produção Multimídia: Conceito de multimídia – aspectos histórico e tecnológico. Convergência de mídias – estado da arte e perspectivas. Técnicas de produção multimídia. Elaboração de projetos multimídia. Comunicação Empresarial: Planejamento Estratégico de Comunicação; Comunicação Integrada; Identidade e Imagem Corporativa; Comunicação Organizacional; Responsabilidade Social Corporativa, Relacionamento com a Mídia. Assessoria de imprensa. Produção de releases, comunicados e notas oficiais. Produção, redação e edição de notícia e reportagem. Jornalismo opinativo. Fotografia jornalística. Temas Emergentes da Comunicação: Novas Tecnologias de Comunicação; Comunicação Online; Mídias Web e Digitais; Mídias Sociais (wikis, blogs, podcasts, etc.). Conhecimentos de reportagem para TV (roteiro, produção e edição), conhecimento de coberturas jornalísticas, conhecimento de produção de meios e conteúdos textuais e visuais para veiculação em meios impressos, digitais e interativos; Os veículos de comunicação de massa e suas características; Linguagem jornalística e estrutura narrativa da notícia; Elaboração de pauta, reportagem, entrevista, texto e edição nos meios impressos, audiovisuais e digitais; Fotojornalismo; Pesquisa e ordenação de textos; Edição de jornais, boletins para públicos interno e externo e publicações segmentadas; Sistema de buscas na Internet; História dos meios de comunicação no Brasil; Assessoria de imprensa e comunicação; sugestão de pauta, notas, release e clipping; Cobertura e Planejamento de Eventos; Comunicação empresarial e institucional; Técnicas de Marketing, Comunicação Organizacional: Conceitos; Planejamento, estratégias, sistemas e técnicas. Estrutura, atribuições e delimitação de áreas, Assessoria de imprensa; mecanismos de controle da informação. Pauta institucional. Canais e estratégias de comunicação interna; Publicações jornalísticas empresariais: planejamento, conceitos e técnicas; Jornalismo Científico/Comunicação Interna Redação e Estilo, o texto e a edição no jornal; Normas Internas e de estilo; Padronização de textos; Código de ética e legislação jornalística. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF 101/2000), Lei de Improbidade Administrativa: Lei n. 8.429/92 e Código de Ética Profissional. História do Jornalismo Catarinense. Oringens da Imprensa em Municípios Catarinenses. Manual de Redação e estilo - O Estado de São Paulo.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA, SOM E IMAGEM

Algoritmo, Programação, Linguagem de Programação, Banco de Dados, Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído), Redes de computadores, Internet, Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office(Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Execução de atividades afins, observando-se

a prática do dia a dia. Constituição Federal - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade e Cidadania; Os diversos tipos de materiais e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, sua manipulação, instalação e manutenção. Controle de uso dos equipamentos, fichas e relatórios. Materiais gráficos para exposição direta ou como matrizes de materiais projetáveis: cartazes, álbuns seriados, ilustração nos livros didáticos Elementos básicos de comunicação visual: aspectos técnicos e estéticos (composição, cores, textura, legendas, títulos e recursos simbólicos) . Materiais e instrumentos para a produção de transparências para retroprojetores, diafilmes, diapositivos, fotografias, e as respectivas matrizes. Dimensões, proporções, formato, dimensões e proporções de matrizes gráficas para produção de slides. Habilidades indispensáveis à manipulação de instrumentos e equipamentos de produção de matrizes, slides e transparências. A imagem, o som e o texto. Princípios básicos de roteirização e gravação de trilha sonora para audiovisuais montados (slides, DVD, vídeo). Cinema, rádio, e televisão educativos. A linguagem fílmica. Habilidades necessárias a operação de instrumentos de apresentação de audiovisuais (projetores, gravadores de som, etc.) . Computador e suas diversas utilidades como audiovisual: montador de matrizes, exibidor de slides, CD, DVD e programas educativos. O Áudio: propriedades físicas do som; representação digital do som; processamento digital do som; utilizando áudio na multimídia. A Música e a Voz: técnicas de síntese digital de som; sistemas MIDI; processamento de voz; utilizando música e voz na multimídia. As Imagens: representação digital de imagens; processamento da imagem; os desenhos; a terceira dimensão; utilizando imagens na multimídia. Vídeo: tecnologia digital de vídeo, armazenamento e princípios de compressão; edição digital de vídeos; utilizando vídeo na multimídia. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade. Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS – COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Semântica; Verbos. Morfologia. Processos de formação de palavras. Mecanismos de flexão dos nomes e verbos. Classes de Palavras. Substantivos, adjetivos, conjunções, pronomes, preposições, verbos. Ortografia. Pontuação. Acentuação Gráfica.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, o números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

GERAIS E ATUALIDADES

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

MOTORISTA

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente – Estatuto do Idoso.

VIGIA

Noções de segurança no trabalho: EPIS - Equipamentos de Proteção Individual e coletiva; Regras de Segurança; Relações interpessoais; Ética profissional; Noções acerca das funções inerentes ao cargo, tais como: Técnicas e Métodos de Segurança e Vigilância; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Atitudes diante de incêndios (uso de extintores); Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, especificamente sobre serviços de vigia e de vigilância (desarmada) de bens públicos móveis e imóveis, sejam patrimoniais ou de domínio público; conhecimentos acerca das formas de comunicação dos atos de depredação do patrimônio público, inclusive do patrimônio, histórico e cultural e das formas de comunicação das tentativas de arrombamento de portas, janelas, guaritas e outros acessos aos prédios públicos municipais; conhecimentos sobre equipamentos necessários ao exercício das atribuições do cargo, bem como sua manutenção e conservação; conhecimentos sobre o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nos locais de vigilância e da forma e meios para a comunicação de anormalidades e ocorrências diversas, no local e horário de trabalho. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público;

ANEXO III

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2015 da Câmara de Vereadores de Penha, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de Deficiência

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ – Inscrição nº _____ do Concurso Público 01/2015 da Câmara de Vereadores de Penha- SC residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me enquadro nas condições de:

[] Doador de Sangue (apresentar comprovante das doações.)

[] Possuir Baixa renda, nos termos dos Decretos do Governo Federal nºs 6.135/2007 e 6.593/2008.

Meu Número de Identificação Social – NIS é: _____, atribuído pelo CadÚnico do Governo Federal.

Declaro, sob as penas da lei, que estou hipossuficiente ou sou doador de sangue, juntando a presente todos os documentos descritos no item 4.15 e seus subitens, do referido edital onde requiero a isenção da taxa de inscrição.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2015.

(local e data)

Assinatura do Requerente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 231/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 231/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de aquisição de blusas em visco lycra bordado, jogos de lençol e sobre lençol, fronhas e guarda-pós para a unidade de saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 125/2015.

EMPRESA CONTRATADA: V L DA CRUZ COM. E CONFECÇÕES LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a CONFECÇÃO no valor de R\$ 6.074,70 (seis mil e setenta e quatro reais e setenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 04 DE AGOSTO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONVÊNIO N° 006/2015

(Ementa)

CONVÊNIO N° 006/2015

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a manutenção do serviço de policiamento ostensivo motorizado, executando rondas periódicas e atendimento de ocorrências no Município, através de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

EMPRESA: Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada - PMSC

DO PRAZO: O presente convênio terá validade até 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado, a qualquer época, por qualquer das partes, independente de interpelação judicial..

VALOR DO CONVENIO: As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento Municipal.

DATA DO CONVENIO: 18 de junho de 2015.

PREFEITO: Euzebio Viecei

REPUBLICADO ANEXOS_4 E 5 RREO 3º BIMESTRE 2015**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	563.000,00	563.000,00	410.692,71	418.206,82
RECEITAS CORRENTES	563.000,00	563.000,00	410.692,71	418.206,82
Receitas de Contribuição dos Segurados	275.000,00	275.000,00	99.646,46	122.243,08
Pessoal Civil	275.000,00	275.000,00	99.646,46	122.243,08
Ativo	275.000,00	275.000,00	99.646,46	122.243,08
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	200.000,00	200.000,00	311.046,25	278.052,48
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	200.000,00	200.000,00	311.046,25	278.052,48
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	17.911,26
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	88.000,00	88.000,00	0,00	17.911,26
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	745.504,00	745.504,00	280.768,05	222.634,85
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	1.308.504,00	1.308.504,00	691.460,76	640.841,67

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.107.500,00	1.107.500,00	645.869,63	288.803,11	342.922,07	288.803,11
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	1.107.500,00	1.107.500,00	645.869,63	288.803,11	342.922,07	288.803,11
Pessoal Civil	0,00	0,00	632.625,36	278.452,43	329.677,80	278.452,43
Aposentadorias	0,00	0,00	550.510,55	238.281,26	287.612,27	238.281,26
Pensões	0,00	0,00	82.114,81	40.171,17	42.065,53	40.171,17
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.107.500,00	1.107.500,00	13.244,27	10.350,68	13.244,27	10.350,68
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.107.500,00	1.107.500,00	13.244,27	10.350,68	13.244,27	10.350,68
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	1.107.500,00	1.107.500,00	645.869,63	288.803,11	342.922,07	288.803,11
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	201.004,00	201.004,00	45.591,13	352.038,56	348.538,69	352.038,56

1 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	195.504,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2015	2014
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	50,00 D
Investimentos	5.086.880,34 D	4.294.200,62 D
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	745.504,00	745.504,00	280.768,05	222.634,85
Receita de Contribuições	745.504,00	745.504,00	280.768,05	222.634,85
Patronal	745.504,00	745.504,00	260.516,08	222.634,85
Pessoal Civil	745.504,00	745.504,00	260.516,08	222.634,85
Ativo	745.504,00	745.504,00	260.516,08	222.634,85
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	20.251,97	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	745.504,00	745.504,00	280.768,05	222.634,85

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2062-5502-937). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 07/08/2015 e hora de emissão: 11:28.

EUZEBIO CALISTO VIECELIPrefeito Municipal
Ordenador da Despesa**SIMONE RABUSKE OLIVO**Contadora
CRC N° 031218/O-9**SANDRA R. P. BRESSAN**Controle Interno
CPF: 560.708.299-72



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2015/Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	363.873,04	263.162,02	236.436,31
Deduções (II)	3.126.891,15	3.814.792,68	3.633.631,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.126.891,15	3.813.690,46	3.633.422,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.102,22	209,60
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-2.763.018,11	-3.551.630,66	-3.397.195,48
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-2.763.018,11	-3.551.630,66	-3.397.195,48

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	154.435,18	-634.177,37

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-200.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	3.750.872,71	3.750.872,71	3.750.872,71
Passivo Atuarial	3.750.872,71	3.750.872,71	3.750.872,71
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	4.736.396,68	4.958.455,04	5.086.880,34
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	4.736.396,68	4.958.455,04	5.086.880,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	-985.523,97	-1.207.582,33	-1.336.007,63
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	-985.523,97	-1.207.582,33	-1.336.007,63

FONTE: Sistema e-Pública (1908-3385-137). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 07/08/2015 e hora de emissão: 11:31.

EÚZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

SIMONE RABUSKE OLIVO
Contadora
CRC Nº 031218/O-9

SANDRA R. P. BRESSAN
Controle Interno
CPF: 560.708.299-72

Pomerode

PREFEITURA

CANDIDATOS HABILITADOS PARA REALIZAR A CAMPANHA ELEITORAL DE CONSELHEIRO TUTELAR

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR DE POMERODE em conformidade com edital 001/2015 e alterações posteriores, a Comissão Especial Eleitoral dos Conselheiros Tutelares do Município de Pomerode, procede à publicação dos candidatos habilitados para realizar a campanha eleitoral de Conselheiro Tutelar.

04. Sabrina Ninow
05. Vagner Marin Teixeira
06. Crystian Beber Goede
07. Julio Guilherme Lessmann
08. Valdecir da Silva
09. Nayara Costa Brito
10. Regina Guenths Maske
12. Mara Rubia Jansen
13. Cintia Boni
14. Jobson Batista Santos
16. Gabriela Yoná Hoffmann
17. Jussara Cristiana de Oliveira Porath
18. Alice Bak Melo
19. Irenilde dos Santos
20. Catia Breia Carneiro
21. Kassiane Patricia Raduenz
22. Helio Barbosa Fontes
26. Cristiane de Lima Garcia
29. Eli de Mello
30. Marlene Ciliato
32. Joel Hasckel Menegatti
33. Adriana da Silva Kurth
34. Simone Goebel Jeger
35. Kate Regina Bruch Raduenz
36. Rosenilda Gonçalves

Pomerode, 06 de agosto de 2015

COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR DE POMERODE

EDITAL CMDCA Nº 003/2015

EDITAL CMDCA nº 003/2015

Dispõe sobre a convocação para eleição dos representantes das organizações não governamentais para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - Gestão 2015/2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010, e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 05 de Agosto de 2015, CONVOCA a Assembleia de Eleição das Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos sediadas no município e que tenham entre seus objetivos a defesa dos direitos ou atendimento direto às crianças, adolescente ou suas famílias, para eleger suas organizações/instituições junto ao CMDCA, cujas normas serão regidas por este Edital.

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art.1º. Tornar público a realização da Assembleia de Eleição das Organizações Não Governamentais do CMDCA que elegerá as 5 (cinco) organizações que passarão a compor o CMDCA, gestão 2015/2017.

CAPÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES PARA PARTICIPAR DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

Art.2º. As organizações não governamentais interessadas em participar da Assembleia de Eleição das Organizações Não Governamentais para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – CMDCA, habilitar-se-ão junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – CMDCA.

§1º As organizações referidas no caput deverão estar em pleno funcionamento há pelo menos 02 anos sediadas no município de Pomerode.

§2º O credenciamento das organizações não governamentais interessadas, ocorrerá junto a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, entre os dias 10 de Agosto de 2015 a 10 de Setembro de 2015, à Rua XV de Novembro, 234 – Centro - Pomerode, em conformidade com o Anexo I deste edital.

§3º Cada organização não governamental deverá indicar um delegado titular e um suplente, com direito a voz e voto (Anexo I).

§4 As organizações não governamentais que tiverem interesse somente em votar deverão se inscrever mediante entrega do Anexo I, respeitados os mesmos prazos do § 2º.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art.3º. A eleição das organizações não governamentais, interessadas em integrar o conselho, far-se-á mediante Assembleia Específica, obedecendo aos princípios gerais de escolha, dispostos neste edital.

Parágrafo único. A Assembleia de eleição acontecerá no dia 23 de Setembro de 2015, com início às 13h30min até as 14h30min no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Avenida 21 de Janeiro, 1.777 – Centro/Pomerode.

Art.4º. Para a realização desta Assembleia deverá ser composta uma Comissão Eleitoral que será responsável pelo processo de eleição.

Art.5º. Compete a Comissão Eleitoral:

- a) eleger entre seus membros o (a) Presidente e Relator (a) da Comissão Eleitoral;
- b) divulgar todas as informações relativas ao processo eleitoral;
- c) dar publicidade ao processo de eleição dos representantes não governamentais;
- d) analisar documentação e credenciar os delegados representantes das organizações;
- e) identificar a caracterização das organizações;

- f) abrir e encerrar as votações no local de votação;
- g) elaborar lista de presença;
- i) registrar em Ata, todas as ocorrências consideradas relevantes durante o processo eleitoral, cujo registro deverá constar o nome e assinatura de todos os membros integrantes da Comissão;
- j) fiscalizar o sistema de votação e apuração;
- k) encaminhar as deliberações da Assembleia para publicação;
- l) realizar a apresentação das organizações eleitas.

Parágrafo único. A Assembleia será presidido(a) pelo (a) Presidente da Comissão Eleitoral.

Art.6º. A Comissão Eleitoral responsável pela realização do processo de eleição dos membros representantes das organizações não governamentais, encaminhará ao Prefeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o processo de escolha, a relação das organizações não governamentais que integrarão o Conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados.

Art.7º. A eleição será por maioria simples.

Art. 8º – A eleição deverá garantir a representatividade das organizações não governamentais que tenham entre seus objetivos a defesa dos direitos ou atendimento direto às crianças, adolescente ou suas famílias, assim entendidas:

I - Entidades de atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Pomerode, com base na Lei Federal nº 8.069/90, Art. 90, e respectivas alterações e Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007.

II - Entidades que desenvolvam ações na área da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

III - Entidades que tenham como objetivo a formação técnico profissional metódica de adolescentes.

§1º Na hipótese de ocorrer empate entre as organizações não governamentais credenciadas, será considerada eleita a mais antiga, mediante apresentação da Ata de Fundação.

§2º Cada organização não governamental deverá se credenciar na categoria a qual está registrada.

Art. 9º – Em observância às diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), compõe a rede de organizações não governamentais, as entidades que tenham entre seus objetivos a defesa dos direitos ou atendimento direto às crianças, adolescente ou suas famílias abaixo relacionadas:

- a) Associação de Voluntários;
- b) Orientação e Apoio Sócio-Familiar
- c) Apoio Sócio-educativo em meio Aberto
- d) Colocação Familiar;
- e) Acolhimento Institucional;
- f) Liberdade Assistida;
- g) Semi-liberdade;
- h) Internação;
- i) Associação de Pais e Professores;
- j) Conselho Regional de Serviço Social;
- k) Conselho Regional de Psicologia;
- l) Bombeiros Voluntários de Pomerode;
- m) Organizações de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia de Direitos;
- n) Organizações Socioassistenciais;
- o) Organizações Religiosas;
- p) Associações Hospitalares;
- q) Instituições de Ensino Particular;

r) Ordem dos Advogados do Brasil.

Art.10 É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do Poder Público sobre o processo de escolha das organizações não governamentais, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - CMDCA.

Art.11. Os membros da Comissão Eleitoral serão designados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, sendo:

I – Geazi de Oliveira Viégas

II – Marcos Küster

III – Célio Schlingmann

Art.12. Serão eleitores, todos os delegados indicados pelas organizações não governamentais participantes da Assembleia.

Parágrafo único: Os eleitores deverão votar em 5 (cinco) entidades inscritas.

Art.13. Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na condição de representantes das organizações não governamentais:

a) Ocupantes de cargo de confiança e ou função comissionada do poder público na qualidade de representante de organização da sociedade civil.

b) Conselheiros Tutelares no exercício da função.

Parágrafo Único: Não deverão compor os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma deste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública com atuação na área da criança e do adolescente ou em exercício na comarca no foro regional, Distrital e Federal.

Art.14. O exercício da função de Conselheiro Titular e Suplente requer disponibilidade para o efetivo desempenho de suas funções, em razão do interesse público e não será remunerada.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros terá duração de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

CAPÍTULO IV DO CALENDÁRIO

Art.15. O calendário da Assembleia de Eleição da Sociedade Civil respeitará o que segue:

DATA	AÇÕES
07/08/2015	Publicação de edital do processo de eleição das organizações não governamentais no site oficial da prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.
10/08/2015 até 10/09/2015	Prazo para entrega da documentação para credenciamento da organização não governamental. Os documentos deverão ser protocolados na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, à Rua XV de Novembro, 234 - Centro de Pomerode.
14/09/2015	Publicação das Organizações Não Governamentais inscritas.
15/09/2015	Comunicação à organização não governamental com credenciamento indeferido, através de email e contato telefônico.
16/09/2015 até 18/09/2015	Prazo para manifestação da organização não governamental acerca do indeferimento.
21/09/2015	Publicação das organizações não governamentais habilitadas a participarem da Assembleia de Eleição
23/09/2015	Realização da Assembleia para Eleição das Organizações Não Governamentais.

25/09/2015	Publicação das organizações não governamentais eleitas na Assembleia de Eleição
28/09/2015 a 29/09/2015	Envio ao executivo municipal da lista dos conselheiros para elaboração de Decreto de nomeação dos conselheiros que irão compor o CMDCA, Gestão 2015/2017.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

Art.16. As organizações não governamentais interessadas em participar da Assembleia deverão entregar os seguintes documentos no ato de inscrição:

- a) requerimento de habilitação - ANEXO I;
- b) Identificação de representação – ANEXO II;
- c) cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado;
- d) Estatuto da Organização Não Governamental;
- e) Ata de Fundação da Organização Não Governamental.

Parágrafo único. Os documentos descritos no caput deste artigo deverão ser protocolados junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, à Rua XV de Novembro, 234 - Centro de Pomerode, endereçado à Comissão Eleitoral da Assembleia de Eleição das Organizações Não Governamentais do CMDCA, conforme prazo estabelecido no calendário deste edital, em envelope fechado.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.17. Se necessário, a Comissão Eleitoral convocará o (a) representante legal das organizações não governamentais que solicitaram o credenciamento, para prestar esclarecimentos, ou ainda, poderá realizar visitas "in loco" para avaliação/constatação, solicitar documentos, assim como, recorrer a quaisquer instâncias externas que julgar necessário, solicitando esclarecimentos ou pareceres técnicos para subsidiar a decisão do credenciamento.

Art.18. O Poder Público Municipal se responsabiliza pela total publicidade do processo eleitoral com a cobertura e divulgação das etapas do processo no site da Prefeitura Municipal de Pomerode. (www.pomerode.sc.gov.br).

Art.19. Integram o presente edital os anexos I e II.

Art.20. As 5 (cinco) organizações não governamentais mais votadas serão consideradas eleitas para o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – CMDCA, para a gestão 2015/2017.

Art.21. Toda a legislação pertinente a este edital e mais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação - SEDES, à Rua XV de Novembro, 234 - Centro de Pomerode, pelo telefone: 47 3387-1125, ou pelo endereço eletrônico: cmdca@pomerode.sc.gov.br

Art.22. Caberá aos membros da Comissão Eleitoral, decidir sobre os casos omissos nesse edital.

Pomerode, 07 de Julho de 2015.
Geazi de Oliveira Viégas
Coordenador do CMDCA de Pomerode

ANEXO I (Papel timbrado, logo, nome da representação)
REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

À

Comissão Eleitoral da Assembleia de Eleição das Organizações Não Governamentais do CMDCA

Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES

Pelo presente documento requer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL NO CMDCA, junto à Comissão Eleitoral da Assembleia da Sociedade Civil.

I - Identificação da representação (assinalar apenas uma alternativa):

() Atendimento à Criança e ao Adolescente do Município de Pomerode.

() Promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

() Formação técnico profissional metódica de adolescentes.

II - Identificação do representante legal da organização:

Nome:

Função CNPJ/CPF:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico:

Telefone da organização não governamental:

III- Identificação do delegado(a) titular:

Nome CNPJ/CPF:

Endereço:

Telefone: Endereço eletrônico:

IV- Identificação do delegado(a) suplente:

Nome CNPJ/CPF:

Endereço:

Telefone: Endereço eletrônico:

Assinatura do Representante legal da Organização

Assinatura do delegado titular

Assinatura do delegado suplente

ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO (Papel timbrado, logo, nome da representação)

Pomerode, de de 2015.

À

Comissão Eleitoral da Assembleia de Eleição das Organizações Não Governamentais do CMDCA

Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – SEDES

Assunto: Indicação de Conselheiros(as) representantes para compor o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode - gestão 2015/2017.

Indicamos abaixo os Conselheiros (titular e suplente), que passarão a compor o CMDCA, gestão 2015/2017, representando (identificar neste espaço o nome da organização).

Nome do Conselheiro titular:

Naturalidade:

UF:

Data de Nascimento:

RG:

Data de Expedição:

Órgão Expedidor:

CPF:

Endereço Residencial:

Telefone Residencial:
Celular:
E-mail:
Escolaridade:
Profissão:
Outros órgãos aos quais trabalha ou participa como voluntário:
1 - _____
2 - _____

Nome do Conselheiro suplente:
Naturalidade:
UF:
Data de Nascimento:
RG:
Data de Expedição:
Órgão Expedidor:
CPF:
Endereço Residencial:
Telefone Residencial:
Celular:
E-mail:
Escolaridade:
Profissão:
Outros órgãos aos quais trabalha ou participa como voluntário:
1 - _____
2 - _____

Atenciosamente,

Nome e assinatura do(a) representante legal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 082 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 082 / 2015

Processo Administrativo n.º 062 / 2015.
Pregão Presencial n.º 029 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS, TABLETS E PROJETORES MULTIMÍDIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$42.000,00 (quarenta e dois mil reais).
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 02/08/2016.

Pomerode/SC, 03 de Agosto de 2015.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 083 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 083 / 2015

Processo Administrativo n.º 062 / 2015.
Pregão Presencial n.º 029 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS, TABLETS E PROJETORES MULTIMÍDIA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$143.700,00 (cento e quarenta e três mil e setecentos reais).
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 02/08/2016.

Pomerode/SC, 03 de Agosto de 2015.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 042 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 042 / 2015

Processo Administrativo n.º 064 / 2015.
Convite p/ Compras e Serviços n.º 015 / 2015.
Regime EMPREITADA PELO PREÇO UNITÁRIO - SERVIÇOS.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: CONECTA.COM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM REDES TCP/IP PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TODA A INFRAESTRUTURA LOCAL DE CONECTIVIDADE, INCLUSIVE ATIVAÇÃO DE REDE SEM FIO E CRIAÇÃO DE REDES VPN, PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA E-SUS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
Valor unitário por Unidade de Saúde – R\$7.598,00 (sete mil e quinhentos e noventa e oito reais).
Valor total contratado: R\$75.980,00 (setenta e cinco mil e novecentos e oitenta reais).
Prazo de vigência – 60 dias – Prazo final: 04/10/2015.

Pomerode/SC, 04 de Agosto de 2015.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA N.º 631/2015 - RH

PORTARIA Nº 631, de 31 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 31 de julho a 03 de setembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 116/2015, de Sérgio de Alencar Nobre, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Lindarci Kobroski Wolf, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 632/2015 - RH

PORTARIA Nº 632, de 31 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 31 de julho a 03 de setembro de 2015, o Contrato de Trabalho nº 119/2015, de Rosemary Alves Cardozo Marinho, que exerce as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Lindarci Kobroski Wolf, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculado à Secretaria Municipal de Educação do município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 31 de julho de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 633/2015 - RH

PORTARIA Nº 633, de 03 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO, da Licença Premio, de 60 (sessenta) dias consecutivos, usufruídos a partir de 05 de agosto de 2015, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, do servidor Francisco Carlos dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 03 de agosto de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 634/2015 - RH

PORTARIA Nº 634 de 04 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Requerimento da servidora acompanhado de documentação comprobatória;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico favorável à concessão da Licença;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro, por prazo indeterminado, sem remuneração, conforme prevista no Artigo 131 da Lei Municipal 2055 de 20 de outubro de 1994, à servidora efetiva ISABELA DE FATIMA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 04 de agosto de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 58/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 58/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO - COPERCASTELLO
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o preparo da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2015, do Município de Presidente Castello Branco/SC. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades dos itens 14, laranja valência e 18, melado.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos gêneros alimentícios, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 11.596,10 (onze mil, quinhentos e noventa e seis reais, com dez centavos) para R\$ 11.960,10 (onze mil, novecentos e sessenta reais, com dez centavos), diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	07/08/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015 firmado em 30/01/2015, com término previsto para 03/08/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 792.087.899-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 177/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira e terceira do Contrato Administrativo, que a partir de 03/08/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurth, em substituição a Margarete Baldo, que está readaptada.

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 177/2015, iniciando-se a prorrogação em 04/08/2015 e encerrando-se em 20/08/2015.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/08/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

SANDRA REGINA DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 328/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FERNANDA STEPHANIE SCHEFFER, portador(a) do CPF nº 053.275.849-84, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Plásio Bilck Junior, nº 81 – Taboão – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.071,83 (mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/08/2015 e encerrando-se em 02/09/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de julho de 2015.

GIVANILDO SILVA	FERNANDA STEPHANIE SCHEFFER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 329/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LETICIA DO AMARAL, portador(a) do CPF nº 080.339.399-74, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Estrada Navegantes, nº 793 – Navegantes – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.071,83 (mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/08/2015 e encerrando-se em 02/09/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de julho de 2015.

GIVANILDO SILVA	LETICIA DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 330/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO, portador(a) do CPF nº 047.400.019-26, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Visconde de Mauá, nº 277 – Bairro Centro – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.071,83 (mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 03/08/2015 e encerrando-se em 02/09/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 30 de julho de 2015.

GIVANILDO SILVA	BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 343/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 343/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DAIANE GOULART DE ANDRADE, portador(a) do CPF nº 050.560.659-35, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Alameda Bela Aliança, nº 1010, Apto 302, – Bairro Jardim América – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Monitor Escolar, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.071,83 (mil e setenta e um reais e oitenta e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/08/2015 e encerrando-se em 06/09/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de agosto de 2015.

GIVANILDO SILVA	DAIANE GOULART DE ANDRADE
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/15

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Jonni Schuller	Xxx.595.319-xx	151257
Walfrido Kopelke	Xxx.702.139-xx	154068
Eliane Lacerda	Xxx.856.099-xx	153032
Bastião Valdecir da Luz	Xxx.588.770-xx	152696
Ana Paula Cruz	Xxx.324.299-xx	152525
Edilson Antunes de Lima	Xxx.122.939-xx	152786
Ademir Pires Moraes	Xxx.412.159-xx	152695
Nathan Lenzi de Castro	Xxx.943.979-xx	151158
Sandra Kneidl	Xxx.121.699-xx	149271
João Carlos Beltrami	Xxx.930.229-xx	153486 e 151853
Ivanete Aparecida Klitzke Abreu	Xxx.082.909-xx	153576
Oswaldo Sasse – Espólio	Xxx.905.159-xx	153972
Allan Cavalcanti de Albuquerque Ositan	Xxx.617939-xx	149886
Evanir Salete Felipe Avila	Xxx.613.729-xx	152672

Rio do Sul, 07 de Agosto de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda

PREGÃO PRESENCIAL 089/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2015

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender alunos da rede municipal de ensino, setor de merenda escolar. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/08/2015, às 09:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 21/08/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, ou no site www.riodosul.sc.gov.br, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 06 de agosto de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO - AMANDA REGINA DOS SANTOS**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) AMANDA REGINA DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 001/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 07 de agosto de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

PORTARIA nº 010, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

Nomeia servidores públicos municipais para composição da Comissão Disciplinar e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, art. 23, II, c:

Art. 1º. Instaurar processo disciplinar em face do José Fernando Escandiel, matrícula funcional nº 1205.

Art. 2º. Nomear os seguintes servidores públicos municipais para composição da Comissão Disciplinar: Álvaro Antônio Biscaro, Juliana Cristina Scolaro, Débora Baronchello e como suplente, Zuriel Marco Azzolini Bussi.

Art. 3º. A presidência da Comissão Disciplinar caberá ao sr. Álvaro Antonio Biscaro.

Art. 3º. O membro suplente da Comissão instituída poderá substituir qualquer dos membros em seus impedimentos.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 06 de agosto de 2015.

Claudemir Cesca
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 117/2015 ALTERAÇÃO ORÇAMENTARIA

DECRETO Nº 117/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, do exercício de 2014, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1237 de 09 de Dezembro de 2014;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 31.478,69 (trinta e um mil reais quatrocentos e setenta e oito reais sessenta e nove centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
052	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	31.478,69

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 31.478,69 (trinta e um mil reais quatrocentos e setenta e oito reais sessenta e nove centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014. Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 03 de Agosto de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 141/2015 LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

PORTARIA Nº 141/2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde, até 02/09/2015 a Servidora Municipal, Senhora Rozenilda Alves da Silva, matrícula nº 7277/01, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais.Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retrativo de 04 de Agosto de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de Agosto de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 004/2015 : EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/2015.

EDITAL Nº 004/2015

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº003/2015.

O Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, no uso de suas atribuições legais, com acompanhamento da Comissão Especial designada pela Administração Municipal DIVULGA através do presente instrumento, A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015, cuja relação segue abaixo:

1. Lista final e definitiva dos candidatos classificados por cargo, com suas respectivas pontuações:

	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – HABILITADO		
INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
	NÃO HOUVE INSCRITOS		
	PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
01	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	3,0	1º

2 – Não serão admitidos recursos administrativos em face da classificação final e definitiva.

Santiago do Sul/SC, 07 de agosto de 2015

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 189/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 189/2015

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 24 de agosto de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO ZERO KM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DESCRITAS NO ANEXO, PARA A 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL (CONFORME CONVENIO Nº 11.291/2011-7 DE 29/08/2011).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 03 de agosto de 2015.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 194/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 21 de agosto de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROTEADOR WIRELESS 300 MBPS (CONFIGURAÇÃO MÍNIMA ACCESS POINT EMPRESARIAL) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS E BOLSA FAMÍLIA) CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 77/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 20 de agosto de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (CAMISETA, COLETE, BONÉ, BOLSA, JALECO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA USO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (COMEMORAÇÃO DO OUTUBRO ROSA E AZUL E PROGRAMA AGITA SÃO BENTO) CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

DECRETO Nº 1043/2015

DECRETO Nº 1043, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Wagner Grossl, Sérgio Miguel de Matos e Raphael Bedin Bueno para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 188/2015, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 02 de setembro de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2015 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2015 FMS

OBJETO: INFORMATIZAÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL LA-BCLINIC - SISTEMA GERENCIAL PARA LABORATÓRIOS E CONNECTLAB INTERFACEAMENTO LABORATORIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, conforme art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: F & F INFORMÁTICA LTDA

Valor: R\$ 15.097,92

SÃO BENTO DO SUL, 07 de agosto de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

DEODATO RAUL HRUSCHKA - PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 71/2015 FMS**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE PASSES PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. PARA O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO/15.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: : A Inexigibilidade de Licitação para o fornecimento das passagens se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Justifica-se para os devidos que o fornecimento de passes pela única empresa de transporte público existente no município, faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. Conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "INSTITUI O VALE-TRANSPORTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E FUNDACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." A empresa Nivaldo Stoeberl - Transportes Coletivos é a única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, escolhida através do Processo Licitatório nº 85/96, Modalidade Concorrência Pública, e contratada através do Contrato nº 166/96 de 25/07/1996, com prazo permissionário previsto de 20 (vinte) anos, sendo, portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: O preço de R\$ 3,00 (três reais) por passe fornecido justifica-se, visto que o Parágrafo Único da Cláusula Sexta do Contrato nº 166/96, assim dispõe:

"Parágrafo Único: As tarifas a serem cobradas serão aprovadas pelo Poder Permitente, e os reajustes das mesmas serão precedidas de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, a depreciação geral do veículo, as despesas médias de conservação e manutenção, inclusive substituição de peças e acessórios, contribuições de previdência social, custo do combustível e lubrificantes, sendo assegurada a justa remuneração do capital."

O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 491 de 31 de março de 2014, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Secretária Municipal de Educação.

ALCIONE TERESINHA HINKE

Secretária Municipal de Educação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da

Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

LEI Nº 3577/2015

LEI Nº 3577, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

ALTERA AS LEIS No 2586, DE 29 DE JUNHO DE 2010; E No 2969, DE 03 DE MARÇO DE 2012, QUE ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA O TRANSPORTE COLETIVO E CONCEDE ISENÇÃO DE TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos da Lei no 2586, de 29 de junho de 2010, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O sistema convencional de transporte coletivo do Município de São Bento do Sul deverá colocar em circulação, disponíveis para serem operados de forma a garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidades reduzidas, denominado de Transporte Acessível.

Art. 2º O transporte é gratuito e de uso das pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida nos moldes do artigo 1º desta lei.

§ 1º O direito ao transporte gratuito previsto neste artigo também será concedido para até 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida que necessite de auxílio para deslocamento.

§ 2º Fica excluído deste serviço o transporte para emergências médicas e dos usuários dependentes de maca."(NR)

"Art. 6º
.....

Parágrafo Único - Em casos de excessiva demanda, a prioridade de atendimento do serviço de transporte acessível seja estabelecida de acordo com os seguintes critérios:

I - residentes em locais distantes, de difícil acesso e/ou não alcançados pelas rotas regulares do sistema público de transporte coletivo;

II - para fins de reabilitação e tratamento de saúde;

III - para fins de educação;

IV - para fins trabalho;

V - agendamento em horários fixos;

VI - roteiro do veículo;

VII - para fins de cultura e lazer."(NR)

....

"Art. 11º A Frota utilizada na operação do Transporte acessível, será composta por micro-ônibus especialmente adaptados com plataforma ou sistema que viabilizem o acesso dos usuários mencionados no artigo 1º dessa lei, e espaço interno adequado à finalidade, devendo apresentar identificação visual própria, e dentro das normas da ABNT."

Art. 2º O artigo 1º da Lei no 2969, de 03 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É concedida isenção de tarifa aos usuários do sistema de transporte coletivo municipal que comprovadamente sejam pessoas

com deficiência, assim definida por norma federal competente.”

Art. 3º Altera o caput do artigo 3º da Lei 2969, de 03 de março de 2012, e acrescenta o inciso III passando a ter a seguinte redação.

“Art. 3º A isenção é extensível ao acompanhante da pessoa com deficiência, desde que:

I – (...)

II – (...)

III – que seja comprovada renda per capita familiar de até um salário mínimo.”

Art. 4º O artigo 5º da Lei, 2969, de 03 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 5º A isenção, válida por 03 (Três) anos, será concedida por ato da Secretaria Municipal de Finanças, após requerimento aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.”

Art. 5º O Parágrafo Único do artigo 6º da Lei, 2969, de 03 de março de 2012, passa vigorar com a seguinte redação.

“Art. 6º (...)

Parágrafo Único: As pessoas com deficiências não residentes no município de São Bento do Sul, são isentos da tarifa do sistema de transporte coletivo municipal, desde que apresentem no ato do embarque a carteirinha de isenção de seu município, estado ou órgão de referida competência.”

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LISTAGEM PORTARIAS Nº 08/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 9696, de 05 de agosto de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 20 de julho de 2015. Inês Storocz Massaneiro, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9697, de 05 de agosto de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 24 de julho de 2015. Franciele Aparecida Ribeiro, Auxiliar de Serviços. SECAD.

Portaria nº 9698, de 05 de agosto de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 03 de agosto de 2015. Laura Matioski Waltraz, Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 9699, de 05 de agosto de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 04 de agosto de 2015. Thiago Henrique Antonowsky, Professor Anos Finais – Educação Física. SEMED.

Portaria nº 9700, de 05 de agosto de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 04 de agosto de 2015. Adriana Linzmeyer, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 9701, de 05 de agosto de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 04 de agosto de 2015. Geslaine Luiz de Oliveira da Silva e Souza, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 9702, de 05 de agosto de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 05 de agosto de 2015. Diogo Leal. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9703, de 05 de agosto de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 27 de julho de 2015. Patricia Aparecida Silveira Niepiçuy. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 9704, de 05 de agosto de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 22 de julho de 2015. Angelina Blaszkoski, Professor Educação Infantil SEMED.

Portaria nº 9705, de 05 de agosto de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2015. Jussara Correa, Assistente Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 9706, de 05 de agosto de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2015. Vera Marcia Pschiski Nagorski, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 9707, de 05 de agosto de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2015. Ana Paula Kunicki, Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 9708, de 05 de agosto de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2015. Eliane Roseni Linzmeyer, Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 9709, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de julho de 2015, o cargo de Atendente Educativo, ocupado pela servidora Doralice Mroskowski de Souza.

Portaria nº 9710, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Professor Anos Finais, ocupado pela servidora Cristine Maria Spitzner Hilgenstieler.

Portaria nº 9711, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Auxiliar de Operações, ocupado pelo servidor José Varela.

Portaria nº 9712, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Pedreiro, ocupado pelo servidor João Maria Pires.

Portaria nº 9713, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Motorista II, ocupado pelo servidor Evaristo Dziedzic.

Portaria nº 9714, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Vigia, ocupado pelo servidor Ademar Rocha.

Portaria nº 9715, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Vigia, ocupado pelo servidor Alcides Carvalho.

Portaria nº 9716, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Auxiliar de Operações, ocupado pela servidora Vitória Seidel.

Portaria nº 9717, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Médico Clínico Geral, ocupado pelo servidor Jackson Goto.

Portaria nº 9718, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 01 de agosto de 2015, o cargo de Professor Educação Infantil, ocupado pela servidora Almira Teresinha do Valle Pinto.

Portaria nº 9719, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso VII, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 21 de julho de 2015, o cargo de Vigia, ocupado pelo servidor Antônio Stis.

Portaria nº 9720, de 05 de agosto de 2015. Opera Remoção de Servidor, a partir de 01 de março de 2013, Juliana Maria Chapiewsky, Professor Anos Finais, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo para o quadro da Secretaria Municipal de Finanças.

Portaria nº 9721, de 05 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de agosto de 2015. Micheli Zanetti Neppel, Atendente Educativo, Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Nível I, Classe A, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 9722, de 05 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de agosto de 2015. Gabriel Schneider, Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9723, de 05 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de agosto de 2015. Gracieli Kubichen, Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9724, de 05 de agosto de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de agosto de 2015. Ladi Padilha de Lima, Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 9725, de 05 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9722/2015 que nomeou servidor público municipal Gabriel Schneider, no cargo de Auxiliar Administrativo, por desistência espontânea em 05 de agosto de 2015.

Portaria nº 9726, de 05 de agosto de 2015. Revoga Portaria nº 9723/2015 que nomeou servidora pública municipal Gracieli Kubichen, no cargo de Auxiliar Administrativo, por desistência espontânea em 05 de agosto de 2015.

Portaria nº 9727, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 06 de agosto de 2015, o cargo de Recepcionista, ocupado pela servidora Karina Gomes.

Portaria nº 9728, de 05 de agosto de 2015. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 05 de agosto de 2015, o cargo de Auxiliar de Berçário, ocupado pela servidora Mariazinha Martins Fardanho.

Portaria nº 9729, de 05 de agosto de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de julho de 2015, Luana Pedrocheski, Professor Educação Infantil, 40 horas semanais no CEIM Pica Pau. SEMED.

Portaria nº 9730, de 06 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 19/07/2012 a 18/07/2015. André Ehrlich, Professor de Clarinete. FC.

Portaria nº 9731, de 06 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 23/07/2012 a 22/07/2015. Joaquin Rebollo Couto, Professor de Violoncelo. FC.

Portaria nº 9732, de 06 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 23/07/2012 a 22/07/2015. Maicon Rocha, Professor de Música II. FC.

Portaria nº 9733, de 06 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 01/08/2012 a 31/07/2015. Edison Soncini de Lima, Professor de Música II. FC.

Portaria nº 9734, de 06 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 03/08/2012 a 02/08/2015. Judite Dasowsky, Professor de Violino. FC.

Portaria nº 9735, de 06 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 20/03/2012 a 22/07/2015. Suely Terezinha Pires de Moraes Ferreira, Auxiliar de Serviços. SEMAS.

Portaria nº 9736, de 06 de agosto de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 23/01/2012 a 22/07/2015. Beatriz Helena de Araujo Grandes, Enfermeiro. SEMUS.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2015.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2015

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2015

Contrato Nº: 63/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: TWF Locações e Serviços Ltda

Vigência: Início: 07/07/15 - Término: 07/07/16

Recursos: Dotação:

(74) 3.3.3.90.39.00.00.00 - Setor Administrativo – Exercício Vigente.

Objeto:

O presente contrato tem por objeto a locação de equipamento para scanner/cópia/impressão de documentos.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

427/2015

PORTARIA 427/2015

NOMEIA CARLA MAYARA PADILHA SANTOS, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE AGENTE DE RECEPÇÃO E ATENDIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 79, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear CARLA MAYARA PADILHA SANTOS, para o Cargo de Agente de Recepção e Atendimento – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Saúde em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 05 de agosto de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

428/2015

PORTARIA 428/2015

NOMEIA VEREDIANE HECHLER LIMA, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear VEREDIANE HECHLER LIMA, para o Cargo de Agente Administrativo – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 05 de agosto de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

429/2015

PORTARIA 429/2015

NOMEIA ULDA ISABEL GOETTEN, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear ULDA ISABEL GOETTEN, para o Cargo de Agente Administrativo – 40 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Saúde em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 05 de agosto de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

430/2015

PORTARIA 430/2015

NOMEIA BRUNA PEREIRA TELLES, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2015, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SISI BLIND, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 79 inciso XII da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e com fundamento nas Leis Complementares 13/2004 e 33/2007, com suas alterações posteriores, RESOLVE, Nomear BRUNA PEREIRA TELLES, para o Cargo de Professor de Educação Física – 20 Horas semanais, do quadro de Servidores desta Municipalidade, junto a Secretaria de Educação em conformidade com o artigo 13 da Lei Complementar 13/2004.

A servidora ora nomeada deverá tomar posse no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta portaria, devendo neste prazo apresentar junto ao Departamento de Pessoal do Município a documentação necessária na forma da Lei vigente.

São Cristóvão do Sul, 05 de agosto de 2015.

SISI BLIND

Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 003_2015

RESOLUÇÃO 003/2015

Dispõe sobre a recondução dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Município de São Domingos SC, instituído pela Lei nº 1.594/2009, no uso das atribuições que foram conferidas por sua Lei instituidora e de acordo reunião plenária realizada em 06/08/2015, de acordo com a ata nº 005/2015:

RESOLVE:

Art. 1º. RECONDUZIR os membros que compõe atualmente o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, até a conclusão do processo de escolha dos conselheiros tutelares (eleição).

Art. 2º. O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente permanece assim composto:

- Representantes Governamentais:

- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Edizangela Comachio;

Suplente: Aline Griss;

- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Cristiane Ansolin

Suplente: Aldair da Silveira

- Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes

Titular: Lorita de Jesus Bigolin

Suplente: Nair Babinski

- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Titular: Luiza Teixeira

Suplente: Paula Natana Comachio

- Representantes Não Governamentais

- APPs das Escolas Estaduais e Municipais

Titular: Jacir Lang

Suplente: Edson Luiz Rosalen

- Clubes de Serviços

Titular: Nelcir Carlos Mulinari

Suplente: Ana Claudia G. Arruda

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Rose Marmentini Scheffer

Suplente: Janete de Oliveira

- Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

Titular: Cristiane Teixeira

Suplente: Aline Adelir Lunkes

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, SC, 07 de agosto de 2015.

Rosi Marmentini Scheffer

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente

São João do Oeste

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE – EXTRATO DE CONVÊNIO
ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 11/2015. CONVENIENTES: Município de São João do Oeste e a Associação Cultural Alemã de São João do Oeste. OBJETO: O presente convênio tem por objetivo a manutenção e desenvolvimento de atividades inerentes à cultura nos termos do Estatuto da Entidade. VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) de acordo com a solicitação formulada pela Associação. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do presente convênio correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Municipal do exercício de 2015, conforme segue: Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; Unidade Orçamentária: 05.05 – Setor de Cultura; Projeto Atividade: 2.030 – Manutenção Atividades Culturais; Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Com fundamentação legal na Lei Municipal nº. 1.614/2014, que autoriza o repasse de incentivos financeiros e vinculado ao Edital nº 01/2015 que visa a seleção de projetos visando ao fomento da produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais do município de São João do Oeste. PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015, e sua vigência a contar da data da assinatura do presente convênio. DATA: São João do Oeste, 27 de Julho de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal do Município de São João do Oeste e Pedro José Lottermann – Presidente da Associação.

Visto Jurídico: Moacir Biasi – 17.930-B – Município

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Bentec Comércio de Sementes Ltda- EPP.
ORIGEM: Pregão Presencial 50/2015
OBJETO: "Aquisição de sementes, adubos e substratos para a produção de flores da estação para o verão."
VIGÊNCIA: 05.08.2015 até 30.08.2015
VALOR: R\$ 6.953,80

São João do Oeste – 06 de Agosto de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Novamil Empreendimentos Agropecuários- LTDA.
ORIGEM: Pregão Presencial 50/2015
OBJETO: "Aquisição de sementes, adubos e substratos para a produção de flores da estação para o verão."
VIGÊNCIA: 05.08.2015 até 30.08.2015
VALOR: R\$ 1.402,00

São João do Oeste – 06 de Agosto de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015 E CONTRATO Nº 61/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015 E CONTRATO Nº 61/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e Terranálises Laboratório de Anal. Amb. Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial 51/2015
OBJETO: "Contratação de empresa para efetuar análises de inúmeros parâmetros em amostras de água bruta, saída das estações de tratamento de água e pontos da rede de distribuição com frequências mensais, trimestrais e semestrais."
VIGÊNCIA: 06.08.2015 até 31.12.2015
VALOR: R\$ 12.860,00

São João do Oeste – 06 de Agosto de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015 E CONTRATO Nº 62/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2015 E CONTRATO Nº 62/2015
PARTES: Município de São João do Oeste e KF Soluções Ambientais Ltda- EPP
ORIGEM: Pregão Presencial 51/2015
OBJETO: "Contratação de empresa para efetuar análises de inúmeros parâmetros em amostras de água bruta, saída das estações de tratamento de água e pontos da rede de distribuição com frequências mensais, trimestrais e semestrais."
VIGÊNCIA: 05.08.2015 até 31.12.2015
VALOR: R\$ 12.000,00

São João do Oeste – 06 de Agosto de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

PP 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças para manutenção da retro escadeira JCB 4cx e Escavadeira hidráulica JS 160, ambas da Secretaria de obras do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 20 de agosto de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br.

São João do Oeste, SC, 10 de agosto de 2015.
SÉRGIO LUIS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015

Objeto: Aquisição de peças e mão de obra para manutenção preventiva e corretiva de máquinas pesadas do município de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: NAZAMAK PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 46.108,24

Processo Licitatório nº. 047/2015 – Pregão Presencial nº 013/2015 de 29/05/2015

São João do SUL, 16 de Junho de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

Objeto: Registro de preços para o fornecimento de peças e serviços para manutenção corretiva e preventiva de veículos (ônibus) do transporte escolar do município de São João do Sul/SC..

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CARLOS PEDRO BAUER ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 51.546,50

Processo Licitatório nº. 028/2015 – Pregão Presencial nº 006/2015 de 26/03/2015

São João do SUL, 09 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

Objeto: Registro de preços para o fornecimento de peças e serviços para manutenção corretiva e preventiva de veículos (ônibus) do transporte escolar do município de São João do Sul/SC..

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JANDER DE OLIVEIRA SCHEFFER 06126360974

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 20.550,00

Processo Licitatório nº. 028/2015 – Pregão Presencial nº 006/2015 de 26/03/2015

São João do SUL, 09 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de expediente e materiais de processamento de dados para diversas secretarias da prefeitura municipal, fundo municipal de saúde de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 4.656,05

Processo Licitatório nº. 010/2015 – Pregão Presencial nº 002/2015 de 26/01/2015

São João do SUL, 06 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de expediente e materiais de processamento de dados para diversas secretarias da prefeitura municipal, fundo municipal de saúde de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: JR COMÉRCIO VAREJISTA DE PAPELARIA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 79.412,79

Processo Licitatório nº. 010/2015 – Pregão Presencial nº 002/2015 de 26/01/2015

São João do SUL, 06 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de expediente e materiais de processamento de dados para diversas secretarias da prefeitura municipal, fundo municipal de saúde de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 8.929,80

Processo Licitatório nº. 010/2015 – Pregão Presencial nº 002/2015 de 26/01/2015

São João do SUL, 06 de Fevereiro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NA PROVA OBJETIVA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

Em cumprimento às determinações da Senhora ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA, Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOAQUIM – SC – CMDCA, tendo em vista os candidatos aprovados na prova objetiva do PROCESSO DE SELEÇÃO E ELEIÇÃO PARA OS CARGOS DE CONSELHEIRO (A) TUTELAR, através da COMISSÃO ESPECIAL nomeada pelo Decreto nº 139/2015 de 27 de Abril de 2015.

TORNA PÚBLICO

1. A relação dos candidatos aprovados e eliminados com suas respectivas notas na prova objetiva, conforme tabela abaixo:

CANDIDATO	INSCRIÇÃO	RESULTADO	NOTA
AMANDA BORGES FERNANDES	00060001289	APROVADO	18,00
IRONI DE OLIVEIRA	00060001333	APROVADO	17,00
MARIÉLA TAINA DE JESUS	00060001293	APROVADO	16,50
ADRIELEN DA SILVA NUNES	00060001308	APROVADO	16,00
JAISON DA SILVA	00060001305	APROVADO	16,00
SIRLENE RODRIGUES DE SOUZA	00060001302	APROVADO	15,50
DAIANI PADILHA DE SOUZA	00060001316	APROVADO	15,00
DANIELA MENDES RODRIGUES	00060001310	APROVADO	15,00
FABIO NUNES DOS SANTOS	00060001397	APROVADO	15,00
ISABELLA CHIODELLI	00060001303	APROVADO	14,50
BEATRIZ CRISTINA GODOI GOULART	00060001365	APROVADO	14,00
DANIELA CRISTINA MEDEIROS	00060001353	APROVADO	13,50
SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA	00060001298	APROVADO	13,50
EDIJAN MEDEIROS	00060001309	APROVADO	12,50
GLECI TEREZINHA DOS SANTOS	00060001396	APROVADO	12,50
SIMONE ALI HUSEIN	00060001297	APROVADO	12,50
GILSON SANTOS RAMOS	00060001292	APROVADO	12,00
GISELLY CASTELLO DE SOUZA	00060001294	APROVADO	12,00
ISRAEL DA SILVA AMARAL	00060001288	APROVADO	11,50
GISELA MENDONÇA GOULART	00060001315	APROVADO	11,00
JOAO PEREIRA LIMA DA SILVA	00060001296	APROVADO	11,00
NELCI DA SILVA TOMAZ	00060001306	APROVADO	11,00
JADINA PADILHA GUIMARAES	00060001363	APROVADO	10,50
ROSMARI MARAFIGO DE JESUS	00060001307	APROVADO	10,50
ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARINHO	00060001304	ELIMINADO	AUSENTE
ANTONIO ROBERTO DOS SANTOS	00060001291	ELIMINADO	AUSENTE
CRISTINA CORREA ARRUDA PEREIRA	00060001338	ELIMINADO	AUSENTE
DIEGO DA SILVA LAURINDO	00060001290	ELIMINADO	AUSENTE
ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA	00060001287	ELIMINADO	AUSENTE
KATIANI ZANIBONI VIRTUOSO	00060001301	ELIMINADO	AUSENTE
LUCIANE BORGES DA ROSA	00060001299	ELIMINADO	AUSENTE
ROSANGELA SOUZA MEDEIROS	00060001295	ELIMINADO	AUSENTE

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Joaquim - SC, 06 de Agosto de 2015.

ANA MARCIA DE SOUZA PEREIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL PROCESSO DE SELEÇÃO
E ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO (A) TUTELAR

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
PREFEITO DE SÃO JOAQUIM - SC

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2015 – CMSJ**

DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2015 – CMSJ

CONTRATO 10/2015

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 08/2015 para a Celebração de Contrato com a Empresa PUBLIC & PRIVATE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA – ME, CNPJ/MF 22.459.999/0001-74 sito na Rua Oswaldo Aranha, nº 50, Sala 01, Bairro Centro, Criciúma – SC, no valor de R\$ 1500,00 (mil e quinhentos reais), para locação do sistema de informática denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO e SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, a serem pagos em 5 (cinco) parcelas de R\$ 300,00 (trezentos reais), a partir da assinatura do contrato e implantação do sistema. Acrescentam-se os valores de R\$ 100,00 (cento) pela hora técnica, para prestação de serviços de suporte técnico, mais R\$ 0,70 (setenta centavos) o valor do KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao dia apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico, com duração de 5 (cinco meses), podendo ser prorrogado por períodos de até 12 (doze meses), limitado a 48 (quarenta e oito meses).

Publique-se,

São Joaquim, 07 de agosto de 2015.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA OCUPAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DO CENTRO COLETIVO DE ENSAIOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA OCUPAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DO CENTRO COLETIVO DE ENSAIOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, no uso de suas atribuições conferidas na legislação em vigor, torna público a reabertura das inscrições do Edital de Chamamento Público para Ocupação por Tempo Determinado do Centro Coletivo de Ensaios da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José durante o período de 10 de agosto a 21 de agosto de 2015.

1 - PARTICIPAÇÃO

1.1 - A participação para o calendário de ensaios de grupos é aberto para grupos de artes cênicas, danças e música, desde que adequadas ao espaço.

1.2 - Poderão participar do processo de seleção artistas e grupos brasileiros e estrangeiros em situação legal no país, com inscrição jurídica em São José ou, quando sem inscrição jurídica, se composto por até 80% dos membros do grupo com residência fixa na cidade.

1.3 O presente edital terá validade até o dia 18 de Dezembro de 2015, data em que se encerram as atividades. Novo edital de ocupação anual será lançado em 2016.

2 - INSCRIÇÃO

2.1 - As inscrições deverão ser efetuadas no período 10 de agosto a 21 de agosto de 2015.

2.2 - A inscrição é gratuita e deverá ser feita através do site www.cultura.sc/saojose

2.3 - No ato da inscrição, o grupo deverá cadastrar o plano de ensaios (quantidade de ensaios por semana), justificativa e a produção artística a ser apresentada como contrapartida.

3 - DA SELEÇÃO

3.1 - A análise das propostas estará, inicialmente, a cargo da Diretoria de Cultura.

3.2 - Serão anuladas as inscrições que não atenderem aos termos do presente edital.

3.3 - Serão selecionados 09 grupos.

3.4 - Serão critérios a serem avaliados na seleção: ineditismo da obra apresentada, criatividade, índice de gratuidade e descentralização do evento de apresentação da obra; comprometimento do projeto com o pensar crítico e os princípios do Sistema Municipal de Cultura.

4 - DO RESULTADO DA SELEÇÃO

4.1 - O resultado da seleção será comunicado por e-mail aos inscritos, no site da Prefeitura Municipal de São José e nas redes sociais da Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

4.2 - Os artistas e grupos selecionados deverão confirmar sua presença junto à FMCT, por meio de assinatura de um Termo de Compromisso e Responsabilidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data de recebimento do comunicado de seleção.

5 - DA RESPONSABILIDADE DO(S) ARTISTA(S)

5.1 - Manutenção e limpeza do espaço físico para a realização dos ensaios;

5.2 - Respeitar o calendário estabelecido pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo;

5.3 - Responsabilizar-se pelo espaço físico que deverá ser preservado, sem qualquer dano. Ao final de cada ensaios, a sala deverá ser entregue em estado ordeiro e limpo para uso do próximo grupo, bem como todas as janelas e acessos fechados, luzes apagadas e equipamentos desligados;

5.4 - O grupo, quando solicitado, deverá fornecer informações sobre uso do local.

5.5 - O representante legal do grupo junto à Fundação Municipal de Cultura e Turismo será responsável direto pela chave de acesso, bem como pelas condições de uso do local.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DE CONTRAPARTIDA

6.1 Buscando incentivar a descentralização e democratização da cultura, de acordo com diretrizes da Conferência Municipal de Cultura, ficará instituída a obrigatoriedade de apresentação de um Plano de Contrapartidas Sociais, vinculado à proposta apresentada.

6.2 Por Contrapartidas Sociais entende-se a realização de apresentações públicas gratuitas, oferta de ingressos a preços populares, palestras, oficinas, workshops, ações de formação de platéia, dentre outras atividades a serem oferecidas.

6.3 Não há limite para a quantidade de atividades propostas no Plano de Contrapartidas Sociais, que deverá ser cumprido integralmente, sob pena de impedimento de participação em nova ocupação do Centro Coletivo de Ensaios.

7 - FICHA TÉCNICA DO CENTRO DE ENSAIOS

7.1 - Piso em cerâmica;

7.2 - Pé-direito 2,80 cm;

7.3 - Paredes pintadas na cor branca;

7.4 - Espelhos de 2m de altura fixados nas paredes;

7.5 - Área total 121,76 m²;

8 - DO PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

8.1 Os ensaios ocorrerão de terça á domingo, matutino, vespertino e noturno.

9. Elege-se o foro de São José para dirimir eventuais dúvidas.

São José, 09 de agosto de 2015.

Carlos Eduardo de Souza Martins

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.

ACÓRDÃO 09/2015

ACÓRDÃO 09/2015

Processo 16.282/2014

Requerente :JEISA EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA

Assunto: CANCELAMENTO DE MULTA

Conselheiro Relator: TADEU PEDRO VIEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, por UNANIMIDADE QUE FICA O RECURSO CONHECIDO E NEGADO PROVIMENTO, MANTENDO DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA.

São José/SC, 06 de agosto de 2015.

CLOVIS RENATO SQUIO

PRESIDENTE

TADEU PEDRO VIEIRA CONSELHEIRO RELATOR	THAIS FARIAS DE SOUSA CONSELHEIRO
SERGIO MURILO DA SILVA CONSELHEIRO	VALMOR DOS SANTOS JUNIOR CONSELHEIRO
KARINA DA SILVA GRACIOSA PROCURADORA DA FAZENDA	ROZANA MARIA KUSTER SECRETÁRIA

DECRETO Nº 4783/2015

DECRETO Nº 4783/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Sra. ANA CARLA DE SOUZA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos no dia 03 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de julho de 2015.

*republicado por incorreção

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4784/2015

DECRETO Nº 4784/2015

CESSA EFEITOS DO DECRETO 2015/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessa efeitos do decreto 2015 de 14 janeiro de 2014, que concedeu a CIDNEI JOSÉ HEMKEMAIER, matrícula nº 23407, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4785/2015

DECRETO Nº 4785/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Concede à servidora ALESSANDRA CRISTINA LAURINDO ARRUDA, matrícula 10200-8, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de julho de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4803/2015

DECRETO Nº 4803/2015

NOMEIA COMISSÃO PARA LEILÃO DE IMÓVEIS NAS ÁREAS INDUSTRIAIS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam nomeados para compor a Comissão para Leilão de imóveis nas Áreas Industriais do Município de São José/SC, para o período de 01 ano:

- I. Presidente: SINARA REGINA LANDT SIMIONI;
- II. Vice-Presidente: BERNARDO MEYER;
- III. 1ª Secretária: ADRIANA SILVA PACHECO PEDRO;
- IV. 2ª Secretário: LUIZ BEIRITH;
- V. Membros:
 - a) JONI RAMOS;
 - b) MARCOS ANDRÉ SCHEFFER BEDIN;
 - c) ÉRICO RODRIGUES DA SILVA KOENIG;
- VI. Leiloeiro Público Oficial: ALEX WILLIAN HOPPE.

Art. 2º – Ficam delegadas as competências para assinar editais, receber documentos e examiná-los, bem como exercer todos os atos legais para o certame, que forem de competência da Comissão.

Art. 3º - A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José/SC 31 de julho de 2015

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal
*republicado por incorreção

DECRETO Nº 4815/2015

DECRETO Nº 4815/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor LISSANDRO WILHEM do cargo de Vice Reitor Administrativo - CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de julho de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4816/2015

DECRETO Nº 4816/2015

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER INTERINAMENTE CARGO DE SECRETÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, II e VI, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica designada a servidora ELISIANI CRISTINA DE SOUZA

DE FREITAS NORONHA ocupante do cargo em comissão de Reitora do Centro Universitário Municipal – SMA, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Vice Reitora Administrativa - CCM 9, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4817/2015

DECRETO Nº 4817/2015

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 4810/2015 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse do candidato Márcio Renato Bartel aprovado no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 014/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso VI do Decreto 4810/2015 de 03 de agosto de 2015, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação do candidato MÁRCIO RENATO BARTEL.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4818/2015

DECRETO Nº 4818/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 014/2015/FUNDESJ – Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º - Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data Admissão
I	Sirlene Silveira de Amorim Pereira	Professora de Ensino Superior Substituta – Área Administração (Vaga 5.1) – 2ª colocada.	05h	07/08/2015
II	Francielle de Souza Macedo	Professora de Ensino Superior Substituta – Área Direito (Vaga 2.2) – 3ª colocado.	05h	07/08/2015

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4819/2015

DECRETO Nº 4819/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JORGE ANTONIO COSTA do cargo de Supervisor de Gabinete – CCM 6, com lotação no Gabinete da Prefeita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de agosto de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4822/2015

DECRETO Nº 4822/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor HIGOR RAUPP VIEIRA do cargo de Assessor II – Administrativo - CCM 2, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 10/2015

PAUTA DE JULGAMENTO

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, Clóvis Renato Squio, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgados na sessão ordinária, a se realizar no dia 20/08/2015, quinta feira às 10h00min, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, os seguintes processos administrativos:

Processo Administrativo nº	2.819/2007
Recorrente	JOSÉ CRISTÓVÃO
Procurador habilitado nos autos	CLAUDIA TAVARES DE ALBUQUERQUE
Relator	THAÍS FARIAS DE SOUSA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail:

conselhodecontribuintes@gmail.com , através do formulário anexo.

São José, 28 de julho de 2015.

Clóvis Renato Squio Presidente OAB/SC 21.417	Rozana Maria Kuster Secretária Geral do CMC Decreto n.º 4344/2015
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____

Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:

CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

LEI N.º 5.498 DE 06 DE AGOSTO DE 2015

MODIFICA O ART. 1º, TRANSFORMANDO O PARÁGRAFO ÚNICO EM §1º E ACRESCENTA OS §§ 2º, 3º E 4º, DA LEI Nº 5.433/2014 DE 26/09/14 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BANCO DE OFERTA E DEMANDA DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS (BODESV), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Modifica o art. 1º transformando o parágrafo único em §1º e acrescenta os parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei citada, com a seguinte redação:

Art. 1º.

§1º.

§2º. Os voluntários aceitos fazem jus ao recebimento de auxílio diário, de natureza jurídica indenizatória, a ser fixado pelo Município, destinado ao custeio das despesas necessárias à execução dos serviços a que se refere à Lei Federal nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.

§3º. O auxílio diário não poderá exceder a 34% (trinta e quatro por cento) da Unidade de Referência Municipal (URM);

§4º. A prestação voluntária dos serviços não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, na forma estabelecida pelo art. 1º, em seu parágrafo único da Lei Federal nº 9.608, de 16 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de agosto de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 092/2015 – RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 092/2015 – RETIFICADO - Processo nº 255/2015: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PONTO ELETRÔNICO DO TIPO REP (REGISTRADOR ELETRÔNICO DE PONTO) CONFORME PORTARIA Nº 1510/2009 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE), INCLUINDO INSTALAÇÃO E TREINAMENTO DE BOBINAS TÉRMICAS, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 20/08/2015 às 13h15min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 20/08/2015 às 13h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

SUSPENSÃO SINE DIE DA CONCORRÊNCIA Nº 004/2015

COMUNICADO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 237/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 004/2015.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO 24 HORAS DAS RECLAMAÇÕES DE EMERGÊNCIA, ATRAVÉS DA OUVIDORIA GERAL E DIRETAMENTE NA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, NAS INTERVENÇÕES DA CASAN, PARA PEQUENOS REPAROS E MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC

A Secretaria de Administração, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos licitantes e demais interessados que, fica SUSPENSO SINE DIE o certame em epígrafe, em virtude de DECISÃO CAUTELAR exarada pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TCE/SC

Maiores informações, na Comissão Permanente de Licitações, sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 3º andar, Praia Comprida, São José/SC - Fone: 3381-0100, das 13 às 18 horas.

São José, 07 de agosto de 2015.

Cláudia Schweitzer Pfleger

Presidente da CPL Interina

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.141, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.141, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 85.550,00 (oitenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
20.606.4507.2.025 .3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	131	Aplicações Diretas	R\$ 85.550,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
20.606.4507.2.025 .3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000	130	Transf. Inst p s/f.lu	R\$ 85.550,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.142, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 5.142, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 6.067,40 (seis mil, sessenta e sete reais e quarenta centavos) na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		

12.361.4505.1.085 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0032	45	Aplicações Diretas	R\$ 6.067,40
--	----	--------------------	--------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de agosto de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 036, DE 04 DE MAIO DE 2015.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 036, DE 04 DE MAIO DE 2015.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora pública municipal, Sra. Rejane Trombete Cividini, CPF nº 905.269.539-34.

Objeto: Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 036, de 04 de maio de 2015, do bem: Tablet Samsung, NS RQ2F800RG5E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16997, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade originariamente firmado.

Data da assinatura: 06 de agosto de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rejane Trombete Cividini - servidora pública municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2015, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 151/2015, DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Processo Licitatório nº 103/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 068/2015, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Fipal Distribuidora de Veículos Ltda., CNPJ nº 77.396.810/0008-00.

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.019, de 09 de janeiro de 2015, que será de, no máximo, 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015.

Rubricas orçamentárias: 06.01.04.122.4503.2.006.4.4.90.00.00.0.00.00.01.0000 (D - 17/2015) - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 04/08/2015.
Vigência: de 04/08/2015 a 31/12/2015.
Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Vilmar José Fedato - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2015, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 152/2015, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 176/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 076/2011, Modalidade de Concorrência nº 005/2011.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: J. L. da Silva Excursões ME, CNPJ nº 04.335.938/0001-13.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 176/2011, de 08/08/2011, pelo lapso de 60 (sessenta) dias, tempo necessário para que, nos termos da Lei nº 1.910, de 1º de dezembro de 2010, seja procedido à realização de licitação pública, sob a modalidade de concorrência, objetivando a outorga de permissão de uso para exploração e administração do Terminal Rodoviário do Município de São Lourenço do Oeste/SC.

Data de Assinatura: 06/08/2015.

Vigência: 08/08/2015 a 08/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e João Leonir da Silva - pela Permissionária.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 041/2015, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 041/2015, DE 06 DE AGOSTO DE 2015.

Origem: Artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal: Rejane Trombeta Cividini, CPF nº 905.269.539-34.

Objeto: A transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário, dos direitos de uso e gozo do bem descrito a seguir: Tablet Samsung, NS RQ2F800QLFB, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16999, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo firmado.

Data da assinatura: 06 de agosto de 2015.

Vigência: Inicia-se da data da assinatura e perdurará enquanto o(a) servidor(a) mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município de São Lourenço do Oeste, especificamente na Secretaria Municipal de Saúde, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde e de Combate às Endemias.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rejane Trombeta Cividini - servidor(a) público(a) municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.393-DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.393/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e, CONSIDERANDO, que o processo licitatório nº104/2015, Edital de Pregão Presencial nº 62/2015, tem como objeto a aquisição de britas, pedrisco e pó de brita, destinados para a conservação e manutenção das ruas do perímetro urbano deste município, para o exercício de 2015, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do Edital.

CONSIDERANDO, que é necessário ampliar a quantidade a ser adquirida, pois a demanda é maior;

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento, quando constar ilegalidade, nulidade ou até mesmo quando constatar a desnecessidade dos serviços.

DECRETA:

Art. 1º REVOGAR o Processo Licitatório nº 104/2015, modalidade Pregão Presencial nº 62 de 22/07/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 05 de agosto de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHRSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 118/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamentos esportivos e materiais esportivos educativos para serem utilizados nas aulas de Educação Física e atividades esportivas desenvolvidas pelas Escolas do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 19 de agosto de 2015.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 07 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais lúdico e pedagógicos destinados aos alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 20 de agosto de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 07 de agosto de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos destinados aos atletas que representam o nosso Município nos eventos esportivos, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 21 de agosto de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de

Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 07 de agosto de 2015

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Fundação

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

LEI Nº 986, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 986, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais) na dotação abaixo identificada:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2027 – Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 1.800,00

3.3.50.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) na dotação abaixo identificada:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2027 – Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 1.800,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de agosto de 2015.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e.)

LEI Nº 987, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 987, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde”.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2056 - Func. e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 48.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

11.01.10.301.0009.2.060 – Func. e Manutenção do MAC R\$ 7.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

11.01.10.301.0009.2.092 – Func. e Manutenção do PACS R\$ 5.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.512.0009.1.051 – Saneamento Básico R\$ 16.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

11.01.10.301.0009.2.052 – Aquisição de Mobiliários R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

11.01.10.301.0009.2.053 – Aquisição de Equipamentos de Saúde R\$ 14.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

11.01.10.301.0009.2.057 – Func. e Manutenção da saúde Bucal R\$ 10.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de agosto de 2015.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal

LEI Nº 988, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 988, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.073 – Construção de Muro R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0004.1.021 – Reforma de Ginásio de Esportes R\$ 25.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.0 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de agosto de 2015.

Edson José da Silva Filho
Prefeito Municipal (e.e.)

LEI Nº 989, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 989, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

“Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir o Crédito Especial no total de R\$ 55.000,00 (cinquenta cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO
13.03.17.512.15.1.094 – Func. e Manutenção da Secretaria de água
e Saneamento Básico R\$ 55.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) na dotação abaixo identificada:

05 – SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.02.8.243.0007.2.038 – Manutenção das Creches R\$ 9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

05.02.8.243.0007.2.039 – Manutenção de Programas R\$ 6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
02.01.4.122.0002.2.002 – Func. e Manut. do Gabinete do Prefeito e do Vice_Prefeito R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
04.01.27.812.0004.1.021 – Reforma de Ginásio de Esportes R\$5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$5.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
06.02.23.695.0008.2.047 – Func. e Manut. Do Turismo R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de agosto de 2015.

Edson José da Silva Filho
Prefeito Municipal (e.e.)

LEI Nº 990, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

LEI Nº 990, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

“Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara”.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 143.600,00 (Cento e quarenta e três mil e seiscentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
07.01.15.452.0010.2077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria de obras R\$ 123.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 115.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01.4.122.0003.2.004 – Func. e Manut. Da Secretaria de Adm. Finanças e Planejamento R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 143.600,00 (Cento e quarenta e três mil e seiscentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
02.01.4.122.0002.2.002 – Func. e Manut. Do Gabinete Do Prefeito e do Vice_Prefeito R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
04.01.27.812.0004.1.021 – Reforma de Ginásio de Esportes R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.01.12.368.0004.2.018 – Projeto de Cursos Profissionalizantes e Pré-Vestibular R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
06.02.13.392.0008.2.045 – Festividades Culturais R\$ 73.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 73.600,00

06.02.23.695.0008.2.047 – Func. e Manut. Do Turismo R\$ 14.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
07.01.26.782.0010.1.075 – Reforma de Equipamentos R\$ 13.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
10.10.20.606.0006.2.028 – Realização de Eventos Promocionais R\$ 8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 04 de agosto de 2015.

Edson José da Silva Filho
Prefeito Municipal (e.e.)

PORTARIA N.º 259/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

– Fone: 48-32770122 –

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 259/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARLUCIA CORDEIRO, ocupante do cargo de Professora II, lotada na Secretaria Educação, Cultura e Desporto.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARLÚCIA CORDEIRO, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 04/08/2015, sendo considerados 15 dias como Auxílio Doença Típico Empregador, e os demais dias como Auxílio Doença Típico Previdência.

Parágrafo Único: A servidora retornará as atividades somente após a cessação do benefício homologado pela previdência Social.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de agosto de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 260/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 260/2015

DISCIPLINA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS MUNICIPAIS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, e com fundamento no Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art.1º - Fica delegada, na forma do artigo 49, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, competência aos Auxiliares de Enfermagem-ESF e Técnicos em Enfermagem, autorização para devidamente habilitado, conduzir veículo municipal, nos casos de:

I - Justificada necessidade de extrapolar a jornada de trabalho do motorista, oficialmente responsável pelo veículo;

II - Trabalhos executados em sábados, domingos e feriados;

III – Trabalhos executados em horários normais, porém de caráter emergencial que necessite do veículo para locomoção, desde que na ausência do motorista responsável apto a realizar o trabalho;

IV- Nos demais casos que julgar conveniente ao bom serviço da Administração Pública.

Art. 2º - Aos Auxiliares de Enfermagem-ESF e Técnicos em Enfermagem que foi delegado a competência para conduzir os veículos de propriedade do Município nos termos desta Portaria, assumirá toda e qualquer responsabilidade pelo seu bom uso, conservação e eventuais danos que nele causar ao atingir a terceiros.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de agosto de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 88/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 88/2015-PMS

PROCESSO Nº. 172/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de serviços de Internet Banda Larga 24 horas por dia, para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de agosto de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 25 de agosto de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 10 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 004/2014-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GENY FERREIRA DO NASCIMENTO GOMES, inscrita no CPF sob nº. 136.573.678-45, aprovada em 23º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSOR A – ENSINO EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 18 de agosto de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 06 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.387/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº 3.387/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO - ESF PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício nº 065/2015 - SMS, datado de 28 de julho de 2015, para a contratação de 01 (um) profissional MÉDICO - ESF para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a vaga é em caráter de substituição do servidor, Sr. Erden Ramirez Pestana, que encerra o contrato no dia 09 de agosto de 2015;

Considerando que o Concurso Público nº 001/2012 – ESF/NASF ainda está vigente, porém, a lista de candidatos já foi exaurida;

Considerando que no Processo Seletivo nº 002/2014 – ESF/NASF foi disponibilizada vaga, onde 2 candidatos foram aprovados, porém a lista já foi exaurida;

Considerando que já está em andamento a realização de novo Concurso Público, conforme Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), Edição 1798, de 04 de agosto de 2015, p. 573 e seguintes, com o intuito de suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional MÉDICO - ESF para atuar na equipe do Programa Estratégia Saúde da Família – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 07 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.388/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

DECRETO Nº. 3.388/2015, de 07 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 15 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal da Administração do Município de Schroeder – LC nº. 004/98, de 19/05/1998:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Albano Hang 30 31

Helena Gonçalves da Cruz Barros 14 15

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo dos funcionários abaixo relacionados, conforme disposto no art. 25 do Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Diogo Martins Vieira B-1-II B-2-II

Dionata dos Santos Ramos C-1-I C-2-I

Jucinéia Formigari B-1 B-2

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 07 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EDITAL 002/2015-1 – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO ESCRITA DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E REABERTURA DE NOVO PERÍODO DE INSCRIÇÃO DE NOVAS CANDIDATURAS

EDITAL 002/2015-1 – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO ESCRITA DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E REABERTURA DE NOVO PERÍODO DE INSCRIÇÃO DE NOVAS CANDIDATURAS:

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2097/15, torna público o resultado final da avaliação escrita dos candidatos a membros do Conselho Tutelar de Schroeder conforme Artigo 3.2.7 e 3.3 do edital Nº002/2015:

ITEM 1 – DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:**1.1. Inscrições preliminares Deferidas a membro do Conselho Tutelar:**

Nº Inscrição	Nome	Nota	Situação
01	Sandra Regina Ilgenfritz dos Santos	76,67	Apto
02	Katia Antonia Orso	76,67	Apto
03	Luciene Lopes Coelho	73,33	Apto
04	Priscila Graciela Ronchi	ausente	Inapto
05	Jandir Antunes	ausente	Inapto
06	Sheila Joseani Stopa Setter	43,33	Inapto
07	Aline Voigt Machado	50,00	Apto
08	Luiz Carlos Gonzaga dos Santos	56,67	Apto
09	Vanderlei Clever Junkes	76,67	Apto
10	Alice Aparecida Limberger	53,33	Apto
11	Luzinete Belarmina Moreno Batista	43,33	Inapto
12	Célia Nogueira Latacheski	ausente	Inapto
13	Volni de Jesus Bittencourt dos Santos	66,67	Apto
14	Carla Cristina Maffezzolli Jordan	76,67	Apto

ITEM 2 - DA REABERTURA DE INSCRIÇÃO PARA NOVAS CANDIDATURAS:

2.1. Fica reaberto o período de inscrições preliminares dos candidatos às vagas a Conselheiro Tutelar, considerando o item 3.2.7 do edital Nº002/2015, onde o número de candidatos aptos foram inferiores a 10 (dez), sem prejuízo aos candidatos aptos.

Parágrafo Único: Os candidatos considerados inaptos são àqueles que não atingiram a nota mínima na avaliação escrita e poderão realizar nova avaliação mediante reinscrição.

2.2. Se não houver inscrições neste processo de reabertura, ou se o candidato que estiver apto na inscrição não atingir nota mínima na avaliação escrita, o processo de eleição unificada para Conselheiro Tutelar terá continuidade com os candidatos que já estão aptos.

2.3. Os critérios para reabertura das inscrições de novos candidatos à Conselheiro Tutelar seguem os já descritos no Edital 002/2015, alterando somente o cronograma de datas:

ETAPAS	DATAS
Publicação do Resultado da avaliação escrita e Reabertura das Inscrições	10/08/2015
Período de inscrições	11/08/2015 à 25/08/2015
Publicação das inscrições preliminares homologadas dos candidatos	27/08/2015
Prazo de impugnação quanto à homologação das inscrições preliminares dos candidatos	27 e 28/08/2015
Publicação das impugnações	31/08/2015
Prazo para candidato manifestar-se quanto à impugnação da inscrição preliminar	31/08 e 01/09/2015
Publicação final das inscrições homologadas e convocação para a avaliação escrita	03/09/2015
Prova escrita	06/09/2015
Publicação do gabarito	08/09/2015
Recebimento de recurso contra o gabarito e prova	08 e 09/09/2015
Publicação do resultado final da avaliação escrita	11/09/2015
Eleição (escrutínio)	04/10/2015
Apuração dos votos	A partir das 17horas do dia 04/10/2015
Publicação do Resultado da eleição	05/10/2015
Publicação do Resultado Final	10/12/2015
Posse dos conselheiros tutelares titulares	10/01/2016

ITEM 3 - Da campanha eleitoral

3.1. A campanha eleitoral terá início após a publicação das inscrições definitivas, onde são deferidos os candidatos aptos à eleição, conforme disposto no item 4 do edital 002/2015.

ITEM 4 - DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Demais disposições já constam no Edital 002/2015 e Errata 001, e Edital 004/2015.

4.2. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder(SC).

Schroeder, 10 de agosto de 2015.

Teresinha Tomaselli Tecilla	Silvania Ferreira
Comissão Especial	

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 184/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 184/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 65/2015-PMS - Processo nº. 173/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA, inscrita no CPNJ sob o nº. 79.363.115/0001-09, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4429, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA, SITUADA NA RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 4429 - SCHROEDER / SC. AMBIENTE COM 1200,00M², PROVIDO DE SANITÁRIOS, MESAS, CADEIRAS E PALCO, PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS MUNICIPAIS AO LONGO DE 5 MESES, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de imóvel provido de sanitários, mesas, cadeiras e palco para realização de eventos de acordo com as necessidades da Administração Municipal.	05	Meses	800,00	4.000,00
VALOR R\$ TOTAL	4.000,00				

Valor do contrato: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) correspondente ao objeto descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento, pago o valor mensal de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Data da Assinatura: 05/08/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 187/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 187/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 142/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 67/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 08.158.865/0001-92, estabelecida na Avenida Claudio Zacchi, nº 110, Passa Vinte, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88132-060

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold – Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo Standard Masculino: - Produzido em Polietileno de alta densidade;</p> <p>- Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros;</p> <p>- Contém: 01 mictório, 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico – rolo de 300m;</p> <p>- Porta com fechamento automático e trinco com indicação de livre/ocupado;</p> <p>- Teto translúcido. Piso Antiderrapante;</p> <p>- Laterais com abertura superior para ventilação natural;</p> <p>- Placa de identificação Masculina ou Feminina;</p> <p>- Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m;</p> <p>- Peso Seco: 75 Kg. Locação para o período de 06 (seis) dias. Incluso:</p> <p>- Frete de Remessa;</p> <p>- Frete de Retorno;</p> <p>- Sucção dos dejetos diária com mão-de-obra especializada;</p> <p>- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;</p> <p>- Aplicação de produto bactericida;</p> <p>- Reposição de papel higiênico;</p> <p>- Aplicação de produto desodorizante;</p> <p>- Pessoal preparado com todos os EPIS;</p> <p>- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATMA;</p> <p>- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos e fluentes).</p>	12	Unidade	311,23	3.734,76

02	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo Standard Feminino: - Produzido em Polietileno de alta densidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros; - Contém: 01 mictório, 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico – rolo de 300m; - Porta com fechamento automático e trinco com indicação de livre/ocupado; - Teto translúcido. Piso Antiderrapante; - Laterais com abertura superior para ventilação natural; - Placa de identificação Masculina ou Feminina; - Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m; - Peso Seco: 75 Kg. Locação para o período de 06 (seis) dias. Incluso: - Frete de Remessa; - Frete de Retorno; - Sucção dos dejetos diária com mão-de-obra especializada; - Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento; - Aplicação de produto bactericida; - Reposição de papel higiênico; - Aplicação de produto desodorizante; - Pessoal preparado com todos os EPIS; - Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATMA; - Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos e fluentes). 	12	Unidade	311,23	3.734,76
03	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo Vip Luxo Masculino: - Produzido em Polietileno de alta densidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros; - Contém: 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico – rolo de 300m, 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para sabonete líquido, 01 espelho; - Possui Pia Lavatória com capacidade para 70 litros de água, com acionamento através de bomba de pé; - Porta com fechamento automático e trinco com indicação de livre/ocupado; - Teto translúcido. Piso Antiderrapante; - Laterais com abertura superior para ventilação natural; - Placa de identificação Masculina ou Feminina; - Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m; - Peso Seco: 85 Kg. Locação para o período de 06 (seis) dias. Incluso: - Frete de Remessa; - Frete de Retorno; - Sucção dos dejetos diária com mão-de-obra especializada; - Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento; - Aplicação de produto bactericida; - Reposição de papel higiênico; - Aplicação de produto desodorizante; - Pessoal preparado com todos os EPIS; - Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATMA; - Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos e fluentes). 	3	Unidade	389,04	1.167,12
04	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo Vip Luxo Feminino: - Produzido em Polietileno de alta densidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros; - Contém: 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico – rolo de 300m, 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para sabonete líquido, 01 espelho; - Possui Pia Lavatória com capacidade para 70 litros de água, com acionamento através de bomba de pé; - Porta com fechamento automático e trinco com indicação de livre/ocupado; - Teto translúcido. Piso Antiderrapante; - Laterais com abertura superior para ventilação natural; - Placa de identificação Masculina ou Feminina; - Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m; - Peso Seco: 85 Kg. Locação para o período de 06 (seis) dias. Incluso: - Frete de Remessa; - Frete de Retorno; - Sucção dos dejetos diária com mão-de-obra especializada; - Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento; - Aplicação de produto bactericida; - Reposição de papel higiênico; - Aplicação de produto desodorizante; - Pessoal preparado com todos os EPIS; - Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATMA; - Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos e fluentes). 	3	Unidade	389,04	1.167,12

05	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo PNE (Portadores de Necessidades Especiais): - Produzido em Polietileno de alta densidade;</p> <p>- Modelo adequado para público portador de necessidades especiais;</p> <p>- Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 125 litros;</p> <p>- Possui Barras Laterais de Apoio (corrimão de segurança);</p> <p>- Contém: 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico – rolo de 300m;</p> <p>- Porta com fechamento automático e trinco com indicação de livre/ocupado;</p> <p>- Teto translúcido. Piso Antiderrapante;</p> <p>- Rampa de acesso no mesmo nível do piso;</p> <p>- Laterais com abertura superior para ventilação natural;</p> <p>- Medidas: Largura 1,60m / Altura 2,30m / Comprimento 1,60m;</p> <p>- Peso Seco: 110 Kg. Locação para o período de 06 (seis) dias. Incluso:</p> <p>- Frete de Remessa;</p> <p>- Frete de Retorno;</p> <p>- Sucção dos dejetos diária com mão-de-obra especializada;</p> <p>- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;</p> <p>- Aplicação de produto bactericida;</p> <p>- Reposição de papel higiênico;</p> <p>- Aplicação de produto desodorizante;</p> <p>- Pessoal preparado com todos os EPIS;</p> <p>- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de efluentes) licenciada pela FATMA;</p> <p>- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).</p>	2	Unidade	573,84	1.147,68
06	<p>Fraldário Portátil: - Estrutura metálica revestida com painéis em PVC estrutural na cor branca contendo piso em compensado naval revestido com manta vinílica impermeável de fácil limpeza;</p> <p>- Contém: 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para álcool em gel;</p> <p>- Possui 01 porta com fechadura e 01 janela;</p> <p>- Medidas: Largura 1,30m / Altura 2,60m / Comprimento 1,60m. Locação para o período de 06 (seis) dias. Incluso:</p> <p>- Frete de Remessa;</p> <p>- Frete de Retorno;</p> <p>- Limpeza diária com mão-de-obra especializada;</p> <p>- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;</p> <p>- Reposição de papel toalha;</p> <p>- Reposição de álcool em gel;</p> <p>- Pessoal preparado com todos os EPIS;</p> <p>- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de efluentes) licenciada pela FATMA;</p> <p>- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).</p>	2	Unidade	700,28	1.400,56
07	<p>Lavatório Ecológico: - Fabricado em Polipropileno;</p> <p>- Possui reservatório de água de 800 litros;</p> <p>- Capacidade do Reservatório de rejeitos de 1000 litros;</p> <p>- Contém: 05 torneiras, 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para sabonete líquido;</p> <p>- Medidas: Altura 2,30m / Circunferência 1,40m. Locação para o período de 06 (seis) dias. Incluso:</p> <p>- Frete de Remessa;</p> <p>- Frete de Retorno;</p> <p>- Limpeza diária com mão-de-obra especializada;</p> <p>- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;</p> <p>- Reposição de água no reservatório;</p> <p>- Reposição de papel toalha; - Reposição de sabonete líquido;</p> <p>- Pessoal preparado com todos os EPIS;</p> <p>- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de efluentes) licenciada pela FATMA;</p> <p>- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).</p>	2	Unidade	574,00	1.148,00
TOTAL R\$	13.500,00				

Valor do contrato: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 07/08/2015 – Vigência: 07/08/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: http://www.schroeder.sc.gov.br

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 71/2015-PMS

PROCESSO Nº. 146/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 712015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de expediente para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leiam-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 08 de setembro de 2015.

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 08 de setembro de 2015 às 08h45min devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 71/2015-PMS****TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
26	Caixa de papelão para arquivo morto - 19cmX22cmX30cm.	442	Unidade	4,10	1.812,20
33	Caneta marca texto fluorescente (amarela, verde, azul, laranja), ponta chanfrada com traço de 4,0mm, tampa da mesma cor da tinta, embalagem plástica, medindo aproximadamente 13,0cm sem considerar a tampa, validade de no mínimo 01 ano. Embalagem com dados de identificação do produto. Caixa com 12 unidades.	378	Caixa	12,80	4.838,40
67	Espiral para encadernação na cor preta, tamanho 17mm pacote c/ 100 unidades.	57	pacote	17,80	1.014,60
68	Espiral para encadernação na cor preta, tamanho 12mm pacote c/ 100 unidades.	55	Pacote	13,60	748,00
89	Grampo para grampeador, galvanizado, tamanho 23/8 com perfuração de até 20 folhas com 75 g/ m². Caixa com 5.000 unidades.	45	Caixa	18,00	810,00
144	TESOURA ESCOLAR - COM PONTAS ARREDONDADAS, LÂMINA EM AÇO INOX, CABO ANATÔMICO REVESTIDO INTERNAMENTE COM MATERIAL EMBORRACHADO PARA FACILITAR O USO E PROPORCIONAR MAIOR CONFORTO, LÂMINA COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, COMPRIMENTO TOTAL (LÂMINA + CABO) DE 13CM, LÂMINA COM EXPESSURA DE 1,5MM, CABO PLÁSTICO INTEIRO ATÉ O PARAFUSO DE UNIÃO DAS LÂMINAS GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE AO PRODUTO	303	Unidade	5,00	1.515,00
148	Tinta guache - pote 250 gramas diversas cores - lavavel, não toxico, soluvel em agua: composição: resina, pigmento, agua, carga inerte, conservante tipo Benzotiazol e Espessante TINTA GUACHE, POTE COM 250 GRAMAS, CORES VIVAS E MISCÍVEIS ENTRE SI, SOLÚVEL EM ÁGUA, FRASCOS PRODUZIDOS COM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE, TAMPA COM ROSCA COM BICO ECONÔMICO DOSADOR, COM ROTULO DO PRODUTO INDIVIDUAL, DESCRIÇÃO DA COR E VALIDADE, COM ÓTIMA COBERTURA, PRODUTO ATÓXICO, PARA SER APLICADO EM PAPEL, PAPEL CARTÃO, CARTOLINA, PRODUZIDA A BASE DE RESINA, ÁGUA, PIGMENTOS, CARGA E CONSERVANTE, INDICADA PARA CRIANÇAS À PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE	513	Unidade	4,80	2.462,40
160	Tecido TNT gramatura 40, em rolo de 1,40 mt de largura c/ 50 mts de comprimento. Cores diversas.	2	Unidade	75,00	150,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					237.159,07

Schroeder, 10 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.153/2015, DE 7 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº6.153/2015, de 7 de agosto de 2015

REESTRUTURA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a Comissão Permanente de Licitações, para o período de 12 (doze) meses, a partir desta data, de acordo com o Art. 51, da Lei nº8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

EFETIVOS:

q Ivandra de Souza – Presidente
q Valderi Rocha de Camargo - Membro
q Andreia Nass Friedemann – Membro
q Eloir José Wendt – Membro

SUPLENTE:

q Suzana Pereira Lopes
q Natália Kersten Brumuller

SECRETÁRIA:

q Daniela Samulescki – Secretária

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 7 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.154/2015, DE 7 DE AGOSTO DE 2015

PORTARIA Nº6.154/2015, de 7 de agosto de 2015

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990,

RESOLVE :

Art. 1º DESIGNAR a servidora DANIELA SAMULESCKI, inscrita no CPF sob o nº053.350.739-18 e portadora da Carteira de Identidade nº 46058303, como PRIMEIRO PREGOEIRO do Município de Schroeder para o período de 12 (doze) meses, a partir desta data.

Art. 2º DESIGNAR os servidores VALDERI ROCHA DE CAMRGO, inscrito no CPF sob o nº301.633.589-15 e portador da Carteira de Identidade nº1.789.396/SSP/PR, IVANDRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 047.563.299-00 e portadora da Carteira de Identidade nº 8.369.638-9, NATÁLIA KERSTEN BRUMULLER, inscrita no CPF sob o nº084.363.069-88 e portador da Carteira de Identidade nº4.532.557 e ANDREIA NASS FRIEDEMANN, inscrita no CPF sob o nº003.769.879-60 e portadora da Carteira de Identidade nº3.378.170, para comporem a Equipe de Apoio ao Pregoeiro.

Art. 3º DELEGAR COMPETÊNCIA ao PREGOEIRO, para praticar os

ATOS previstos no Art. 11, do Decreto Municipal nº1.781/2007 e aos preceitos da Lei nº10.520/2002, de 17/7/2002.

Art. 4º ESCLARECER, que nos impedimentos do PREGOEIRO, este será substituído pela servidora IVANDRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 047.563.299-00 e portadora da Carteira de Identidade nº 8.369.638-9, como 2º PREGOEIRO, o qual terá as mesmas atribuições do 1º PREGOEIRO.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 7 de agosto de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001-2015 DE CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ato 001/CP/MS/ED1/15/ADM

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público a primeira retificação do edital conforme segue:

1. No item 1.2 do Cronograma do Edital:

a) Onde se lê:

PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS e PROVA PRÁTICA (Operador de Máquinas II, Motorista de Caminhão e Técnico em Informática)	20/09/15
---	----------

b) Leia-se:

PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	20/09/15
---------------------------	----------

2. No quadro de cargos do Anexo I do cargo de Assistente Social:

a) Onde se lê:

Cargo	Carga Horária	Remuneração
22. Assistente Social	40h/s	R\$ 3.557,07

b) Leia-se:

Cargo	Carga Horária	Remuneração
22. Assistente Social	30h/s	R\$ 2.667,80

3. No Anexo III o Conteúdo Programático Específico do cargo de Auxiliar de Fiscalização passa a ter o seguinte teor:

AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO

Noções de contabilidade pública (Lei Federal nº 4.320/1964), Noções de Fiscalização da Administração Pública – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000), Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/1966), Código Tributário Municipal de Schroeder, Código Municipal de Schroeder, Código de Posturas do Município de Schroeder, critérios e documentos emitidos pela Prefeitura Municipal : Alvará e Habite-se, Alvará de Funcionamento e Autorização para atividades de comércio e serviços.

Licença para Edificar (conceito, procedimentos, alteração do projeto). HABITE-SE, licença para Reforma e Reconstrução, licença para Demolições, controle sobre o uso e ordenamento do solo, Sinalização de vias e obras públicas. Conhecimentos de Código de Obras do Município. Controle de execução de obras e serviços. Documentação de obras: diários e documentação da obra: diários e documentos de legalização. Interdição de Obra. Notificação Administrativa e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Legislação Ambiental.

Constituição Federal do Brasil: Capítulo VII – Administração Pública, título VI – Tributação e Orçamento, Título VII – Princípios Gerais da Atividade Econômica, noções de auditoria: conceitos e procedimentos.

4. No Anexo III o Conteúdo Programático Específico do cargo de Engenheiro Agrônomo:

- a) Onde se lê: Estado de Minas Gerais
- b) Leia-se: Estado de Santa Catarina

5. No Anexo V do edital:

- a) Onde se lê: item 4.15
- b) Leia-se: item 4.13

c) As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Schroeder, 07 de Agosto de 2015
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 67/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/08/2015 Válido até: 07/08/2016
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sanitário Químico Portátil Modelo Standard Masculino: - Polietileno de alta densidade; - Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros; - Contém: 01 mictório, 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico - rolo de 300m; - Porta com fechamento automático e trínico com indicação de livre/ocupado; - Teto translúcido. Piso Antiderrapante; - Laterais com abertura superior para ventilação natural; - Placa de identificação Masculina ou Feminina; - Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m; - Peso Seco: 75 Kg. (seis) dias. Incluso: - Frete de Remessa; - Frete de Retorno; - Sução dos dejetos diária com mão-de-obra especializada; - Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento; - Aplicação de produto bactericida; - Reposição de papel higiênico; - Aplicação de produto desodorizante; - Pessoal preparado com todos os EPIs; - Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATMA; - Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).	UN	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA (10560)		0	311,2300	1
2	Sanitário Químico Portátil Modelo Standard Feminino: - Polietileno de alta densidade; - Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros; - Contém: 01 mictório, 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico - rolo de 300m; - Porta com fechamento automático e trínico com indicação de livre/ocupado; - Teto translúcido. Piso Antiderrapante; - Laterais com abertura superior para ventilação natural; - Placa de identificação Masculina ou Feminina; - Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m; - Peso Seco: 75 Kg. (seis) dias. Incluso: - Frete de Remessa; - Frete de Retorno; - Sução dos dejetos diária com mão-de-obra especializada; - Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento; - Aplicação de produto bactericida; - Reposição de papel higiênico; - Aplicação de produto desodorizante; - Pessoal preparado com todos os EPIs; - Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATMA; - Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).	UN	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA (10560)		0	311,2300	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/08/2015		Válido até: 07/08/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold –Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo Vip Luxo Masculino:</p> <p>Poleiteiro de alta densidade;</p> <ul style="list-style-type: none">- Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros;- Contém: 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico - rolo de 300m, 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para sabonete líquido, 01 espelho;- Possui Pia Lavatória com capacidade para 70 litros de água, com adonamento através de bomba de pé;- Porta com fechamento automático e trinco com indicação de livre/ocupado;- Teto translúcido; Piso Antiderrapante;- Laterais com abertura superior para ventilação natural;- Placa de identificação Masculina ou Feminina;- Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m;- Peso Seco: 85 Kg. <p>06 (seis) dias.</p> <p>Incluso:</p> <ul style="list-style-type: none">- Frete de Retorno;- Sucção dos dejetos diária com mão-de-obra especializada;- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;- Aplicação de produto bactericida;- Reposição de papel higiênico;- Aplicação de produto desodorizante;- Pessoal preparado com todos os EPIs;- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATHA;- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).	UN	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA (10560)		0	389,0400	1

Página: 3/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/08/2015		Válido até: 07/08/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo Vip Luxo Feminino:</p> <p>Poleiteiro de alta densidade;</p> <p>- Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 227 litros;</p> <p>- Contém: 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico - rolo de 300m, 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para sabonete líquido, 01 espelho;</p> <p>- Possui Pia Lava-bôta com capacidade para 70 litros de água, com acionamento através de bomba de pé;</p> <p>- Porta com fechamento automático e trinco com indicação de livre/ocupado;</p> <p>- Teto translúcido, Piso Antiderrapante;</p> <p>- Laterais com abertura superior para ventilação natural;</p> <p>- Placa de identificação Masculina ou Feminina;</p> <p>- Medidas: Largura 1,10m / Altura 2,30m / Comprimento 1,20m;</p> <p>- Peso Seco: 85 Kg.</p> <p>06 (seis) dias.</p> <p>Incluso:</p> <p>- Frete de Retorno;</p> <p>- Frete de Remessa;</p> <p>- Sução dos dejetos diário com mão-de-obra especializada;</p> <p>- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;</p> <p>- Aplicação de produto bactericida;</p> <p>- Reposição de papel higiênico;</p> <p>- Aplicação de produto desodorizante;</p> <p>- Pessoal preparado com todos os EPIs;</p> <p>- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de Efluentes) licenciada pela FATHA;</p> <p>- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).</p>	UN	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA (10560)		0	389,0400	1

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/08/2015		Válido até: 07/08/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	<p>Sanitário Químico Portátil Modelo PNE (Portadores de Necessidades Especiais):</p> <ul style="list-style-type: none">- Produto em Polietileno de alta densidade;- Modelo adequado para público portador de necessidades especiais;- Possui Caixa de Dejetos com Assento e capacidade de 125 litros;- Possui Barras Laterais de Apoio (contorno de segurança);- Contém: 01 porta objetos e 01 suporte para papel higiênico - rolo de 300m;- Porta com fechamento automático e tirco com indicação de livre ocupado;- Teto translúcido; Piso Antiderrapante;- Rampa de acesso no mesmo nível do piso;- Laterais com abertura superior para ventilação natural;- Medidas: Largura 1,60m / Altura 2,30m / Comprimento 1,60m;- Peso Seco: 110 Kg. <p>Incluso:</p> <ul style="list-style-type: none">- 06 (seis) dias.- Locação para o período de <p>Frete de Remessa;</p> <ul style="list-style-type: none">- Frete de Retorno;- Sução dos dejetos diária com mão-de-obra especializada;- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;- Aplicação de produto bactericida;- Reposição de papel higiênico;- Aplicação de produto desodorizante;- Pessoal preparado com todos os EPIs;- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de efluentes) licenciada pela FATMA;- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).	UN	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA (10560)		0	573,8400	1
6	<p>Fraldário Portátil:</p> <ul style="list-style-type: none">- Estrutura metálica- revestida com painéis em PVC estrutural na cor branca contendo piso em compensado naval- revestido com manta vinílica impermeável de fácil limpeza;- Contém: 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para álcool em gel;- Possui 01 porta com fechadura e 01 janela;- Medidas: Largura 1,30m / Altura 2,60m / Comprimento 1,60m. <p>Incluso:</p> <ul style="list-style-type: none">- Locação para o período de 06 (seis) dias.- Frete de Remessa;- Frete de Retorno;- Limpeza diária com mão-de-obra especializada;- Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento;- Reposição de papel toalha;- Reposição de álcool em gel;- Pessoal preparado com todos os EPIs;- Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de efluentes) licenciada pela FATMA;- Fornecimento de MTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).	UN	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA (10560)		0	700,2800	1

Página: 5/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015****Número do Registro de Preços: 46/2015 Data do Registro: 07/08/2015 Válido até: 07/08/2016****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Lavatório Ecológico: Polipropileno; - Possui reservatório de água de 800 litros; - Capacidade do Reservatório de rejeitos de 1000 litros; - Contém: 05 torneiras, 01 dispenser de papel toalha, 01 suporte para sabonete líquido; - Medidas: Altura 2,50m / Circunferência 1,40m. (seis) dias. - Frete de Remessa; - Frete de Retorno; - Limpeza diária com mão-de-obra especializada; - Higienização das cabines sanitárias em período integral durante a realização do evento; - Reposição de água no reservatório; - Reposição de papel toalha; - Reposição de sabonete líquido; - Pessoal preparado com todos os EPIs; - Descarte dos resíduos até a ETE (Estação de Tratamento de efluentes) licenciada pela FATIMA; - Fornecimento de IMTRS (comprovante de destinação final dos efluentes).	UN	MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA (10560)		0	574.0000	1

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2015

Número do Registro de Preços: 46/2015		Data do Registro: 07/08/2015		Válido até: 07/08/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para locação de Banheiros Químicos para o Parque de Eventos Alfredo Pasold - Evento Schroederfest 2015 do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015
PROCESSO Nº 142/2015

(10560) - MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA

Schroeder, 7 de Agosto de 2015.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 117/2015

DECRETO Nº 117/2015 DE 03 DE AGOSTO DE 2015.

Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o anexo VI, do art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005, parágrafo 2º do art. 6º da Lei 692/2006 de 13 de abril de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Ensino Fundamental, sobre o vencimento do servidor, ao Servidor Público Municipal relacionado no anexo I deste Decreto, de acordo com a escolaridade e respectivo percentual constante do anexo VI da Lei Complementar nº 684/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Vi-gente.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a partir do mês de abril, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 03 de Agosto de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I

Servidor Municipal Efetivo Habilitado com direito à Adicional em conformidade com o Decreto nº 117/2015.

Nome do servidor	Ensino Fundamental	
Luiz Nicolli	x	

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

DECRETO Nº 118/2015

DECRETO Nº 118/2015 DE 07 DE AGOSTO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS APROVADOS NO ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 498/01 de 10/09/2001, e Lei Complementar nº 014/2013, e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado estabilidade aos Servidores abaixo relacionados, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semes-trais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no Artigo nº 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Muni-ci-pais do município de Serra Alta.

NOME DO SERVIDOR (A) CARGO CARGA HORARIA

Diego Cerezolli	Motorista	40 horas
Ademir Speroto	Motorista	40 horas
Paulo Spier	Operador de Maquinas	40 horas
Geliardi Siqueira	Operador de Maquinas	40 horas

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Agosto de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ERRATA Nº 015/2015

ERRATA Nº 015/2015 DO DECRETO Nº. 113/2015 DE 15/07/2015

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1010/2014 DE 02/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 113/2015 de 15/07/2015, na forma e nas condições abaixo relacionadas, PASSANDO A SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1010/2014 de 02/12/2014.

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0067 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Despesa: 23 R\$ 20.000,00

Fonte: 00.01.0034 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Despesa: 03 R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão extraídos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0067 – Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Despesa: 22 R\$ 20.000,00

Fonte: 00.01.0034– Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado

Despesa: 07 R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Julho de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 129/2015

DECRETO Nº 129, DE 01 DE JULHO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 13.162,17 (treze mil, cento e sessenta e dois reais e dezessete centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

04.04 - DIRETORIA DE ESTRADAS E RODAGENS

2.046 - Manutenção da Rede Viária Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00.0604 - Aplicações Diretas R\$ 12.819,22

4.4.90.00.00.00.00.00.3604 - Aplicações Diretas R\$ 264,28

4.4.90.00.00.00.00.00.3091 - Aplicações Diretas R\$ 78,67

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 604, 3604 e 3091.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de julho de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Sul Brasil

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº.030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇO.

Processo Administrativo 049/2015.

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preço nº.030/2015

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARNES PARA AS FESTIVIDADES

DO 24º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL.

Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 21 de agosto de 2015.

Abertura dos Envelopes : 09:30 horas do dia 21 de agosto de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feiras, das 07:45 às 11:45 e das 13:45 às 17:45 horas, ou pelo fone 0XX49 367 0030 ou www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL, 10 de agosto de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 073/2015

DECRETO Nº. 073/2015, DE 07 DE AGOSTO DE 2015.
NOMEIA OS MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO DO PDDE INTERATIVO DAS UNIDADES ESCOLARES CE.PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF E CI.PROINFANCIA CRIANÇA SORRISO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do Artigo 68 da Lei Orgânica.

DECRETA:

Art.1º. Ficam nomeados como membros do grupo de Trabalho do PDDE Interativo das Unidades Escolares CE. PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF E CI.PROINFANCIA CRIANÇA SORRISO de Tigrinhos/SC:

REPRESENTANTES DO CONSELHO ESCOLAR:

PROFESSORES: CLAUDIA RODRIGUES

PAIS: SIMONE CIBULSKI

ALUNOS: ANDREI NEU

GESTORES: IÁRA GOHLKE

COMUNIDADE LOCAL: ELESANDRA KLUGE

REPRESENTANTE DE PAIS:

EMILIA MACIEL

REPRESENTANTE DE ALUNOS:

EDVALDO WACHHOLZ

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE LOCAL:

EMILIA PESAVENTO

REPRESENTANTE EQUIPE TÉCNICA- ADMINISTRATIVA:

ELIANE MIORANDO

REPRESENTANTE DE PROFESSORES:

MARIZETE GANZER

REPRESENTANTE EQUIPE GESTORA:

RACHEL SIMONE FARIAS

Art. 2º. Os membros do grupo de Trabalho do PDDE Interativo das Unidades Escolares CE.PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF E CI.PROINFANCIA CRIANÇA SORRISO de Tigrinhos/SC terão mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 07 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em sete de agosto de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 146/2015

PORTARIA Nº. 146/2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. ROSELI TEREZINHA BUZATTO DE CAMPOS OLIVEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder Licença Maternidade a Servidora Municipal Sra. ROSELI TEREZINHA BUZATTO DE CAMPOS OLIVEIRA, PROFESSOR II, 20 horas semanais, Matrícula nº. 269/01, nos termos da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos, pelo período de 180 dias, conforme atestado médico apresentado, a partir de 10 de Agosto de 2015.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 94. À gestante é concedida, mediante inspeção médica realizada por junta médica oficial, licença com vencimento ou remuneração integral pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE AGOSTO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em dez de Agosto de dois mil e quinze.
Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 23/2015_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 23/2015

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Cintia Aparecida Santos 02913042902

Objeto: Prestação de serviço de mão de obra com fornecimento de peças para manutenção e recuperação dos veículos do Fundo Municipal de Saúde do município de Timbé do Sul/SC.

Valor: R\$ 50.582,00 (cinquenta mil, quinhentos e oitenta e dois reais) global estimado

Vigência: de 14/07/2015 a 31/12/2015

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 71 2015 PMT - PUBLICAÇÕES EM JORNAIS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 71/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços para contratação de serviços de publicação legal/institucional, em jornal(is) de circulação local/regional e estadual, de materiais de interesse do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Raiter Editora e Eventos Ltda Me; Editora Jornal do Médio Vale Ltda Me e Editora Notícias do Dia Ltda. TOTAL ESTIMADO: R\$ 343.650,60 (trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/08/2016

Timbó, 07/08/2015

MÁRIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2015.111 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/111

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda Epp.

OBJETO: Plena e total execução do projeto/obra de reforma do anexo do Pavilhão Henry Paul. Área total 107,65m², localizado na Rua Julius Scheidemantel, Centro, neste Município, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº. 68/2015.

VALOR: R\$ 74.480,04 (setenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2015

MÁRCIA DA ROCHA

Secretária de Desenvolvimento Econômico

RESOLUÇÃO N.º 06/2015

RESOLUÇÃO N.º 06/2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n.º 8.069/1990, na Lei Municipal n.º 1.375/1992 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Portaria n.º 334/2013 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar e nomear a conselheira suplente CHEILA CRISTINA GIOTTI para que substitua o conselheiro SILVANA NICOLLI BLODORN, no período de férias (30 dias) a contar do dia 10/08/2015 à 08/09/2015.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó/SC, 04 de agosto de 2015.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Assistência Social

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 30 2014 FMS - SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preços para a aquisição de suplementos nutricionais para distribuição gratuita aos pacientes usuários da Secretaria de Saúde

EMPRESAS FORNECEDORAS: CM Hospitalar Ltda, Nutriport Comercial Ltda, Nutriclin Saúde Comércio de Produtos Nutricionais Ltda Epp, Bruthan Comercial Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 69.773,40 (sessenta e nove mil setecentos e setenta e três reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 09/11/2015

Timbó, 10/11/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE- 126, DE 24 DE JULHO DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 126, DE 24 DE JULHO DE 2015

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Gema Vicente

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora GEMA VICENTE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, por trinta e três (33) dias, a contar de 26 de julho de 2015 (período de 26/07/2015 a 27/08/2015), com remuneração equivalente a de contribuição, a título de auxílio-doença conforme Processo RH 73/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de julho de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.521 DE 04 DE AGOSTO DE 2015

DECRETO Nº 4.521 DE 04 DE AGOSTO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA, NO DIA 05 DE AGOSTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a realização da X Conferência Municipal de Assistência Social, que ocorrerá no dia 05 de agosto de 2015;

CONSIDERANDO, a necessidade de dedicação dos servidores da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, na condução dos trabalhos da referida Conferência;

DECRETA:

Art. 1º. No dia 05 de agosto de 2015, quarta-feira, não haverá expediente externo na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Art. 2º. Os atendimentos necessários serão realizados através de equipe de plantão que deverá ser acionada através dos telefones (47) 9108-0965 e (47) 9104-5517.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de agosto de 2015.
ALINOR LESCOVITZ
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912282620

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912282620

Termo Aditivo: nº 04/2015.

Vigência: 24/08/2015 até 24/08/2016.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC

Contratado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

CNPJ sob o nº 34.028.316/0028-23.

Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato original nº 9912282620 de prestação de serviços postais por 12 meses.

ALINOR LESCOVITZ
PREFEITO MUNICIPAL
Três Barras - SC, 07 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N. 20

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL N. 20, DE 6 DE AGOSTO DE 2015.

ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 49, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE TRÊS BARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e, na conformidade do art. 48, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, promulga a seguinte

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

Art. 1º. Fica acrescentado parágrafo único ao art. 49, da Lei Orgânica do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, com a redação seguinte:

Art. 49.

Parágrafo único. Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por finalidade a regulamentação de políticas de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero ou orientação sexual.

Art. 2º. Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 6 de Agosto de 2015.

Gilson Hideaki Nagano
Presidente

Joel da Cruz
Vice-Presidente

Mara Carla E. Shimoguri
1ª Secretária

Renilce Corrêa Palhano Adriano de Oliveira
2ª Secretária

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2052

DECRETO Nº 2.052/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 156.961,43 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 156.961,43 (cento e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Suplementa:

07 – Secretaria de Cultura e Esportes

01 – Serviços de Cultura

Atividade: 2015

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000
..... R\$ 4.000,00

06 – Secretaria de Educação

02 – Ensino Fundamental

Atividade -2403

Modalidade de aplicação : 4.4.90.00.00.00.00.00.0062
..... R\$ 152.961,43

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do excesso de arrecadação no valor de R\$ 4.000,00 e R\$152.961,43 de convênio.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 16/07/2015

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO 2053

DECRETO Nº 2.053/2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 172.910,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 172.910,00 (cento e setenta e dois mil novecentos e dez reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

Suplementa:

06 – Secretaria de Educação

01 – Ensino Infantil

Atividade: 2200 – Infantil FUNDEB

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.18 R\$ 48.500,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.19 R\$ 83.770,00

04 – Ensino Jovens e Adultos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.01 R\$ 10.640,00

05 – Secretaria de Transportes e Obras

01 – Serviços Públicos Urbanos

Atividade: 2005

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 R\$ 30.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado os recursos do excesso de arrecadação verificado no período.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias, 27/07/2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2015

EXTRATO DE CONTRATO 22/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: CONSTRUTORA DON JUAN LTDA.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de reforma interna, incluindo novo layout de salas, lixidão de piso, pintura, reforma completa dos banheiros e construção de uma rampa de acesso ao térreo. A obra possui área existente de 808,19m², localizado na Praça Ministro Andreas Thaler nº 25, centro no município de Treze Tílias.

VALOR: R\$ O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 220.268,39 (Duzentos e vinte mil, duzentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregados recursos provenientes de financiamento junto ao BNDES, para atender ao PMAT, através da seguinte dotação orçamentária vigente para 2015: 03.01.2003.4490.00.00.00.00.0086..

DATA ASSINATURA: 27/03/2015.

TREZE TÍLIAS, 27 de Março de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2015

EXTRATO DE CONTRATO 53/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: GRAFICA E EDITORA BLUMEN LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para impressão de forma parcelada de flyers, folders, cartilha educativa, e envelopes, conforme descritivo constante no anexo I do presente edital.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 4.630,00 (Quatro mil seiscentos e trinta reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 56/2015, conforme Anexo I.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: Administração: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.0105. PROCESSO LICITATÓRIO: 56/2015.

VIGÊNCIA: Dos Prazos e Vigência - O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DATA ASSINATURA: 07/08/2015

TREZE TÍLIAS, 07 de Agosto de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2015

EXTRATO DE CONTRATO 54/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: GRAFICA E EDITORA BLUMEN LTDA EPP.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para impressão de forma parcelada de flyers, folders, cartilha educativa, e envelopes, conforme descritivo constante no anexo I do presente edital.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 4.630,00 (Quatro mil seiscentos e trinta reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 56/2015, conforme Anexo I.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: Administração: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.0105. PROCESSO LICITATÓRIO: 56/2015.

VIGÊNCIA: Dos Prazos e Vigência - O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DATA ASSINATURA: 07/08/2015

TREZE TÍLIAS, 07 de Agosto de 2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2015

EXTRATO DE CONTRATO 55/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para impressão de forma parcelada de flyers, folders, cartilha educativa, e envelopes, conforme descritivo constante no anexo I do presente edital.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 720,00 (Setecentos e vinte reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 56/2015, conforme Anexo I. DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: Administração: 03.01.2003.33.90.00.00.00.00.0105. PROCESSO LICITATÓRIO: 56/2015.

VIGÊNCIA: Dos Prazos e Vigência - O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DATA ASSINATURA: 07/08/2015

TREZE TÍLIAS, 07 de Agosto de 2015.

LEI 1867

LEI Nº. 1.867/2015 de 07/08/2015

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a promover desapropriação amigável de imóvel, por Escritura Pública, e dá outras providências.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Nos termos dos artigos 45, 73, VI, e 104 da Lei Orgânica, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir, por Escritura Pública de Desapropriação Amigável, para fins de reordenamento urbano e adequação de via pública, a área de terras que compreende 2.030,24 m² (dois mil e trinta metros e vinte e quatro décimos quadrados) de propriedade do CTG Tradição e Amizade, a ser desmembrada de área maior registrada sob o nº. 10.859 no 2º Ofício de Imóveis da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Como compensação, fica concedida a isenção das taxas de contribuição e melhoria à entidade acima mencionada, por conta da execução de pavimentação da referida via, em toda a sua extensão.

Art. 3º. As despesas para execução da presente Lei correm por conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, em 07 de agosto de 2015.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no DOM

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária da Administração e Fazenda

LEI 1868

LEI Nº 1.868/2015 de 07/08/2015

ABRE CREDITO ESPECIAL NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Mauro Dresch, Prefeito de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, faço saber aos habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado a Lei Municipal nº 1846/14 (LOA) e efetua abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente do Município de Treze Tílias na Unidade Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para inclusão de nova vinculação na seguinte ação orçamentária:

Órgão	10.00	SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade	10.03	Fundo Municipal de Assistência Social
Função	08	Assistência Social
Subfunção	244	Assistência Comunitária
Programa	43	CRAS – Treze Tílias
Ação	2.404	Manutenção do CRAS
Despesa		3.1.90.00.00.52 – Pessoal Civil – R\$ 45.000,00
Despesa		3.3.90.00.00.52 – Outros Serviços de Terceiros R\$ 10.000,00

Art. 2º Para a abertura do credito adicional especial especificado no art. 1º desta lei serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

05 –Secretaria de Planejamento e Obras
01 – Serviços de Transportes
Atividade: 2005
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.83.

Art. 3º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.050.000,00 (hum milhão e cinquenta mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

06 – Secretaria de Educação
01 – Ensino Infantil
Atividade: 2200
(38) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.19 250.000,00
(39) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.18 700.000,00

04 – EJA
Atividade: 2012
(64) Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.01 100.000,00

Art. 4º - Para fazer frente ao crédito do artigo anterior ficam anulados os recursos abaixo:

05 –Secretaria de Planejamento e Obras
01 – Serviços de Transportes
Atividade: 2005
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.83.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 07 de agosto de 2015

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

LEI 1869

LEI 1.869/2015 de 07/08/2015
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, ANULAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Treze Tílias, faço saber a todos os habitantes deste município, no uso de suas atribuições legais facultadas pelos art. 73, I,III e 47, IV da Lei Orgânica, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar a dotação orçamentária a seguir indicada, abrindo crédito suplementar no valor de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais)

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01 – Aquisição de Material Permanente
Projeto/Atividade: 1.001
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00 R\$ 56.500,00

Art. 2º Por conta da suplementação acima mencionada, anulam-se as seguintes dotações:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01 – Manutenção da Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 2.001
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 R\$ 37.280,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00 R\$ 3.930,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.00 R\$ 120,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 R\$ 15.170,00

Art. 3ª – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário:

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias aos 07 dias de agosto de 2015
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária da Administração e Fazenda

PORTARIA 31/2015

PORTARIA Nº 031/15 DE 16 DE MARÇO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÕES, a partir desta data, com a finalidade específica de receber, analisar e julgar as propostas para fornecimento de materiais e serviços.

Presidente: Vinícius Schirmann Mendes
Membros: Werydiana Falchetti
Gabriela Rugere de Oliveira Jorge
Karine Kandler

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 16 DE MARÇO DE 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2015

Edital de Pregão Presencial nº 29/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo menor preço por item que tem por objeto a Contratação de empresa para a realização de exames de ressonância magnética, em pacientes deste município, conforme descritos e especificados no anexo I-Termo de Referência..

Entrega dos envelopes até às 14h15 do dia 20 de agosto de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC., 05 de agosto de 2015.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Videira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0575/15

PORTARIA nº 0575/15

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam nos Processos Administrativos nº 12.184/15 e 12.305/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, além da utilização de 01 (um) Tablado, com estrutura de madeira, medindo 4,40X6,60 metros e 30 (trinta) "picolés", de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo Lions Clube Videira Centro, no dia 08 de novembro de 2015, para a realização do Bingão da Visão.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b. A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c. Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Serviço de segurança no local do evento;
- f. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- g. Proibição de instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- h. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições de 01 (um) Tablado, com estrutura de madeira, medindo 4,40X6,60 metros e 30 (trinta) "picolés", quando da devolução do mesmo.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.

§4º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 05 de agosto de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de agosto de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 131/2015 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA FÍSICA PARA ATENDER O EVENTO DO II FESTIVAL DE TEATRO ESCOLAR DE VIDEIRA PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 21/08/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 06 de Agosto 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PR 03/2015 - CMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 – CMV

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2015 - CMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONSERTO NO TELHADO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, SENDO: SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, RUFO, ALGEROSA, VEDANTE E MANTA ASFÁLTICA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 21 de Agosto de 2015, no Departamento de licitações da Prefeitura, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.camaravideira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, no horário das 08:00 às 11:45h. e das 13:30 às 17:45h. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9026.

Videira/SC, 06 de Agosto de 2015.

CHRISTIANE ZIMMER

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 001/2015 FMS

Processo de Licitação 001/2015 FMS

Modalidade: Pregão 001/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISICAO DE MEDICAMENTOS PARA USO E DISTRIBUICAO NO CENTRO DE SAUDE VITOR MENEGHELLI e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 20 de Agosto de 2015 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 10 de agosto de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

CONVÊNIO 006/2015 - PROJ. CULTURAL "OFICINA SONORA"

Município de Xanxerê/SC

Extrato Convênio nº 006/2015

Conveniente: Município de Xanxerê

Conveniando: Associação Fraterna Laços de Afeto de Xanxerê

Objeto: Execução do Projeto Cultural denominado "Oficina Sonora". Prazo: até 31/03/2016. Valor: R\$ 6.586,00 (Seis mil quinhentos e oitenta e seis reais).

Xanxerê-SC, 05/08/2015.

Ademir J. Gasparini

Prefeito Municipal

CONVÊNIO 007/2015 - PROJ. CULTURAL "FANFARRA DA EEF DOM OSCAR ARNULFO ROMERO"

Município de Xanxerê/SC

Extrato Convênio nº 007/2015

Conveniente: Município de Xanxerê

Conveniando: APP da EEF Dom Oscar Arnulfo Romero

Objeto: Execução do Projeto Cultural denominado "Fanfarra da EEF Dom Oscar Arnulfo Romero" Sonora". Prazo: até 30/09/2015. Valor: R\$ 15.630,30 (Quinze mil seiscentos e trinta reais e trinta centavos).

Xanxerê-SC, 03/08/2015.

Ademir J. Gasparini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH AJG 169/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 169/2015

ALTERAR CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII, Lei Complementar nº BLB 3218/2010 e Lei Complementar nº BLB 3.375/2011.

CONSIDERANDO a Lei Complementar BLB nº 3375/2011 em seu artigo 19 parágrafo 5º da ampliação da carga horária dos membros do Magistério Público da Educação Básica;

RESOLVE

ALTERAR CARGA HORÁRIA para 40 horas semanais da Servidora Pública Municipal Sra MARGARETE KOSINSKI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê Santa Catarina, portadora da RG 2.872.495, CPF 799.906.739-34 nomeada conforme Decreto AM 054/2002 no cargo de PROFESSORA LICENCIATURA PLENA – COM HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de (20) vinte horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Determinar que esta alteração de carga horária vigore a partir de 03/08/2015 até a alta médica da Servidora Pública Municipal Iona-ra Engelmann que encontra-se em auxílio doença.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta alteração da carga horária, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar alteração a partir de 03/08/2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 03 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº RH AJG 171/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 171/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 75 (setenta e cinco) dias a partir de 21.09.2015 a 04.12.2015, a Servidora Pública Municipal Senhora MARLENE FRONZA, nacionalidade brasileira, estado civil separada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê SC. portador (a) da CI nº 1.273.004 e CPF Nº 721.530.169-91, nomeada conforme Decreto nº JB 43/95 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 2492/2015, datado de 13/07/2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.02.2005 a 24.07.2006 (26 dias).

01.02.2008 a 22.05.2009 (08 dias).

23.05.2009 a 22.05.2012 (30 dias).

23.05.2012 a 22.06.2015 (11 dias).

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a licença prêmio a partir de 21/09/2015.

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de Agosto de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARIINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

PE 15/2015 PMCV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de alimentos para preparação de merenda escolar para alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino infantil e fundamental, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital. Forma de Pregão: Eletrônico. Tipo: Menor Preço por Item. Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 21/08/2015. Início da Sessão: 21/08/2015, às 09:00 horas, no endereço eletrônico <http://cidadecompras.com.br>, horário de Brasília – DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites <http://cidadecompras.com.br> e www.xavantina.sc.gov.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Xavantina, situado na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 10 de agosto de 2015.

JOSÉ DAL BOSCO,

Prefeito Municipal em Exercício.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 077/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 150/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 077/2015

LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de Empresa Especializada em Comercialização e Execução de Pinturas nas escolas CEIM Rosa Zambenedetti, CEIM Prosperina Folle, CEIM Virginia Riboli e Escola Básica Municipal Dom Bosco, incluindo mão de obra e materiais. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 21 de agosto de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 07 de agosto de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMMVI

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS PARA ESTÁGIO - EDITAL 01-2015

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS PARA ESTÁGIO

A Comissão Especial designada para coordenar todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar Cadastro para Recrutamento, na função de Estagiário(a), em atendimento a necessidade de recursos humanos, de que trata o Edital nº 01/2015, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS, na forma que segue:

Estágio	Inscrição	DN	Titulação	Entrevista	Total	Observação		
Nome			Nota (3.1.1)	Peso (0,7)	Nota (3.2)	Peso (0,3)		
Diuvanusse Pereira Calixto	07	05/11/1988	2,30	0,81	-	0	0,81	Administração
Bruna Lins da Silva	09	14/02/1995	10,0	3,50	7,40	2,22	5,72	Arquitetura e Urbanismo
Fabricio Roberto Hahne	01	04/05/1977	10,0	3,50	8,10	2,43	5,93	Ciências Contábeis
Suelen Reis da Silva	06	01/07/1985	-	0,00	8,40	2,52	2,52	Ciências Contábeis
Wagner Carlos dos Passos Amorin	10	23/06/1995	10,0	3,50	8,13	2,44	5,94	Ciências da Computação
Thiago da Gama Teixeira	08	26/02/1993	0,5	0,18	8,40	2,52	2,70	Ciências Econômicas
Thayana Leticia Seibt	11	25/02/1990	12,15	4,25	8,20	2,46	6,71	Direito
Alexandre de Assis Pereira	02	11/01/1979	6,9	2,42	8,20	2,46	4,88	Direito
Fernanda de Souza	03	15/07/1993	4,6	1,61	-	0	1,61	Direito
Antonio Gabriel Neumann	05	12/09/1996	-	0,00	-	0	0,00	Direito
Matheus Lucídio Rodrigues	04	23/03/1993	12,5	4,38	8,35	2,505	6,88	Engenharia

Informações relativas ao Processo Seletivo serão prestadas na sede da AMMVI ou pelo Fone (47) 3331-5817. A íntegra do Edital e suas alterações encontra-se a disposição no site da AMMVI, em www.ammvi.org.br.

Blumenau, SC, em 07 de Agosto de 2015.

José Rafael Correa	Luiz Claudio Kades	Valdete Korz Marques
Secretario Executivo	Assessor Jurídico	Contadora

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO nº 01/2015.

Considerando-se a classificação apresentada pela Comissão Especial para função de Estagiário(a), e o transcurso do prazo regular sem inovação recursal, Homologo o resultado final do Processo Seletivo de que trata o Edital nº 01/2015, para todos os fins de direito.

Blumenau, SC, 07 de Agosto de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

Consórcios

AGIR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015 PARA O COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

COMITÊ DE REGULAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

O Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, FERNANDO TOMASELLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29, Inciso I e pelo Artigo 35 e seguintes do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, CONVOCA todos os interessados em participar da eleição para ocupar as vagas de Conselheiro Titular e Suplente do Comitê de Regulação da AGIR, observado o seguinte:

Art. 1º. Os membros do Comitê de Regulação devem ser indicados em número de 06 (seis) Conselheiros, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, nos seguintes termos: 01 (um) Conselheiro Titular com indicação pelo Consórcio Público da AGIR; 02 (dois) Conselheiros indicados pelos Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (ou outro conselho municipal com esta função – na condição de representantes dos Usuários), sendo que 01 (um) destes como Titular e 01 (um) Suplente, e por fim 03 (três) Conselheiros com indicação pelos Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (na condição de representantes dos Prestadores), sendo que 01 (um) destes como Titular e 02 (dois) como Suplentes.

Art. 2º. Os Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (ou outro conselho municipal com esta função – na condição de representantes dos Usuários), os Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (na condição de representantes dos Prestadores) e o Consórcio Público da AGIR, poderão apresentar nomes de forma isolada ou através de consenso, encaminhando a documentação à Diretoria Administrativa da AGIR dentro dos prazos e formas previstas neste Edital; § 1º. Cada candidato ao Comitê de Regulação poderá fazer parte de uma só indicação;

§ 2º. Aos Conselheiros Titulares que atualmente compõe o Comitê de Regulação da AGIR, e cujos mandatos findarão aos 29.07.2015, será permitida a sua candidatura para 1 (uma) única reeleição com mandato de 04 (quatro) anos; desde que observada a indicação aprovada pelos respectivos Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (Usuários), dos Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (Prestadores) e do Consórcio Público da AGIR, dos quais cada Conselheiro seja representante;

§ 3º. Aos Conselheiros Suplentes que atualmente compõe o Comitê de Regulação da AGIR, também será permitida a sua candidatura para concorrerem às vagas de Conselheiro Titular com mandato de 04 (quatro) anos, desde que observada a indicação aprovada pelos respectivos Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (Usuários), dos Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (Prestadores) e do Consórcio Público da AGIR, dos quais cada Conselheiro seja representante;

§ 4º. Em ocorrendo a indicação e eleição de Conselheiros Suplentes para ocuparem a função de Conselheiros Titulares do Comitê de Regulação da AGIR – com observância das vagas delimitadas no Artigo 1º deste Edital -, serão então eleitos Conselheiros Suplentes para ocuparem a vacância, com mandato de 04 (quatro) anos; sempre observada a paridade de representação preconizada

no Artigo 37 do Estatuto do Consórcio Público da AGIR e também a sua indicação e aprovação pelos respectivos Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (Usuários), dos Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (Prestadores) e do Consórcio Público da AGIR, dos quais cada Conselheiro-Candidato seja indicado e votado no Comitê de Regulação e após ter seu nome referendado em Assembleia Geral da AGIR;

Art. 3º. Os prazos, forma e local a serem observados pelos interessados são os seguintes:

Prazos:

I – Início do prazo de indicação: Dia 10 de agosto de 2015.

II – Término do prazo para as indicações: Dia 10 de setembro de 2015.

Local e forma de entrega dos documentos:

I – Local: Na sede da AGIR, sito à Rua: Alberto Stein, nº. 466 – Bairro Velha, Blumenau/SC, em horário de expediente.

II – Forma: Os documentos dos candidatos devem ser entregues pelos representantes dos Conselhos Municipais de Saneamento dos Municípios Consorciados da AGIR (ou outro conselho municipal com esta função), através de ofício apresentando o(s) candidato(s), ou de forma digitalizada através do e-mail: ana@agir.sc.gov.br, de forma isolada ou através de consenso.

Art. 4º. São requisitos obrigatórios para o cargo de membro do Comitê de Regulação:

I – Ser brasileiro(a) (comprovar com cópia da identidade civil, CNH ou identidade profissional);

II – Reputação ilibada;

III – Notória especialização e conhecimento técnico;

IV – Ser maior de idade;

V – Não ter contas públicas rejeitadas (declaração de próprio punho sob as penas da lei - Anexo 1);

VI – Não ter sido condenado criminalmente ou por ato de improbidade (declaração de próprio punho sob as penas da Lei – Anexos I);

VII – Caso faça parte de uma entidade de categoria profissional regulamentada, apresentar comprovante de regularidade profissional;

VIII – Curriculum vitae com foto 3x4 (digitalizada ou original).

Art. 5º. É proibida a indicação de pessoas que estejam impedidas; cujas vedações constam da redação do Artigo 40 do Estatuto da AGIR, Incisos I a V e seus parágrafos, que assim dispõe:

Art. 40. É ainda vedada a participação, no Comitê de Regulação, daqueles que possuam as seguintes vinculações com qualquer pessoa jurídica regulada ou fiscalizada pela AGIR:

I - acionista ou sócio com qualquer participação no capital social;

II - ocupante de cargo ou função de controlador, dirigente, preposto, mandatário ou consultor;

III - empregado ou servidor ocupante de cargo em comissão, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras;

IV - relação de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, com dirigente, sócio ou administrador;

V - dirigente de entidade sindical ou associativa que tenha como objetivo a defesa de interesses de pessoas jurídicas sujeitas à regulação e fiscalização da AGIR.

§ 1º. Também está impedido de exercer cargo, no Comitê de Regulação, qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e

sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do poder público municipal, estadual ou federal.

§ 2.º Os prestadores de serviços poderão indicar empregados e/ou servidores, estes quando ocupantes de cargos efetivos e superado o estágio probatório, mesmo que exercendo cargos em comissão, funções gratificadas ou cargos de chefia e direção.

Art. 6º. Os candidatos selecionados serão submetidos à votação em sessão do Comitê de Regulação da AGIR, quando serão considerados eleitos para membro do Comitê de Regulação como Conselheiro Titular e Suplente com mandato de 04 (quatro) anos, os 06 (seis) Conselheiros mais votados, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, nos seguintes termos: 01 (um) Conselheiro Titular com indicação pelo Consórcio Público da AGIR; 02 (dois) Conselheiros indicados pelos Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (ou outro conselho municipal com esta função – na condição de representantes dos Usuários), sendo que 01 (um) destes como Titular e 01 (um) Suplente e por fim 03 (três) Conselheiros com indicação pelos Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (na condição de representantes dos Prestadores), sendo que 01 (um) destes como Titular e 02 (dois) como Suplentes; cujos nomes dos Conselheiros indicados serão referendados pela Assembleia Geral da AGIR;

Art. 7º. A posse dos membros eleitos para Conselheiro Titular e Suplente ocorrerá na primeira reunião do Comitê de Regulação da AGIR ou em data especialmente designada, em sendo necessário, pelo Diretor Geral da AGIR.

Art. 8º. Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria Executiva e estes atos e/ou decisões serão divulgados através do DOM/SC e ainda com a intimação pessoal do interessado.

Blumenau (SC), 06 de agosto de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

DOCUMENTO PARA INSCRIÇÃO DE MEMBRO TITULAR NO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

ANEXO I

D E C L A R A Ç Ã O (modelo)

EU,(nome completo), brasileiro(a), profissão, Célula de Identidade nº., CPF nº., residente e domiciliado na (Rua, Avenida, etc.) nº., Apartamento nº.

no bairro, no município de
....., Estado de

DECLARO SOB AS PENAS DA LEI que não tenho e nem tive nenhuma conta pública rejeitada e que até a presente data não fui condenado criminalmente ou por ato de improbidade quando do exercício de cargo e ou função pública e, que também não possui nenhum dos impedimentos previstos no Artigo 40 do Estatuto do Consórcio Público da AGIR para o exercício do cargo de Membro Titular do Comitê de Regulação.

Por ser verdade, firmo o presente para todos os seus efeitos legais, ciente que tais informações podem ser confrontadas, em assim sendo necessário.

Blumenau (SC), em, de de 2015.

Assinatura

RESOLUÇÃO Nº 007/2015 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 007/2015

REGULAMENTA A CONVOCAÇÃO E INSCRIÇÃO DOS INTERESSADOS/INDICADOS PARA A COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR COMO MEMBRO TITULAR E SUPLENTE.

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 29, Inciso I e pelo Artigo 35 e seguintes do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis;

RESOLVE:

Art. 1º. Expedir com fundamento no Artigo 35 e seguintes do Estatuto, o Edital de Convocação dos interessados para concorrerem à indicação de Conselheiro Titular e Suplente do Comitê de Regulação da AGIR.

Art. 2º. Os membros do Comitê de Regulação devem ser indicados em número de 06 (seis) Conselheiros, sendo 03 (três) titulares e 03 (três) suplentes, nos seguintes termos: 01 (um) Conselheiro Titular com indicação pelo Consórcio Público da AGIR; 02 (dois) Conselheiros indicados pelos Conselhos de Saneamento dos Municípios Consorciados à AGIR (ou outro conselho municipal com esta função – na condição de representantes dos Usuários), sendo que 01 (um) destes como Titular e 01 (um) Suplente e por fim 03 (três) Conselheiros com indicação pelos Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR (na condição de representantes dos Prestadores), sendo que 01 (um) destes como Titular e 02 (dois) como Suplentes.

Art. 3º. Cabe a equipe técnica da AGIR encaminhar cópia do Edital de Convocação para todos os Conselhos Municipais de Saneamento dos Municípios Consorciados da AGIR (ou outro conselho municipal com esta função) e para os Prestadores de Serviços de Saneamento Básico dos Municípios Consorciados à AGIR, para que estes façam o encaminhamento dos nomes nos termos do edital, respeitados os limites do Estatuto.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 24 de julho de 2015.
FERNANDO TOMASELLI
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 008/2015

FIXA O VALOR DA DIÁRIA PARA O EXTERIOR AO SERVIDOR DA AGIR SR. ANDRÉ DOMINGOS GOETZINGER, AO DIRETOR GERAL SR. HEINRICH LUIZ PASOLD E AO PRESIDENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA SR. FERNANDO TOMASELLI

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30 Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e observado o que dispõe o Artigo 91 do Regimento Interno da AGIR e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e:

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 91 do Regimento Interno, cuja redação é a seguinte: "O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana";

CONSIDERANDO que mesmo constando a possibilidade de diária para o exterior, no referido Regimento Interno esta não se encontra estipulada em valores;

CONSIDERANDO a participação à convite, aprovada na Assembleia Geral Ordinária do dia 26 de junho de 2015, do servidor da AGIR Sr. André Domingos Goetzinger, do Diretor Geral Sr. Heinrich Luiz Pasold e do Presidente da Diretoria Executiva Fernando Tomaselli, no "Fórum para Desenvolvimento de modelos de sistemas de taxas socialmente sustentáveis para uma economia circular com cobertura de custos em regiões específicas do Vale do Itajaí, em Santa Catarina" a realizar-se em Berlim/Alemanha, no período de 22 à 29 de agosto de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar, em caráter excepcional e até ulterior alteração do Regimento Interno da AGIR, conforme aprovação na Assembleia Geral Ordinária da AGIR de 23 de julho de 2015, o valor da diária para o exterior do servidor da AGIR Sr. André Domingos Goetzinger, do Diretor Geral Sr. Heinrich Luiz Pasold e do Presidente da Diretoria Executiva da AGIR Sr. Fernando Tomaselli, em R\$ 600,00 (seiscentos reais) para participação à convite no "Fórum para Desenvolvimento de modelos de sistemas de taxas socialmente sustentáveis para uma economia circular com cobertura de custos em regiões específicas do Vale do Itajaí, em Santa Catarina" a realizar-se em Berlim/Alemanha, no período de 22 à 29 de agosto de 2015.

Art. 2º - Esclarece, outrossim, que a participação do servidor da AGIR, do Diretor Geral e do Presidente da Diretoria Executiva ao Fórum supra citado, assim o foi em razão de convite feito pela empresa alemã organizadora, a qual arcará com parte dos gastos dos convidados, cujas diárias, portanto, servirão para custear as despesas remanescentes, inclusive nos dias em que não haverá o custeio pela referida empresa.

Art. 3º - As demais normativas quanto à respectiva diária seguirão os ditames dos artigos 91 e 92 do Regimento Interno da AGIR.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 27 de julho de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

RESOLUÇÃO Nº 009/2015 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 009/2015

Estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2016 da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR

FERNANDO TOMASELLI, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Cláusula 24 do Protocolo de Intenções, pelo Artigo 30 Inciso XI do Estatuto e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a aprovação do orçamento (receitas e despesas) para o exercício de 2015 na Assembleia Geral Ordinária do dia 23 de julho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o orçamento anual da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, para o exercício de 2015, estimando a receita e fixando a despesa em R\$ 1.053.712,80 (um milhão, cinquenta e três mil, setecentos e doze reais, oitenta centavos).

§ 1º A receita da AGIR será realizada mediante a arrecadação tributária dos municípios, rendas e outras receitas correntes, na forma da legislação em vigor, discriminada no quadro abaixo, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Especificação:	Fonte R\$
1 Receitas Tributárias	
Taxas pelo Exercício Poder de Polícia	1.053.712,80
01 - Município de Apiúna	14.703,84
02 - Município de Ascurra	11.134,08
03 - Município de Benedito Novo	15.893,28
04 - Município de Blumenau	480.962,88
05 - Município de Botuverá	7.004,16
06 - Município de Brusque	172.395,36
07 - Município de Dr. Pedrinho	5.591,52
08 - Município de Gaspar	91.909,44
09 - Município de Guabiruba	30.306,24
10 - Município de Indaial	89.233,92
11 - Município de Pomerode	44.061,12
12 - Município de R dos Cedros	15.867,36
13 - Município de Rodeio	16.308,00
14 - Município de Timbó	58.341,60
TOTAL GERAL:	1.053.712,80

§ 2º Destaca-se que de acordo com o Artigo 87 do Estatuto, a Taxa 3 – Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza – TRVL = R\$0,01 e a Taxa 7 – Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana – TRDP = R\$0,01, não estão inclusas e nem serão cobradas em virtude da não efetivação integral de suas normativas no exercício de 2016, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 23 de julho de 2015.

§ 3º A Taxa 6 – Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final do Lixo – TRDR, a qual consta no Artigo 97 do Estatuto como sendo R\$ 0,0200 (TRDR = NH x R\$ 0,0200), será cobrada em R\$ 0,0100 (TRDR = NH x R\$ 0,0100), conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de julho de 2015.

§ 4º As despesas de custeio da AGIR serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA:

Despesas Correntes	1.022.553,60
Pessoal e Encargos	831.712,80
Outras Despesas Correntes	210.000,00
Despesas de Capital	12.000,00
Investimentos	12.000,00
Reserva de Contingência	0,00
TOTAL	1.053.712,80

Art. 2º A Presidência da AGIR fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Blumenau (SC), em 28 de julho de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

ARI**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2015 MODALIDADE: DISPENSA Nº 21/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 38/2015

DISPENSA Nº 21/2015

OBJETO: Aquisição de 1.000 unidades de informativo da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS.

CONTRATADA: Rocha Gráfica e Editora Ltda.

CNPJ: 95.833.307/0001-80.

VALOR: R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais).

Florianópolis, 06 de agosto de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO 29 2015**

Resolução nº 29/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

CONSIDERANDO que o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO que os municípios consorciados mantêm com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP em sua Cláusula quarta – Parágrafo Único dispõe que: o município repassará ao CISAMARP a importância variável, nos meses de janeiro a dezembro de 2015, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação de serviço;

CONDIDERANDO que o CONTRATO DE RATEIO que os municípios consorciados mantêm com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe CISAMARP em sua Cláusula quarta – Parágrafo Único dispõe que: O Município repassará ao CISAMARP, a parcela fixa, nos meses de janeiro a dezembro de 2015, que deverá ser repassada até o dia 20 de cada mês;

CONSIDERANDO que o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO e o CONTRATO DE RATEIO em sua Cláusula oitava - DAS PENALIDADES - dispõe que o consorciado inadimplente com o CISAMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação e em sua Cláusula nona - Uma vez notificada da inadimplência serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CONSIDERANDO ainda que o Consórcio tem papel preponderante em manter os serviços de saúde disponíveis a todos os municípios consorciados, não poderá prejudicar os que cumprem mensalmente com suas obrigações em detrimento de eventuais inadimplências.

RESOLVE:

Art. 1º A Direção Executiva do CISAMARP informará o Presidente do CISAMARP e notificará o município inadimplente com o repasse fixo e o repasse variável, através de correspondência após o 20º (vigésimo) dia do mês, sobre os valores em débito. Na notificação o município será informado que os serviços poderão ser suspensos através do bloqueio do sistema de autorização de guias, em até 05 (cinco) dias úteis à notificação, caso não regularize o seu débito até esta data.

Art. 2º Findo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, o Presidente do CISAMARP, poderá ordenar a Diretoria Executiva o bloqueio do sistema.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 04 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

RESOLUÇÃO 30 2015

Resolução nº 30/2015

Gilberto Amaro Comazzetto, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Caçador, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Incluir na tabela de procedimentos CIS-AMARP anexo V ao edital nº 01/2010, para uso em conformidade com a necessidade dos municípios consorciados, o(s) procedimento(s) a seguir:

Procedimento	CODIGO SUS	CIS
Core biopsy Próstata 12 fragmentos	9016678*	520,00
Core biopsy Fígado	9016686*	520,00
Core biopsy Mama sem limite nódulos	9016694*	520,00
Core biopsy Pulmão	9016716*	520,00
PAAF Mamária Punção Aspirativa por Agulha Fina sem limite nódulos	9016724*	300,00
PAAF Tireóide Punção Aspirativa por Agulha Fina sem limite nódulos	9016732*	300,00

(*) Código próprio CISAMARP

Art. 2º Valores referem-se somente a punção dos fragmentos, a análise ficará sob responsabilidade dos municípios.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, revogando disposições em contrário, em especial a resolução 26/2015.

Videira, 05 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Presidente CIS-AMARP

CIS/AMOSC**EXTRATOS TERMOS ADITIVOS**

EXTRATO TERMO ADITIVO 49/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ: 8513.568.558-0001.10

VIGÊNCIA: De agosto a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e INGRID CARVALHO DE MAGALHÃES, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 50/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A

CNPJ: 07.752.236-0001.23

VIGÊNCIA: De agosto a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ANGELA NASCIMENTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 51/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002-0001.02

VIGÊNCIA: De agosto a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 52/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178-0004.91

VIGÊNCIA: De agosto a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

CIGAMERIOS**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA 025/2014- PREGÃO ELETRÔNICO 10000/2014**

	CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS	
--	--	--

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2014, REFERENTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público o 1º aditivo a Ata de Registro de Preços nº 025/2014, referente o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 10.000/2014, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.000/2014, pelo "SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS".

Ata de Registro de Preços nº 025/2014.

PARTES: Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios e a Empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

VIGÊNCIA: 06/07/2015 a 31/12/2015

OBJETO: promover o reequilíbrio econômico financeiro aos itens "627" da Ata de Registro de Preços nº 025/2014, que passa a obter o seguinte preço unitário:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
627	NITROFURANTOÍNA - DOSE 100 MG	COMPRIMIDO	TEUTO	0,14

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DO CIGAMERIOS